UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARGARETH DA SILVA

O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela
proteção aos arquivos

São Paulo
2015

MARGARETH DA SILVA

O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: SILVA, Margareth da.

Título: O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr _____ Instituição: _____

Assinatura: _____

Para Geysa Silva e Aramis da Silva (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Ana Maria de Almeida Camargo, minha orientadora, pelo incentivo e confiança que sempre depositou nesse trabalho.

Às professoras Heloisa Bellotto e Johanna Smit que generosamente contribuíram com suas sugestões para a elaboração do trabalho.

À Universidade Federal Fluminense, especialmente ao Departamento de Ciência da Informação, pelo apoio ao conceder licença para a realização da tese.

Aos amigos que ganhei durante o doutorado, Thiago Marcel e Ana Carolina Silva que amam a literatura noturna do romance policial.

A Juliana Pazos que de forma carinhosa me incentivou a atravessar a longa odisséia de escrever a tese.

A Lucia Velloso que com seu estímulo muito contribuiu para que eu pudesse desenvolver e concluir esse trabalho.

Aos meus alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense que me instigam ao estudo e a pesquisa sobre os arquivos.

A Patricia Raposo e Pedro Matsumoto, meus fisioterapeutas queridos, que me auxiliam a ter uma vida melhor.

A Catia Leonardo pela solidariedade e compreensão na etapa final de redação da tese.

A Clarissa Schmidt que demonstrou companheirismo e generosidade mesmo nos momentos mais difíceis da elaboração desse trabalho.

Aos amigos que sempre me apoiaram: Dilma Cabral, Zilio Tosta e Vitor Fonseca.

A todos os colegas da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos que apresentam discussões e iniciativas para a preservação dos documentos digitais.

Muitas dessas reflexões resultaram das discussões sobre os arquivos brasileiros com vários companheiros de jornada, especialmente José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (in memoriam). A eles agradeço por terem provocado uma pesquisa sobre os arquivos.

A minha mãe, Geysa, que transmitiu o amor pela literatura e a distribuir com generosidade qualquer conhecimento adquirido.

Aos arquivos que manifestam a pluralidade e a diversidade de interesses e pontos de vista e que tudo suportam e permanecem. Sem eles esse trabalho não teria sido escrito.

Os andaimes amparam a casa
Até estar concluída
E somem, a partir daí
A prumo e ereta,
A casa a si própria sustém
E já não mais recorda
Nem carpinteiros nem brocas
Emily Dickinson

Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Entro num acordo contigo
Tempo, tempo, tempo, tempo
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo, tempo, tempo, tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo, tempo, tempo, tempo
Caetano Veloso

É notável que autores da Arquivologia não insistam sobre a necessidade de conhecimento não somente histórico, como do direito, ao iniciar estudos específicos de arquivos. Ter conhecimento jurídico, além de conhecimento histórico, tem sido indispensável para a atividade científica no campo dos arquivos.

Elio Lodolini

RESUMO

A discussão sobre a custódia, que polarizou a comunidade arquivística a respeito de como seria realizada a preservação dos documentos arquivísticos digitais, suscitou diversos questionamentos sobre os fundamentos da Arquivologia e do papel das instituições arquivísticas para desempenharem suas funções de guarda, preservação e acesso. Os arquivos historicamente foram concebidos como lugar de conservação de documentos autênticos e vinculados à administração. Essa ligação foi rompida no século XIX, quando os arquivos se tornaram “históricos”, voltados para a preservação das fontes do passado. A discussão sobre a preservação digital está possibilitando que os teóricos contemporâneos reflitam sobre os arquivos do ponto de vista do produtor, pois a preservação de materiais digitais é contínua e começa no momento da criação dos documentos. Esta religação com a administração significa a possibilidade de os arquivos se tornarem instituições do presente estreitamente ligadas ao exercício da cidadania.

Palavras-chave: Arquivo; Arquivologia; Custódia; Documento arquivístico digital; História dos Arquivos.

ABSTRACT

The discussion about custody that polarized the archival community regarding how to implement the preservation of digital records raised diverse issues related to Archival Science fundamentals and about how archival institutions would develop their functions of guardianship, preservation and access. Archival repositories were historically conceived as places to preserve authentic records and were connected to the administration. This bond was broken in the XIX century, when archives became primarily “historical”, with the focus on preserving sources of the past. The discussion on digital preservation is offering an opportunity to contemporaneous scholars to think about archives from the point of view of the creator, because the preservation of digital materials is continuous and starts at the moment of record creation. This reconnection with the administration means that it is possible for archives to become institutions of the present closely committed to the exercise of citizenship.

Keywords: Archives; Archival Science; Custody; Digital Record; History of the Archives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nuvem de palavras desenvolvida pelo aplicativo <i>Worditout</i>	p. 36
Figura 2: Planta do Ágora do século II d.C.	p. 89
Figura 3: Reconstituição do <i>Metroon</i> no século II a.C.	p. 90
Figura 4: Área do Fórum Romano	p. 94
Figura 5: Reconstituição do <i>Tabularium</i>	p. 94
Figura 6: Diferentes níveis de abstração de um objeto digital	p. 168
Figura 7: Objeto digital observado a diferentes níveis de abstração	p. 169

LISTA DE QUADROS

Quadro I: Significados de Custódia nos Léxicos	p. 34
Quadro II: Significados de Custódia nos Dicionários Jurídicos	p. 35
Quadro III: Significados para o termo “arquivo” nos dicionários de idiomas	p. 67
Quadro IV: Elementos da definição de arquivo como conjunto de documentos nos dicionários de idioma	p. 68
Quadro V: Elementos da definição de arquivo como lugar nos dicionários de idiomas	p. 70
Quadro VI: Elementos da definição de arquivo nos dicionários jurídicos	p. 71
Quadro VII: Definições de arquivo nos dicionários de terminologia arquivística	p.76
Quadro VIII: Elementos das definições de arquivo como conjunto de documentos/documentos	p. 80
Quadro IX – Definições de arquivo como lugar	p. 82

LISTA DE SIGLAS

CFR – Code of Federal Regulations

CIA - Conselho Internacional de Arquivos

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CTDE – Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ

DIBRATE - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

DRAE - Diccionario de la Real Academia Española

DTA - Dicionário de Terminologia Arquivística

ICA – International Council on Archives

InterPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems

MAT - Multilingual Archival Terminology

NARA - National Archives and Records Administration

SAA - Society of American Archivists

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	p. 15
2 A CUSTÓDIA COMO GUARDA E PROTEÇÃO AOS ARQUIVOS: UMA ABORDAGEM ETIMOLÓGICA	p. 31
2.1. A CUSTÓDIA NOS LÉXICOS E NA TERMINOLOGIA JURÍDICA	p. 32
2.2 A CUSTÓDIA NOS DICIONÁRIOS E GLOSSÁRIOS DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA	p. 37
2.2.1 O núcleo comum do termo “custódia”	p. 46
2.3 CUSTODIANTE E CUSTODIADOR CONFIÁVEL	p. 48
3 O ARQUIVO COMO LUGAR E CONJUNTO ORGÂNICO DE DOCUMENTOS: UMA ABORDAGEM ETIMOLÓGICA	p. 54
3.1 A ORIGEM DO TERMO ARQUIVO	p. 55
3.2 O TERMO “ARQUIVO” NOS LÉXICOS	p. 64
3.3 O CONCEITO DE ARQUIVO NOS DICIONÁRIOS ARQUIVÍSTICOS	p. 73
3.3.1 O conceito de arquivo como conjunto de documentos nos dicionários arquivísticos	p. 77
3.3.2 O conceito de arquivo nos dicionários arquivísticos: o lugar	p. 81
4 O LUGAR E A CONCEPÇÃO JURÍDICA DE ARQUIVO	p. 87
4.1 O ARQUIVO NA PÓLIS	p. 87
4.2 A CONCEPÇÃO JURÍDICA DO ARQUIVO COMO LUGAR	p. 91
4.2.1 Os arquivos romanos e o registro de documentos: comunicabilidade e autenticidade	p. 92
4.2.2 O Código Justiniano e a definição de arquivo	p. 97
4.2.2.1 O Lugar e a Autoridade	p. 102
4.2.2.2 A continuidade do Direito Romano na Idade Média e o arquivo	p. 106
4.3 O ARQUIVO A SERVIÇO DO PRÍNCIPE: SOBERANIA E SEGREDO	p. 117
5 FORMAÇÃO DOS ARQUIVOS CENTRAIS DE ESTADO E A DICOTOMIA ENTRE ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS E ARQUIVOS HISTÓRICOS	p. 123
5.1 OS ARQUIVOS CENTRAIS DE ESTADO NA ÉPOCA MODERNA: DO ARQUIVO DE SIMANCAS AO <i>PUBLIC RECORD OFFICE</i>	p. 124

5.2 A LITERATURA ARQUIVÍSTICA E O <i>JUS ARCHIVALE</i>	p. 133
5.3 A DICOTOMIA ENTRE ARQUIVOS HISTÓRICOS E ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS	p. 140
5.4 A CUSTÓDIA EM JENKINSON E SCHELLENBERG	p. 147
6 ARQUIVOS SEM MUROS E O ARQUIVO COMO LUGAR	p. 157
6.1 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL: A PROVA E O VÍNCULO ARQUIVÍSTICO	p. 157
6.1.1 Objeto digital e documento arquivístico digital	p. 164
6.2 O MODELO DO IMPACTO TECNOLÓGICO E A CUSTÓDIA	p. 171
6.3 MUDANÇA DE PARADIGMA E PÓS-CUSTÓDIA	p. 186
6.4 A DEFESA DA CUSTÓDIA: O ARQUIVO COMO LUGAR	p. 201
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 214
8 REFERÊNCIAS	p. 223

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação e comunicação modificou profundamente a vida das pessoas e a maneira de agir das organizações e dos governos, incluindo as formas de registrar as atividades e de preservar os documentos, já que em todas as esferas da sociedade, da economia, da política e da cultura se desenvolvem e se utilizam os produtos e processos da tecnologia.

A discussão se os processos tecnológicos geram documentos, que podem ser qualificados como arquivísticos, dependeu em parte do amadurecimento teórico dos próprios arquivistas sobre a natureza e as características do documento arquivístico digital, processo que se iniciou ainda na década de 1970. O uso da tecnologia para documentar as ações, atividades e decisões também favoreceu uma melhor compreensão desses documentos, já que o desenvolvimento de programas de mais fácil utilização pelos usuários e a redução dos custos da tecnologia estimularam o uso dos microcomputadores, incrementado pela tecnologia de redes de trabalho, inclusive a Internet.

A partir da década de 1990, uma grande parcela dos documentos produzidos pela administração pública e privada passou a ser feita em ambiente eletrônico. No entanto, as facilidades e vantagens da tecnologia trouxeram também novas dificuldades, como a ausência de procedimentos administrativos e arquivísticos na elaboração e no arquivamento, bem como a possibilidade de intervenções não autorizadas, que podem adulterar os documentos ou mesmo ocasionar sua perda irremediável. A obsolescência tecnológica e a fragilidade do material digital comprometem a preservação e o acesso, e são os principais desafios a serem enfrentados para assegurar a durabilidade e a acessibilidade dos documentos.

O debate acerca da preservação de acervos em formato digital cresceu na comunidade arquivística, a partir da década de 1990, em virtude da disseminação da tecnologia da informação e da constatação da vulnerabilidade intrínseca desse material, que afeta sua credibilidade, longevidade e acessibilidade. A dificuldade de acesso à parcela de documentos e à informação digital, especialmente em agências americanas, foi um fator decisivo para o desenvolvimento de pesquisas e iniciativas nessa área.

Acadêmicos, instituições arquivísticas, principalmente dos Estados Unidos, Austrália e Reino Unido, e o Conselho Internacional de Arquivos passaram a

desenvolver pesquisas e estudos com a finalidade assegurar a preservação e o acesso aos materiais digitais.

As pesquisas em preservação digital têm se caracterizado por apresentar uma diversidade de temas e buscado soluções e recursos para enfrentar as ameaças e os riscos a que estão sujeitos tais documentos. Entre esses, destacamos a autenticidade, como um eixo para os programas de preservação digital, e, em termos de implementação, a elaboração de diretrizes e modelos para os repositórios digitais, capazes de assegurar a preservação de longo prazo e o acesso contínuo, sem perda das características originais desse tipo de material e, ao mesmo tempo, garantindo sua apresentação e utilização. Além disso, existem vários estudos sobre metadados e abordagens centradas nas necessidades dos usuários. Essas pesquisas também incluíram a gestão de documentos, considerada crucial para garantir a preservação de longo prazo.

A gestão de documentos digitais é extremamente dependente dos sistemas informatizados, os quais não se restringem apenas à escolha de uma tecnologia mais atualizada ou de custo mais baixo, mas envolve o próprio desenvolvimento e a implementação desses sistemas, pois controlar o ciclo de vida, assegurar a identidade do documento, manter as suas características, como o vínculo arquivístico e a autenticidade, devem fazer parte da configuração dos sistemas que produzem e mantêm documentos. Esta constatação levou à formulação de modelos de requisitos funcionais para os sistemas informatizados de gestão de documentos, de padrões e esquemas de metadados, além de diretrizes para documentos digitais específicos, tais como mensagens de correio eletrônico e páginas *WEB*, entre outras.

A maior parte dessas iniciativas procurou apresentar definições e conceitos sobre documento arquivístico e suas características, sobre ciclo de vida, classificação, avaliação e destinação, bem como orientar os procedimentos de gestão. Neste sentido, o documento digital ofereceu um amplo campo de oportunidades para o desenvolvimento de programas e práticas mais consistentes de gestão de documentos, especialmente no Reino Unido e na Austrália¹.

Ao lado das pesquisas acerca da preservação digital, desde os anos 1980, debates foram travados a respeito de como as instituições arquivísticas deveriam desempenhar

1 Sobre política de gestão de documentos pelo The National Archives of United Kingdom ver: <http://www.nationalarchives.gov.uk/information-management/manage-information/planning/records-management-code/implementation-guides/>. Acesso em: 04 nov.2015. Sobre a política de gestão de documentos pelo National Archives of Australia ver: <http://www.naa.gov.au/records-management/>. Acesso em: 04 nov.2015

suas funções tradicionais de guarda, preservação e acesso. Muitos pesquisadores começaram a questionar se a custódia física e legal, exercida pelos arquivos sobre os documentos inativos, seria viável, em virtude dos custos de manutenção dos *softwares* e *hardwares*, custos esses necessários para que os documentos digitais sejam preservados e se mantenham acessíveis.

A discussão a respeito da custódia foi incrementada por pesquisadores acadêmicos, que já vinham criticando as bases tradicionais do conhecimento arquivístico, isto é, os conceitos de documento e de arquivo, os princípios de proveniência e ordem original e a custódia, e passaram a propor um novo paradigma para a Arquivologia, ou seja, uma nova fundamentação teórica e metodológica, que poderia ser fornecida pelo pensamento pós-moderno.

Esse debate, cujo cenário é a revolução tecnológica, opôs duas correntes de pensamentos, uma designada como “jenkinsoniana”, por se apoiar no pensamento do arquivista britânico Hilary Jenkinson, e a corrente pós-moderna, em virtude de sua adesão aos postulados do pós-modernismo.

A primeira considera que o conhecimento teórico e metodológico acumulado pela Arquivologia é capaz de enfrentar os desafios postos aos arquivistas na sua tarefa de preservar e tornar acessíveis os documentos arquivísticos em formato digital, sem necessidade de alterar substancialmente os conceitos e princípios básicos da Arquivologia. Essa corrente defende que a custódia seja assumida por um custodiante confiável, entidade capaz de implementar todas as ações de preservação e garantir a sua autenticidade.

A segunda corrente de pensamento propõe a formulação de um novo paradigma, associado ao pensamento pós-moderno, sendo designado como pós-custodial; o centro de suas reflexões é a crítica à visão tradicional da Arquivologia, contestando o foco na autenticidade dos documentos, na proveniência como princípio básico e na custódia como necessária à preservação. Os teóricos que compõem essa corrente acreditam que em ambientes eletrônicos, em virtude da própria dispersão do contexto tecnológico, não haveria a necessidade de um lugar fixo e central. A tese principal com relação à custódia é a mudança no papel dos arquivistas: em lugar de custodiantes de documentos inativos em um arquivo centralizado, passariam a ser gestores de documentos, que estão distribuídos onde esses são criados e utilizados, ou seja, nas organizações produtoras.

Essa discussão envolveu os fundamentos da teoria, metodologia e prática arquivísticas, pois os conceitos e os princípios, os métodos de arranjo e classificação, a avaliação, o papel dos arquivistas e das próprias instituições passaram a ser questionados. O estatuto científico da Arquivologia foi discutido por arquivistas com diferentes concepções, incluindo os pós-modernos. Muitos deles manifestaram que o conhecimento arquivístico seria, pelo menos o dos séculos XIX e XX, de cunho “positivista”, e, portanto, incapaz de dar conta das novas necessidades postas pela revolução tecnológica. Ao mesmo tempo, avaliaram que a custódia teria falhado na sua aplicação, já que com a tecnologia não haveria necessidade da guarda física. Para os pós-modernos, os arquivos na era da informação são arquivos “sem muros”.

Por outro lado, houve uma defesa da teoria arquivística, considerando que a natureza dos arquivos é essencialmente a mesma, independentemente da tecnologia, e, portanto, conceitos como os de arquivo e documento arquivístico seriam não só aplicáveis, mas constituiriam a chave para a compreensão dos documentos digitais, tanto de sua gestão e preservação quanto do seu acesso. As mudanças na teoria e prática arquivísticas seriam, nesse sentido, mais adaptações e atualizações, como por exemplo a visão sobre o suporte, do que uma mudança estrutural. Essas atualizações e adaptações não alterariam o núcleo básico da teoria, apoiada na visão do documento arquivístico como subproduto ou resultado das atividades, preservados para fins de prova e referência, e nas suas características, como a autenticidade e o vínculo arquivístico² (*archival bond*, na língua inglesa). Para os “jenkinsonianos”, a defesa dos documentos, de sua autenticidade ao longo do tempo, seria inseparável da custódia.

Outro questionamento central foi sobre a relação da Arquivologia com o Estado, pois como os arquivistas sempre trataram dos documentos produzidos pela administração estatal, e os seus princípios e conceitos foram formulados para atender aos documentos públicos, o corpo teórico da Arquivologia teria, em consequência, uma relação subserviente para com o Estado. Assim, a atual configuração do arquivo não seria capaz de dar conta das necessidades de novos atores sociais, tais como organizações não governamentais, movimentos sociais, imigrantes, num ambiente tecnológico que demanda maior interação e quantidades substanciais de informação e

² Na língua italiana, “*vincolo archivistico*” e na língua inglesa, “*archival bond*”. Nosso trabalho optou pelo termo “vínculo arquivístico”, mantendo-se fiel ao conceito desenvolvido por Giorgio Cencetti em *Il fondamento teorico dela dottrina archivistica*, publicado originalmente em 1939.

conhecimento. Para os pós-modernos, a arquivologia custodial seria eminentemente estatal e comprometida com o poder do Estado.

Para a corrente “jenkinsoniana”, a relação dos arquivos com o Estado não se reduziria apenas ao Estado nacional moderno. Na Antiguidade clássica, quando foi formulada a definição do arquivo como lugar, e nas cidades livres medievais, os arquivos eram lugares que atendiam os cidadãos, por meio da publicidade e do acesso aos documentos. Na Idade Moderna, porém, os arquivos ficaram a serviço do príncipe e, conseqüentemente, os documentos se tornaram secretos para responder quase que exclusivamente às necessidades do soberano. A partir do século XIX, o Estado incentivou o estudo das fontes do passado nas instituições arquivísticas, e a abertura para a pesquisa histórica era fundamentalmente centrada na ideia de construir uma história nacional. Nos dias de hoje o arquivo começa a ser visto como lugar que preserva e dá acesso, como parte constitutiva do regime democrático e como elemento ativo na vida dos cidadãos.

Muitas das críticas dos pós-modernos à custódia enfatizam aspectos do armazenamento e não, propriamente, a responsabilidade jurídica pela proteção. Proteger no mundo digital não significa apenas fornecer segurança, mas também garantir a possibilidade de acesso, que está vinculada às ações de preservação. Assim, ao compreendermos a especificidade da preservação digital, que inclui o acesso e o uso, é possível mudar nossas noções estritas de preservação física.

Esse debate, que ocorreu principalmente durante a década de 1990 e teve na revista *Archivaria* da Association of Canadian Archivists e no periódico *Archival Science* os seus principais palcos de discussão, polarizou vários autores. Entre eles destacamos, de um lado, Eastwood e Duranti, defendendo os princípios básicos da Arquivologia, que podem ser aplicados a qualquer tipo de documento, incluindo os digitais, e, de outro, Cook e Thomassen, propondo uma Arquivologia pós-moderna, que buscou reconceituar termos como documento arquivístico, proveniência, preservação, avaliação, além de apresentar um novo eixo para a construção do conhecimento, que seria dado pela relação entre arquivistas e usuários, e não mais pelas instituições arquivísticas.

No início do século XXI, o debate arrefeceu, sem haver busca de consenso ou aproximação. A posição defendida por cada corrente de pensamento permanece na produção dos autores. Duranti, por exemplo, continuou sua pesquisa, iniciada em 1994,

por meio do InterPARES Project³, em que os princípios da Arquivologia e da Diplomática são a base da sua produção, que continua até os dias de hoje. Thomassen, por seu turno, mantém sua visão pós-custodial e pesquisa o uso de bases de dados e as relações entre arquivistas e usuários.

A questão da custódia, que estava no centro do debate, como, por exemplo, se observa nos artigos de Cook e de Thomassen (1999), que definiram sua posição como pós-custodial, associada ao pós-modernismo, e na resposta de Duranti, defendendo o arquivo como lugar, passou a ser tratada como um dos pontos das reflexões desses autores, não suscitando uma produção específica como ocorreu na década de 1990. A questão essencial, portanto, diz respeito à natureza dos arquivos e dos documentos e ao papel dos arquivistas e das instituições.

Arquivos são historicamente materiais sujeitos a várias ameaças e riscos. As tradicionais ameaças à integridade dos fundos, como perda, dispersão, desmembramento e destruição, motivadas por guerras, conflitos, mudanças políticas, desastres ou incúria administrativa, atualmente são acrescidas da obsolescência tecnológica e da vulnerabilidade intrínseca dos materiais digitais, que afetam sua credibilidade e integridade, impossibilitando acesso e uso, no presente e no futuro.

Além disso, o produtor, após o arquivamento dos documentos, pode não ter interesse em mantê-los preservados, já que não serão mais úteis para suas atividades administrativas, ou, ainda, pode não ter as condições adequadas para sua preservação. Documentos também podem ser alterados ou destruídos deliberadamente, por razões políticas e econômicas. Essa situação de risco nos levou a discutir se o arquivo ainda é uma instituição adequada e necessária para a preservação e o acesso aos documentos custodiados, de forma a assegurar o exercício da cidadania.

Para o desenvolvimento da pesquisa, teríamos que compreender que o termo “arquivo” envolve uma gama de sentidos: a instituição, o mobiliário e o conjunto de documentos, e que o termo “custódia”, por sua vez, também tem vários sentidos - guarda, proteção e prisão -, alguns dos quais estão relacionados com a função de preservação dos arquivos.

³O projeto International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems foi desenvolvido em três fases, entre 1998 e 2012, coordenado pela prof. Luciana Duranti da University of British Columbia, Canadá. Esse projeto foi antecedido do projeto The Preservation of Integrity of Electronic Records, conhecido como UBC Project. Disponível em: <http://www.interpares.org/>. Acesso: 19 jul.2015. Atualmente, a prof. Luciana Duranti coordena o InterPARES Trust, voltado para documentos e dados confiados à Internet. Disponível em: <https://interparestrust.org/>. Acesso em: 19 jul.2015

Foi necessário, portanto, um estudo detalhado sobre a questão da custódia. Analisar a custódia, antes de mais nada, significa entender como o próprio conceito de arquivo foi construído ao longo do tempo. O estudo sobre a definição de arquivo no Direito Romano, que vigorou na Europa até o século XIX, mostrou que arquivo é o lugar de conservação, mas que teve variações ao longo do tempo, e não se restringe obrigatoriamente ao modelo de arquivos centralizados, instituídos desde o século XVI, que se difundiu mundialmente nos séculos XIX e XX.

Por outro lado, com o crescimento da pesquisa histórica e a “tomada dos arquivos pelos historiadores”, como afirma Bautier (1968), o conceito se ampliou para abranger principalmente os fundos de arquivo de diferentes proveniências, custodiados nas instituições arquivísticas, especialmente a partir do século XIX. Os arquivos que estavam a serviço do príncipe passaram a estar a serviço de uma coletividade nacional (SANDRI, 1968).

A custódia, que era um elemento central na definição jurídica, a partir do século XIX teve sua importância diminuída e, em alguns casos, considerada quase irrelevante. Associada quase que exclusivamente com guarda física e armazenamento de documentos sem serventia, a custódia permaneceu porque a própria característica dos documentos e dos arquivos tem que levar em consideração um lugar determinado, que tenha autoridade e responsabilidade pela sua preservação.

No entanto, um lugar com autoridade é aquele que tem características específicas: é um lugar autônomo, que não corresponde nem ao do produtor nem ao do usuário e, portanto, pode assegurar a transparência da preservação, porque não tem interesse no conteúdo dos documentos (DURANTI, 2007).

Além da responsabilidade jurídica pela proteção, a custódia é um elemento fundamental em qualquer definição de arquivo, pois estar arquivado significa estar em um lugar. Esse lugar possui diferentes níveis, podendo ser a instituição, o fundo, o dossiê, a pasta, porque o vínculo arquivístico também comporta níveis diferentes.

A leitura dos textos de Cencetti (1970), Lodolini (1993) e Duranti (1997) foi, portanto, fundamental, pois esses autores afirmam que a grande diferença entre a biblioteca e o arquivo não reside nas características físicas, mas exatamente no vínculo necessário que os documentos formam entre si. Essa característica, que ocorre em todos os arquivos, foi considerada universal (*universitas rerum*), identificada em todos os arquivos em todos os lugares e em qualquer tempo, e se tornou um dos pilares da teoria arquivística italiana. Em ambientes eletrônicos, o conceito de vínculo arquivístico é

considerado necessário e determinante para manter a identidade e a integridade do documento digital ao longo do tempo, e não só é aplicável aos documentos digitais, mas condição necessária para a sua preservação.

Assim, o lugar para a perspectiva custodial tem finalidades específicas: manter o vínculo arquivístico entre os documentos, isto é, assegurar a sua preservação em um conjunto, e garantir a sua segurança, de modo que possam ser acessados e utilizados como documentos autênticos, seja para fins de prova ou de informação.

As reflexões tratadas na pesquisa não estão separadas de uma trajetória profissional desenvolvida em arquivos públicos, onde constatamos que o poder público não reconhece nenhuma ou quase nenhuma autoridade dos arquivos para cumprir suas finalidades básicas.

Documentos são recolhidos, eliminados, transferidos, bem como sedes e prédios de arquivos são mudados, sem que a instituição arquivística pública tenha qualquer poder de decisão. Evidentemente, a ausência de políticas e programas e de cumprimento da legislação, além da pouca importância dada aos documentos pelo Estado brasileiro, o seu principal produtor, são causas importantes para essa situação dos arquivos. Entretanto, nem em nível legal nem na formulação de programas de trabalho, fica totalmente clara a autoridade dos arquivos e, conseqüentemente, os procedimentos arquivísticos encontram muita dificuldade para ser aplicados. Um exemplo pode ser dado por algumas instituições em que, mesmo havendo tabela de temporalidade e destinação, a palavra final não é da comissão de avaliação ou do arquivo e sim do representante do poder público.

Hoje, em virtude da tecnologia, que produz, troca e dissemina informação e conhecimento, e das reivindicações dos cidadãos, exigindo maior transparência dos governos, o arquivo precisa dar conta das necessidades urgentes e atuais da sociedade. A preservação digital força a que os arquivos pensem sobre a criação dos documentos feitos no âmbito da organização produtora, pois para recolher e preservar é necessário que os produtores apresentem documentos que não sofreram alterações no seu conteúdo e forma, a fim de serem recebidos pelos arquivos.

Nosso problema de pesquisa, portanto, é a relação entre o arquivo e o lugar. A polissemia do termo arquivo, expressa nas suas definições como instituição, fundo ou móvel, está diretamente vinculada à história dos arquivos e às concepções sob as quais se desenvolveram. A custódia, como conceito que exprime autoridade e responsabilidade, é um elemento presente nas definições mais antigas de arquivo, pois

significa que alguém é designado como responsável pela conservação dos documentos, e que o lugar também está credenciado para conservá-los. Assim, pretendemos investigar se essa noção ainda é válida no mundo contemporâneo, especialmente em se tratando de documentos que estão distribuídos em diferentes lugares e em diferentes meios de armazenamento, como os digitais.

Nossa pesquisa parte da hipótese de que a relação entre o arquivo e o lugar é pertinente para a preservação de documentos convencionais e digitais, considerando que a própria natureza dos documentos exige um lugar de preservação. As formas de implementação podem ser diferenciadas, porém é fundamental a existência de uma entidade independente, designada oficialmente, que pode não se restringir apenas às instituições arquivísticas públicas, ainda que estas sejam essenciais para o desenvolvimento de programas de preservação digital.

Assim, nosso trabalho tem como objetivo geral realizar uma reflexão sobre os arquivos e a custódia, privilegiando a literatura arquivística, a fim de apresentar e examinar as principais linhas de discussão sobre esses conceitos, que se cruzam e se inter-relacionam, bem como demonstrar que a custódia é condição para a preservação e o acesso dos documentos arquivísticos, independentemente de suporte, formato, gênero, tipo ou data. Os objetivos específicos são:

- analisar o conceito de custódia nos dicionários de idiomas, jurídicos e de terminologia arquivística, bem como nos glossários sobre arquivos e documentos arquivísticos, com o propósito de delimitar o termo e demonstrar sua relação com o conceito de arquivo;
- apresentar o papel do custodiante confiável;
- analisar o conceito de arquivo nos dicionários de idiomas, jurídicos e de terminologia arquivística, bem como nos glossários sobre arquivos e documentos arquivísticos, com o propósito de delimitar o termo e demonstrar a sua relação com a custódia;
- examinar o surgimento do conceito de arquivo na Grécia antiga, e como o Direito Romano estabeleceu a concepção jurídica de arquivo como lugar, que foi adotada pelos juristas medievais e modernos;
- apresentar a relação entre o arquivo a serviço do príncipe e o segredo;
- expor o processo de formação dos arquivos centrais de Estado e as principais discussões da literatura arquivística da Época Moderna;

- analisar a concepção histórica de arquivo, definido como conjunto orgânico de documentos;
- analisar as concepções sobre pós-custódia e custódia no pensamento contemporâneo.

Nosso trabalho de pesquisa se fundamenta na análise dos conceitos da área, particularmente dos teóricos que contribuíram para a discussão das diferentes concepções de arquivo e do papel da custódia na definição de arquivo. Assim, consideramos alguns pressupostos para o desenvolvimento da investigação.

O primeiro se refere ao reconhecimento de que documentos arquivísticos resultam de um contexto jurídico, administrativo e procedimental determinado e, por isso, eles registram atos e fatos para atestar que a ação ocorreu de acordo com regras pré-estabelecidas pelo sistema jurídico e administrativo, e tem, portanto, capacidade probatória.

O segundo diz respeito ao fato de que os documentos não são criados para propósitos de pesquisa e, desta forma, o contexto cultural não exerce os mesmos efeitos que o contexto jurídico e administrativo. As demandas com relação à pluralidade e diversidade cultural só se efetivarão se forem incorporadas ao sistema jurídico.

O terceiro pressuposto se refere às diferenças entre os documentos, que se relacionam com os distintos contextos jurídicos, administrativos e procedimentais. Como todos os documentos são o resultado de um determinado contexto jurídico, administrativo e procedimental, eles possuem uma natureza comum, que é dada exatamente pelo fato de os documentos resultarem desse contexto e desses procedimentos. A esse elemento comum não cabem os atributos positivista e não positivista, na medida em que se trata daquilo que é intrínseco à constituição dos documentos e dos arquivos. Esse elemento fundamental, básico e inerente à constituição dos documentos e dos arquivos é o vínculo que os documentos formam entre si, desde o momento em que são identificados como documentos pertencentes a um fundo e arquivados juntos, com outros documentos desse fundo. Esse vínculo só é estabelecido pelas exigências jurídico-administrativas e pela própria necessidade de os documentos, como únicos e originais, terem uma posição, um lugar no conjunto do qual fazem parte. É por isso que é possível construir uma teoria arquivística, porque reconhecemos que, apesar dos contextos históricos distintos, em termos políticos, jurídicos e administrativos, e da diversidade de métodos e práticas arquivísticas no tempo e no

espaço, há um substrato comum a todos eles: sua natureza contextual e o vínculo que os documentos formam entre si.

O quarto pressuposto diz respeito à separação e aproximação entre preservação e acesso. Historicamente, arquivos em regimes democráticos tendem a privilegiar a publicidade e a comunicabilidade dos documentos para os cidadãos, como ocorreu na Antiguidade Clássica e nas cidades livres medievais, já que a custódia estava vinculada à necessidade de tornar disponível, seja por meio da publicação ou pela emissão de cópias, o acervo custodiado. Os arquivos em regimes autoritários tendem a privilegiar a custódia dos documentos para o uso da administração estatal, como ocorreu nas monarquias administrativas da Época Moderna. A guarda estava conectada ao acesso e ao uso pelo soberano e sua administração e, por isso, os documentos eram secretos para o público.

Numa abordagem qualitativa do problema da custódia, estabelecemos como procedimento metodológico básico a revisão de literatura, com a correspondente categorização e compreensão não apenas dos conceitos utilizados no material de referência, mas igualmente dos argumentos mobilizados em sua defesa e do alcance pretendido e conquistado pelos respectivos autores. Nessa medida, o procedimento deixa de ser mera apresentação convencional do estado da arte a respeito do tema para assumir uma dimensão crítica capaz de oferecer aos profissionais da área parâmetros para uma política consequente no campo da preservação do patrimônio arquivístico.

O primeiro eixo da abordagem concentrou-se no estudo etimológico dos termos “custódia” e “arquivo”, para em seguida rastrear a literatura arquivística sobre as concepções e conceitos de arquivo, bem como sua relação com a custódia.

O estudo etimológico procurou delimitar, de forma comparativa, os vários significados de custódia e arquivo, permitindo o entendimento de que seus significados são procedentes do Direito Romano. Desta forma, os termos e seus sentidos tinham um percurso histórico que não podia ser ignorado, conforme demonstrado por Sandri (1968) no seu trabalho sobre as diferentes concepções de arquivo.

Ao realizarmos o levantamento nos dicionários e glossários sobre o termo “custódia”, ficou claro que o significado primário era guarda, conservação ou proteção, e não propriedade, ainda que a concepção jurídica de propriedade pública seja importante para a definição de documentos públicos, especialmente no mundo anglo-saxão.

A definição dos dicionários brasileiros de terminologia, conceituando custódia como responsabilidade jurídica pela proteção aos documentos, junto com a definição da terminologia jurídica, de que a custódia é uma relação entre a coisa custodiada, que precisa ser protegida, e a pessoa custodiante que protege, isto é, entre os arquivos como conjuntos e um custodiante, o qual assume essa responsabilidade de proteção, nos levou a considerar a custódia como relação, que também é um traço distintivo do conceito de arquivo.

A análise etimológica do termo “arquivo”, realizada por meio do levantamento nos dicionários contemporâneos, léxicos e terminologia jurídica e arquivística, juntamente com o estudo etimológico realizado por Sandri (1950; 1968), Casanova (1928), Lodolini (1993) e Duranti (1993; 2007), permitiram o entendimento a respeito do caráter abrangente do conceito e a sua singularidade, bem como a ampliação do conceito de arquivo e a necessidade de maior precisão para dar conta da nova realidade, a partir do século XIX, quando massas documentais provenientes de órgãos extintos foram recolhidas aos arquivos.

Assim, a concepção de arquivo como lugar, cujo núcleo central é a custódia, tem um percurso, que sofreu variações ao longo do tempo e não se restringe obrigatoriamente ao modelo europeu, implantado no século XVI, que se difundiu mundialmente nos séculos XIX e XX, os arquivos centrais de Estado.

Deve-se ressaltar, ainda, que os conceitos de arquivo e custódia se relacionam diretamente com os significados dos termos “conservação” e “preservação”, os quais significam manter em bom estado, sem alterações ao longo do tempo e em segurança e, portanto, completam o sentido de arquivo e custódia. No decorrer do trabalho, os termos conservação e preservação são utilizados como sinônimos, com seus significados primários, pois as concepções e definições de arquivo e custódia analisadas não estabelecem diferenças relacionadas a tais termos.

A análise histórica também permitiu uma compreensão mais ampla tanto das críticas à custódia como da sua defesa, no debate que ocorreu na década de 1990.

Tanto as críticas como a defesa levam em consideração a pouca ligação dos arquivos centrais do Estado com os produtores e o fato de os arquivos terem se tornado sinônimo de fontes ou material histórico. Enquanto os pós-custodialistas defendem uma ligação com os produtores e com os usuários, sem que os arquivistas estejam, necessariamente, na instituição central, os custodialistas consideram que, qualquer que seja o modelo adotado, o fundamental é a designação de uma entidade independente,

que não tem interesse no conteúdo dos documentos, de caráter oficial e que tenha condições de viabilizar a preservação.

Além disso, ao lado das críticas ao modelo de instituição e à Arquivologia como conhecimento, também foram explicitadas críticas à autoridade das instituições e dos próprios documentos arquivísticos. A discussão, portanto, não se restringiu apenas à adoção de modelos, mas à própria autoridade que sempre foi inerente à noção de arquivo como lugar.

A revisão de literatura foi adotada tanto na discussão histórica da concepção jurídica de arquivo, como na produção intelectual dos autores contemporâneos, que debateram a pós-custódia.

Na análise histórica, alguns trabalhos orientaram a nossa pesquisa, particularmente os de Leopoldo Sandri (1950; 1968) e Robert-Henri Bautier (1968) a respeito da construção de uma história conceitual dos arquivos e de uma proposta de periodização, que considera os aspectos institucionais e a formulação de princípios arquivísticos. Além desses trabalhos, a pesquisa de Luciana Duranti (1993) a respeito da história dos arquivos, priorizando o papel dos arquivistas no âmbito dos produtores, também foi fundamental para a compreensão da ligação da atividade arquivística com os criadores de documentos.

Com relação aos pós-custodialistas, muitos autores apresentam diferentes visões a respeito da necessidade de uma abordagem pós-custodial. Enquanto alguns enfatizaram o discurso pós-moderno, outros enfatizaram os aspectos do impacto da revolução tecnológica sobre os arquivos. Nesses autores, há um consenso a considerar a mudança de paradigma no campo da Arquivologia, que foi acelerada pela revolução tecnológica, ainda que o grau da influência da tecnologia seja diferenciado. Assim, analisamos os trabalhos de Gerald Ham (1981), Charles Dollar (1994), Hugh Taylor (1987), Theo Thomassen (1999) e Terry Cook (2001a; 2001b; 2007).

A visão custodial foi expressa principalmente por Duranti (2007) e pelos trabalhos desenvolvidos pelo InterPARES Project, sob sua coordenação, não havendo distinção conceitual a respeito do tema da custódia. Além disso, o InterPARES Project foi um campo de experiência para verificar se os conceitos de documento arquivístico e arquivo, conforme definidos pela Diplomática e pela Arquivologia, permaneciam válidos para documentos produzidos e mantidos em ambientes eletrônicos.

Na análise da produção intelectual de autores contemporâneos, que defendem a pós-custódia, constatamos a importância do papel da tecnologia como ponto de partida

para o desenvolvimento de seus trabalhos. Neste sentido, a análise de Manuel Castells (1999) e de Daniel Chandler (1995) forneceram o arcabouço a respeito das complexas relações entre tecnologia e sociedade, incluindo o papel do Estado, e sobre os determinismos de muitas análises a respeito da influência da revolução tecnológica nos arquivos.

Um ponto a ser destacado nas reflexões dos pós-modernos, como Taylor (1987) e Cook (2001a; 2001b; 2007), é a crítica à autoridade tanto das instituições como do documento. Para esses autores, a crítica à autoridade da instituição provém da sua relação de dependência para com o Estado. Os arquivos não exprimiriam as falas e o discurso de setores social e culturalmente excluídos e, portanto, são instituições comprometidas apenas com o discurso estatal. Com relação ao documento, este é considerado uma narrativa, e não apenas o registro de atos e fatos; e como existem inúmeras narrativas, o documento seria uma das narrativas possíveis e, desta forma, não teria mais autoridade que outros textos (TAYLOR, 1987).

Os questionamentos feitos pelos pós-modernos à autoridade dos documentos e da instituição arquivística levou-nos a procurar entender o conceito de autoridade. As reflexões de Arendt possibilitaram delinear alguns contornos do problema da autoridade, úteis para avançar numa discussão que diz respeito aos arquivos, mas que também é política, porque os arquivos até então sempre foram considerados como um lugar de autoridade. A perda da autoridade do mundo contemporâneo, que não se restringe aos arquivos, é uma das linhas mais instigantes para se discutir o papel da instituição arquivística, já que na proposta de preservação digital, desenvolvida por Duranti e pelo InterPARES Project, as noções de autoridade e responsabilidade são essenciais para a formulação dos conceitos de entidade oficial de preservação e custodiante confiável.

Nosso trabalho está estruturado em cinco capítulos, além das considerações finais, de forma a apresentar como a relação entre o arquivo e o lugar foi desenvolvida.

No segundo capítulo, *A custódia como guarda e proteção aos arquivos*, procuramos, por meio da análise etimológica, identificar, nos léxicos e dicionários de terminologia tanto jurídica como arquivística, os significados atribuídos a esse termo e verificar as possíveis relações entre eles. Foi realizada uma análise detalhada para identificar a origem latina do termo, as acepções atribuídas pelos léxicos dos idiomas modernos e os significados conferidos pela terminologia arquivística e pela linguagem jurídica. O *Multilingual Archival Terminology* (MAT) do *International Council on*

Archives foi adotado como base para o exame dos sentidos atribuídos por arquivistas de outros países, em virtude de ser um dicionário de terminologia arquivística do Conselho Internacional dos Arquivos, o qual representa uma fonte autorizada nos aspectos terminológicos da área. Para identificar as definições jurídicas, utilizamos o principal dicionário brasileiro dessa área, o *Vocabulário Jurídico* de De Plácido e Silva (2013). Como a língua base do MAT é o inglês, adotamos o *Black's Law* (1990), por ser a referência jurídica mais importante para os países anglo-saxões. A análise do termo “custódia” foi completada pela análise do custodiante, responsável pela guarda e proteção. Esclarecemos, ainda, que o uso do termo “custodiante” e não “custodiador” foi adotado, em virtude de o primeiro ser um termo dicionarizado e o segundo, não. O termo “custodiador”, no entanto, foi mantido quando a tradução em diversas publicações optou por esse termo. Para não confundir o leitor, nas referências a essas obras, foi mantido o termo não dicionarizado.

No terceiro capítulo, *O arquivo como lugar e conjunto orgânico de documentos: uma abordagem etimológica*, o objetivo foi examinar a origem do termo “arquivo” na Grécia Antiga e a sua adoção pela língua latina clássica. Para isso, buscamos autores, que analisaram a origem do termo como Casanova (1928), Sandri (1950; 1968) e Duranti (1993; 2007), esclarecendo o significado atribuído desde a Antiguidade Clássica até a Idade Moderna. Essa análise etimológica foi realizada também na linguagem contemporânea, utilizando as mesmas fontes adotadas para examinar o termo “custódia”, como os léxicos e os dicionários arquivísticos e jurídicos. Nesta etapa do trabalho, procuramos compreender a amplitude e a singularidade do termo “arquivo”, bem como a sua relação com a custódia, priorizando os elementos existentes nas definições de arquivo.

No quarto capítulo, *O lugar e a concepção jurídica de arquivo*, foi examinado o surgimento do conceito de arquivo na Grécia antiga, e como o Direito Romano estabeleceu a concepção jurídica de arquivo como lugar, que foi adotada pelos juristas medievais e modernos. Para a realização dessa etapa, buscamos as obras clássicas da história dos arquivos, como Brennecke (1968), e autores contemporâneos como Duranti (1993; 1994b; 2007), que forneceram um quadro mais amplo das características desses arquivos e o seu legado para o mundo ocidental. A concepção jurídica foi examinada, particularmente as disposições do Código Justiniano, bem como sua adoção pelos juristas medievais e da Idade Moderna. As transformações políticas ocorridas no final do período medieval e no início da Idade Moderna foram analisadas, tendo em vista que

as monarquias, ao centralizarem e concentrarem todo o poder político, também tornaram secretos os arquivos.

No quinto capítulo, *A formação dos arquivos centrais de estado e a dicotomia entre arquivos administrativos e arquivos históricos*, são apresentados o processo de institucionalização desses arquivos diretamente vinculados ao soberano, a literatura arquivística dos séculos XVI ao XVIII e a formulação dos primeiros princípios arquivísticos, que dizem respeito à territorialidade e à possibilidade de manutenção do caráter indivisível dos arquivos. O período revolucionário e pós-revolucionário também foi considerado como um fator de mudanças nos arquivos: a alteração do seu caráter eminentemente administrativo, de apoio às monarquias, para se transformarem em arquivos “históricos”. Essa mudança foi decisiva para as definições de arquivo, que se desenvolveram no final do século XIX e durante o século XX, especialmente quanto à maior ou menor importância atribuída à custódia nas definições de arquivo. Escolhemos dois autores do século XX, Jenkinson e Schellenberg, que representam pensamentos diferentes quanto a essa temática.

O capítulo 6, *Arquivos sem muros e Arquivos como lugar*, tem como objetivo apresentar os aspectos essenciais na discussão do documento arquivístico digital, como o valor de prova e o vínculo arquivístico, bem como algumas características para a compreensão do objeto digital e do documento arquivístico digital, enfatizando as diferenças com os documentos convencionais. Examinamos ainda as linhas gerais da revolução tecnológica e os modelos de interpretação a respeito do papel da tecnologia e como esta afetou o mundo dos arquivos. Também serão apresentadas as concepções da mudança de paradigma e a defesa do arquivo como lugar, e as visões acerca da custódia e pós-custódia no campo dos arquivos.

Nas considerações finais, serão apresentadas uma síntese e reflexões sobre a relação entre o arquivo e o lugar, e o papel da custódia arquivística. Por último, são relacionadas as referências bibliográficas utilizadas no decorrer do trabalho.

2 A CUSTÓDIA COMO GUARDA E PROTEÇÃO AOS ARQUIVOS: UMA ABORDAGEM ETIMOLÓGICA

Na década de 1990, a custódia polarizou a comunidade arquivística. Esse tema foi identificado como central para discutir a fundamentação teórica da Arquivologia, especialmente os conceitos de arquivo e documento arquivístico, e também se, no novo cenário da revolução tecnológica, a abordagem custodial, ainda seria válida para enfrentar os desafios da preservação digital.

Essa abordagem, de acordo com os pós-modernos, enfatizaria a visão dos documentos como artefatos físicos e não como objetos lógicos e, portanto, a preservação desse material recairia naturalmente na sua guarda física, impossibilitando a sua interpretação pelos usuários. Como os documentos digitais são considerados como não “físicos”, estes exigiriam outra abordagem, baseada numa nova relação entre os arquivistas, produtores e os usuários, que não se restringiria apenas a preservar a proveniência e a armazenar documentos.

Por outro lado, a defesa dos arquivos como lugar considerou a custódia como necessária para a preservação de quaisquer tipos de documentos, e que sem entidades independentes que se responsabilizem pela preservação, os documentos digitais podem ter a sua autenticidade comprometida, inviabilizando o seu acesso pelos cidadãos. A custódia, exercida por uma entidade independente, significaria a condição de possibilidade para que o documento arquivístico digital seja preservado enquanto documento arquivístico, sem ter sua autenticidade e seus inter-relacionamentos ameaçados, seja pela obsolescência tecnológica seja por intervenções não autorizadas, que podem alterá-lo significativamente.

Nesse debate, a custódia era entendida ou como guarda no sentido de armazenamento e estoque ou como requisito para a preservação. Na medida em que o seu significado primário é guarda, buscamos compreender se o termo implica apenas em guarda física, ou não.

A custódia tem diferentes significados, e esta polissemia precisa ser destacada a fim de compreendermos o seu uso no âmbito dos arquivos, e as dificuldades na sua aplicação. Deve ser destacada, a concepção jurídica da custódia, expressa no Direito e na legislação de diferentes países, onde significa a responsabilidade de um funcionário em assegurar a preservação dos arquivos e o seu acesso.

Assim, optamos por realizar um estudo exploratório do termo “custódia” e buscamos seu significado nos léxicos, que consolidam o uso corrente das línguas modernas, e também no dicionário de língua latina, bem como nos dicionários jurídicos para entendermos a etimologia e o seu sentido primário. Além disso, foram consultados os glossários e dicionários de terminologia arquivística para podermos compreender os vários significados atribuídos à custódia pela comunidade arquivística. A análise da custódia é complementada pelo estudo do custodiante como alguém que tem autoridade e responsabilidade pelos documentos custodiados.

2.1. A CUSTÓDIA NOS LÉXICOS E NA TERMINOLOGIA JURÍDICA

O termo “custódia” é de origem latina e é utilizado em várias línguas modernas. Assim, iniciaremos o nosso estudo pelo significado desse termo no dicionário de latim clássico.

O termo latino *custōdia* tem o sentido de guarda, conservação, proteção; lugar onde se monta guarda, posto militar; prisão, cadeia, custódia; prisioneiro; no plural: guardas, sentinelas, piquete, guarda. Os termos *custōs* e *custōdis* têm o sentido de guarda, guardião, defensor e protetor. A origem latina do termo, portanto, tem um sentido de conservação, proteção (incluindo a militar) e também de prisão (Faria, 1962, p.271).

Os termos *custōdia* e *custōs* se disseminaram para outras línguas, que mantiveram a raiz latina como português, espanhol, francês, italiano e inglês.

O Dicionário Caldas Aulete⁴ apresenta o significado para o termo “custódia” como tendo um sentido jurídico: ação ou resultado de proteger, guardar algo ou alguém (custódia de títulos/dos filhos); tutela. Outro sentido atribuído ao termo é local seguro para guardar algo ou para manter alguém detido (custódia de presos/ de menores). Custódia também pode significar ostensório.

O *Diccionario de la lengua española* (DRAE) da *Real Academia Española* apresenta várias definições para o termo *custodia*⁵, tais como: pessoa ou escolta encarregada de custodiar um preso; na Ordem franciscana, agregado de alguns conventos, os quais não têm número suficiente para formar uma província da ordem. No

⁴ CALDAS AULETE. Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <<http://aulete.com.br/custodia>> Acesso em: 10 ago.2013.

⁵ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22ª. Ed. Madrid, 2001, versão online. Disponível em: <<http://lema.rae.es/drae/?val=custodia>>. Acesso em: 12 maio2015.

culto católico, custódia tem o significado de peça de ouro ou outro metal onde se expõe a hóstia consagrada. O verbo *custodiar* significa guardar com cuidado e vigilância.

Os *Dictionnaires de Français Larousse* definem *custodie*⁶ como província religiosa, principalmente aquelas que se referem às ordens mendicantes. O termo *custode*⁷ pode significar a parte da carroceria de um automóvel ou caixa com interior de vidro na qual se guarda a hóstia consagrada. Esses termos indicam a origem latina do termo *custodia* com o significado de guarda e guardião.

O *Grande Dizionario Italiano Hoepli* apresenta *custodia*⁸ como vigilância, assistência, deixar, confiar a alguém a custódia; estar sob a custódia de alguém; a custódia de crianças, inválidos e prisioneiros; a custódia de um arquivo. O verbo *custodire*⁹ apresenta os seguintes significados: conservar com cuidado; vigiar; preservar de perigos, proteger; manter prisioneiro.

Os *Oxford Dictionaries* apresentam várias definições para *custody*¹⁰. A primeira é o cuidado de proteção e guardião de alguém ou alguma coisa. Outros significados para *custody*¹¹ são: cuidado, guarda, manutenção, segurança, responsabilidade, proteção, tutela, posse, vigilância, controle, entre outros.

Foram identificados os seguintes termos utilizados para definir custódia pelos dicionários de latim, português, espanhol, francês, italiano e inglês: proteger e proteção; guardar, guarda e guardião; conservação; prisão, cadeia, prisioneiro e menores; tutela; vigilância; cuidado; assistência; posse; segurança; responsabilidade e local de guarda.

O termo “custódia”, portanto têm sinônimos como proteção, guarda, tutela, vigilância, assistência, posse, detenção e outros sentidos que se estenderam como o local onde a coisa ou pessoa está protegida ou guardada: ostensório, cadeia e o arquivo.

⁶ DICTIONNAIRES DE FRANÇAIS LAROUSSE. Éditions Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/custodie/21193?q=custodie#21070>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁷ DICTIONNAIRES DE FRANÇAIS LAROUSSE. Éditions Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/custode/21192>>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁸ GRANDE DIZIONARIO ITALIANO HOEPLI. Editrice Hoepli. Disponível em: <http://www.grandidizionari.it/Dizionario_Italiano/parola/C/custodia.aspx?query=custodia>. Acesso em: 10 maio 2015.

⁹ GRANDE DIZIONARIO ITALIANO HOEPLI. Editrice Hoepli. Disponível em: <http://www.grandidizionari.it/Dizionario_Italiano/parola/C/custodire.aspx?query=custodire>. Acesso em: 10 maio 2015.

¹⁰ OXFORD DICTIONARIES: language matters. Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/custody?q=custody>>. Acesso em: 10 maio 2015.

¹¹ OXFORD DICTIONARIES: language matters. Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english-thesaurus/custody>>. Acesso em: 10 maio 2015.

O quadro I indica a ocorrência dos termos custódia e seus sinônimos nas definições dos dicionários de idiomas. As acepções sobre a liturgia religiosa não foram incluídas, por não fazerem parte do escopo do nosso trabalho.

QUADRO I: SIGNIFICADOS DE CUSTÓDIA NOS LÉXICOS

Termos	Dic.Latim	Dic. Port.	Dic. Esp.	Dic. Fran.	Dic. Ital.	Dic.Ingl.
Proteger/ Proteção	Ernesto Faria	Caldas Aulete			HOEPLI	Oxford
Guardar/ Guarda/ Guardião	Ernesto Faria	Caldas Aulete	DRAE	Larousse		Oxford
Conserva- ção	Ernesto Faria				HOEPLI	
Prisão/ Cadeia/ Prisioneiro/ Menores	Ernesto Faria	Caldas Aulete	DRAE		HOEPLI	
Tutela		Caldas Aulete				Oxford
Vigilância			DRAE		HOEPLI	Oxford
Cuidado/ Assistência			DRAE		HOEPLI	Oxford
Posse						Oxford
Segurança						Oxford
Responsabili- dade						Oxford
Local de guarda	Ernesto Faria	Caldas Aulete				

O Vocabulário Jurídico De Plácido e Silva (2013, p. 414) afirma que, na terminologia jurídica, custódia significa: “o estado da coisa ou pessoa, que está sob guarda, proteção ou defesa de outrem, como o próprio local em que alguma coisa está guardada ou em que alguma pessoa é tida”. O verbete enfatiza ainda o aspecto relacional do termo: “Na *custódia* há, desse modo, coisa ou pessoa *custodiada* e pessoa *custodiante*, sob cuja responsabilidade ou proteção se conserva ou se guarda a coisa ou a pessoa custodiada”.

No dicionário jurídico americano, *Black's Law* (1990, p.384, tradução nossa), *custody* significa: “O cuidado e o controle de uma coisa ou pessoa. A guarda, cuidado, vigilância, inspeção, preservação ou segurança de uma coisa”. Além disso, esse dicionário esclarece que a custódia não implica em propriedade, mas em proteção: “O controle e a responsabilidade imediata, porém não o controle final e absoluto da propriedade, que implica a responsabilidade pela proteção e preservação da coisa em custódia”. O termo também envolve o aprisionamento ou detenção física.

Assim, o sentido jurídico presente no significado de custódia refere-se, de um lado, à proteção e, de outro, ao aprisionamento. Esse sentido jurídico permanece no uso atual do termo, pois custódia pode significar proteção e manutenção de alguém detido.

QUADRO II: SIGNIFICADOS DE CUSTÓDIA NOS DICIONÁRIOS JURÍDICOS

DICIONÁRIOS JURÍDICOS	TERMOS
Vocabulário Jurídico De Plácido e Silva	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção • Guarda • Defesa • Conservação
<i>Black's Law</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção • Guarda • Conservação • Prisão • Vigilância • Cuidado • Posse • Segurança • Responsabilidade

Os quadros I e II mostram que os termos “guardar”, “guarda” e “guardião” aparece em sete dos oito dicionários consultados. Já os termos “proteger” e “proteção” aparecem em seis dos oito dicionários consultados. Outro grupo refere-se aos termos prisão, cadeia, prisioneiro e menores, que apresenta cinco ocorrências. O termo vigilância e os termos “cuidado” e “assistência” aparecem respectivamente em quatro dicionários. Os termos “posse”, “segurança”, “responsabilidade” e “local de guarda” em dois dicionários respectivamente. Assim, os dicionários de idiomas demonstram que os significados mais comuns entre diversas línguas é o de guarda, proteção e prisão.

Apresentamos a figura abaixo em forma de nuvem de palavras, que destaca os termos que aparecem com mais frequência, sendo possível observar os elementos mais

finalidade preservar algo e também deve ser feita com cuidado e vigilância por uma pessoa a fim de manter incólume e seguro o material custodiado.

2.2 A CUSTÓDIA NOS DICIONÁRIOS E GLOSSÁRIOS DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA

Nos dicionários e glossários de terminologia arquivística são apresentadas várias definições para custódia, como veremos a seguir. Foram consultados os seguintes dicionários e glossários: o *Multilingual Archival Terminology*¹³, nas versões de língua inglesa, portuguesa, espanhola, francesa e italiana; *Glossary of Archival and Records Terminology*¹⁴; Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo e Bellotto (2010); o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE (2005); Dicionário de Terminologia Arquivística de Ivone Alves, publicado pelo Instituto Biblioteca Nacional e do Livro de Portugal (1993) e o *Diccionario Enciclopédico de Ciencias de la Documentación* de López Yepes (2004).

O *Multilingual Archival Terminology* (MAT) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) é uma base de dados *on-line* e interativa de terminologia arquivística, que foi disponibilizado no site do Conselho em 2013. Este Dicionário tomou como base os dicionários anteriores do Conselho Internacional de Arquivos e os glossários do InterPARES Project, sendo que os termos foram escolhidos pelo Diretor do Projeto e aprovados pelo CIA. A tradução foi feita por estudantes dos cursos de pós-graduação da *School of Archival, Library and Information Studies* da Universidade de British Columbia, especialistas de diversos arquivos nacionais e pesquisadores acadêmicos da Arquivologia. As definições foram retiradas a partir de fontes autorizadas, onde tais autoridades existem, e a partir da prática comum. As citações identificam a fonte de cada definição.

Como o inglês foi o idioma de base do MAT, a partir do qual os termos foram vertidos para outras línguas, iniciaremos a análise por esse idioma.

O MAT em inglês considera *custody* como: “A **responsabilidade** pelo **cuidado** (*care*) dos documentos baseada em sua **posse física**. Custódia nem sempre

¹³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://icarchives.webbler.co.uk/14716/methodology/lauching-the-project.html>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹⁴ PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary>>. Acesso em: 25 out. 2014.

inclui propriedade legal (*legal ownership*) ou direito de controlar o acesso aos documentos”¹⁵ (tradução e grifos nossos).

O MAT em espanhol define *custodia*¹⁶ como “A **responsabilidade** básica pela **tutela** dos documentos de arquivos ou arquivos, baseada na **posse física** dos mesmos sem que necessariamente implique um título legal” (tradução nossa). A segunda acepção define *custodia* como “O controle físico e legal sobre a existência, autenticidade, localização e acessibilidade dos documentos de arquivo” (tradução e grifos nossos).

A versão em língua italiana do MAT apresenta a seguinte definição:

A **responsabilidade** substancial da **tutela** de arquivos correntes ou históricos que se funda sobre a disponibilidade de fato de sua **posse material**, mas que não implica necessariamente um título legal correspondente¹⁷ (ICA, tradução e grifos nossos)

A versão em português do MAT apresenta duas acepções para o termo custódia¹⁸. A primeira define como “**Responsabilidade** pela **tutela** de documentos arquivísticos, que consiste na sua **posse física**, e não necessariamente em sua posse legal”. A segunda reproduz a definição do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) – DIBRATE: “Responsabilidade jurídica de **guarda** e **proteção** de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (grifos nossos).

A versão em língua francesa do *Multilingual* não apresenta o termo “custódia”. O termo mais próximo é *garde des documents*¹⁹ (guarda de documentos) com o significado de “Ação de conservar e preservar os documentos” (tradução nossa).

Outro importante glossário é *Glossary of Archival and Records Terminology*²⁰, de Pearce-Moses e publicado pela *Society of American Archivists* (SAA). Os verbetes se baseiam principalmente na literatura arquivística dos Estados Unidos e do Canadá, e também é disponibilizado pelo *site* dessa entidade.

¹⁵ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/133/252>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹⁶ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1661/4261>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹⁷ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2407/2926>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹⁸ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1199/1544>>. Acesso em: 25 out. 2014.

¹⁹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1025/1335>>. Acesso em: 25 out. 2014.

²⁰ PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists. 2005. Disponível: <<http://www2.archivists.org/glossary>>. Acesso em: 25 out. 2014.

O termo custódia é definido pelo *Glossary* como: “**Cuidado e controle**, especialmente para segurança e preservação; **guarda**”. Uma nota esclarece que “Custódia não implica necessariamente título legal sobre os materiais”²¹ (tradução e grifos nossos).

O Dicionário de Terminologia Arquivística de Camargo e Bellotto (2010, p.35) apresenta a custódia como “**Responsabilidade jurídica**, temporária ou definitiva, de **guarda e proteção** de documentos dos quais não se detém a propriedade” (grifos nossos).

O Dicionário de Terminologia Arquivística de Ivone Alves, publicado pelo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Portugal (1993, p.29), define custódia como: “**Guarda física** de documentos e/ou arquivos, com a consequente **responsabilidade jurídica**, sem necessariamente implicar a sua propriedade” (grifos nossos).

O *Diccionario Enciclopédico de Ciencias de la Documentación* de López Yepes (2004, p.401) define custódia como “**Proteção** dos documentos desde o **ponto de vista legal**. A custódia nem sempre está ligada ao órgão ou instituição produtora e pode ser independente do direito de acesso aos documentos e a sua informação” (tradução e grifos nossos).

Alguns dicionários apresentam os termos correlatos de custódia referentes à custódia física e custódia legal.

Com relação à custódia física, o único que apresenta esse termo é o *Glossary* definida como “**Posse, cuidado e controle**, especialmente para segurança e preservação”²² (tradução e grifos nossos).

Com relação ao termo custódia legal²³, o MAT apresenta duas definições. A primeira foi retirada do *Glossary of Archival and Records Terminology*, publicado pela *Society of American Archivists*: “A propriedade (*ownership*) e a **responsabilidade pela criação de política que administre o acesso** aos materiais, independentemente de sua localização física”. A segunda definição para custódia legal é a mesma atribuída ao termo custódia pelo MAT: “A **responsabilidade pelo cuidado** dos documentos baseado

²¹ PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists. 2005. Disponível: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/c/custody>>. Acesso em: 25 out.2014.

²² PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists. 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/p/physical-custody>>. Acesso em: 25 out.2014.

²³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/217/414>>. Acesso em: 25 out.2014.

na sua **posse física**. Custódia nem sempre inclui propriedade legal, ou o direito de controle de acesso” (tradução e grifos nossos).

A definição de custódia legal²⁴ do *Glossary* foi adotada pelo *Multilingual*, conforme referido anteriormente, isto é, **responsabilidade pela criação de política de acesso** (tradução e grifos nossos).

Assim, em língua inglesa existem três termos para definir custódia: *custody*, *legal custody*, *physical custody*.

A partir dessas definições é possível agrupar os termos com maior número de ocorrências a fim de compreendermos melhor o conceito de custódia e detectar o núcleo comum entre essas diferentes acepções, apresentadas nos dicionários e glossários de terminologia arquivística.

Com relação ao MAT, este apresentou uma definição comum de custódia para todas as línguas com algumas variantes, exceto na versão francesa que não possui o termo custódia.

Os termos comuns são responsabilidade, posse física e a condição que “não implica título legal de propriedade”. A diferença diz respeito à utilização dos termos “cuidado” utilizado somente na versão em inglês, e tutela nas línguas neolatinas. Na versão em inglês, ainda é apresentado que a custódia não significa direito de controle de acesso sobre os documentos, expressão ausente nas versões do MAT de línguas neolatinas.

Cabe destacar que como o MAT – inglês apresentou três termos com significados diferentes, é necessário separar esses significados. Desta forma, o sentido de custódia legal, o único que afirma que é uma propriedade, será tratado de separadamente.

A responsabilidade jurídica de proteção e guarda apresentada pelo DIBRATE e pelo Dicionário de Camargo e Bellotto, os únicos que explicitam que a responsabilidade se refere à guarda e à proteção conjuntamente, tem o significado de cuidado e guardar fisicamente os documentos.

O primeiro grupo de significados de custódia diz respeito à responsabilidade por alguma coisa e responsabilidade jurídica. Essa responsabilidade refere-se a cuidado, tutela, proteção, guarda e criação de política de acesso.

²⁴ PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists. 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/l/legal-custody>>. Acesso em: 25 out.2014.

A responsabilidade ou responsabilidade jurídica está presente nos seguintes dicionários e glossários:

- Responsabilidade pelo cuidado: MAT – inglês, verbete *custody*;
- Responsabilidade de tutela: MAT – espanhol, italiano e português;
- Responsabilidade jurídica de proteção e guarda: Camargo e Bellotto; DIBRATE;
- Responsabilidade jurídica: Ivone Alves;

Os termos referentes à responsabilidade e à responsabilidade jurídica, presentes na maioria das definições, são um elemento central na definição de custódia, no sentido que um custodiante (pessoa ou entidade) assume o encargo de cuidar, proteger, tutelar e guardar os documentos, e impedir que alguém possa comprometer os documentos ou mesmo destruí-los ou adulterá-los. A responsabilidade jurídica ou legal significa que a o exercício da custódia é regulamentada pela legislação e outros atos normativos.

A responsabilidade, de acordo com Silva (2013, p. 1223),

[...] revela o dever jurídico, em que se coloca a pessoa, seja em virtude de contrato, seja em face de fato ou omissão, lhe seja imputado, para satisfazer a prestação convencionada ou para suportar as sanções legais que lhe são impostas.

Assim, a responsabilidade procede da convenção e da norma ou regra jurídica, onde a obrigação é exigida ou o dever se impõe.

Além disso, como a responsabilidade exprime a qualidade de ser responsável e a condição de responder, esse termo pode ser utilizado quando se quer “determinar a obrigação, o encargo, o dever, a imposição de ser feita ou cumprida alguma coisa” (Silva, 2013, p. 1223).

A responsabilidade pelo cuidado apresentada pelo MAT inglês para o verbete *custody* (custódia) tem o sentido de responsabilidade por cuidar do material que está sob a guarda de um custodiante.

Com relação ao termo “proteção legal”, o *Diccionario* de López Yepes, ainda que não mencione explicitamente a responsabilidade, também concorda com as definições acima de que esta deve ser regulada pelos dispositivos jurídicos ou legais.

O MAT em todas as versões consultadas (inglês, espanhol, italiano e português) explicitou que a responsabilidade de cuidado ou tutela é baseada na posse física, o que significa que o material precisa estar fisicamente sob a guarda do custodiante.

Um segundo grupo apresenta a custódia como proteção, cuidado, controle, posse, guarda física, e como não explicita o termo responsabilidade por ou responsabilidade jurídica, optou-se por formar um grupo separado:

- Controle: *Glossary*, verbetes custódia e custódia física;
- Cuidado: *Glossary*, verbetes custódia e custódia física;
- Guarda física: Ivone Alves;
- Posse: *Glossary*, verbete custódia física;
- Proteção: Yepes

Como foi visto no levantamento feito nos léxicos, proteção e cuidado têm o sentido de resguardo contra danos. Os termos referentes à posse e à guarda física, ou à guarda simplesmente, estão presentes em quase todos os dicionários consultados. Os únicos que não incluíram esses termos nas suas definições foi o *Diccionario* de Yepes e o *Glossary*, sendo que este último remete para o termo “custódia física” com o significado de posse. Assim, a maioria dos dicionários considera que a posse física ou guarda física são elementos essenciais ao conceito de custódia.

O terceiro grupo considera que custódia “não implica título legal de propriedade” dos documentos custodiados, aspecto presente em todos os dicionários e glossários, exceto no *Diccionario* de López Yepes e no verbete custódia legal do MAT - inglês.

Para compreendermos o componente “não implica título legal de propriedade”, verificou-se no Vocabulário Jurídico De Plácido e Silva (2013, p.1118) o significado de propriedade a qual “como instituição jurídica é compreendida como o próprio direito exclusivo ou poder absoluto e exclusivo que, em caráter permanente, se tem sobre a coisa que nos pertence”.

O direito de propriedade no sentido absoluto e exclusivo foi explicitado por Silva (2013, p.1118) na passagem abaixo:

[...] os direitos de ser usada a coisa, conforme os desejos da pessoa a quem pertence (*jus utendi* ou direito de uso); o de fruir e gozar a coisa (*jus fruendi*), tirando dela todas as utilidades (proveitos, benefícios e frutos), que dela possam ser produzidas, e o de dispor dela, transformando-a, consumindo-a, alienando-a (*jus abutendi*), segundo as necessidades ou a vontade demonstrada.

Silva (2013, p.1118) destaca que o poder exclusivo e absoluto não é arbitrário e infinito e é limitado pela concorrência de outro direito igual ou superior. Assim, o direito de propriedade no sentido de dispor da coisa livremente, fruindo-a a seu bel

prazer ou alienando-a quando quiser, é restringido por direitos alheios ou pelo próprio interesse coletivo.

No âmbito dos arquivos, o termo propriedade deve ser relativizado, pois o arquivo não pode usar, usufruir e dispor dos documentos de forma incondicional ou irrestrita. Ainda que os documentos sejam apresentados, exibidos e consultados para um público, o que implica utilizar e extrair um benefício a partir do seu uso, esses benefícios são para o público e não para o próprio arquivo.

Um aspecto importante diz respeito à utilização do termo “custódia”, o qual normalmente se refere ao seu exercício por um arquivo público, atuando sobre documentos públicos e que estes são considerados patrimônio público. Silva (2013, p.1019) define patrimônio público como o “conjunto de bens que pertencem ao domínio do Estado e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas”.

Assim, esse patrimônio, representado pelos documentos públicos, pertence ao domínio do Estado e não ao do arquivo, que age no sentido de proteger esse patrimônio, mas não o de usufruir ou de dispor dele livremente. Além disso, a expressão “não implica título legal de propriedade” para a definição de custódia significa que o exercício da proteção pode atingir os documentos considerados sob ameaça ou que preventivamente precisam ser protegidos de qualquer dano, incluindo os arquivos particulares.

O terceiro grupo considera que a custódia “não inclui o direito de controle de acesso”, expressão que foi detectada nas versões em inglês e italiano do *Multilingual Archival Terminology* e no *Diccionario* de López Yepes. Essa expressão significa que essa proteção não tem como consequência o direito de impedir o acesso aos documentos, que deve ser regulado por outros dispositivos.

Por último, o *Glossary* é o único que se refere à finalidade da custódia, isto é, que o cuidado e o controle são para segurança e preservação, reforçando a ideia de proteção e salvaguarda.

Com relação ao termo “custódia legal” que aparece no *Glossary* e também no MAT – inglês com a mesma definição: “A propriedade e a responsabilidade por criar política de acesso aos materiais, independentemente de sua localização física” merece uma breve análise.

Esse termo também aparece no dicionário jurídico americano, *Black’s Law* (1990, p.893), o qual define custódia legal (*legal custody*) como “Material documental

ou documentos arquivísticos sob o controle legal, propriedade, com acesso a possuir ou a responsabilidade por”.

Assim, a custódia legal significa explicitamente propriedade e é dirigida especificamente para os documentos arquivísticos e não para qualquer coisa ou pessoa que se encontra sob custódia de alguém.

A legislação arquivística americana também prevê o termo “custódia legal”. O *Code of Federal Regulations* (CFR), Título 36, capítulo XII, subcapítulo B, §1220.18, quando define o significado dos “arquivos nacionais” dos Estados Unidos, explica que o recolhimento dos documentos originários das agências, selecionados como tendo valor suficiente para a preservação contínua, passam para a custódia legal do Arquivista (diretor do *National Archives*), significando que esse custodiante detém legalmente a posse desses documentos:

National Archives of the United States é o conjunto de todos os documentos selecionados pelo Arquivista dos Estados Unidos, em virtude de terem suficiente valor histórico ou outro para tornar necessária sua preservação contínua pelo Governo Federal e que foram transferidos para a **custódia legal** do Arquivista dos Estados Unidos (tradução e grifos nossos).

Esta situação significa que há uma divisão no conceito de custódia, pois a maioria dos verbetes considerou que ela não implica em título de propriedade e a visão americana criou outro sentido: a custódia física que significa guarda, mas não a propriedade, e a custódia legal, exercida pelo arquivista, como responsável pela instituição arquivística, o qual detém a propriedade sobre os documentos custodiados.

A diferença entre custódia física e custódia legal reside na posse e na propriedade respectivamente, e está articulada com a diferença entre os *records* e os *archives*. Na visão americana, somente os *records* que tem suficiente valor histórico ou cultural merecem se tornar *archives* e ingressarem na instituição arquivística. Um dos expoentes dessa visão é Schellenberg e na passagem abaixo esclarece sua definição de arquivo:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, **merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa** e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

Na visão schellenberguiana, que também foi assumida pela legislação e amplamente pela arquivística norte-americana, os documentos arquivísticos (*records*),

ao serem considerados de valor, mudam de categoria, e passam a integrar o *National Archives*, entendido como um grande conjunto de documentos que foram selecionados para preservação permanente na instituição arquivística.

Assim, as unidades produtoras, as agências, produzem *records*, os quais são mantidos e posteriormente avaliados. Se selecionados para preservação, mudam de status e passam a ser *archives*.

Essa visão irá determinar a divisão entre a posse e a propriedade, e a necessidade de explicitação por meio de um termo novo, a custódia legal.

A responsabilidade por criar uma política de acesso, presente no MAT inglês e no *Glossary*, é a única acepção que não define custódia como guarda ou cuidado ou mesmo proteção. No contexto americano, como vimos nas definições do *Glossary*, do *Black's Law* e da legislação, isto significa que a missão e a finalidade da instituição arquivística têm como objetivo preservar e dar acesso aos materiais custodiados.

A divisão entre custódia física e legal está entre a posse temporária, e a propriedade, que é definitiva. Essa propriedade tem uma finalidade específica: estabelecer uma política de acesso para todo o material custodiado, mesmo que ele esteja fora do seu edifício, como é o caso dos arquivos afiliados²⁵ ao NARA.

Essas considerações sobre a particularidade do contexto americano, não impedem que examinemos os elementos comuns existentes nos significados de “custódia”.

Assim, é possível verificar a existência de elementos comuns a todas essas definições, ainda que apresentem variantes. Esse núcleo comum se refere aos termos “responsabilidade”, “guarda”, “tutela”, “cuidado”, “posse”, “controle”, “proteção” e que a custódia não implica título legal de propriedade.

Os termos “tutela”, “cuidado” e “proteção” apresentam significados análogos com o sentido de resguardo, abrigo e atenção. O termo “controle” significa o domínio. Já o termo “posse” significa deter e reter alguma coisa e, no âmbito dos arquivos, significa que o custodiante detém os arquivos, ainda que possa não ter o título legal de propriedade.

²⁵ Os Arquivos Afiliados²⁵ são instituições como sociedades históricas, universidades, arquivos estaduais, tais como a *Oklahoma Historical Society*, *United States Naval Academy*, *New Mexico State Records Center and Archives*, que estabelecem um acordo formal por escrito com o NARA, pelo qual os conjuntos de documentos mantidos por essas entidades integram o acervo da instituição arquivística. National Archives and Records Administration. Affiliated Archives. Disponível em: <<http://www.archives.gov/locations/affiliated-archives.html#tex-lib>>. Acesso: 04 jul.2014

No Brasil, essa posse física é chamada de “guarda” pelos dicionários brasileiros de terminologia arquivística, como vimos no termo “responsabilidade jurídica de proteção e guarda”, e é possível também ser detectada no Dicionário de Ivone Alves, de Portugal, que define custódia como guarda física.

2.2.1 O núcleo comum do termo “custódia”-

A partir da análise do termo “custódia” nos dicionários e glossários arquivísticos e da constatação da existência de um núcleo comum entre as diferentes definições, é possível considerar três elementos essenciais presentes nas definições sobre custódia.

O primeiro elemento é a guarda, ou seja, a custódia significa que existe um lugar para preservar arquivos e documentos. A guarda abrange a posse, ou seja, os documentos estão retidos e preservados pelo custodiante; em uma palavra, arquivados. Com relação à propriedade legal, o exercício da custódia não é impedido por razões de propriedade, ainda que o material custodiado não seja de propriedade do custodiante, exceto no *Glossary*.

O segundo elemento é a proteção, ou seja, os arquivos são um tipo de material que precisa ser cuidado e estar em segurança, em virtude da sua fragilidade e vulnerabilidade. A proteção envolve a responsabilidade legal da instituição (produtora ou preservadora), que tem a custódia dos documentos, pela segurança e preservação dos documentos que não podem ser alterados, subtraídos e danificados.

O terceiro elemento é o aspecto relacional entre o material custodiado e o custodiante, o que nos leva a enfatizar que a custódia é uma relação entre os documentos e as pessoas ou instituições que os preservam.

Dessa forma, em todas as definições encontradas nos dicionários e glossários arquivísticos sobre custódia, fica implícito que os documentos precisam de proteção porque são frágeis tanto do ponto de vista físico como intelectual, sujeitos a vários tipos de perigos à sua durabilidade e manutenção enquanto documentos arquivísticos, e que sua perda, adulteração, falsificação ou mesmo desorganização pode impossibilitar a sua utilização como testemunho das ações. Além disso, essa proteção tem por finalidade manter preservado e íntegro o material custodiado.

Nos dicionários de terminologia arquivística não há diferença entre a custódia exercida no âmbito da organização produtora e na organização arquivística, exceto para o termo “custódia legal” no *Glossary* e no MAT- inglês, que apresentam a diferença

entre custódia física, como posse, custódia legal, com o significado de propriedade e responsabilidade para criar uma política de acesso pela instituição arquivística.

A custódia como proteção e guarda tem como consequência a ideia que o custodiante deve ser responsável pela proteção física e intelectual, mantendo as características dos documentos, sua autenticidade e os inter-relacionamentos entre esses, assegurando a estabilidade e a segurança dos documentos custodiados.

Por último, devemos fazer algumas considerações gerais sobre a custódia. A primeira diz respeito ao sentido que é atribuído pelas organizações produtoras e pela instituição arquivística. A segunda diz respeito aos limites da custódia para a preservação dos arquivos.

O sentido de custódia para as pessoas e organizações produtoras significa que os documentos devem ser guardados para ação e referência, e, portanto, a preservação é um requisito para a existência do documento arquivístico, na medida em que estar guardado é a condição de possibilidade de manter os inter-relacionamentos entre os documentos.

O sentido de custódia para as entidades de preservação significa que, ao receberem os documentos de diferentes organizações produtoras, a instituição assume a custódia desses documentos e, portanto, a responsabilidade de manter as características dos documentos como a autenticidade e o vínculo arquivístico, a fim de garantir o acesso e a disponibilidade dos documentos sob sua guarda. A preservação e o acesso passam a ser a finalidade dos documentos custodiados.

Assim, a custódia tem dois sentidos que frequentemente se sobrepõem: o sentido de reter para ação ou referência pelo produtor e o sentido de preservar para os usuários das instituições arquivísticas.

Enquanto que na perspectiva do produtor, o documento é mantido de forma que a relação entre os documentos seja estabelecida e ele possa se tornar um documento arquivístico e, portanto, a sua retenção é condição para a existência do documento enquanto documento arquivístico, na perspectiva do preservador, a preservação é uma finalidade da instituição a fim de disponibilizar o material custodiado.

No entanto, a custódia por si só não garante que a preservação será realizada, que as condições de guarda serão adequadas e que os documentos permanecerão autênticos e não sofrerão nenhuma intervenção que altere suas características essenciais. A custódia é um requisito jurídico, mas não substitui ações e medidas que implementem a preservação em sentido abrangente.

No Brasil, por exemplo, ainda que o direito reconheça a custódia, a falta de políticas públicas de arquivo e de iniciativas eficazes para preservar e dar acesso aos documentos não traz como consequência imediata o respeito à proveniência, à ordem original, nem com relação às condições adequadas de guarda e de acesso.

2.3 CUSTODIANTE E CUSTODIADOR CONFIÁVEL

A análise etimológica do termo “custódia” procurou delimitar, dentre diversos significados, o seu núcleo comum constituído pelos termos “guarda”, “responsabilidade”, “tutela”, “cuidado”, “posse”, “controle”, “proteção” e “não implica título legal de propriedade”. A partir desse núcleo e do exame dos dicionários e glossários arquivísticos, é possível afirmar que a ideia básica de custódia, no âmbito dos arquivos, envolve a responsabilidade pela proteção aos documentos com a finalidade de preservação, e que esta não necessariamente implica propriedade sobre o material custodiado.

Assim, analisar os termos referentes aos agentes da custódia complementa a análise do termo custódia, já que a custódia implica na designação de uma entidade ou pessoa como responsável pelos documentos. No âmbito dos arquivos, esse aspecto é central porque diz respeito a quem tem autoridade sobre os documentos e como é exercida essa proteção e como se realiza a preservação.

Inicialmente será analisado o significado dos termos referentes ao agente da custódia e, em seguida, será examinado o conceito de custodiador confiável.

O termo latino *custös* e *custödis*, segundo o Dicionário de Ernesto Faria (1962, p.271), tem o sentido de guarda, guardião, guardião, defensor, protetor.

O Dicionário Caldas Aulete define custodiante²⁶ de duas formas: “1. Diz-se de que ou quem retém alguma coisa sob custódia (instituição custodiante); tutelante. 2. Aquele que mantém alguma coisa em custódia”.

O Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva (2013, p.414), no verbete “custódia”, se refere à relação entre a coisa ou pessoa custodiada e a pessoa custodiante.

Além de custodiante, o Dicionário Caldas Aulete também apresenta o termo “custódio”²⁷ que significa aquele que guarda, protege e defende algo ou alguém. De

²⁶ CALDAS AULETE. Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <<http://aulete.com.br/custodiante>>. Acesso em: 25 out.2014.

Plácido e Silva (2013, p.414), no verbete custódia, refere-se a custódio como superior de algumas ordens religiosas.

O *Oxford Dictionaires* define *custodian*²⁸ como “Pessoa que tem a **responsabilidade** por cuidar ou **proteger** alguma coisa” (tradução e grifos nossos).

O *Dizionario Hoepli* de língua italiana define *custode*²⁹ como “aquele que custodia, vigia ou a quem foi confiado por uma autoridade, especialmente judiciária; o *custode* de uma criança, de um museu, do município”.

Os demais dicionários de idiomas em espanhol e francês não apresentam o termo equivalente a custodiante ou custódio.

O *Multilingual Archival Terminology* (MAT), dicionário do Conselho Internacional de Arquivos, na versão de língua inglesa, definiu *custodian*³⁰ como “pessoa física ou jurídica que tem a incumbência e o controle de um conjunto de documentos” (tradução nossa) e a segunda acepção é “Indivíduo ou organização que tem a **posse** e a **responsabilidade** pelo **cuidado** e **controle** do material” (tradução e grifos nossos). A fonte dessa segunda acepção é o *Glossary of Archival and Records Terminology*³¹.

A versão em italiano³² do MAT define *custode* como “Pessoa física ou jurídica que tem a **responsabilidade** e o controle de um complexo de documentos” (tradução nossa). O MAT nas versões em espanhol, francês e português não traduziu o termo *custodian* e não apresentou definição. .

Os demais dicionários referidos na seção 4.2 não apresentam definição para o agente da custódia.

Em língua portuguesa existem dois termos dicionarizados para se referir aos agentes da custódia: custodiante e custódio. No entanto, o MAT em todas as versões

²⁷ CALDAS AULETE. Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <<http://aulete.com.br/custodio>>. Acesso em: 25 out.2014.

²⁸ OXFORD DICTIONARIES: language matters. Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/custodian?q=custodian>>. Acesso em: 25 out.2014

²⁹ GRANDE DIZIONARIO ITALIANO HOEPLI. Disponível em: <http://www.grandidizionari.it/Dizionario_Italiano/parola/C/custode.aspx?query=custode>. Acesso em: 25 out.2014.

³⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/132/1178>>. Acesso em: 25 out. 2014.

³¹ PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*. Society of American Archivists. 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/c/custodian>>. Acesso em: 25 out.2014.

³² INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2396/2925>>. Acesso em: 25 out.2014.

incluiu o termo *trusted custodian*³³ que foi traduzido para o português como custodiador confiável. Assim, existem três termos em português para se referir ao mesmo tipo de agente: custodiante, custódio e custodiador, ainda que este último não tenha sido dicionarizado. No MAT em português foi adotado o termo “custodiador confiável”.

Nosso trabalho pretende utilizar um termo dicionarizado em língua portuguesa que contemple essa condição de agente da custódia e, nesse sentido, optou-se por adotar o termo “custodiante”, aquele que retém os documentos sob custódia.

“Custodiante”, por ter o sufixo *-ente* na sua formação, é o termo que melhor explicita esse papel de exercer a custódia, isto é, de desempenhar a função de proteção e de indicar a relação entre a coisa custodiada e a pessoa que custodia.

Além disso, em virtude da definição do MAT, que considera custódia como a responsabilidade de tutela dos documentos, o termo “custodiante” e o seu sinônimo “tutelante” é mais próximo do conceito de custódia desse dicionário de terminologia arquivística.

Com relação ao termo “custodiador confiável” (*trusted custodian*), utilizado no MAT em português e em trabalhos traduzidos para a nossa língua do InterPARES Project como Diretrizes do Produtor ([2011]) e Diretrizes do Preservador ([2011]), ainda que o termo “custodiador” não seja um termo dicionarizado na nossa língua, este será mantido, em virtude de ser adotado nesses trabalhos, de forma a não confundir o leitor e facilitar a consulta e referência do termo. Além disso, o mais importante do termo diz respeito ao seu conceito, isto é, como o agente da custódia exerce a proteção aos documentos, especialmente os digitais.

O MAT apresenta uma definição de “custodiador confiável” em todas as línguas, sendo que as versões em inglês (*trusted custodian*³⁴), espanhol (*custodio de confianza*³⁵), italiano (*custode fidato*³⁶), francês (*tiers de confiance*³⁷) e português

³³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/337>>. Acesso em: 25 out.2014.

³⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/337>>. Acesso em: 25 out.2014.

³⁵ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1648/2114>>. Acesso em: 25 out.2014.

³⁶ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2384/2912>>. Acesso em: 25 out.2014.

³⁷ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/3969/4789>>. Acesso em: 25 out.2014.

apresentam a mesma acepção sem variantes ou adaptações. A versão em português define custodiador confiável³⁸ como:

Preservador que pode demonstrar que não tem nenhum motivo para alterar os documentos arquivísticos preservados, ou para permitir que outros os alterem, e é capaz de implementar todos os requisitos para preservação de cópias autênticas de documentos arquivísticos.

A fonte dessa definição se encontra no *Authenticity Task Force Report*, incluído no livro *The Long-term Preservation of Authentic Electronic Records: Findings of the InterPARES Project*³⁹, organizado por Luciana Duranti em 2005. Essa mesma definição é encontrada também nas publicações do InterPARES 2 Project, Diretrizes do Preservador ([2011a]) e Diretrizes do Produtor ([2011b]), traduzidos para língua portuguesa e publicados pelo Arquivo Nacional do Brasil.

O InterPARES 2 Project, nas Diretrizes do Preservador ([2011a]), parte da premissa de que os documentos arquivísticos são ameaçados desde o momento em que o seu uso corrente ou ativo cessa de existir, pois o produtor pode não ter interesse em preservar as características originais dos seus documentos, ou ainda pode não manter a integridade dos seus arquivos, em virtude de mudanças administrativas, jurídicas e tecnológicas.

Essas ameaças, de acordo com o InterPARES 2 Project ([2011a]) presentes no ambiente convencional, se tornam mais críticas no ambiente eletrônico, em virtude da renovação contínua da tecnologia, com a substituição de softwares e hardwares, pela obsolescência tecnológica e pelo colapso de práticas adequadas de gestão de documentos. Esses fatores trazem como consequência que os documentos, por não serem identificados como documentos arquivísticos, não serem geridos como documentos arquivísticos, também não serão preservados como documentos arquivísticos. Essas novas ameaças podem ocasionar a perda ou a alteração quanto à forma e ao conteúdo dos documentos, impossibilitando o seu uso como testemunho autêntico das ações de organizações e indivíduos.

No texto Diretrizes do Produtor do InterPARES 2 Project ([2011b]), o custodiador confiável é referido como

³⁸ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1201>>. Acesso em: 25 out.2014.

³⁹ InterPARES 2 Project. University of British Columbia. Disponível em: <<http://www.interpares.org/%5C/book/index.cfm>>. Acesso em: 25 out.2014.

[...] um profissional - ou um grupo de profissionais, como um arquivo ou uma sociedade histórica comunitária – que tem formação em manutenção e preservação de documentos, e que preferencialmente não tem relação com o conteúdo dos documentos ou interesse em permitir que outros os manipulem ou destruam.

Assim, ao qualificar o custodiador como confiável significa que ele precisa demonstrar que é um agente independente do produtor e tem como finalidade precípua assegurar a proteção dos documentos e seu acesso, bem como implementar todas as condições que viabilizem a preservação.

O custodiador confiável é um preservador de documentos, isto é, uma entidade responsável pela custódia física e legal dos documentos do produtor e por sua preservação, entendida como proteção e garantia de acesso contínuo aos documentos (InterPARES 2 PROJECT, ([2011b])).

A definição de “custodiante” como uma entidade responsável pela custódia física e legal está referenciada ao contexto anglo-saxão que considera que essa entidade detém a posse física e a propriedade. Deve-se destacar também que esse termo é exclusivo para os materiais arquivísticos. No entanto, em outros países, o direito de recolher os documentos, preservá-los e dar acesso de forma independente e autônoma, sem ingerência nem das organizações que os produziram nem de outros agentes externos à entidade, é referido pelo termo “custódia” e não “custódia legal”. Essa diferença não invalida o papel do “custodiante” confiável, mas deve ser considerada na formulação de políticas nacionais específicas.

Assim, o “custodiante” confiável é uma pessoa, física ou jurídica, que pode assumir a custódia e as responsabilidades decorrentes, porque não está implicado com o desempenho das atividades e ações do produtor. Em virtude do seu mandato, ao preservador não recai suspeita de alterar, falsificar ou destruir documentos, já que ele não é parte das ações registradas nos documentos dos produtores, nem tem interesse em favorecer ou desfavorecer qualquer pessoa que tenha participado das mesmas.

A aplicação do conceito de “custodiante” confiável significa que este precisa ter mandato e competência claramente definidos, regulados jurídica e administrativamente, para implementar todas as ações necessárias com relação à preservação física e intelectual, bem como garantir o acesso contínuo aos documentos custodiados.

Além disso, o “custodiante” confiável deve assegurar que a preservação seja constante e permanente, especialmente a preservação digital, que envolve recursos

financeiros, conhecimento especializado e capacidade tecnológica e isso envolve decisões políticas e planejamento, que ultrapassam a esfera da entidade e que precisam ser deliberadas pelos níveis mais altos da administração, como no caso das organizações públicas. Desta forma, se as instituições como instituições arquivísticas públicas ou privadas, serviços de arquivo, arquivos gerais ou centrais, bibliotecas, centros de documentação e outros tipos de entidades congêneres, exercem funções tradicionais de preservação, estas precisam demonstrar que possuem condições de assegurar a viabilidade e os requisitos da preservação digital.

3 O ARQUIVO COMO LUGAR E CONJUNTO ORGÂNICO DE DOCUMENTOS: UMA ABORDAGEM ETIMOLÓGICA

O termo “arquivo” tem múltiplos sentidos e é utilizado amplamente pelas ciências, artes, administração, direito e pessoas no seu dia-a-dia. A Arquivologia procurou delimitar o seu significado em dicionários e na literatura, mas o termo, mesmo na nossa área, é polissêmico. Pode designar conjunto de documentos, instituição, prédio, mobiliário e atualmente arquivo digital, como indicam os principais dicionários brasileiros de terminologia arquivística, o Dicionário de terminologia arquivística - DTA, de Camargo e Bellotto (2010) e o Dicionário Brasileiro de terminologia arquivística do Arquivo Nacional - DIBRATE (2005).

O caráter polissêmico demonstra que o termo absorveu várias acepções, revelando ser capaz de se adaptar a diferentes situações históricas, ainda que gere dificuldade de entendimento nas diversas situações em que o empregamos, sendo as mais frequentes aquelas que se referem à instituição e ao conjunto orgânico de documentos.

No Dicionário de terminologia arquivística (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, p.11-12) o termo “arquivo” possui cinco definições. A primeira se refere ao conjunto de documentos, que são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas; uma segunda acepção define o arquivo como entidade administrativa responsável pela custódia; a terceira refere-se ao edifício em que são guardados os arquivos; a quarta ao móvel destinado a guarda de documentos e a quinta acepção define que, em processamento de dados, é o conjunto de dados relacionados como uma totalidade.

Ao verificarmos esses diferentes significados, constatamos que quatro desses têm em comum a guarda e a retenção. Ainda que, na primeira definição de arquivo, referente ao conjunto de documentos, não apareça explicitamente o conceito de custódia ou um sinônimo como guarda, fica implícito na expressão “reunidos por acumulação”, a qual remete à ideia de formação orgânica, que só é possível quando o documento está arquivado, pois arquivado significa guardado e preservado em um lugar.

A trajetória dos arquivos no mundo ocidental demonstra que o lugar é fundamental para o conceito. O Direito Romano⁴⁰ concebeu o arquivo como o lugar público onde os documentos são conservados. O lugar significava um espaço determinado onde é possível preservar, proteger e dar acesso.

Assim, a custódia assume um papel importante para a própria conceituação do termo “arquivo”, pois transmite a ideia de proteção que os arquivos e os documentos precisam a fim de permanecerem como um registro confiável das ações passadas.

O termo “custódia”, como foi examinado no segundo capítulo deste trabalho, também tem vários sentidos – guarda, conservação, proteção, vigilância, prisão - e como “arquivo” são originários do latim e foram regulados pelo Direito Romano, que os transmitiu para o direito de diversos países do mundo ocidental.

No entanto, o termo “custódia” não foi objeto de um estudo específico, aparecendo em algumas definições de arquivo, como por exemplo, a do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, conhecido como Manual dos Holandeses:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na **custódia** desse órgão ou funcionário (MULLER, FEITH E FRUIN, 1973, p.13, grifos nossos).

Nessa conceituação de arquivo como conjunto, os documentos têm um destino, a sua permanência num lugar determinado, o arquivo do produtor. A custódia não é um atributo exclusivo da instituição arquivística, e sim necessário para a própria definição de arquivo, pois junto com o recebimento e produção oficiais, o trio holandês afirma que os documentos precisam permanecer sob a responsabilidade do órgão ou funcionário responsável, a fim de serem considerados arquivos e não um conjunto qualquer de documentos.

Nas próximas seções analisaremos a origem do termo “arquivo” e seu uso contemporâneo nos léxicos de vários idiomas, na terminologia jurídica e arquivística.

3.1 A ORIGEM DO TERMO ARQUIVO

⁴⁰ O Código Justiniano, *Digesta* 48, n.19, 9.6, *De Poenis*, definiu o arquivo como “lugar público onde os documentos são conservados”. Disponível em: <<http://droitromain.upmf-grenoble.fr/>>. Acesso em: 10 jul.2015. A concepção do direito romano será examinada no **capítulo 4**.

O termo “arquivo” é proveniente da palavra grega *archeîon*, que originou *arcivum*, *archivum*, vocábulos em latim, que passaram para as línguas modernas do Ocidente: arquivo (português), *archivo* (espanhol) *archives* (francês e inglês), *archivio* (italiano), *archiv* (alemão).

Historicamente, como afirmam Casanova (1928, p.11), Sandri (1968 p.107-109), Lodolini (1993, p.124) e Duranti (1994b, p.41; 1995, p.2; 2007, p.447), o termo “arquivo”, originário do latim *archivum*, designou, na Roma antiga, o lugar público de conservação dos documentos.

Casanova, ao tratar da etimologia da palavra arquivo, considera que o termo se originou do substantivo *archeîon* e não do verbo *archein*, já que o primeiro indica o palácio do arconte, onde os atos escritos eram emanados por essa autoridade. O termo grego originou “o vocábulo latino *arcivum*, *archivum*, *archivium* para indicar **tanto o local como o móvel**, quase a justificar a confusão que vários fazem ainda hoje entre o contendo e o conteúdo” (CASANOVA, 1928, p.11, tradução e grifos nossos).

Assim, os móveis que serviam para custodiar os atos, em virtude da segurança que infundia a custódia, e que era expressa pelo verbo *archein*, originaram as palavras em latim *arcere*, *arx*, que assumiram frequentemente a denominação de *arché*, donde *archarium* e *armarium*, nomes ampliados também ao depósito todo, aumentando a confusão derivada do termo grego. O termo *archivum* foi utilizado por alguns escritores latinos, como Tertuliano, que viveu entre os séculos II e III d.C. (CASANOVA, 1928, p.12, tradução nossa).

Uma das questões suscitadas pelo termo arquivo diz respeito à polissemia, os múltiplos sentidos que podem gerar ambiguidade. Casanova ressaltou a confusão do termo, ou seja, a dificuldade de diferenciar o material (conteúdo) do móvel (contendo), isto é, distinguir entre os documentos e o lugar de acondicionamento e armazenamento, resultante da origem dos vocábulos gregos (*archeîon* e *archein*), considerando que para definir o que são os arquivos o elemento principal é o conteúdo, ou seja, os documentos:

O conteúdo, ao contrário, qualquer que seja o recipiente que o envolve, é sempre o mesmo, conserva a mesma inalterabilidade, a mesma estabilidade através do tempo e do espaço, e nos oferece, portanto, a única base sob a qual repousa a nossa definição e a nossa doutrina (CASANOVA, 1928, p.12, tradução nossa).

Uma perspectiva, que analisa a abrangência do termo “arquivo”, e não a confusão ou a ambiguidade, é apresentada por Duranti (1993) que considera que, na origem da palavra grega, é possível compreender esse termo com o significado de corpo

documental, lugar e funcionário. A autora afirma que o termo grego *archeion* significa ao mesmo tempo palácio de governo, administrador geral, gabinete do magistrado, serviço de arquivos, documentos originais, repositório para documentos originais, autoridade. Já o verbo *archein* significa comandar, guiar, governar e *arché* significa origem, fundação, comando poder, autoridade.

Assim, os termos aceitos internacionalmente para designar os corpos documentários criados administrativamente, os repositórios nos quais eles são preservados e as pessoas encarregadas do seu cuidado, deriva da palavra grega, que indica documentos correntes naturalmente acumulados por funcionários públicos no exercício de suas funções e estão inextricavelmente ligados à ideia de poder e autoridade (DURANTI, 1993, p.35, tradução nossa).

Nesta perspectiva, o sentido do termo “arquivo” tem origem na palavra grega *archeion*, a qual compreende inclusivamente os conjuntos de documentos, o lugar e o funcionário responsável pela custódia, e que essa abrangência se deve à própria organização política da Grécia antiga, particularmente da democracia ateniense. A compreensão grega clássica significava que o lugar incluía todos os elementos necessários para a existência do arquivo.

No entanto, nem sempre essa etimologia foi consensual entre os estudiosos. A origem do termo “arquivo”, como derivada do grego *archeion* ou dos termos latinos *archarium* ou *armarium*, foi objeto de discussão na Itália, nos séculos XVI e XVII, pois, no latim clássico, não era utilizada a palavra *archivum*, e sim *tabularium* (SANDRI, 1968, p. 107, tradução nossa).

Este fato pode ser comprovado por meio da consulta aos dicionários de língua latina. Ao pesquisarmos no Dicionário de Ernesto Faria (1962), não encontramos o termo *archivum* e sim *tabularium* com o significado de arquivo, cartório e arquivos públicos. O *Tabularium* foi o principal arquivo da Roma antiga, concentrando os documentos da administração romana.

Com o significado de lugar público de conservação de documentos, originário do Direito Romano, existiam inúmeros sinônimos tanto derivados da forma e da matéria, como biblioteca, como também da importância do lugar no qual a documentação estava custodiada, junto com outras coisas preciosas, como *armarium* e *thesaurum*. Ainda que existissem sinônimos, não há significados diferentes, já que o sentido jurídico é o único existente. Portanto, o lugar era fundamental para a determinação do conceito de arquivo (SANDRI, 1968, p.108, tradução nossa).

Sandri (1950, p.95-107, tradução nossa) realizou uma pesquisa etimológica sobre o termo “arquivo” e apresentou-a na introdução à obra de Baldassarre Bonifacio, *De archivis*. Essa obra de Bonifacio se tornou uma referência importante para os estudos dos arquivos e foi publicada originalmente em 1632. A introdução de Sandri, *Il De Archivis di Baldassarre Bonifacio*, foi publicada no periódico *Notizie degli Archivi di Stato*, em 1950.

Sandri (1950, p.98, tradução nossa) também procurou reconstruir quais eram as práticas e a opinião comum no século XVI em matéria de arquivo, e argumenta que o termo, no falar toscano, já indicava não apenas o lugar de conservação dos atos públicos, disposto pela autoridade pública, como foi definido pela jurisprudência, mas também aquele disposto por pessoas privadas para seu próprio uso. Este fato já indicaria uma superação do rígido formalismo da terminologia jurídica e se podia dizer que, neste sentido, o termo arquivo não tinha sinônimos. Os lexicógrafos, que trabalhavam em torno dos dicionários para a língua italiana, podiam citar exemplos do uso do vocábulo por autores célebres. Este vocábulo “arquivo” vinha expresso normalmente como “*archivum*” no latim dos juristas, porém, esse conceito estava também representado por outros vocábulos como *tabularium*, *scrinium*, *bibliotheca*. A pesquisa desses sinônimos nos textos literários e jurídicos permitiu ao autor ter acesso a fontes importantes para a história do instituto arquivo.

Na determinação da etimologia do termo “arquivo”, foram identificadas duas tendências. Uma, que adotava a etimologia de Isidoro de Sevilha, considerou que a origem do termo residia nos cuidados com os quais os documentos eram custodiados: *arca dict quod arceat visum atque prohibeat. Hinc et arcivum, hinc et arcanum, id est secretum, unde ceteri arcentur*. Essa etimologia, aprovada pelos gramáticos medievais, significava essencialmente que *archivum* era o mesmo que armário ou arca (SANDRI, 1950, p.98, tradução nossa).

A outra tendência, menos antiga, se baseava no termo grego *archeîon* para confirmar que a origem deveria ser buscada no fato dos magistrados conservarem na própria sede os atos inerentes ao seu ofício. Esta etimologia foi aprovada por juristas, gramáticos e pelo próprio Bonifacio (SANDRI, 1950, p.99, tradução nossa).

Neste sentido, Bonifacio⁴¹ (1941, p.227, tradução nossa) afirmou a continuidade do termo *archeion* no uso do termo *archivum*: “os gregos usaram a palavra *archeion* e os escritores latinos seguiram a mesma ideia e, utilizando quase as mesmas letras, adotaram *archivum*”.

A origem do termo arquivo, como derivada do *archeion* grego, significa que o arquivo deve ser compreendido não pelo meio de acondicionamento e armazenamento, mas pelo lugar onde os documentos são produzidos e guardados para a consecução da própria atividade por uma autoridade. A relação é entre lugar, documentos, atividade e autoridade. Os documentos ali custodiados eram uma extensão do lugar.

A atribuição da origem grega ao termo “arquivo” se tornou amplamente difundida e diversos autores a utilizaram em seus trabalhos como Casanova (1928, p.11, tradução nossa) e Duranti (1993, p.35, tradução nossa), ainda que enfatizem aspectos diferentes do termo grego. Se Casanova explora a ambiguidade, Duranti prioriza a abrangência do termo.

Até o século XIX, o significado de arquivo permanecia aquele atribuído pelos juristas, lugar de conservação dos documentos. A diferença residia nos sinônimos: biblioteca, arca, armário, tesouro. Com relação ao termo “biblioteca”, originalmente significava somente arquivo, e era um sinônimo do mesmo modo que *thesaurum*, (SANDRI, 1968, p.107, tradução nossa).

Exemplos dessa sinonímia são apresentados, em *De archivis*, capítulo VIII: “Esses homens costumavam ser chamados de arquivistas (*archivista*), ou bibliotecários (*bibliothecarius*), ou custodiantes (*custos*), ou guardiões de documentos (*grammatophylax*) ou guardiões de cofres (*scrinarius*)” (BONIFACIO, 1941, p.234, tradução nossa).

A distinção entre arquivo e biblioteca, articulada sobre a natureza do material a ser conservado, é antiga e era observada por escritores romanos, como Vopisco, que afirmou que alguns documentos de origem administrativa, mas que possuíam valor literário, se faziam cópias tanto para os arquivos como para as bibliotecas (SANDRI, 1968, p.108, tradução nossa).

⁴¹ A tradução para o inglês da obra de Bonifacio foi feita por BORN (1941, p.221-237). A tradução para o português foi feita a partir dessa versão em inglês.

A existência de sinônimos do termo “arquivo” não exprimia sentidos diferentes, já que desde a Alta Idade Média e por muitos séculos depois, o arquivo significa o lugar público onde os documentos são conservados (SANDRI, 1968, p.108, tradução nossa).

A periodização, proposta por Bautier (1968, p.140, tradução nossa), também indica a predominância do significado do arquivo como lugar: a época dos “arquivos de palácio”, correspondendo à Antiguidade, a dos “tesouros de cartas” (*trèsors des chartes*), à Idade Média e a dos arquivos como “arsenal da autoridade” (arquivos centrais de Estado), na época Moderna. Esses períodos demonstram a importância do lugar – palácio, tesouro, arquivo central - até o século XIX, quando os arquivos se tornaram “laboratório da história”.

De acordo com Sandri (1968, p.109, tradução nossa), a partir do século XIX, a concepção jurídica cedeu lugar à concepção histórica, que passou a considerar como elemento essencial do conceito de arquivo não mais o lugar de conservação, mas os próprios documentos custodiados pela instituição.

Há, portanto, uma quebra entre o significado inclusivo, expresso no termo *archeïon* e na concepção jurídica, e o significado que distingue o lugar de conservação dos documentos custodiados.

Assim, o termo se tornou polissêmico ao diferenciar o conjunto de documentos do lugar de conservação. Isto ocorreu, quando os arquivos deixaram de ser arquivos gerais da administração e passaram a ser arquivos que conservam documentos antigos, oriundos de órgãos extintos, ou seja, quando ocorreu a divisão entre arquivos administrativos e históricos. Assim, essa separação pode ser percebida nos dicionários, que atribuem sentidos diferentes ao lugar, à entidade e aos conjuntos documentais.

No mundo contemporâneo, a emergência da tecnologia da informação também ampliou o sentido de arquivo, que passou a incluir as unidades processadas em ambiente eletrônico, conforme aparece no Dicionário de língua portuguesa Caldas Aulete.

Neste sentido, o termo “arquivo” tem uma história e não pode ser reduzido a uma única acepção ou sentido, e sua polissemia, que comumente é tida como confusa e ambígua, pode ser vista como o resultado desse percurso histórico, que não pode ser desconhecido pelos arquivistas.

O arquivo como apresenta hoje múltiplos significados, e não apenas sinônimos, permite uma abordagem etimológica, como Sandri (1950) indicou no seu estudo sobre a obra de Baldassarre Bonifacio.

Assim, consideramos relevante compreender como, na atualidade, o termo é apresentado pelos dicionários aquivísticos e verificar semelhanças e diferenças entre as várias acepções, bem como se incluem os elementos básicos do conceito de arquivo, conforme a teoria arquivística mais aceita. Esses elementos básicos para a definição de arquivo como conjunto orgânico de documentos são os conceitos de proveniência e a custódia.

Para examinar o termo “arquivo” nos léxicos e nos dicionários jurídicos e de terminologia arquivística, optamos por compreender o conceito do ponto de vista dos seus conceitos e elementos constitutivos, que permitiriam verificarmos se essas definições atendem às características principais desse termo.

Existem inúmeras definições que conceituam arquivo, priorizando alguns aspectos e características em detrimento de outras. Nosso enfoque procurou privilegiar os aspectos mais gerais que atendessem basicamente à ideia de que os arquivos são conjuntos de documentos produzidos no curso das atividades por pessoa física ou jurídica, em virtude das obrigações impostas pelo contexto jurídico-administrativo, o qual fornece o mandato e as funções dessas pessoas, e que os documentos precisam estar arquivados, ou guardados, para uso da própria administração ou de qualquer outro usuário. Essa concepção de arquivo é proposta por vários autores como Hilary Jenkinson (1922, p.11, tradução nossa) e Michel Duchein (1986 p.17).

No entanto, não entraremos na discussão se arquivos (*archives*) é um termo equivalente ao termo documentos arquivísticos (*records*), como afirma Jenkinson (1948, p.4 apud Lodolini, 1993, p.70), ou se arquivos são somente os documentos selecionados para preservação permanente como defendem Lodolini (1993, p.69) e Schellenberg (2006, p.38), ainda que com perspectivas diferentes, pois Lodolini defende a seleção de fundos fechados, enquanto Schellenberg enfatiza o valor cultural e a pesquisa para avaliar se o documento é permanente ou não. Esses temas serão analisados no **capítulo 5**.

A concepção proposta serve de modo a termos um parâmetro para verificar se as definições de arquivo têm um caráter de universalidade, podendo ser aplicada em diferentes situações e tradições administrativas e políticas, e o grau de sua completude, tanto para verificar se a definição favorece a preservação e o acesso, especialmente

considerando que os documentos digitais precisam ser identificados e gerenciados como documentos arquivísticos e, desta forma, poderem ser preservados, acessados e utilizados por cidadãos e quaisquer tipos de usuários para os mais diversos fins.

Neste sentido, não foram considerados relevantes os elementos relativos à enumeração de tipos de documentos, ou de suportes e formatos e os meios de acondicionamento.

Assim, partimos da proposta de Ketelaar (1985, p.6), que, ao analisar as definições de arquivo e de documento arquivístico na legislação de vários países, considerou os conceitos de proveniência e custódia como os mais relevantes.

A proveniência tem várias definições, como a do Dicionário de terminologia arquivística - DTA (2010): “**Instituição** ou **pessoa** legitimamente **responsável** pela produção, acumulação ou guarda de documentos”.

No *Glossary of archival and records terminology*, proveniência (*provenance*) é definida como “Informação relativa às origens, custódia e propriedade de um item ou conjunto (*collection*)” (PEARCE-MOSES, 2005⁴², tradução nossa).

Nessas definições, é enfatizada a origem, isto é, pessoa ou instituição, que produz, acumula, guarda ou, como afirma o *Glossary*, tem a custódia ou a propriedade dos documentos.

A proveniência tem várias definições como a do glossário da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G):

A relação entre os documentos e as instituições ou pessoas que **os produziram**, acumularam e/ou mantiveram e os utilizaram **no decurso de suas atividades** coletivas ou pessoais (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p.5, grifos nossos).

A definição de proveniência da ISAD (G) explicita a relação entre pessoas e os documentos, fundamentada pela atividade. Nas definições do DTA e do *Glossary*, a atividade aparece de forma implícita, no sentido que atribuem à produção e às origens, respectivamente, a conexão com a atividade.

Esse aspecto também foi destacado pelo InterPARES 2 Project em seu *Archival Legislation Study Report*, de 2005, quando considera que a definição de documento arquivístico deve estar orientada para a atividade, pois o documento arquivístico passa a existir “no curso de uma atividade prática” e é “retido” (*set aside*)

⁴² PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records terminology*, 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/p/provenance>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

para apoiar atividades futuras (SUDERMAN, Jim; FOSCARINI, Fiorella; COULTER, Erin. 2005, p.3-4, tradução nossa).

Desta forma, adotamos o significado de proveniência, proposto pela ISAD (G), em virtude de explicitar mais claramente o aspecto relacional entre os documentos e as pessoas, e que essa relação é orientada pela atividade.

A custódia tem vários significados como guarda, conservação e responsabilidade jurídica por essa proteção, que são detectados nos dicionários jurídicos e de terminologia arquivística.

Como vimos no capítulo anterior, custódia para os produtores significa a condição de possibilidade para que os documentos sejam considerados arquivísticos, isto é, que formem um conjunto de documentos orgânico e autêntico. Para as entidades e instituições de preservação, a custódia significa a condição de possibilidade para que os arquivos se mantenham preservados, física e intelectualmente, isto é, orgânicos e autênticos, bem como disponíveis para o acesso. No entanto, por si só, a custódia não resolve os problemas de preservação nem do acesso.

Assim, como ponto de partida, podemos considerar a custódia no seu duplo significado para os arquivos: guarda ou retenção, necessária para que os documentos sejam realmente arquivos; e no significado de responsabilidade jurídica de guarda e proteção, onde uma pessoa (física ou jurídica) assume essa responsabilidade, seja no âmbito do produtor ou no de um preservador, como as instituições arquivísticas.

Assim, adotaremos a concepção de Reto Tschan sobre a custódia arquivística, pela qual a custódia tem uma dimensão física e uma dimensão legal:

Custódia arquivística tem uma **dimensão física** que requer posse, propriedade e controle dos documentos arquivísticos, de forma que eles possam ser protegidos contra alteração, destruição ou roubo. Custódia arquivística também tem uma **dimensão legal**, sendo os arquivos designados legalmente e os legítimos guardiões de documentos arquivísticos (TSCHAN, 2015, p.35, tradução e grifos nossos).

A definição do DTA também pode ser considerada um ponto de partida por enfatizar a dimensão física e jurídica: “**responsabilidade jurídica**, temporária ou definitiva, **de guarda e proteção** de documentos dos quais não se detém a propriedade” (CAMARGO; BELLOTTO, 2010, grifos nossos).

Com essa concepção, a custódia não se restringe apenas ao armazenamento, nem significa que pelo fato dos arquivos estarem custodiados, que não sejam

necessárias medidas e ações conscientes e efetivas que assegurem a preservação e o acesso.

A custódia frequentemente é compreendida como o armazenamento dos documentos em depósitos longe da vista do público, em estado caótico e inacessíveis, cuja finalidade principal seria apenas estocar os documentos. No entanto, a custódia é importante para assegurar as características dos documentos, especialmente a autenticidade e o vínculo arquivístico: “Mais do que tomar o controle físico sobre os documentos, custódia é também um ato que atesta a autenticidade dos documentos arquivísticos” (TSCHAN, 2015, p.38, tradução nossa).

Além disso, a custódia, como responsabilidade, transmite a ideia de que os documentos precisam de um lugar para se manterem preservados. O arquivo, entendido como conjunto de documentos autêntico e orgânico, precisa de um lugar e de um responsável pela conservação, e a custódia traduz essa necessidade em termos de responsabilidade por essa proteção.

3.2 O TERMO “ARQUIVO” NOS LÉXICOS

Para apreendermos os significados contemporâneos do termo “arquivo”, identificamos sua definição em vários dicionários de línguas modernas, a fim de mostrar quais os usos mais aceitos desse termo e em que medida incorpora um ou mais significados aceitos pelo conhecimento arquivístico. Seleccionamos, além do dicionário de língua portuguesa, dicionários de outros idiomas, que seriam de mais fácil compreensão: espanhol, francês, italiano e inglês.

No Dicionário Caldas Aulete⁴³, são apresentados seis significados para o termo “arquivo”, sendo que um se refere ao sentido atribuído pela Informática:

1. Conjunto de documentos ou elementos de informação, em diversos tipos de suporte (manuscritos, impressos, fotográficos, fonográficos etc.) guardados e conservados, ger. com registro que permita sua fácil localização e consulta, mantidos sob a guarda de uma pessoa ou de uma instituição.
2. Qualquer conjunto de elementos de informação (anotações, fotografias, recortes) assim guardados e preservados.
3. Lugar, entidade, instituição etc. onde se guardam esses documentos e elementos de informação.
4. Móvel próprio para se guardar documentos, de forma a conservá-los e permitir fácil localização e acesso.

⁴³ CALDAS AULETE. Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/arquivo>> Acesso: 27 jun.2015.

5. Repositório: Aquele homem é um arquivo de todas as anedotas de sua terra.
6. Conjunto de dados (textos, imagens, sons, animações, rotinas, programas etc.) gravados e armazenados como uma unidade independente e identificável.

Este Dicionário também informa a origem do grego *archeîon*, que originou o termo latino *archivum*.

No *Diccionario de la lengua española (DRAE)* da Real Academia Española, o termo *archivo*⁴⁴ tem nove definições, sendo que duas se referem a qualidades de pessoas, e as duas últimas dizem respeito à Informática.

1. *Conjunto ordenado de documentos que una persona, una sociedad, una institución, etc., producen en el ejercicio de sus funciones o actividades.*
2. *Lugar donde se custodian uno o varios archivos.*
3. *Acción y efecto de guardar documentos o información en un archivo). Entregó la documentación para proceder a su archivo.*
4. *Acción y efecto de dar por terminado un asunto). El juez ordenó el archivo del caso.*
5. *Inform. Espacio que se reserva en el dispositivo de memoria de un computador para almacenar porciones de información que tienen la misma estructura y que pueden manejarse mediante una instrucción única.*
6. *Inform. Conjunto de la información almacenada de esa manera.*
7. *Col. oficina.*
8. *Persona en quien se confía un secreto o recónditas intimidades y sabe guardarlas.*
9. *Persona que posee en grado sumo una perfección o conjunto de perfecciones. Archivo de la cortesía, de la lealtad.*

Em informática, *archivo* significa “*Conjunto de la información almacenada de esa manera*”.

Os *Dictionnaires de Français Larousse* apresentam quatro definições para o termo *archives*⁴⁵:

1. *Ensemble des documents concernant l'histoire d'une collectivité, d'une famille ou d'un individu: Archives royales.*
2. *Ensemble de documents hors d'usage courant, mais classés et conservés pour une consultation éventuelle, dans une entreprise ou chez un particulier.*
3. *Lieu où les archives publiques ou privées sont déposées; administration, service qui les conserve.*
4. *Toute réunion importante de documents produits, classés : Les archives du français contemporain.*

⁴⁴ REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Diccionario de la lengua española*. 22ª. Ed. Madrid, 2001, versão online. Disponível em: <<http://lema.rae.es/drae/?val=archivo>>. Acesso em: abr.2015.

⁴⁵ DICTIONNAIRES DE FRANÇAIS LAROUSSE. Éditions Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/archives/5087>>. Acesso em: 15 abr.2015.

Nesse Dicionário também é apresentado o termo “*archive*”⁴⁶ no singular: *Pièce, document d'archives*. Em Informática, esse termo significa:

1. *Ensemble de fichiers qui ont été sauvegardés sur un support de stockage, sous forme compressée ou non.*
2. *Ensemble de données mises à la disposition du public pour être téléchargées via Internet.*

No *Grande Dizionario Italiano*, editado pela Hoepli, o termo *archivio*⁴⁷, tem quatro significados principais, sendo que um se refere à Informática. A primeira definição é um grupo de significados englobando o arquivo corrente, o de depósito e o histórico.

- 1 *Raccolta sistematica di documenti di vario genere, emessi o ricevuti da un ente pubblico o privato, da una famiglia o da una persona, durante lo svolgimento della propria attività:*
 - ‖ *Archivio corrente, costituito dai documenti relativi alle pratiche ancora in corso*
 - ‖ *Archivio di deposito, costituito dai documenti relativi alle pratiche esaurite, prima di essere destinati alla conservazione permanente*
 - ‖ *Archivio storico, costituito dai documenti relativi ad affari esauriti che, dopo un determinato periodo di tempo, sono stati destinati alla conservazione permanente e alla consultazione del pubblico*
- 2 *Luogo dove tale raccolta è disposta e conservata: fare una ricerca in a.*
 - ‖ *Archivio di Stato, istituto pubblico destinato alla conservazione permanente della documentazione relativa a organi e uffici centrali e periferici dello Stato, o di documenti che lo Stato ha in proprietà o in deposito*
 - ‖ *Nella redazione di un giornale, ufficio che raccoglie e conserva il materiale di documentazione*
- 3 *estens. Titolo di rivista che raccolga studi relativi a particolari discipline: a. storico italiano; a. giuridico, glotológico*

Em Informática, *archivio* é definido como: “*Raccolta di dati memorizzati su una base magnetica, accessibili attraverso un elaboratore*”.

No *Oxford Dictionaries*⁴⁸, o termo “*archive*” é definido como: “*a collection of historical documents or records of a government, a family, a place or an organization;*

⁴⁶ Dictionnaires de Français Larousse. Éditions Larousse. Disponível em: <<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/archive/5088?q=archives#5063>>. Acesso em: 15 abr.2015.

⁴⁷ Grande Dizionario Italiano Hoepli. Editrice Hoepli. Disponível em: <http://www.grandidizionari.it/Dizionario_Italiano/parola/A/archivio.aspx?query=archivio>. Acesso em: 15 abr.2015.

⁴⁸ Oxford Dictionaries: Language Matters. Oxford University Press. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/learner/archive>>. Acesso em: 15 abr.2015.

the place where these records are stored”. Esse significado também é atribuído ao termo “*archives*” no plural.

Nesse dicionário, também é informada a origem da palavra na língua inglesa: início do século XVII, a partir do termo em francês *archives* (plural), com o sentido de “lugar onde documentos arquivísticos são guardados”.

Em todos os dicionários consultados há elementos comuns como conjunto de documentos, lugar, guarda, conservação, instituição.

Deve-se destacar a utilização do termo “arquivo” pela Informática, exceto no *Oxford Dictionaires*, demonstrando a disseminação da tecnologia e a necessidade de exprimir um significado distinto para uso dessa área.

Assim, identificamos quatro grupos principais de significados: conjunto de documentos; móvel; lugar; conjunto de dados.

Quadro III: Significados para o termo “arquivo” nos dicionários de idiomas

TERMOS	Dic.Port.	Dic.Esp.	Dic.Franc	Dic.Ital.	Dic.Inglês
Conjunto documentos	Caldas Aulete	DRAE	Larousse	HOEPLI	Oxford
Móvel	Caldas Aulete				
Lugar/Instituição/ Pessoa	Caldas Aulete	DRAE	Larousse	HOEPLI	Oxford
Conjunto dados/Informação	Caldas Aulete	DRAE	Larousse	HOEPLI	Oxford

No quadro acima, percebemos que os significados, referentes ao conjunto de documentos e ao lugar, ocorrem em todas as línguas, assim como o significado atribuído pela Informática – conjunto de dados. No entanto, o significado de arquivo como móvel só ocorreu no Dicionário de língua portuguesa Caldas Aulete.

Nas definições apresentadas para conjunto de documentos, há vários elementos como: guarda, conservação; proveniência (a relação de um produtor com a atividade); consulta e suporte.

Nos dicionários pesquisados de línguas, a maioria deles não apresentou definições específicas consagradas pela Arquivologia, ou mesmo aquelas previstas em disposições legais, exceto a do dicionário de italiano. Além disso, a proveniência, compreendida como a relação da origem (produtor) com a atividade, não é expressa em todos os significados atribuídos pelos dicionários. Porém, detectamos que aparece a

indicação de origem (pessoa, organização, instituição) e, por isso, optamos por identificar o elemento origem para aquelas acepções que não a relacionam com a atividade, isto é, a proveniência. Os elementos e conceitos que aparecem nas definições desses dicionários são: suporte, origem, proveniência, consulta, guarda/conservação.

Quadro IV: Elementos/Conceitos da definição de arquivo como conjunto de documentos nos dicionários de idiomas

Elementos/ Conceitos	Dic.Port.	Dic.Esp.	Dic.Franc	Dic.Ital.	Dic.Inglês
Suportes/	Caldas Aulete				
origem (pessoa, família, instituição pública, privada)		DRAE	LAROUSSE	HOEPLI	OXFORD
Proveniência:		DRAE		HOEPLI	
Consulta	Caldas Aulete		LAROUSSE	HOEPLI	
Guarda/ Conservação	Caldas Aulete		LAROUSSE	HOEPLI	

Enquanto que, no Quadro III, com relação aos grandes grupos, há consenso em definir arquivo como conjunto, no Quadro IV, os elementos que o constituem são bastante variáveis.

O elemento suporte só apareceu no Dicionário Caldas Aulete, o que pode significar que a proposição fundamental da Arquivologia foi absorvida pela maioria desses dicionários, isto é, que os arquivos, para serem caracterizados como tais, independem do suporte ou tipo.

A origem, isto é, documentos de uma pessoa, família ou instituição, pública ou privada, ocorre em quatro deles.

Com relação ao conceito de proveniência, de acordo com a definição da ISAD (G), só aparece nos dicionários de espanhol e italiano.

O Dicionário de Língua Portuguesa Caldas Aulete, ainda que apresente o significado de conjunto de documentos, não especifica a origem. Os elementos da definição do Caldas Aulete são guarda, conservação, consulta e os suportes, mas não a

origem, priorizando, desta forma, o fato de estar no arquivo, mas não a sua proveniência.

Podemos afirmar, com base nos dados apresentados, que o princípio de proveniência, considerado basilar e indispensável pela Arquivologia, tem ainda uma disseminação muito restrita no Brasil, não tendo se ampliado para o uso corrente, a ponto de ser incluído nesse dicionário da língua portuguesa.

Cabe destacar, que o Larousse apresenta duas acepções para conjunto de documentos: a primeira se refere à história de uma família, pessoa ou instituição; e a segunda, como conjunto de documentos de uso corrente, classificados e conservados para uma consulta eventual em uma empresa ou por um particular.

Nas duas acepções não fica clara a origem e a proveniência, pois se refere à história, que não identifica uma origem determinada, podendo ser uma acumulação orgânica ou uma coleção, isto é, uma reunião de diferentes origens. Na segunda acepção, os documentos são de uso corrente e estão classificados e conservados, ou seja, o fato de estar classificado e conservado pela empresa ou pessoa, torna possível inferir que essas entidades são os produtores. Por essa última definição, o Larousse foi incluído no elemento origem.

Na definição apresentada pelo *Oxford Dictionaires*, os documentos são de entidades: pessoa, família, lugar, organização, porém não especifica se são produzidos, ou se essas entidades os conservam ou guardam sem ter relação com a origem e proveniência. Consideramos que, mesmo sendo ambígua a definição, o sentido primário é o de origem e, assim, optamos por incluir nesse elemento.

Com relação ao conceito de custódia, que integra a definição clássica do Manual dos Holandeses, este não aparece na definição de arquivo como conjunto. Ele só apareceu na definição do dicionário de língua espanhola associado ao lugar de conservação e não à organização produtora.

Os elementos referentes à guarda e conservação aparecem em três dicionários consultados, assim como o elemento consulta, o que revela que tanto a função de guarda como de acesso, ainda que de ampla utilização, nem o dicionário de língua inglesa nem o dicionário de espanhol a incluem. Ainda que expressem a origem, silenciam quanto ao fato de estarem guardados e acessíveis na definição de arquivo como conjunto.

As definições do dicionário de língua italiana, já que na acepção de conjunto de documentos foram apresentadas também as suas fases ou idades, cobriram a maior parte dos conceitos e elementos: proveniência, conservação e consulta.

Com relação ao significado de arquivo como lugar, este apareceu em todos os dicionários, inclusive nos dicionários jurídicos.

O lugar pode ser uma instituição ou uma pessoa que guarda, conserva ou deposita os documentos. Em algumas definições, como a do dicionário de língua italiana, é especificado se esse lugar é o arquivo estatal ou um arquivo em uma redação de jornal.

O primeiro elemento a ser examinado diz respeito a quem é responsável pelo lugar: entidade, instituição, pessoa. O segundo se refere à natureza jurídica do lugar: público ou privado. O terceiro à guarda e conservação, se este lugar tem como finalidade guardar ou conservar, e por último, o conceito de custódia, que expressa a “responsabilidade jurídica, temporária ou definitiva de guarda e proteção” (CAMARGO; BELLOTTO, 2010). Essa responsabilidade de proteção, temporária ou definitiva, se relaciona com a propriedade, ou que os documentos podem ficar depositados a título provisório.

Com relação a se essa responsabilidade é exercida por instituição ou pessoa, foi observada em três dicionários, o de língua portuguesa, francesa e italiana.

A natureza jurídica, pública e privada, só apareceu nos dicionários de francês e italiano.

A guarda e conservação foram os únicos elementos que ocorreram em todos os dicionários.

A custódia foi explicitada no dicionário de espanhol, e no dicionário de italiano foi expressa tanto sob a forma de propriedade, posse definitiva, quanto de depósito, significando o caráter temporário dessa posse.

Quadro V: Elementos/conceitos da definição de arquivo como lugar nos dicionários de idiomas

Elementos/ Conceitos	Dic.Port.	Dic.Esp.	Dic.Franc	Dic.Ital.	Dic.Inglês
Entidade/ Instituição/ Serviço	Caldas Aulete		LAROUSSE	HOEPLI	
Público			LAROUSSE	HOEPLI	
Privado			LAROUSSE	HOEPLI	
Guarda/ Conservação	Caldas Aulete	DRAE	LAROUSSE	HOEPLI	OXFORD

Custódia (propriedade ou depósito)		DRAE		HOEPLI	
--	--	------	--	--------	--

Nos dicionários jurídicos, há consenso sobre a definição de arquivo: é o lugar onde os documentos são recolhidos e guardados.

No Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva (2013, p.136), o arquivo é definido como lugar, diferenciando a sua natureza jurídica, pública e privada.

Assim, se diz do lugar ou repartição, onde se recolhem ou se guardam os documentos e papéis públicos ou particulares, que deixaram de ter andamento. Os arquivos, segundo sua natureza, podem ser públicos ou particulares.

Particulares são os que são mantidos pelos cartórios, pelas repartições ou pelos comerciantes ou sociedades, para recolhimento e guarda dos documentos e papéis que saíam de uso.

Públicos, os que são instituídos pelos poderes públicos para recolhimento e guarda de todos os papéis de interesse público, trazidos de todas as repartições públicas, cartórios, tabelionatos, escriturarias etc., tão logo deixaram de ser utilizados.

Todos os documentos e papéis recolhidos aos arquivos públicos ficam sob a guarda e responsabilidade do Estado, não podendo ser retirados dali, a não ser por certidão, que será dada à pessoa interessada mediante requerimento.

No *Black's Law Dictionary* (1990, p.106) *archives* é definido como “*place where old books, manuscripts, records etc. are kept*”.

As definições expressas nos dicionários jurídicos, brasileiro e americano, mantém aquela estabelecida pelo Direito Romano, lugar onde os documentos são conservados. No entanto, enquanto o Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva restringe o termo arquivo para documentos e papéis, isto é, documentos arquivísticos, o *Black's Law* inclui, além de documentos arquivísticos e manuscritos, os livros antigos. Além disso, o dicionário brasileiro prevê que o arquivo pode ser um lugar ou uma repartição, isto é, uma organização, e que os documentos estão “fora de uso”, ou seja, não correntes. Merece destaque a explicitação de que os arquivos públicos são de responsabilidade do Estado e não podem ser removidos.

Quadro VI: Elementos da definição de arquivo nos dicionários jurídicos

DICIONÁRIOS	ELEMENTOS
VOCABULÁRIO JURÍDICO DE PLÁCIDO E SILVA	<ul style="list-style-type: none"> • Lugar • Recolhimento • Guarda • Repartição

	<ul style="list-style-type: none"> • Natureza jurídica: público e privado • Documentos fora de uso (não correntes) • Responsabilidade • Estado • Proibição de remoção
BLACK'S LAW	<ul style="list-style-type: none"> • Lugar • Guarda • Documentos • Livros antigos

A partir desse levantamento, algumas considerações de ordem geral podem ser feitas. Primeiramente existe um uso do termo “arquivo”, que se disseminou como documentos a serem guardados e conservados, não havendo maiores preocupações de como ocorreu sua origem, sua relação com a atividade de uma entidade e a sua reunião em um conjunto.

A segunda se refere ao fato de que a distinção entre os conjuntos de documentos, ou documentos, e o lugar, é utilizada pelos dicionários desses idiomas, o que não ocorre nos dicionários jurídicos, os quais mantêm a visão de arquivo como lugar.

A terceira se refere à escassa disseminação do conhecimento arquivístico que, com exceção da Itália, não conseguiu difundir suas definições, inclusive as legais, para serem incorporadas em dicionários, diferentemente do ocorreu com a definição de arquivo atribuída pela Informática, que está incorporada em quase todos os dicionários de línguas modernas e indicadas como definição própria dessa área de conhecimento. Mesmo considerando que as definições não são consensuais, ainda assim, o termo é indicado nos dicionários como tendo um significado específico.

Do ponto de vista do conhecimento arquivístico, os dicionários de diferentes idiomas apresentam diferenças quanto à presença dos elementos constitutivos na definição de arquivo como conjunto de documentos. Esta situação pode trazer incompreensões para o exercício profissional dos arquivistas e o desempenho das instituições arquivísticas, especialmente por não explicitar a relação entre quem produz e a consecução de uma atividade.

A não explicitação do nexo entre o produtor e a atividade pode trazer como consequência a visão de que qualquer tipo de elaboração, geração, recebimento feito por uma entidade (organização ou pessoa) é um arquivo, ou que não existe diferença entre os vários tipos de materiais, como o de biblioteca e o de arquivo.

Com relação às definições dos dicionários jurídicos, o arquivo é o lugar de guarda, ficando patente que o Direito não incorporou a visão de arquivo como conjunto orgânico de documentos distinto do lugar de conservação, mantendo a visão originária do Direito Romano. Para o sistema jurídico, a definição de arquivo compreende apenas os documentos que estão num arquivo, ou seja, sob custódia de uma entidade responsável pela sua conservação. Essa entidade pode ser o arquivo do produtor ou uma instituição arquivística pública.

3.3 O CONCEITO DE ARQUIVO NOS DICIONÁRIOS ARQUIVÍSTICOS

Para analisarmos as diferentes definições do termo “arquivo” nos dicionários de terminologia arquivística, podemos identificar os principais elementos e conceitos e examinarmos a conexão entre eles.

Como vimos nas seções anteriores, um ponto de partida para examinarmos as definições de arquivo é verificar se os conceitos de proveniência e custódia estão presentes. A proveniência pode ser definida como a relação entre uma organização ou pessoa com a consecução da atividade, de acordo com a formulação da ISAD (G) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p.5) e a custódia, com o significado de que o documento deve estar arquivado num lugar, sob a responsabilidade de alguém, e que esse arquivamento é necessário para que se mantenha a autenticidade e os inter-relacionamentos entre os documentos.

O termo “arquivado” pode ser expresso como conservado, guardado, retido, preservado. Além disso, como o lugar era essencial para determinar o conceito, é importante detectar nas definições sua presença ou ausência.

Assim, nosso objetivo foi entender a amplitude, no sentido que o conceito de arquivo pode ser aplicado em diferentes épocas e lugares e para tipos distintos, e ao mesmo tempo a delimitação do termo “arquivo”, que o distingue de outros materiais.

Assim, o levantamento se restringiu apenas ao termo “arquivo” sem analisar os termos correlatos, tais como fundo, *holdings*, *collections*, arquivos permanentes, entre outros. Queremos entender esse aspecto amplo, que faz parte da teoria e prática arquivísticas, e a diferença com outros materiais, por meio da análise do próprio termo matriz.

Os dicionários de terminologia arquivística selecionados foram: Dicionário de terminologia arquivística - DTA, de Camargo e Bellotto (2010) e Dicionário Brasileiro

de terminologia arquivística – DIBRATE, do Arquivo Nacional (2005). Para os idiomas estrangeiros (inglês, espanhol, francês e italiano), escolhemos o *Multilingual Archival Terminology* (MAT)⁴⁹, que apresenta termos e definições em treze línguas. A busca em outros idiomas se deve à própria necessidade que os arquivistas têm hoje de trocar ideias, pensamentos e práticas a nível internacional. Arquivistas da Itália e França, que consolidaram vários conceitos, princípios e métodos, são importantes para o conhecimento dos arquivistas brasileiros, os quais não precisam ficar restritos apenas às visões da arquivologia anglo-saxã e hispânica.

Apresentamos inicialmente as definições de arquivo do DTA, DIBRATE e do MAT, em inglês, espanhol, francês e italiano.

O DTA (2010, grifos nossos) apresenta cinco definições para arquivo:

1. Conjunto de documentos, que independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.
2. **Entidade administrativa responsável pela custódia**, pelo tratamento documental e pela utilização dos arquivos sob sua jurisdição.
3. **Edifício** onde são guardados os arquivos.
4. **Móvel** destinado à guarda de documentos
5. **Em processamento de dados**, conjunto de dados relacionados, tratados como uma totalidade.

O DIBRATE (2005, grifos nossos) indica quatro definições:

1. Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
2. **Instituição** ou **serviço** que tem **por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso** a documentos.
3. **Instalações** onde funcionam arquivos.
4. **Móvel** destinado à guarda de documentos

O MAT– inglês (grifos nossos) apresenta doze definições para o termo *archives*⁵⁰:

1. *The whole of the documents made and received by a juridical or physical person or organization in the **conduct of affairs, and preserved.***
2. *A place where records selected for permanent preservation are kept.*

⁴⁹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://icarchives.webbster.co.uk/14282/multilingual-archival-terminology/multilingual-archival-terminology.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁵⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/64>>. Acesso em: 20 maio 2015.

3. **An agency or institution** responsible for the preservation and communication of **records selected for permanent preservation**.
4. **Materials created or received** by a person, family, or organization, public or private, in the **conduct of their affairs and preserved** because of the enduring value contained in the information they contain or as evidence of the functions and responsibilities of their creator, especially those materials maintained using the principles of provenance, original order, and collective control; **permanent records**.
5. **The division within an organization responsible for maintaining the organization's records** of enduring value.
6. **An organization that collects** the records of individuals, families, or other organizations; **a collecting archives**.
7. **The professional discipline** of administering such collections and organizations.
8. **The building** (or portion thereof) housing archival collections.
9. A **published collection** of scholarly papers, especially as a periodical.
10. **Those records that are appraised as having continuing value**. Traditionally the term has been used to describe records no longer required for current use which have been selected for permanent preservation. Also referred to as permanent records.
11. **An agency (or part of an agency) responsible for appraising, acquiring, preserving and making available** archival material.
12. **The place (building/room/storage area)** where archival material is kept.

O MAT – espanhol (grifos nossos) apresenta duas definições para o termo *archivo*⁵¹:

1. [institución] **instancia responsable** de la preservación y distribución de **documentos de archivo seleccionados para su preservación permanente**.
2. **Un sitio específico** donde se encuentran los **documentos de archivo seleccionados para preservación permanente**.

O MAT – francês (grifos nossos) apresenta quatro definições, incluindo a aceção dada pela Informática para o termo *archives*⁵².

1. **Documents**, *quels que soient leur date, leur forme et leur support matériel, produits ou reçus* par toute personne physique ou morale, et par tout service ou organisme public ou privé, dans **l'exercice de leur activité**. Le mot *archives* est couramment employé dans le sens restrictif de documents ayant fait l'objet d'un archivage, par opposition aux archives courantes.
2. **l'ensemble des documents, quelle que soit leur date ou leur nature, produits ou reçus** par une personne ou un organisme pour ses

⁵¹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1617>>. Acesso em: 20 maio2015.

⁵² INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1418>>. Acesso em: 20 maio2015.

besoins ou l'exercice de ses activités et conservés pour leur valeur d'information générale

3. Documents produits ou reçus par une personne, une famille ou un organisme, public ou privé, dans le cadre de son **activité, et conservés** selon des principes de provenance, de respect des fonds et de contrôle collectif, lorsque les données contenues sont de nature imprescriptible ou ont valeur probante en termes de responsabilités et fonctions du producteur.

4. En informatique, le terme « archives » revêt un autre sens ; il signifie: **copie d'un ou plusieurs fichiers** ou copie d'une base de données en vue d'assurer une sauvegarde à des fins de consultation ou une restauration si les données originales sont endommagées ou perdues.

O MAT – italiano (grifos nossos) apresenta três definições para *archivio*⁵³:

1. L'insieme dei documenti formati o ricevuti e **conservati** da una persona fisica o da una persona giuridica nello svolgimento delle **proprie attività**.

2. Il luogo dove gli archivi sono conservati.

3. Un ente o istituzione responsabile della conservazione e della fruizione degli archivi.

No Quadro VII, podemos identificar cinco significados básicos: conjunto de documentos e documentos; coleção publicada; disciplina profissional; lugar, que pode ser uma instituição, edifício, móvel; e a definição dada pela Informática.

Quadro VII: Definições de arquivo nos dicionários de terminologia arquivística

DICIONÁRIOS	TERMO	ELEMENTOS
DTA	ARQUIVO	1. Conjunto de documentos 2. Entidade administrativa 3. Edifício 4. Móvel 5. Conjunto de dados (Informática)
DIBRATE	ARQUIVO	1. Conjunto de documentos 2. Instituição ou serviço 3. Instalações 4. Móvel
MAT - Inglês	ARCHIVES	1. The whole of the documents 2. <i>Place for permanent preservation</i> 3. <i>Agency or institution for permanent preservation</i> 4. <i>Materials created or received</i> 5. <i>division within an organization</i> 6. <i>organization that collects the records</i>

⁵³ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1854>>. Acesso em: 20 maio2015.

		7. <i>Professional discipline</i> 8. <i>Building (or portion thereof)</i> 9. <i>Published collection records</i> 10. <i>Those records that are appraised as having continuing value.</i> 11. <i>Agency or institution (or part) responsible for appraising, acquiring, preserving and making available archival material</i> 12. <i>The place where archival material is kept</i>
MAT - Espanhol	ARCHIVO	1. <i>[institución] instancia responsable</i> 2. <i>Un sitio específico</i>
MAT - Francês	ARCHIVES	1. <i>Documents</i> 2. <i>l'ensemble des documents</i> 3. <i>Documents produits ou reçus.</i> 4. <i>copie d'un ou plusieurs fichiers ou copie d'une base de données (Informática)</i>
MAT - Italiano	ARCHIVIO	1. <i>[Fondo archivistico]</i> <i>L'insieme dei documenti</i> 2. <i>Luogo</i> 3. <i>Ente o istituzione</i>

O elemento “conjunto de documentos” ou simplesmente “documentos” tem oito ocorrências, enquanto o elemento lugar, apresentado sob a forma de entidade, instituição, agência, organização, edifício, móvel, apresenta dezesseis ocorrências. As definições que utilizaram “coleção publicada” e “disciplina profissional” só apresentaram uma ocorrência cada; e a definição da Informática apresenta três ocorrências em dois dicionários consultados. As definições para arquivo digital serão tratadas no **capítulo 6**.

A partir desses dados, podemos dividir os significados em dois grupos principais: aqueles que se referem ao lugar e os que se referem ao conjunto de documentos. Assim, analisaremos primeiramente as definições relativas ao conjunto de documentos.

3.3.1 O conceito de arquivo como conjunto de documentos nos dicionários arquivísticos

Para entendermos a definição de arquivo como conjunto, considerando os conceitos básicos de proveniência e custódia, optamos por decompor as definições em vários elementos: produção, recebimento, acumulação, origem, atividade, conservados, preservados, como apareceram nas definições dos dicionários de terminologia arquivística.

No caso desses dicionários, é necessário especificar o significado dos diversos elementos que compõe o conceito de proveniência, o qual compreende a relação entre quem produz, recebe, mantém ou acumula e a atividade, bem como os termos “conservados” e “preservados”, que fazem parte de muitas definições.

O MAT apresenta o termo “*create records*” e seus equivalentes: “produzir documentos”, “*producir documentos de archivo*”, “*produrre documenti di archivio*”. Em francês o termo não apresentou tradução, somente com relação à entidade produtora ou criadora.

A definição básica para “*create records*” foi a do inglês: “*To make and set aside or receive and set aside documents that are treated as records*”⁵⁴.

No MAT – português, “produzir documentos” foi traduzido como: “Ato de elaborar e reter - ou receber e reter - documentos arquivísticos”⁵⁵.

No MAT – espanhol “*producir documentos de archivo*” foi traduzido como: “*Elaborar y separar – o recibir y separar (apartar, guardar) – documentos de archivo. También se le conoce como: crear documentos de archivo*”⁵⁶

No MAT – italiano “*produrre documenti di archivio*” foi traduzido como: “*Formare, ricevere e archiviare documenti di archivio*”⁵⁷.

No MAT não são apresentados significados para os termos que aparecem nas definições de arquivo como conjunto de documentos: “*made and received*”, “*produits ou réçus*”, “*formati o ricevuti*”.

O DTA (2010) não apresenta definição para produção ou recebimento, mas o termo “acumulação”, que consta da sua definição de arquivo como conjunto significa: “Formação progressiva, natural e orgânica do arquivo”.

⁵⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/126>>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁵⁵ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2642>>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁵⁶ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/3073>>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁵⁷ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/termlist/1/Italian>>. Acesso em: 20 maio 2015.

O DIBRATE (2005) também define “acumulação” como: “Reunião de documentos produzidos e/ou recebidos no curso das atividades de uma entidade coletiva, pessoa ou família”.

Assim, para o DTA e o DIBRATE, o termo “acumulação” completa o sentido do arquivo como conjunto. O primeiro afirma o caráter orgânico do arquivo, e o segundo a conexão dos documentos com a atividade.

O termo “atividade” aparece em todas as definições de arquivo como conjunto, exceto no MAT – espanhol, que não apresentou definição de arquivo como conjunto de documentos.

O MAT – inglês definiu *activity* como “*A series of acts or actions aimed to one purpose*”⁵⁸.

O MAT francês definiu *activité* como “*Ensemble des tâches ou des travaux exécutés par un individu ou un groupe et qui conduisent à la réalisation de biens ou de services*” e “*Une série d'actes ou d'actions visant à un seul but*”⁵⁹.

O MAT – espanhol definiu *actividad*⁶⁰ como “*División y diversificación de una función que suele estar regulada por normas de procedimiento o prácticas de uso*”.

O MAT – italiano como *attività* como “*Una serie di atti o operazioni finalizzati a un obiettivo specifico*”⁶¹.

O DTA e o DIBRATE não apresentam definição para “atividade”, porém tem definições para atividade-meio e atividade-fim. O MAT – português apresentou a definição traduzida do inglês: “Conjunto de atos ou ações com um propósito”⁶²

Os termos “*preserved*”, “*conservés*” e “*conservati*” aparecem nas definições de arquivo como conjunto no MAT – inglês, francês e italiano, sendo que as definições do DTA (2010) e DIBRATE não apresentam esse termo na definição de arquivo como conjunto de documentos, bem como o MAT - espanhol.

⁵⁸ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/2>>. Acesso em: 20 maio 2015.

⁵⁹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/12>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

⁶⁰ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/3723>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

⁶¹ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1833>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

⁶² INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/1148>>. Acesso em: 04 jul. 2015.

Como os termos acima estão adjetivando os conjuntos de documentos, não se referindo à especificidade dos termos “conservação” ou “preservação”, podemos considerá-los como sinônimos, conforme consta do Dicionário Caldas Aulete⁶³.

No entanto, merece destaque uma definição do MAT – inglês que definiu “archives” como “*Those records that are appraised as having continuing value*”. Isto significa que o arquivo não é definido como conjunto de documentos produzidos, recebidos ou acumulados, mas pelos documentos que foram avaliados como tendo valor permanente.

Essa definição, como foi afirmada anteriormente, se relaciona com visões diferentes sobre o momento do nascimento do arquivo, isto é, se documentos arquivísticos, desde o momento da sua criação, integram o fundo, ou se documentos arquivísticos se tornam arquivos por meio da seleção.

No Quadro VIII, podemos perceber que os elementos referentes à produção/recebimento/acumulação, origem e atividade aparecem nas mesmas definições, tendo oito ocorrências. Este fato significa que a proveniência, entendida como a relação entre os documentos e as instituições ou pessoas, que produzem, recebem, acumulam ou mantém no curso de suas atividades, de acordo com a formulação da ISAD (G) (2001), foi respeitada nessas definições.

O elemento conservados/preservados na definição de arquivo, que expressa a ideia de que os documentos para se manterem enquanto documento arquivísticos e formarem um conjunto orgânico precisam estar conservados ou preservados, só teve quatro ocorrências, sendo que os dicionários brasileiros não o apresentam em suas definições.

Quadro VIII: Elementos das definições de arquivo como conjunto de documentos/documentos

ELEMENTOS	DICIONÁRIOS
Produção/ Recebimento/ Acumulação	DTA: definição 1 DIBRATE: definição 2 MAT – inglês: definição 1 MAT – inglês: definição 2 MAT – francês: definição 1 MAT – francês: definição 2 MAT – francês: definição 3 MAT – italiano: definição 1
Origem: Pessoa jurídica, pública, privada,	DTA

⁶³ CALDAS AULETE. Aulete Digital - Dicionário contemporâneo da língua portuguesa: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/preserva%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 04 jul.2015.

pessoa física e família.	DIBRATE MAT – inglês: definição 1 MAT – inglês: definição 2 MAT – francês: definição 1 MAT – francês: definição 2 MAT – francês: definição 3 MAT – italiano: definição 1
Atividade / Negócios	DTA: definição 1 DIBRATE: definição 1 MAT – inglês: definição 1 MAT – inglês: definição 2 MAT – francês: definição 1 MAT – francês: definição 2 MAT – francês: definição 3 MAT – italiano: definição 1
Conservados/ Preservados (produtor)	MAT – inglês: definição 1 MAT – francês: definição 2 MAT – francês: definição 3 MAT – italiano: definição 1
Independente de suporte, forma ou data	DTA: definição 1 DIBRATE: definição 1 MAT – francês: definição 1;
Avaliados como de valor permanente	MAT – inglês: definição 10

As definições do termo “arquivo”, que se referem ao conjunto de documentos ou que indicam documentos no plural, transmitem a ideia de reunião, formada na condução das atividades, e que para manterem os inter-relacionamentos entre os documentos que constituem o conjunto é preciso que estejam arquivados ou retidos.

3.3.2 O conceito de arquivo nos dicionários arquivísticos: o lugar

A visão norte-americana, especialmente Schellenberg (2006, p.38-41), que considera que “*records*” mudam de categoria e se tornam “*archives*” após a seleção e ingresso na instituição arquivística, também influenciou a definição de arquivo-lugar. Nas definições relativas ao lugar, constatamos que a concepção de arquivos como lugares exclusivos para documentos, que foram selecionados, como tendo valor para serem preservados permanentemente, aparece nas seguintes definições:

- MAT – inglês, definições 2 e 3: como lugar e instituição de preservação de documentos selecionados para preservação permanente.
- MAT – espanhol, definições 1 e 2: como instituição e lugar de conservação;

Outro grupo se refere às definições que conceituam o arquivo como entidade, instituição, serviço, lugar responsável custódia, guarda ou conservação:

- DTA (2010), definição 1: Entidade responsável pela custódia;
- DIBRATE (2005), definição 2: Instituição ou serviço responsável pela custódia;
- MAT – inglês: definição 12: O lugar onde documentos são guardados;
- MAT – italiano: definição 2 e 3: lugar, entidade ou instituição de conservação.

O terceiro grupo se refere aos arquivos das unidades produtoras:

- MAT – inglês, definição 5: divisão em uma organização responsável pela manutenção dos documentos de valor duradouro da organização;

O quarto e último grupo se refere a edifício e móvel:

- DTA (2010), definições 3 e 4: edifício e móvel;
- DIBRATE (2005), definições 3 e 4: instalações e móvel;
- MAT – inglês, definição 9: edifício;

Há, ainda, no MAT inglês, definição 6, uma acepção que se refere à instituição que coleta e preserva documentos arquivísticos, o que significa que não tem vinculação com as unidades produtoras.

A definição 11 do MAT - inglês “*Agency or institution (or part) responsible for appraising, acquiring, preserving and making available archival material*”⁶⁴ foi retirada de um glossário do Arquivo do Estado de Queensland, Austrália, e pode estar se referindo à instituição arquivística desse estado ou qualquer arquivo de uma unidade produtora com as funções de avaliação, recebimento, preservação e disponibilização. Como não foi possível identificar qual situação está se referindo, incluímos em outras.

Cabe destacar que o MAT – francês não apresentou nenhuma definição para o arquivo como lugar.

O Quadro IX apresenta as diferenças entre as definições.

Quadro IX – Definições de arquivo como lugar

LUGARES	DICIONÁRIOS
Lugar/ Instituição de preservação para documentos que foram selecionados como tendo valor de preservação permanente	MAT – inglês, definições 2 e 3: MAT – espanhol, definições 1 e 2
Entidade/Instituição/ Serviço/ Lugar/	DTA (2010), definição 2

⁶⁴ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Multilingual archival terminology*. Disponível em: <<http://www.ciscra.org/mat/termdb/term/64>>. Acesso em: 04 jul.2015.

Organização/ Agência: de custódia, conservação, guarda	DIBRATE (2005): definição 2 MAT – inglês, definição 2; MAT – italiano, definições 2 e 3;
Arquivos das unidades produtoras	MAT – inglês, definição 5
Edifício/ Móvel	DTA (2010), definições 3 e 4 DIBRATE (2005), definições 3 e 4 MAT – inglês, definição 8
Instituição de coleta e preservação	MAT – inglês, definição 6
Outras	MAT – inglês, definição 11

O MAT – inglês, definição 5, também apresenta uma definição para arquivo como uma divisão em uma organização responsável pela manutenção de documentos de valor duradouro. Portanto, existe uma situação onde pode existir arquivo de uma organização que mantém os documentos de valor duradouro.

Enquanto as definições de arquivo como lugar de preservação de documentos que foram selecionados como tendo valor de preservação permanente aparecem no MAT – inglês e espanhol, os dicionários brasileiros e o MAT – italiano indicam um lugar de custódia ou conservação, tratamento ou processamento, comunicação, sem especificar se são instituições arquivísticas, públicas ou não, nem condições prévias de avaliação e seleção.

É importante ressaltar que o caráter genérico dessas definições dos dicionários brasileiros e do MAT - italiano permite acomodar várias soluções de implementação para entidades ou instituições arquivísticas, especialmente considerando que, no caso da preservação digital, poderão ocorrer situações onde os produtores, não tendo condições de viabilizar todas as medidas de preservação, terá que transferir documentos para uma entidade ou instituição arquivística, mesmo que ainda não tenham esgotado os prazos de guarda previstos nas fases corrente e intermediária.

O MAT – inglês apresenta uma definição para situações mais específicas: instituições que recebem e preservam, mas sem ter nenhuma relação com as unidades produtoras, como por exemplo, sociedades históricas e bibliotecas.

Com relação às definições de edifício e móvel, que significam os lugares onde os documentos são armazenados, acondicionados e conservados, atualmente tem o sentido apenas de área de armazenamento, e não mais um lugar de conservação e acesso. A definição de arquivo como armário, no período medieval e renascentista, se deve ao fato dos documentos serem considerados um tesouro, já que como eram títulos de direitos referentes a patrimônio, ficavam junto com outros objetos preciosos, e,

portanto, precisavam de um local que oferecesse proteção e segurança, conforme destacaram Sandri (1968, p.107) e Bautier (1968, p.140-141).

O fato de que somente em língua portuguesa tenha permanecido o sentido de móvel, é um dado interessante na medida em que o estudo etimológico, como foi analisado na seção 3.1, demonstrou que este era um significado presente na palavra *archivum*, e atualmente se encontra em desuso, não tendo sido explicitado em quase todos os dicionários arquivísticos pesquisados.

Assim, o lugar tem um sentido básico de conservação, permanecendo o sentido jurídico. A maioria dos dicionários, como o DTA (2010) e DIBRATE (2005) e o MAT – italiano, ainda considera como um lugar ou entidade de conservação ou custódia, sem associar o arquivo-lugar com a mudança de categoria de *records* para *archives*.

Para concluir o nosso estudo etimológico, podemos sintetizar as principais questões tratadas.

Os léxicos apresentaram uma variedade de definições, sendo que a maioria não apresenta as ideias dos dicionários arquivísticos quanto à definição de arquivo como conjunto, no sentido de incluir os elementos referentes ao conceito de proveniência de forma completa, isto é, que a origem tem que estar conectada com a atividade e que precisam estar conservados ou guardados.

Os dicionários jurídicos ainda permanecem com a ideia de que arquivos são aqueles documentos sob a custódia de um arquivo-lugar, predominando claramente a visão custodial, herdada do Direito Romano e da jurisprudência.

Os dicionários de terminologia arquivística apresentaram tanto definições para conjunto de documentos como para lugar, sendo que a maioria das definições se refere ao lugar.

Constatamos, ainda, principalmente nas definições do MAT – inglês, a visão de que *archives* foram originalmente *records*, que mudaram de categoria, ao serem selecionados para preservação permanente, e que esta concepção influenciou a definição do arquivo como um lugar, onde somente os documentos que mudaram de categoria ingressam na instituição. Neste caso, o arquivo-lugar é exclusivo para documentos permanentes. Tal situação pode provocar problemas quanto à implementação de soluções para a transferência de documentos, especialmente os digitais, que não sejam de valor permanente, ou que ainda não cumpriram todos os prazos de guarda previstos em suas tabelas de temporalidade e destinação, mesmo que exijam medidas de preservação de longo prazo.

Ainda que os dicionários apresentem diferenças conceituais importantes, alguns pontos merecem ser destacados.

O primeiro se refere à universalidade ou amplitude do conceito. Nas definições dos dicionários de terminologia arquivística, podemos perceber vários aspectos que revelam o caráter amplo do termo “arquivo”: os documentos são de variados tipos, suportes, gêneros, datas, lugares, e natureza jurídica (públicos, privados); tanto podem ser elaborados, recebidos ou acumulados; quem produz, recebe ou acumula, pode ser uma organização ou mesmo uma pessoa (pelo menos na maioria das definições apresentadas, exceto quanto à família). O lugar tanto pode ser uma entidade (instituição arquivística, serviço de arquivo, organização), um lugar, edifício, área de armazenamento ou móvel.

O segundo se refere à singularidade do conceito de arquivo. Esses dois sentidos básicos, a proveniência e o lugar, revelam o caráter particular do arquivo, distinto de outros materiais. A singularidade é revelada no fato de ser o resultado das atividades, reguladas jurídica e administrativamente, e de serem reunidos em um conjunto para manifestar a própria consecução da atividade. A conexão de uma origem (pessoa, instituição) com a atividade e com o lugar de conservação revela a distinção com outros materiais. Arquivos são conjuntos porque são reunidos no momento do seu arquivamento, que pode ser tanto feito no ambiente convencional ou eletrônico, já que a reunião em um dossiê, pasta, grupo, série e fundo revela os inter-relacionamentos entre os documentos que dão a ideia de um todo orgânico.

Em virtude desse caráter singular, ele pode ser amplo, pois abarca qualquer tipo, independentemente de data, lugar ou natureza.

Essa amplitude mostra que os arquivos independem de características físicas, e de variações no tempo e no espaço. No entanto, também afirmam o caráter único dos arquivos, que o distingue de outros materiais. Essa singularidade pode ser compreendida pela totalidade do conceito que procura abarcar, ainda que com ênfases e graus diferenciados, a relação entre os documentos, a organização produtora, as atividades e a guarda.

O estudo etimológico também demonstrou a importância da história do termo “arquivo” para a compreensão das diferentes concepções que pautaram as definições de arquivo, particularmente a divisão que ocorreu no mundo dos arquivos entre aqueles que foram chamados de administrativos e os que foram designados como históricos.

Essa dicotomia foi fundamental para o desenvolvimento de várias ideias e visões sobre a natureza dos arquivos.

4 O LUGAR E A CONCEPÇÃO JURÍDICA DE ARQUIVO

O arquivo é o lugar de proteção dos documentos contra destruição e alteração desde a Antiguidade. A função de autenticar documentos se iniciou no principal arquivo de Atenas, o *Metreon*, e foi continuada em Roma, no *Aerarium* e no *Tabularium*. Na visão clássica, a autenticidade dos documentos estava vinculada à sua preservação em um arquivo. Isto significava que, se os documentos estivessem num arquivo, sua validade não seria questionada.

Para compreendermos o conceito de arquivo, como lugar de conservação de documentos autênticos, será analisado o surgimento do conceito na Grécia antiga, e como o Direito Romano estabeleceu a concepção jurídica de arquivo, que foi adotada pelos juristas medievais e da Idade Moderna.

A abordagem aqui apresentada se baseou na proposta de Sandri (1968, p.101-113, tradução nossa) de realizar uma história geral dos arquivos, que compreenda os aspectos teóricos e conceituais. Na sua proposta de analisar as diferentes concepções de arquivo, destacamos a concepção jurídica do arquivo como lugar, formada na Antiguidade clássica e atualizada pelos juristas dos períodos medieval e moderno, que estabeleceram o arquivo como um lugar e também como propriedade do soberano.

Assim, adotamos uma periodização considerando os aspectos envolvidos na concepção de arquivo como lugar, que tem importância na pólis grega e na Roma Antiga, especialmente a definição de arquivo instituída pelo Direito Romano. A seguir, será examinada a continuidade do Direito Romano durante a Idade Média e como na Idade Moderna, em virtude do conceito de soberania, o arquivo se tornou um serviço do príncipe.

4.1 O ARQUIVO NA PÓLIS

A palavra grega *archeion* significava o lugar, os documentos e as pessoas responsáveis pela sua custódia. Esse caráter abrangente do termo é originário da organização política ateniense, a pólis, na qual o organismo político coincide com os cidadãos, não existindo separação como no mundo moderno. Arendt (1983) considera que a pólis resulta da ação e do discurso realizados em conjunto, isto é, entre os cidadãos:

A rigor, a pólis não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e

o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam (ARENDT, 1983, p.211).

De acordo com Aymard e Auboyer (1971, p.107), o território desempenha papel insignificante na definição da pólis, pois, a linguagem oficial jamais se refere a “Atenas” ou “Lacedemônia”, “trata-se sempre e unicamente de ‘os atenienses’, os ‘lacedemônios’, a ‘cidade’ ou o ‘povo ateniense’”.

Arendt (1983, p.209) aponta duas funções da pólis, que ajudam a esclarecer o papel das instituições atenienses, incluindo o arquivo. A primeira função diz respeito à conquista da fama imortal, ou seja, de revelar em atos e palavras a identidade singular e distinta de cada homem: “o principal objetivo da pólis era fazer do extraordinário uma ocorrência comum e cotidiana”. A segunda função era garantir a memória eterna das ações, discursos e dos feitos e obras que deles resultam:

A organização da pólis, fisicamente assegurada pelos muros que rodeavam a cidade, e fisionomicamente garantida por suas leis – para que as gerações futuras não viessem a desfigurá-las inteiramente – é uma espécie de memória organizada (Arendt, 1983, p.210).

Registrar as ações, discursos e feitos dignos de serem lembrados, com leis que protegem o espaço público, permite que essa memória não seja destruída ou perdida, já que as ações e discursos são sujeitos à inexorabilidade do esquecimento. Escrever e guardar assegura a perpetuidade e a imortalidade.

O principal arquivo de Atenas, o *Metroon* (figura 2), estava localizado no Ágora, uma praça rodeada de edifícios públicos e templos, que era o centro da vida política, social, econômica e cultural da pólis. Nessa praça, os cidadãos podiam se reunir para debater os assuntos da cidade, realizar eleições, comercializar no mercado, assistir os processos religiosos e espetáculos dramáticos. A experiência democrática era exercida no Ágora.

Figura 2: planta do Ágora⁶⁵ do século II d.C. À esquerda está o *Buletherion* em azul e ao lado o *Metroon* em amarelo.

O *Metroon* estava situado ao lado do Conselho dos 500 (*Bulé*), que exercia a função de conselho municipal e controlava as atividades dos magistrados, da administração e assegurava a execução das decisões da assembleia, em suma, dirigia a política da cidade (AYMARD; AUBOYER, 1971, p.117).

O Conselho ocupava um prédio conhecido como antigo *Buletherion*, no lado oeste do Ágora, datado do final do século VI a.C. O prédio consistia de uma ampla antecâmara e tinha um salão retangular com capacidade para 700 pessoas. No século V a.C. foi construído o novo *Buletherion* e o antigo passou a ser utilizado como arquivo e também como santuário dedicado à Mãe dos Deuses ou Grande Mãe, denominado de *Metroon* (figura 3). Deve-se observar que a religião também era assunto dos cidadãos, e templos também foram construídos no Ágora, como o templo de Apolo e o Altar dos 12 deuses.

⁶⁵ Fonte: CAMP, 2003. Disponível em: <http://www.agathe.gr/overview/the_archaeological_site.html>. Acesso: 26 abr.2015.

Figura 3: Reconstituição do *Metroon* no século II a.C.⁶⁶

O caráter sagrado e de proteção do *Metroon* revela a prática do mundo antigo de armazenar documentos em templos, de forma que pudessem receber a proteção divina (TSCHAN, 2015, p.35, tradução nossa).

Brennecke (1968, p.135-137, tradução nossa) considerou digno de nota o arquivo ter sido transferido do *Buletherion* para o *Metroon*. Contudo, o autor adverte que esse fato não significou a autonomia da organização arquivística, já que o arquivo ficou sob a estreita dependência do Conselho, sendo utilizado preferencialmente para apoiar as atividades da própria administração.

Além disso, Brennecke (1968, p.137-138, tradução nossa) ressaltou que os arquivos atenienses se caracterizavam pela publicidade e pela exposição ao público dos documentos, tais como leis, tratados políticos e listas de vencedores. O arquivo do *Metroon* era um arquivo de emissão, cuja finalidade principal era a divulgação dos documentos. Essa ampla acessibilidade correspondia à própria origem do arquivo e ao caráter público do material legislativo.

Com relação aos documentos privados, de acordo com Posner (1972, p.27, tradução nossa), aqueles que registravam as ações entre os cidadãos, os relativos à propriedade e outros direitos tinham de ser recebidos e conservados nos arquivos da pólis. Os arquivos privados tinham o mesmo status dos documentos públicos e, pelo

⁶⁶ Fonte: CAMP (2003). Disponível em: <<http://www.agathe.gr/guide/metroon.html>>. Acesso: 26 abr.2015.

fato de estarem nessa instituição estatal, ganhavam os benefícios da aprovação do estado.

Uma característica importante era a produção de cópias de documentos vitais (nascimento e morte), que eram inscritos em placas de pedra, feitos com o propósito de publicação e não somente para preservação. Além disso, eram feitas cópias dos documentos públicos, como os decretos do Conselho, em pedra, registrando o nome do magistrado junto com os documentos, a fim de datar, autenticar e citar os documentos, de acordo com o seu lugar no arquivo (DURANTI, 1993, p.35, tradução nossa).

Duranti (1993, p.36) observou que os arcontes, os funcionários e administradores eram obrigados a entregar seus documentos para os arquivos porque o órgão central do governo, os corpos administrativos e as associações privadas dependiam dos documentos para suas atividades. O secretário do Conselho da cidade era o chefe do serviço de arquivos e exercia poderes supremos sobre os documentos públicos, isto é, sobre todos os documentos, além de guardar as leis e as transcrições dos negócios. Além disso, acompanhando a análise de Posner (1972, p.114, tradução nossa), a autora considera que não havia distinção entre documentos correntes e não correntes, pois provavelmente todos os documentos fossem considerados correntes indefinidamente.

No período helenístico, a função de autenticar documentos pelos arquivos públicos cresceu e eles passaram a aceitar, registrar e validar documentos de ações privadas, incluindo aqueles referentes a negócios, propriedade, status e direitos adquiridos. Ser válido significava que o documento era considerado efetivo. Os arquivos nesse período passaram a ter um novo papel, não somente de depósitos de documentos oficiais, mas de entidades que poderiam validar oficialmente os documentos de ações privadas (TSCHAN, 2015, p.35-36, tradução nossa).

A localização física distinta do *Metroon* em relação ao Conselho, ao qual estava vinculado administrativamente, já inicia a formação de um lugar distinto, ainda que não autônomo. Não era apenas uma extensão do próprio Conselho e este fato pode ser explicado pela função de autenticação e pela obrigação de expor e publicar os documentos.

4.2 A CONCEPÇÃO JURÍDICA DO ARQUIVO COMO LUGAR

Enquanto que a origem do termo “arquivo” é grega, que nos legou a ideia de autenticação e publicidade dos documentos, vinculada ao exercício da cidadania, continuada pelos arquivos romanos, foi na Roma Antiga que se desenvolveu a concepção jurídica do arquivo como lugar (SANDRI, 1968, p.107, tradução nossa).

Apresentaremos um breve histórico dos arquivos da Roma antiga e as disposições do Direito Romano sobre o lugar e a natureza dos arquivos.

4.2.1 Os arquivos romanos e o registro de documentos: comunicabilidade e autenticidade

Os documentos romanos eram expostos ao público (“*tabulae publicae*”) na área do Capitólio, o centro da Roma antiga, do mesmo modo que os gregos faziam.

No entanto, as práticas arquivísticas privadas são anteriores às públicas. As mais antigas anotações dos magistrados romanos foram os *Comentarii*, que tinham o caráter de anotações privadas dos funcionários, e se tornaram o embrião do sistema de registro dos documentos. Ao término do mandato das funções desses magistrados, os documentos eram postos no “*tablinum*”, uma sala que existia na residência das famílias patrícias (BRENNECKE, 1968, p. 138, tradução nossa).

Assim, os serviços de arquivos e lugares de armazenamento eram nas casas de todos aqueles envolvidos na vida pública e nos negócios, e, por isso, os serviços públicos de arquivos se desenvolveram vagarosamente. O primeiro foi o *Aerarium*, o tesouro do Estado, estabelecido no início da República, controlado pelos questores, que administravam os fundos públicos. Inicialmente somente os documentos dos questores eram guardados; mais tarde todos os tipos de documentos públicos foram acrescentados, e o *Aerarium* serviu como órgão encarregado do tesouro e arquivo central (DURANTI, 1993, p.37, tradução nossa).

As *Leges* (leis), as *Senatus consulta* (consultas do Senado) e os *Plebiscita* (decretos da assembleia da plebe), após terem permanecido pouquíssimo tempo no templo de Ceres, foram enviadas ao *Aerarium*, que estava situado no templo de Saturno (BRENNECKE, 1968, p.138, tradução nossa).

No *Aerarium*, já aparece a distinção entre documentos correntes e não correntes. Ao final do mandato de cada funcionário, os documentos arquivados formavam uma série, por meio da sua reunião em um ou mais códices, anotados com datas e com os nomes dos funcionários e dos questores, responsáveis pelo *Aerarium*. Na prática, as tábuas soltas constituíam os documentos correntes, já que se referiam às

atividades do funcionário no exercício do seu mandato, enquanto os códices representavam os documentos não correntes. Em cada códice, as tábuas eram progressivamente numeradas, fixando para sempre seus relacionamentos recíprocos e fechando a série (DURANTI, 1993, p.38, tradução nossa).

Existiam outros arquivos como o *Atrium Libertatis* e o *Aedes Nympharum*, este último no Campo de Marte, que custodiava documentos referentes ao orçamento dos cidadãos e que eram frequentemente transferidos para o *Aerarium* (BRENNECKE, 1968, p.139, tradução nossa).

Um arquivo importante foi o do Colégio dos Pontífices, que mantinha seus documentos indefinidamente. Os pontífices possuíam as fórmulas que um cidadão tinha que usar em suas ações legais e arquivavam as solicitações e as respostas dadas, e acabaram se tornando uma força poderosa no desenvolvimento e aplicação do Direito Romano (DURANTI, 1993, p.38, tradução nossa).

No final da República, quase todos os documentos dos magistrados e administradores públicos estavam concentrados no *Aerarium* e para guardar todos esses documentos foi construído, em 79 a.C., o *Tabularium*, situado na área do Fórum Romano.

O *Tabularium* era administrado por quatorze questores, auxiliados pelos *apparitores*, servidores pagos pelos fundos públicos, que exerciam as funções de administração dos documentos, além dos *librarii*, que copiavam os documentos para outros funcionários e cidadãos, e os escravos públicos que faziam as atividades de rotina do arquivo (DURANTI, 1993, p.39, tradução nossa).

Duranti (2007, p.449, tradução nossa) apresenta uma descrição sobre o lugar que o *Tabularium* (figuras 4 e 5) ocupava na Roma antiga, onde procura compreender a importância política da instituição a partir da sua localização no centro da cidade.

O edifício foi erguido na colina do Capitólio, como ponto terminal imponente para o Fórum, mais alto que o Senado, mais próximo às cortes de justiça do que qualquer outro edifício, cercado pelos mercados e templos, o ponto de referência para qualquer pessoa que caminhasse pela cidade, no coração pulsante da república. O *Tabularium* continha prova e memória do povo para o povo.

A. THE ROMAN FORUM (RESTORED), LOOKING TOWARDS TABULARIUM

Figura 4: Área do Fórum Romano. Ao fundo o *Tabularium*⁶⁷.

Figura 5: Reconstituição do *Tabularium*⁶⁸.

Os corredores e escadas do *Tabularium* ligavam o prédio à administração pública da Roma Republicana e, assim, os documentos podiam fluir com segurança, desde o lugar de criação até o de preservação:

Entretanto, este fluxo não é uma simples transição de um lugar a outro. É o *locus* de reconhecimento e de poder. Em algum lugar entre o lugar de dentro e o de fora do prédio do arquivo, os documentos deveriam ser desdobrados em evidência e memória, antes de serem

⁶⁷Fonte: FLETCHER, 1921. Disponível em:

<<https://www.flickr.com/photos/psulibscollections/5832221541>>. Acesso em: 26 abr.2015.

⁶⁸Fonte: UNIVERSITY OF CALIFORNIA, Los Angeles. *Digital Roman Forum*. Disponível: <http://dlib.etc.ucla.edu/projects/Forum/reconstructions/Tabularium_1/history>. Acesso em: 26 abr. 2015.

abrigados no prédio como testemunho das ações passadas (DURANTI, 2007, p.447, tradução nossa).

O *Tabularium* se tornou um imenso arquivo centralizado administrado publicamente. Os documentos serviam a múltiplos e diferentes propósitos como a lista do censo, que era necessária para tributação e para convocação da assembleia (*comitia*). Ali todos os funcionários e cidadãos podiam consultar ou receber cópias de documentos. Assim, a preservação realizada nessa instituição conferia autenticidade legal e autoridade aos documentos romanos, os quais somente podiam ser executados ou cumpridos após o arquivamento (DURANTI, 1993, p.39, tradução nossa).

A expressão latina *tabularia*, de acordo com Brennecke (1968, p.139, tradução nossa), era geralmente usada para indicar o arquivo, que valia também para os cargos administrativos, que tinham registros, e para as unidades financeiras, que funcionavam junto à administração e também aos templos.

No Império, o *Tabularium* perdeu sua característica de arquivo central, porque o Imperador e os mais importantes funcionários passaram a manter seus próprios arquivos, e assim o principal conjunto de documentos do estado passou a ser custodiado no *Tabularium Caesaris*, constituído por depósitos anexos a vários departamentos da chancelaria imperial. O primeiro *Tabularium* continuou a funcionar como centro de documentos do senado até o século III d.C. A chancelaria imperial compreendia todas os órgãos administrativos do Império e estava subdividida em diversas unidades, chamadas de *scrinia*. Cada *scrinia* mantinha seus próprios documentos e todos os repositórios de documentos só idealmente mantinham uma unidade (*tabularium principis*). Após Diocleciano, os *scrinium* não recolheram seus documentos e o conceito de um arquivo central servindo a todo o governo não mais retornou (DURANTI, 1993, p.40, tradução nossa).

Com relação ao desenvolvimento do sistema de registro e à obtenção de fé pública para os documentos dos municípios, a partir da época imperial, todo o material relacionado com a atividade de um cargo ou unidade administrava foi reunido em volumes, no caso dos documentos escritos em tábuas, ou em rolo, para os papiros. Assim as atas do senado não continham apenas as consultas do Senado, mas também as atas das reuniões, as moções e todo o material recebido. Nas *acta ordinis*, que eram elaboradas sobre as atividades dos conselhos dos municípios, foram reunidas as deliberações municipais, as atas das reuniões e toda a correspondência. Nos *comentarii* dos organismos judiciários eram colocados em ordem exclusivamente cronológica e

sem distinção entre os processos, as atas das discussões, as petições, o material de prova e toda a correspondência. Na era imperial, os registros nos *comentarii* obtiveram fé pública. Isso deu origem à concepção que o registro escrito nos *comentarii*, seja do negócio ou da decisão, deveria ser considerado como redação do original e que as chancelarias e os tribunais expediriam cópias autênticas extraídas dos *comentarii*. A mesma força de prova obteve as *gesta municipalia*, mantidas nos municípios das províncias, nas quais eram guardadas as ações jurídicas das pessoas, decididas diante da administração municipal. Nas *gesta* também eram inseridos os documentos relativos a essas ações. A organização romana dos registros influenciou notavelmente sobre os registros pontifícios na era medieval até o fim da Idade Moderna (BRENNECKE, 1968, p.140-141, tradução nossa).

Assim, no período imperial, ao se afirmar o princípio da *fides publica* do documento conservado no arquivo público, a petição de cópias para fins jurídicos por parte dos particulares, passou a ser um fato normal. (LODOLINI, 1993, p.247, tradução nossa).

Nos municípios do Império, de acordo com Duranti (1993, p. 41, tradução nossa), ocorreu o mais importante desenvolvimento no campo da elaboração e arquivamento dos documentos, como consequência da vontade do governo em fazer cumprir o registro público de documentos legais e, também, que os cidadãos tivessem os documentos de suas ações elevados à condição de documentos públicos. A obrigação, imposta pelo governo central aos magistrados municipais de registrar suas ações e preservar seus documentos para seus próprios propósitos, foi a origem do direito de criar tais documentos para pessoas privadas. Assim, no século IV d.C., as municipalidades obtiveram autorização para introduzir nos seus documentos oficiais as declarações e as minutas de ações privadas ou, ainda, completar documentos privados. Cópias autorizadas dessas minutas ou a inserção de procedimentos, chamados de *gesta*, tornou os documentos dotados de credibilidade pública, que não se confunde com os instrumentos notariais, os quais não eram documentos públicos.

Tschan (2015, p.36, tradução nossa) observa que a autenticidade não era uma característica intrínseca dos documentos, mas proporcionada em virtude da sua preservação sob a custódia arquivística, e, portanto, era possível que pessoas depositassem documentos falsos em arquivos públicos, de forma a conferir maior fidedignidade a esses documentos. A solução encontrada foi a elaboração de

procedimentos estritos de forma documentária, que poderiam assegurar a autenticidade dos documentos.

O legado romano no que diz respeito aos arquivos foi imenso: a ideia de arquivos municipais, que compreendem o conjunto da cidade, as técnicas de registro e o conceito de documento como arsenal da autoridade e da lei passaram aos estados do Ocidente e somente foram parcialmente minados pelas novas filosofias do século XIX (DURANTI, 1993, p.42, tradução nossa).

Outro legado romano foi o direito, particularmente o Código Justiniano, que foi adotado e atualizado pelos juristas medievais e da Época moderna, os quais consolidaram e divulgaram a concepção jurídica de arquivo.

4.2.2 O Código Justiniano e a definição de arquivo

Ao longo da sua História, a Roma Antiga passou por diferentes regimes políticos: monarquia, república e império (Principado e Dominato). Estabeleceram vários corpos legais, que regiam a vida pública e a vida privada: Lei Arcaica, Lei das Doze Tábuas, organizadas no início da República (451 a.C), Código Teodosiano (439 d.C.), no Império, e o Código Justiniano (529-534 d.C), instituído pelo Imperador Justiniano, em Constantinopla, sede do Império Romano do Oriente, além de diversas leis e jurisprudência.

De acordo com Tellegen-Couperus (1993, p.17-19, tradução nossa), no período monárquico, o direito se formou de diversas maneiras: costume, legislação, administração e interpretação. Como os cidadãos romanos eram envolvidos nesse processo, todas essas regras foram referidas coletivamente como *ius civile* (lei civil), isto é, lei dos cidadãos romanos. Ainda sob a monarquia, o senado e a assembleia do povo já votavam em leis, que eram propostas pelo rei, as *leges regiae* (leis régias). A supervisão da lei estava a cargo de um colégio de pontífices, os guardiões da lei, que também aplicavam a lei sacra, já que os romanos, nesse período, não estabeleciam uma diferença clara entre as normas de origem divina daquelas de origem humana.

Com a expulsão do último dos reis, em 510 a.C., é instaurada a República, que foi marcada pela luta entre patrícios e plebeus. Um processo longo, que se iniciou provavelmente no ano 500 a.C. e durou até 286 a.C., no qual os plebeus foram conquistando diversos direitos e as diferenças entre essas classes foi sendo removida progressivamente. Uma das primeiras vitórias dos plebeus foi o direito de ter sua própria assembleia, cujas decisões (*plebiscita*) eram aplicadas exclusivamente aos

plebeus, e o direito de escolher seus próprios funcionários (tribunos). Diversas leis foram estabelecidas para assegurar os direitos dos plebeus como a Lei das Doze Tábuas, Lei Canuleia e Lei Hortensia. A Lei das Doze Tábuas é considerada como uma das vitórias dos plebeus, pois eles reivindicavam que a lei fosse escrita a fim de prevenir sua aplicação indiscriminada pelos magistrados patrícios (TELLEGEN-COUPERUS, 1993, p.7-8, tradução nossa).

A Lei permitiu a todo cidadão romano conhecer seus direitos e obrigações legais e um pouco sobre os procedimentos tanto para afirmar seus direitos como para realizar as obrigações, especialmente as ações cíveis (JOHNSON; COLEMAN-NORTON; BOURNE, 1961, tradução nossa).

Tradicionalmente se afirma que a Lei das Doze Tábuas foi escrita por uma comissão entre 451-449 a.C., gravada em tábuas e postas no Fórum Romano. Seus originais foram destruídos em um incêndio em 387 a.C., e mesmo das cópias só sobraram fragmentos.

Johnson (1961, tradução nossa) considera que a extrema brevidade das disposições dessa Lei, e a conseqüente obscuridade, encorajaram os juristas a interpretar a lei e seus comentários tornaram-se um fator essencial no desenvolvimento do direito e gradualmente adquiriram força de lei.

Os romanos são considerados os fundadores da ciência legal que começou a se desenvolver ainda no final da República. Fundamental para esse desenvolvimento foi a participação dos juristas que tinham um conhecimento bastante especializado da lei romana e da filosofia grega.

A partir do século II a.C., os romanos da classe senatorial passaram a ser educados por professores gregos de retórica que ensinavam como compor discursos políticos e também a atuar nos tribunais. Nesse contexto, os romanos conheceram o método dialético de Platão e aprenderam a dividir juridicamente fatos relevantes em gênero e espécie e a definir esses fatos e categorizar conceitos jurídicos. Além disso, eles aprenderam silogismo e a formar conceitos jurídicos de maneira dedutiva (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p. 60, tradução nossa).

As atividades dos juristas foram definidas por Cícero da seguinte forma: *cavere* (tomar providências⁷¹), *agere* (agir) e *respondere* (responder). *Cavere* significava

⁷¹ TELLEGEN-COUPERUS traduziu *cavere* como *take precautions* (tomar precauções), porém Faria (1962, p.171) esclarece que, na língua jurídica, significa tomar providências, velar no interesse das partes, regular (por uma lei); provar, garantir, dispor em testamento.

redigir textos a serem usados na prática legal e também redigir as ações de venda e testamento. *Agere* (agir) significava servir como advogado em uma ação legal e *respondere* (responder) dar uma opinião sobre um problema legal aos cidadãos, magistrados e juízes (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.60-61, tradução nossa).

Para Tellegen-Couperus (2003, p.60, tradução nossa), essas atividades demonstram que os juristas não eram considerados como uma classe separada do restante dos cidadãos, afastada da prática legal e da política, como é frequentemente sustentado. Sua opinião era considerada valiosa porque eles faziam parte da instituição mais poderosa da Roma republicana, o Senado. Eles combinavam a formulação de conceitos jurídicos abstratos, sob a influência da filosofia grega, com a busca de uma solução justa para os casos concretos, que fosse aceitável na prática.

No período inicial do Império (Principado), os juristas, como na República, eram senadores com grande conhecimento da lei e ocupavam altos cargos políticos (cônsul, pretor, governador de província senatorial). A partir do século II, passaram a ocupar os cargos imperiais, prefeito da cidade ou prefeito pretoriano, e a participar do *consilium* (conselho) do Imperador (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.94, tradução nossa).

No século IV d.C., quando todo o poder estava já concentrado nas mãos do Imperador, ocorreu uma mudança no exercício do Direito, quando este passou a ser praticado nas escolas jurídicas, cuja prioridade não era mais a elaboração de novas leis, por meio da interpretação de disposições legais. A ênfase recaiu sobre o estudo e a explanação dos escritos dos juristas da época do Principado. A literatura consistia na seleção de opiniões de juristas clássicos, reescritos da chancelaria imperial e textos que simplificavam essas disposições (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.133, tradução nossa).

A primeira escola para juristas foi provavelmente estabelecida em Roma, no século II d.C. Posteriormente foram instituídas outras escolas como a de Beirute, no século III, e em Constantinopla no ano 425 d.C. A finalidade dessas escolas era treinar pessoas para as funções no serviço civil. Foram nas escolas de direito em Beirute e em Constantinopla, na parte oriental do Império, que o Direito começou a ser estudado, depois da Queda do Império do Ocidente, e também nessas escolas foram assentadas as bases do Código Justiniano (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.133-134, tradução nossa).

Em 476 d.C, o Imperador Romano do Ocidente foi deposto e o seu império se fragmentou em diversas partes. Em algumas áreas como Itália, Espanha e sul da França a população original continuou a viver de acordo com o Direito Romano, enquanto os recém-chegados germânicos usavam o Direito Germânico. Alguns reis germânicos publicaram livros que continham o Direito Romano e aplicavam somente aos assuntos romanos, como a *Lex Romana Visigothorum* e a *Lex Romana Burgundionum*, conhecidas como *Leges Romanae Barbarorum*. Esses livros de direito são muito importantes para o conhecimento do Direito Romano porque eles contêm diversos textos que não chegariam a nós de outro modo (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.139, tradução nossa).

A *Lex Romana Visigothorum* foi publicada em 506 d.C. pelo rei dos Visigodos, Alarico II, e continha extratos dos Códigos de Gregorius, Hermogenianus e Teodosius, bem como vários textos de juristas romanos como Gaius, Papinianus e Paulus. Em 654 d.C., foi substituído por um novo livro que foi aplicado aos godos e romanos. A *Lex Romana Visigothorum* foi esquecida principalmente na Espanha, enquanto no sul da França, ela continuou a ser aplicada, ainda que não fosse mais válida. Este fato explica, segundo Tellegen-Couperus (2003, p. 139, tradução nossa), a sobrevivência do Direito Romano nessa parte da Europa.

A *Lex Romana Burgundionum* foi publicada também no século VI pelo rei burgúndio Gundebaldo para regular as relações jurídicas entre os romanos. Este livro se constitui um corpo ordenado e distribuído em trinta e cinco títulos e se baseou nos códigos romanos, além de apresentar alguns elementos do direito burgúndio (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.139-140, tradução nossa).

O Código Justiniano foi instituído, em Constantinopla, no contexto da fragmentação do Ocidente. Quando Justiniano se tornou Imperador, em 527, o Império do Ocidente já não mais existia, e ele envidou esforços para reconquistar parte do antigo território, realizando campanhas militares na Itália, sul da Espanha e parte do Norte da África. No campo legal, o Código Teodosianus, que regulava o direito da época, as constituições imperiais e outros dispositivos legais, feitos a partir desse Código, tinham se tornado obsoletos, e se constatava a imprecisão com relação ao conteúdo e à autenticidade da jurisprudência elaborada pelos juristas. Assim, Justiniano formou uma comissão para realizar a compilação de um novo código.

Justiniano obteve sucesso nesse empreendimento, de acordo com Tellegen-Couperus (2003, p.140-141, tradução nossa), em virtude de dois fatores. Em primeiro

lugar pela liderança de Triboniano, que tinha sido chefe das chancelarias imperiais e ocupava o cargo de *magister officiorum* (ministro da justiça), além de ter o conhecimento necessário para realizar a tarefa. Em segundo lugar, pelo papel desempenhado pelas escolas de direito de Beirute e Constantinopla, que coletavam e estudavam os textos dos juristas clássicos, as quais foram o celeiro de conhecimento do direito romano. A designação *Corpus Iuris Civilis* somente foi atribuída no século XVI para diferenciar do *Corpus Iuris Canonici*.

O *Corpus Iuris Civilis*⁷² foi publicado em três partes, em latim, sob a direção de Triboniano a pedido do Imperador Justiniano no período de 529-534.

A primeira parte é o *Codex Justinianus*, compilação das constituições imperiais desde o tempo do Imperador Adriano. Foi usado o Código Teodosiano e coleções privadas como *Codex Gregorianus* e *Codex Hermogenianus*.

A segunda parte é o *Digesta* ou *Pandectas*, publicado em 533 d.C. É uma compilação dos escritos dos grandes juristas romanos, tais como Ulpiano.

A terceira parte são as *Institutiones*, que pretendia ser um tipo de livro texto para as escolas de direito.

A última parte são as *Novellae*, leis publicadas por Justiniano, a maioria em grego.

Entre os juristas que contribuíram para a compilação do Código, destaca-se o jurisconsulto Ulpiano, que produziu uma vasta obra jurídica no início do século III d.C, três séculos antes do Código, durante a fase do Principado, cujos comentários integram o *Digesta*, a quem se atribui a definição mais antiga de arquivo.

A definição de arquivo (*tabularium*) foi fixada no Código Justiniano, *Digesta*, com a afirmação do jurista Ulpiano⁷³ que enfatiza o lugar: “*locus publicus in quo instrumenta deponuntur*” (lugar público onde os documentos são guardados)⁷⁴.

O termo latino *instrumenta* significa documentos, arquivos (FARIA, 1962, p.511). O termo *deponuntur* tem o sentido de “depor (deixar) em segurança, deixar em depósito, guardar, confiar” (FARIA, 1962, p.296), o que, segundo Duranti (2007, p. 447, tradução nossa) transmite mais a ideia de custódia do que de propriedade.

⁷² LASSAR; KOPTEV (Org). **The Roman Law Library**. Disponível em: <<http://droitromain.upmf-grenoble.fr/corpusjurciv.htm>>. Acesso em: 2 maio 2015.

⁷³ A afirmação é atribuída a Ulpiano, porém, de acordo com LODOLINI (1993, p.125), é provavelmente interpolada.

⁷⁴ O comentário de Ulpiano encontra-se no *Corpus Iuris Civilis, Digesta* 48, *De Poenis*, 19.9.6. Essa disposição legal em latim é “*Solet et sic, ne eo loci sedeant, quo in publico instrumenta deponuntur, archio [archivo] forte vel grammatophylacio*”. Disponível em: <<http://droitromain.upmf-grenoble.fr/Corpus/d-48.htm#19>>. Acesso: 4 jul.2015.

A necessidade de escolher uma pessoa para custodiar os documentos e mantê-los incorruptíveis a fim de facilitar o acesso foi expressa na seguinte passagem das *Novellae*, 15: “*eligendo quodam in provincia qui horum habeat custodiam: quatenus incorrupta maneant haec et velociter inveniantur a requirentibus*” (escolhendo alguém na província encarregado da sua custódia: de forma que permaneçam incorruptíveis e que possam ser rapidamente encontrados por quem os procure)⁷⁵ (tradução nossa).

O caráter ininterrupto dos arquivos também foi explicitado no *Codex I*: “o documento será depositado, entre os arquivos da Santa Igreja, para que o conhecimento do mesmo possa ser perpetuamente preservado”⁷⁶ (tradução nossa).

Desta forma, o *Corpus Iuris Civilis* estabeleceu juridicamente o arquivo como um lugar, o qual deve ter um responsável para garantir a inviolabilidade dos documentos, como também facultar o seu acesso, pois estes são a memória das ações e feitos dos cidadãos romanos.

Além do *Corpus Iuris Civilis*, outros autores latinos também definiram o arquivo, como Servius Marius: *locus in quo acta publica asservantur*⁷⁷ (lugar no qual os documentos públicos são preservados), conforme indica Bonifacio (SANDRI, 1950, p.108) em sua obra *De archivis*.

4.2.2.1 O Lugar e a Autoridade

Como vimos anteriormente, o lugar era fundamental para a definição romana de arquivo, pois era o lugar que conferia credibilidade aos documentos. Os documentos eram presumidamente verídicos se estivessem sob a custódia desse lugar e sob a responsabilidade de um funcionário autorizado. Esse lugar era o edifício construído, de forma que as diferentes instituições pudessem ter acesso e transferir os seus documentos, e que oferecia a proteção necessária para a sua conservação.

Um ponto importante tratado nas disposições do Código diz respeito às atribuições do funcionário, o qual deve garantir a manutenção da autenticidade e a

⁷⁵ *Corpus Iuris Civilis*, Novella 15 “*De Defensoribus civitatum*”, cap. 5, 2. A tradução para o português foi feita a partir da versão em inglês de SCOTT, S., 1932. Disponível em: <<http://droitromain.upmf-grenoble.fr/>>. Acesso em: 4 maio 2015.

⁷⁶ *Codex I*, 4, *De episcopali audientia*, 30. Como o original está em grego, traduzimos para o português a partir da versão em inglês de Blume (2007). Disponível em: <<http://www.uwyo.edu/lawlib/blume-justinian/files/docs/book-1pdf/book%201-4.pdf>>. Durante (2007, p.447) apresenta o seguinte trecho em latim com a tradução em inglês: “*perpetua rei memoria sit* (i.e, and be continuing memory of that to which attest)”.

⁷⁷ A tradução do latim para o inglês encontra-se em Born (1941, p.128). A tradução para o português foi feita a partir da versão em inglês.

rapidez na localização dos documentos, demonstrando que a inviolabilidade não é antagônica ao acesso.

Tanto o *Aerarium* como o *Tabularium* são instituições republicanas, e a República romana, de acordo com Arendt (1972 p.164) se caracterizava pelo poder (*potestas*) exercido pelo povo, por meio das assembleias, e também pela autoridade (*auctoritas*) que repousava no Senado, o conselho dos anciões, que aprovava ou não as decisões da assembleia e dirigia a política externa.

A definição de Ulpiano foi elaborada no início do século III, no período do principado, quando o Senado progressivamente perdia importância política, e também é um momento de intensa crise política, social e econômica. Nesta fase, o *Tabularium* tem sua importância diminuída para o *Tabularium Caesaris* como o principal arquivo da administração romana, evidenciando a crescente concentração de poder pelo Imperador e pelos órgãos imperiais como a chancelaria.

Ulpiano afirmou que o arquivo é um *locus*, o que significa que ele não estava se referindo propriamente a um órgão administrativo, situado numa estrutura hierárquica com sua cadeia de subordinações, mas a uma entidade que ocupa uma construção física existente nas cidades, onde os cidadãos e magistrados tinham acesso.

Na definição de Ulpiano, o arquivo é o lugar de conservação, o que significa que o jurista considerou como a característica mais importante a durabilidade e longevidade dos documentos, condição para o seu acesso e uso.

Outra característica importante do comentário do jurista é a referência aos lugares no plural, *loci*. O arquivo não se restringia apenas ao *Tabularium* romano, mas a todos aqueles existentes nas províncias, demonstrando a disseminação dos arquivos no âmbito do Império e, portanto, as disposições do Código de Justiniano deveriam ser válidas para todos esses arquivos.

Um ponto a ser destacado sobre o *Tabularium* refere-se ao fato de que a instituição permaneceu vinculada aos questores, não se constituindo como um órgão autônomo e independente, ainda que possuísse autoridade, derivada da custódia e da conservação dos documentos.

A conservação dos documentos significava a possibilidade do exercício pelos cidadãos de usarem os documentos nas suas atividades públicas e privadas, em virtude de estarem disponíveis ao público. Também significava que os documentos públicos permaneceriam válidos se estivessem num arquivo público. Uma vez que os documentos tivessem sido depositados em um arquivo – quando eles atravessavam o

‘limiar arquivístico’ – e eram fisicamente preservados entre outros documentos do estado, propiciava o caráter autêntico dos documentos (TSCHAN, 2015, p. 36, tradução nossa).

Além disso, o arquivo representava a ligação com o passado, já que os documentos atestam as ações passadas.

Um dos conceitos fundamentais para compreender a Roma Antiga é o de *auctoritas* (autoridade), o qual se tornou um elemento essencial para a adoção do Direito Romano pelos juristas medievais e modernos, conceito que tem importância para o entendimento do arquivo como arsenal da lei e da autoridade.

Arendt (1972, p.162) afirma que, no âmago da política romana, do início da República até o fim da era imperial, encontra-se a convicção do caráter sagrado da fundação da cidade, no sentido de que, uma vez que tenha sido fundada, ela permanece obrigatória para todas as gerações futuras. Participar da política significava preservar a fundação de Roma, que se tornou o princípio de toda a sua história, um acontecimento único e irrepetível. Diferentemente dos gregos, que repetiam a fundação de sua primeira pólis na instalação de colônias, os romanos conseguiram ampliar a fundação original até que toda a Itália e todo o mundo ocidental estivessem unidos e administrados por Roma.

A religião, de acordo com Arendt (1972, p.163), significava literalmente *re-ligare*, ser ligado ao passado, estar obrigado para com o enorme esforço de lançar as fundações, de erigir a pedra angular, de fundar para a eternidade. Ser religioso significava ligar-se ao passado. Assim, a religião e a atividade política podiam ser consideradas como praticamente idênticas, como afirmou Cícero: “Em nenhum outro campo a excelência humana acerca-se tanto dos caminhos dos deuses como na fundação de novas comunidades e na preservação das já fundadas”. O poder coercivo da fundação era religioso, pois a cidade oferecia aos deuses do povo um lar permanente. Assim, as divindades mais profundamente romanas eram Jano, deus do princípio, e Minerva, a deusa da recordação.

Foi nesse contexto, segundo Arendt (1972, p.163-164), que a palavra e o conceito de autoridade apareceram. A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, “aumentar” e o que a autoridade ou os de posse dela constantemente aumentaram foi a fundação. Aqueles que eram dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres* (patronos), que a obtinham por descendência e transmissão (tradição) dos antepassados.

A autoridade, em contraposição ao poder (*potestas*), tinha suas raízes no passado, o qual era presente na vida real da cidade. A característica mais importante dos que detêm autoridade é não possuir poder, cunhada na expressão latina: “enquanto o poder (*potestas*) reside no povo, a autoridade (*auctoritas*) repousa no Senado”⁷⁸ (ARENDT, 1972, p.164).

O poder é entendido por Arendt (1983, p.211-219) como possibilidade, já que depende da palavra e da ação dos cidadãos de se reunirem e decidirem juntos sobre a vida da pólis. Desta forma, o poder significa ao mesmo tempo discurso e ação, que só pode ser exercido por homens livres. A política só tem sentido se houver homens livres e iguais para debaterem e decidirem os negócios públicos. A autoridade, por outro lado, exige obediência, é coerciva, porém não é o mesmo que força e violência, já que sua função era conferir durabilidade ao espaço público, ameaçado pela instabilidade das ações humanas. Essa autoridade era expressa pelas decisões do Senado, que aprova ou não as decisões da assembleia, emite as *consulta* e dirige a política externa.

O Senado acrescenta conselho e confirmação às decisões políticas da assembleia do povo: “O caráter autoritário do ‘acrécimo’ dos anciões repousa em sua natureza de mero conselho, prescindindo, seja da forma de ordem, seja de coerção externa, para fazer-se escutado” (ARENDT, 1972, p.165).

A força coerciva dessa autoridade, para Arendt (1972, p.165-166), está ligada à força religiosamente coerciva dos *auspices* (auspícios), que não sugere o curso objetivo dos eventos futuros, mas revela a aprovação ou desaprovação divina das decisões feitas. Os deuses em Roma têm autoridade sobre os homens, aumentando e confirmando as ações humanas, porém não tem poder sobre eles, porque não guiam as suas ações. Os exemplos e os feitos dos antepassados, que remontam a Rômulo a quem os deuses deram autoridade para fundar a cidade, e o costume desenvolvido a partir deles eram sempre coercivos. Todos os acontecimentos se transformavam em exemplos, e a *auctoritas maiorum* era um modelo autoritário para o comportamento. Assim, a velhice era o clímax da vida humana, porque o homem velho crescera mais próximo dos antepassados e do passado, e não porque tinha sabedoria e experiência acumulada.

Assim, de acordo com Arendt (1972, p.166), o passado era santificado através da tradição. A tradição preservava o passado legando de uma geração a outra o

⁷⁸ Arendt (1972) discorre sobre o conceito de autoridade na Roma Republicana, onde o Senado é o principal organismo político. Otávio, quando assume o poder, escolhe vários títulos entre eles o de *auctoritas*. Tellegen-Couperus (1993, p.75-76) esclarece que, no seu testamento político, Otávio declara que ele não só tinha tanto poder quanto outros magistrados, mas que tinha mais *auctoritas*.

testemunho dos antepassados que criaram a sagrada fundação e, depois, a engrandeceram por sua autoridade no transcurso dos séculos. “Enquanto essa tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria intacta; e agir sem autoridade e tradição, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível”.

Desta forma, a experiência da fundação da cidade formou a ligação entre religião, autoridade e tradição. Sua força repousava na eficácia coerciva de um início autoritário, que liames religiosos reatam os homens através da tradição: “A trindade romana não apenas sobreviveu à transformação da República em Império como penetrou onde quer que a *pax* Romana tenha criado a civilização ocidental sobre alicerces romanos” (ARENDT, 1972, p.167).

Neste sentido, o arquivo, que ocupava um lugar no coração da cidade, onde os cidadãos podiam utilizá-lo para os mais variados fins, também era um lugar de autoridade, pois ali o passado se materializava, por meio da preservação dos documentos. Essa conservação tem o sentido de perpetuar o passado e a glória de Roma. O arquivo também se articula com a religião, já que o *Aerarium* ficava no templo de Saturno e, portanto, os documentos tinham um caráter sagrado, que precisava ser protegido.

Assim, os documentos das principais instituições políticas romanas, as *leges*, os *plebiscita* da Assembleia e as *consulta* do Senado, eram transferidos para o arquivo. Ao destacar um lugar para os documentos serem conservados, é possível afirmar que o arquivo significava um lugar para os documentos da República, e também era um lugar de conservação do passado para finalidades do presente dos cidadãos. É esse passado que transmite autoridade e que deve ser ininterrupto, para que Roma se mantivesse no tempo.

No entanto, a ideia de conservar documentos para futuros historiadores não era uma finalidade dos arquivos romanos, que os utilizavam, de maneira geral, para fins jurídicos e administrativos (LODOLINI, 1993, p.246).

Com o fim do Império Romano do Ocidente, a obra jurídica permaneceu por meio do Código de Justiniano, que será objeto de estudo pelos juristas medievais, os quais atualizarão os conceitos de autoridade e poder, adaptando-os à nova realidade, que foi se formando na Idade Média, representada pela autoridade da Igreja e pelo poder dos reis e príncipes.

4.2.2.2 A continuidade do Direito Romano na Idade Média e o arquivo

O Código Justiniano permaneceu na área oriental do Império até 1453, quando os turcos otomanos tomaram Constantinopla. No antigo Império do Ocidente, o Direito Romano continuou a existir por meio das *Leges Romanae Barbarorum*.

Wieacker (1981, p.272), ao analisar a contribuição do Direito Romano para o pensamento legal do Ocidente, considera que a continuidade do antigo Direito Romano, nas sociedades ocidentais, representa um processo complexo de transferência, pois sistemas legais envolvem diversos elementos, tais como costumes sociais, padrões comportamentais, instituições sociais organizadas e técnicas de uso do poder público. Ele distingue duas fases do período medieval: o início da Idade Média, do século V ao X, período no qual continuam ou sobrevivem os princípios legais e as instituições romanas. O segundo período, a partir do século XI, quando o Direito Romano clássico é redescoberto pelas faculdades de direito do sul da Europa.

Na Europa ocidental, os reinos dos ostrogodos, burgúndios e francos se aproveitaram da organização administrativa romana, que não era mais a da República ou do Principado, mas do período do Dominato, caracterizado como uma monarquia absolutista e centralizada, que foi moldada na crise do século III, e com uma burocracia altamente especializada (WIEACKER, 1981, p.273, tradução nossa).

Wieacker (1981, p.274-275, tradução nossa) considera três conceitos fundamentais para a sobrevivência do Direito Romano. O primeiro é o conceito de serviço público como um corpo administrativo permanente, estabelecido pela administração imperial, e também adotado pela Igreja, que se tornou um modelo para os reinos germânicos.

O segundo se refere ao conceito de lei estatutária. Enquanto o Direito Romano republicano entendia a lei como um ato de vontade entre homens livres, e, no período do Império, como um ato imperativo do governante, os povos germânicos concebiam a lei como um corpo não escrito de tradições e costumes. Assim, toda a lei escrita no início da Idade Média se baseou na noção absoluta da lei, desenvolvida no final do principado e pela monarquia bizantina, consolidada no Código Justiniano.

O terceiro é o conceito universal da lei, desenvolvido pela Igreja que considerava o Direito Romano como superior às leis germânicas e dos novos governantes dos reinos bárbaros. O conceito de lei universal foi conectado por Augusto

com a ideia do *ius divinum*⁷⁹ (direito divino) e permaneceu como uma ideia poderosa e que continuou a guiar os pensamentos e as ações públicas desses novos governos.

O cristianismo, que tinha sofrido perseguições por não aceitar cultuar os deuses romanos e o imperador, a partir do Édito de Milão, em 313, conquista completa liberdade de culto, e em 391, o Imperador Teodósio declara o cristianismo religião oficial do estado (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.122-123, tradução nossa). Como religião oficial de estado, o Direito Romano pôde ser aplicado à Igreja e, portanto, o Código Justiniano foi uma importante fonte para o direito canônico.

Arendt (1972, p.167-168), ao examinar o conceito de autoridade romana e a sua absorção pelo cristianismo, considerou que a Igreja Cristã incorporou a herança política e espiritual de Roma no que diz respeito à importância de um princípio fundador para a criação de organismos políticos. Esse princípio fundador foi a morte e ressurreição de Cristo, considerado como a pedra angular de uma nova fundação, erigindo uma nova instituição humana de tremenda durabilidade, a Igreja.

Para Arendt (1972, p.168), a Igreja, ao se tornar romana, pôde proporcionar aos seus membros e seguidores um sentido de cidadania que Roma não podia mais oferecer. A base da Igreja, como uma comunidade de crentes e como instituição pública, passou a contar com um acontecimento historicamente registrado: o testemunho da vida, nascimento, morte e ressurreição de Cristo. Assim, os apóstolos eram testemunhas desses eventos e puderam se tornar “pais fundadores” da Igreja. A autoridade da Igreja derivava do testemunho dos apóstolos a serem transmitidos à posteridade.

Como testemunhas desses eventos os Apóstolos puderam tornar-se ‘pais fundadores’ da Igreja, dos quais esta deveria derivar sua própria autoridade na medida em que legasse seu testemunho através da tradição de geração a geração.

Desta forma, a autoridade da Igreja passou a proceder de um princípio fundador - vida, morte e ressurreição de Cristo – e de testemunhas desses eventos, os apóstolos, que poderiam transmitir à posteridade esses acontecimentos. Esse novo início estabelecido pela Igreja possibilitou que o mundo inteiro se tornasse cristão, não ficando restrito apenas a um grupo de crentes.

⁷⁹ O *ius divinum* (direito divino) romano é a “parte do direito civil que regulava as relações da comunidade com os deuses reconhecidos pelo estado”. Quando Augusto assumiu o título de *Pontifex Maximus*, esse título se tornou inseparável do cargo do imperador reinante. *Encyclopædia Britannica Online*, s. v. “pontifex”. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/469745/pontifex#ref185645>. Acesso em: 28 maio 2015.

Os cristãos, segundo Arendt (1972, p.169), descobriram em sua fé algo que podia ser também entendido como um evento terreno e que poderia se transformar em um novo início, ao qual o mundo se encontraria reatado mais uma vez, combinando a antiga religião romana com a nova religião cristã. Assim, a tríade romana de religião, autoridade e tradição puderam ser assumidas pelo cristianismo. O sinal mais claro dessa continuidade foi o fato da Igreja, no século V, ter adotado a distinção romana entre autoridade e poder, reivindicando a antiga autoridade do senado, enquanto o poder era reservado para os príncipes, já que no Império o poder não estava mais nas mãos do povo, tendo sido monopolizado pelos imperadores.

Arendt cita a famosa carta do Papa Gelásio I, escrita ao Imperador Anastácio I, no ano 494, na qual ele afirma a existência de dois poderes, a autoridade do Papa e o poder real, e também declara a superioridade do poder dos sacerdotes da Igreja sobre o poder temporal.

Existem dois poderes, augusto Imperador, pelos quais este mundo é principalmente governado, a saber, a autoridade sagrada dos sacerdotes e o poder real. [...]. Você também está ciente, querido filho, que, enquanto tem permissão para governar honradamente a espécie humana, nas coisas divinas, você curva a cabeça humildemente perante os líderes do clero e espera de suas mãos os meios de sua salvação (GELASIO, 494 apud ROBINSON, 1905, p.72-73, tradução nossa).

Assim, a antiga autoridade sagrada dos romanos, que era confiada ao Senado, na República, foi assumida pela Igreja, como uma autoridade espiritual que estabelecia “regras morais para todo comportamento inter-humano e medidas racionais para orientação de todo juízo individual” (ARENDT, 1972, p.170).

A Igreja, além de deter a autoridade, também manifesta a sua ascendência sobre o poder dos reis, os quais devem obediência ao Papa, e conclui que esta superioridade advém do poder que a Igreja possui de salvar almas. Essa salvação depende do comportamento dos homens entre si, os quais precisam de regras a ser determinadas pela autoridade da Igreja.

A discussão sobre a superioridade de um poder espiritual, também se relaciona com o fato da Igreja ter se assumido como católica, isto é, universal. Isto significa que os poderes do papa e do império não eram particularistas, mas aspiravam a continuar a obra romana de uma comunidade supranacional, não mais para expandir a fundação original de Roma, mas para mostrar uma ordem e uma unidade instituídas por Deus.

De acordo com Ricuperati (1992, p.295), o tema de uma comunidade supranacional, que tinha se fragmentado com a queda do Império do Ocidente, passou a se inspirar nos ideais religiosos, no universalismo de uma república cristã (*res publica christiana*), onde os homens eram iguais, porque são todos filhos de Deus. Desde o princípio, o cristianismo nascente teve de escolher entre limitar-se a ser uma heresia do mundo hebraico ou dirigir-se ao mundo inteiro. A opção universalista, difundida por Paulo de Tarso, inspirou todo o relacionamento político do cristianismo. No conflito entre o papado e o império, ambos afirmavam a dimensão universal dos próprios poderes, ainda que frisassem o caráter subalterno do antagonista. Nessa visão, fica obscurecida a consciência do direito individual a uma escolha.

Matteucci (1992, p.1108) considera que na Idade Média exaltou-se a *respublica christiana*

[...] para mostrar a ordem e a unidade da sociedade cristã na coordenação dos dois poderes universais – a Igreja e o Império – instituídos por Deus para manter, sobre a terra, a paz e a justiça. Foi esse o princípio basilar da grande síntese política da Idade Média.

O termo “império” designava apenas a área oriental do Império Romano, cuja sede era Constantinopla, porém, a partir do século IX, o título de imperador, no Ocidente, passou a ser utilizado, inicialmente por Carlos Magno (800), Oto I (962), cujo reinado marca o início do Sacro Império Romano Germânico, e pelos imperadores posteriores até 1806. O Sacro Império Romano Germânico teve suas origens nos reinos germânicos e no Império Carolíngio e abrangia um vasto território da Alemanha e Itália atuais.

De acordo com Barraclough (2015), o termo preciso “Sacro Império Romano Germânico” data de 1254, sendo que anteriormente os imperadores utilizavam o termo “augusto Imperador” sem qualquer adjunto territorial. O império, pelo menos na Idade Média, junto com o papado, foi a mais importante instituição da Europa Ocidental.

Os imperadores do Sacro Império Romano Germânico se apoiaram em diferentes setores como teólogos, juristas, padres, governantes, papas, membros da alta nobreza, rebeldes e figuras literárias como Dante e Petrarca. Todos eles viram o império de uma perspectiva diferente e tinham suas próprias ideias sobre sua origem, função e justificativa. Segundo Barraclough, entre esses pontos de vista heterogêneos, frequentemente incompatíveis, três predominaram: (1) a teoria papal, segundo a qual o império era o braço secular da Igreja, instituído pelo papado para seus próprios fins e,

portanto, o imperador responde ao papa e, em última análise, pode ser descartado por ele; (2) a imperial, ou teoria franca, que enfatizou a conquista e hegemonia como fonte de poder e autoridade do imperador e pela qual ele responde diretamente a Deus; e (3) a popular, ou, a teoria romana (o "povo", nesta fase, é sinônimo de nobreza e, neste caso, a nobreza romana), segundo a qual o império, seguindo a tradição do direito romano, era uma delegação de poder por parte do povo romano.

Duranti (1994b, p.40) considera que o pensamento medieval, a partir do século XI, se desenvolveu em duas direções, a teologia e a jurisprudência, que se tornaram os polos do discurso intelectual. A escolástica, de natureza universal, foi elaborada pelo clero da França, enquanto uma nova ciência jurídica foi estabelecida em Pavia, no Norte da Itália, no *palatium* (palácio) real. No entanto, a ideia de universalidade esteve presente no espírito medieval como uma aspiração e condicionou o desenvolvimento do pensamento jurídico em toda a Europa.

Durante o renascimento das cidades italianas, nos séculos XI-XIII, escolas de direito foram fundadas, onde se ensinava a legislação de Justiniano, como o *Codex* e *Institutiones*. Uma cópia do manuscrito do *Digesta*, que tinha se perdido, foi descoberta em Pisa, na Itália, em 1077, e o ensino jurídico recebeu um novo impulso. Como o conteúdo do *Digesta* é casuístico e frequentemente inconsistente, muitos comentários explicativos (*glosas*) foram feitos nas margens desses textos. Os juristas da escola de Bolonha, como Irnerius, no século XII, e Azo e Accursius, no século XIII, tornaram-se famosos pelos seus comentários textuais sobre o *Digesta*. Posteriormente, o Direito europeu se desenvolveu a partir da escola dos glosadores e deixou sua marca particularmente no direito privado da Europa continental, da América do Sul e Central e da África (TELLEGEN-COUPERUS, 2003, p.148-149, tradução nossa).

As mudanças que ocorreram no Ocidente, a partir do século XI, fomentaram o estudo civil (*studium civile*) dos clássicos da Antiguidade, como a filosofia de Platão e Aristóteles, e, no campo jurídico, a descoberta da grande herança dos juristas romanos, que contribuíram para o *Digesta* do Código Justiniano. Além disso, o impacto da expansão econômica no Norte da Itália exigia uma racionalização da relação jurídica e dos conflitos legais, que poderia ser realizada através de regras, que tinham sido feitas para prever esses conflitos, de forma sistemática e profissional. Esse estudo civil floresceu em Bolonha e em outras cidades da Itália e da França (WIEACKER, 1981, p. 275-276, tradução nossa).

Wieacker (1981, p.276-277, tradução nossa) considera que os primeiros juristas da Europa foram os glosadores, como Azo e Accursius, pois eles não tratavam os conflitos sociais dentro das fronteiras da tradição ou ditados pela ideologia moral. Ao contrário, eles tratavam esses conflitos pela discussão de cada caso como um problema jurídico independente, do mesmo modo que os juristas romanos tinham feito anteriormente.

Após o século XII, os jovens das classes dominantes e do clero, de todas as partes da Europa, iam estudar nas escolas de Direito. Eventualmente, até mesmo cidadãos talentosos e ambiciosos foram admitidos. Esses estudantes retornavam aos seus países com um conhecimento técnico de administração, política e diplomacia. Mais tarde, esse conhecimento foi estendido para a administração da justiça (WIEACKER, 1981, p.277, tradução nossa).

Assim, foi na escola de Direito de Bolonha que se desenvolveu a relação inseparável entre o direito e o império, como a expressão e o reflexo de uma ordem sobrenatural e universal. A sentença *Unum necesse esse ius, cum unum sit imperium*⁸⁰ (“pela necessidade deve existir um direito, desde que exista um império”), segundo Duranti (1994b, p.40, tradução nossa), é a que melhor expressa a atitude medieval com relação ao direito.

A aceitação geral do princípio que o Direito Romano tinha validade universal, em virtude de exprimir a vontade de um poder universal, explica porque aqueles que o estudaram e retornavam aos seus próprios países, regulados por normas específicas, contribuíram para o estabelecimento do Direito Romano como *jus commune* (direito comum).

Duranti (1994b, p.41, tradução nossa) afirma que o Direito Romano se sobrepôs aos sistemas jurídicos de vários países como “direito comum” (*jus comune*), sendo que o Direito Romano seria a estrutura básica pela qual as leis específicas de cada povo recebiam orientação e significado. O conceito de unidade universal, que tinha influenciado o pensamento legal, era um princípio de ordem universal, pelo qual Deus era a unidade. Além disso, a humanidade e os dois poderes universais, Igreja e o Império, eram expressões da vontade transcendente de Deus.

A influência do Direito Romano no pensamento medieval também atingiu os arquivos, pois o conceito, entre os séculos XI e XV, foi aquele articulado pelo Código

⁸⁰ *Questiones de iuris subtilitatibus I*, no. 16. Texto escrito no século XII de autoria desconhecida. Ver DURANTI (1994b, nota 10, p.44). A tradução foi feita a partir da versão em inglês de Duranti.

Justiniano: “lugar público onde os documentos são guardados”. O conceito também compreendia as disposições já mencionadas: “que os documentos permaneçam incorruptíveis e sirvam como prova autêntica, de modo que a memória contínua dos atos, que eles atestam, seja preservada” (DURANTI, 1994b, p.41, tradução nossa).

Lodolini (1993, p.125) também avalia que a definição de arquivo, durante toda a Idade Média, é a dos juristas romanos: “lugar no qual os documentos públicos são preservados”, acrescentados com a expressão “*ut fidem faciant*” (no sentido de dar confiabilidade⁸¹), ou “*publicum tabularium et monumentorum repositorium*” (arquivo público e repositório de documentos).

A importância da definição dos juristas romanos sobre o conceito de arquivo, na Idade Média, também foi destacada por Sandri (1968, p.108, tradução e grifos nossos):

Sobre o significado, [...], da palavra arquivo e de outras que apresentam o mesmo conceito, na Alta Idade Média e por muitos séculos **não existem incertezas: ‘o arquivo é o lugar onde se conservam os atos públicos’, que era a definição dos juristas romanos.**

Um aspecto novo sobre a qualidade dos arquivos, sua antiguidade, foi introduzido por Tertuliano (160-240 d.C.), escritor latino, com formação jurídica, nascido em Cartago, norte da África, e convertido ao cristianismo, em 192 d.C., que fez a defesa da religião cristã na sua obra *Apologeticum*, escrita em 197 d.C., em um momento de intensa perseguição movida pelos imperadores e magistrados romanos.

Essa obra, de acordo com Labriolle (1924) deve ser analisada juntamente com outro trabalho de Tertuliano, *ad Nationes*, escrita no mesmo ano que o *Apologeticum*.

O principal objetivo de *ad Nationes*, segundo Labriolle (1924, tradução nossa), era atacar as crenças e a moral pagãs, enquanto que o *Apologeticum* defendeu as crenças e a moral dos cristãos. O *ad Nationes* foi dirigido às nações, isto é, os pagãos, enquanto o *Apologeticum* foi destinado não ao Senado romano, mas aos governadores das províncias, particularmente ao Pro-Consul da África e aos altos magistrados que decidiam o destino dos cristãos. Tertuliano escreveu essa obra na forma de um discurso, pois, na prática, nenhuma defesa era permitida a um cristão acusado perante um tribunal. É esta falta de equidade jurídica que Tertuliano se empenha em enfrentar, ao dirigir seu discurso aos governadores das províncias.

⁸¹ Lodolini apresenta as expressões em latim. A tradução foi feita a partir da versão em inglês feita por Duranti (2007, p.447).

O *Apologeticum* é composto por 46 títulos. Entre eles destacamos os seguintes: “sobre a malícia e a perversidade dos juízes no modo de condenar ou absolver os cristãos”; “que os romanos são grandes louvadores da antiguidade da sua religião e ainda assim admitem novidades todos os dias”; “sobre o Deus dos cristãos”; e “sobre a antiguidade dos escritos dos profetas”. Neste último, título XIX, Tertuliano considera que os escritos sagrados dos judeus são muito mais antigos do que os monumentos e escritos dos romanos, e, portanto, em função dessa antiguidade, teriam mais autoridade.

UM grande argumento para a autoridade desses escritos sagrados [dos hebreus] é a grandeza da sua antiguidade⁸²; um argumento que vocês [romanos] têm o prazer de fazer uso para a defesa de sua própria religião. Eu digo, portanto, que antes de qualquer um dos seus monumentos públicos e inscrições, antes de qualquer uma de suas formas de governo, antes de o mais velho de seus livros, [...] antes do próprio ser dos vossos deuses, seus templos, oráculos, e sacrifícios, existiram os escritos de um dos nossos profetas, que são o tesouro da religião judaica, e por consequência do cristão (TERTULLIAN, [1889], tradução nossa).

Nesta passagem, Tertuliano destaca que as bases da civilização romana - a tradição, a religião e a autoridade - eram menos antigas que a dos cristãos, cuja tradição e religião remontam aos profetas e, portanto, a autoridade dos escritos hebraicos, em virtude dessa antiguidade, é muito maior que a dos romanos. Ele afirma, ainda, a continuidade da tradição hebraica na religião cristã para demonstrar que os cristãos eram uma religião antiga e que tem um passado. A autoridade em Tertulianus derivava não exatamente de um princípio fundador, um evento historicamente datado como a fundação de Roma, mas do caráter antigo dos escritos hebraicos.

De acordo com Arendt (1972, p.162-171), para os romanos, a tradição, religião e autoridade estavam articuladas com a fundação da cidade de Roma como um organismo político de homens livres, os cidadãos, e não porque acreditassem que as suas tradições, ou religião, fossem mais antigas que a de outros povos. A autoridade derivava de um princípio fundador a ser eternizado, Roma.

Tertuliano inseriu no pensamento cristão, no final do século II, o argumento da antiguidade dos documentos para demonstrar que o cristianismo também tinha sua tradição e autoridade, apoiada em documentos. No entanto, esta tradição, religião e autoridade não estavam ainda articuladas com a fundação de um novo organismo

⁸² Em latim: *Primam Instrumentis istis auctoritatem summa Antiquitas vindicat*. Tertulianus. *Apologeticum*, XIX, 1. Disponível em: <http://www.tertullian.org/articles/reeve_apology.htm>. Acesso em: 23 maio2015.

político, já que as igrejas cristãs não eram naquele momento instituições públicas, e em função das perseguições sofridas e da prática de se afastarem da atividade pública, rejeitavam a ordem romana.

Para os juristas medievais, a afirmação a respeito da antiguidade dos documentos permitiu a articulação entre a definição de arquivo de Ulpiano, como um lugar público de preservação, com as qualidades de fidedignidade e autenticidade dos documentos, pois o fato de documentos antigos estarem no arquivo significa que esses se mantiveram incorruptíveis e, portanto, são fidedignos e autênticos. A autoridade, derivada da antiguidade, é utilizada para afirmar que o arquivo é um lugar de preservação de documentos autênticos.

A fidedignidade e a autenticidade dos documentos eram preocupações centrais da doutrina jurídica medieval, e os documentos dotados com essas qualidades eram considerados dignos de crédito. Tais qualidades poderiam ser atribuídas devido a sua antiguidade, a qual, segundo Tertulianus, fornecia sua mais alta autoridade, em virtude de estar preservado em um lugar público, o que, de acordo com Ulpiano, era o primeiro requisito para um arquivo existir (DURANTI, 1994b, p.41, tradução nossa).

Assim, os juristas medievais mantêm a concepção principal do Direito Romano sobre um lugar determinado e que é capaz de transmitir autoridade porque custodia documentos autênticos, podendo ser utilizados por reis, papas, imperadores e também pelas cidades-estados livres.

Neste sentido, o lugar, como não era um simples depósito de documentos sem serventia, também precisava de uma pessoa responsável pela custódia dos documentos, que assegurasse a sua autenticidade. Segundo Duranti (1994b, p.41, tradução e grifos nossos), Accursius, jurista e professor da Universidade de Bolonha, que compilou as glosas do *Corpus Iuris Civilis*, considerou que a confiabilidade dos documentos é garantida pelo fato de terem sido criados e preservados na custódia de uma pessoa com fé pública:

De acordo com Accursius, [o lugar] era também uma garantia necessária para a confiabilidade dos documentos, como testemunhos das ações, ou como resultado de ter sido gerado por e preservado **na custódia de uma pessoa investida de fé pública** por uma autoridade soberana.

Duranti (1994b, p.41, tradução nossa) observou que o arquivo era um lugar de preservação e somente por extensão os documentos contidos nele, ou seja, era o lugar

que conferia aos documentos sua confiabilidade. Documentos, que não eram preservados em um lugar designado legitimamente como um arquivo, poderiam ser julgados confiáveis somente se eles fossem livres de suspeita de terem sido criados no momento, ou após o fato que eles estavam sendo usados para provar, ou se uma pessoa confiável poderia atestar sua autenticidade.

O estabelecimento de um lugar de preservação de documentos poderia ser legitimamente estabelecido e mantido por uma pessoa jurídica investida com o *jus archivii* ou o *jus archivale* (direito de arquivo). Esse direito está estritamente conectado com a soberania, que pertencia ao imperador, ao papa e a quem eles escolhiam para investir desse poder, como os notários. Os documentos notariais eram atribuídos com fé pública porque eles eram escritos e preservados de acordo com formas e normas determinadas pelas pessoas a quem o poder legítimo, imperial ou apostólico, tinha dado a faculdade de emitir documentos públicos e o direito de manter um arquivo. Essas formas e normas eram as *ars dictaminis* e os procedimentos ensinados na escola notarial existiam em Bolonha no século XI e posteriormente no *studium* (Universidade). O objetivo da escola notarial era educar os notários, os profissionais confiados pela igreja, pelo império e posteriormente pelas cidades-estados com a responsabilidade de criar seus documentos e também de preservá-los perpetuamente (DURANTI, 1994b, p.41, tradução nossa).

A escola notarial de Bolonha foi criada, em 1158, para oferecer um curso de “arte notarial”, onde os estudantes aprendiam a criar documentos de acordo com regras legais e administrativas, a manter registros das anotações e das minutas, a usar os *formularii* (formulários) para as compilações definitivas e a organizar documentos com o objetivo de recuperação. É significativo que os primeiros cursos oferecidos na universidade fossem em direito e em gestão de documentos. Este fato expressa que a primeira e fundamental necessidade de qualquer sociedade organizada é a regulação da sua rede de relacionamentos por meio de uma documentação objetiva, consistente, significativa e utilizável. Tal necessidade pode ser somente preenchida por meio de uma educação comum para os funcionários encarregados dos documentos (*records officers*) proporcionando um corpo comum de conhecimento sistemático (DURANTI, 1994b, p. 45, tradução nossa).

No século XIII, o axioma da doutrina jurídica medieval, que afirmava que *rex superiorem non recognoscens in regno suo est imperator* (“um rei que não reconhece um poder superior em seu próprio reino é o imperador”) foi utilizado pelos juristas de

Bolonha, que estenderam este axioma a todas as cidades-estados livres, que passaram a ter, em sua própria jurisdição, os mesmos poderes que o imperador tinha no Sacro Império, incluindo o *jus archivi*, o direito de estabelecer e manter um arquivo (DURANTI, 1994b, p.41-42, tradução nossa).

Resumidamente, para Duranti (1995, p.2), os conceitos legais romanos, transmitidos para o pensamento medieval e moderno, afirmam algumas ideias centrais sobre os arquivos. A primeira diz respeito à antiguidade que outorga aos documentos máxima autoridade; a segunda refere-se ao fato de que depositar um documento em um lugar público (o arquivo) garantia sua confiabilidade como testemunho das ações e que a custódia ininterrupta assegurava a autenticidade do documento.

Além disso, o estabelecimento do arquivo como um lugar de preservação poderia ser feito por uma pessoa jurídica investida do direito de arquivo, ou seja, uma pessoa com autoridade soberana, que poderia designar um profissional, educado pelas universidades, com a responsabilidade de criação e preservação dos documentos.

4.3 O ARQUIVO A SERVIÇO DO PRÍNCIPE: SOBERANIA E SEGREDO

O conceito de soberania foi formulado por Bodin, Hobbes e Rousseau no contexto das monarquias europeias, chamadas de absolutistas. O termo “soberano” na Idade Média, segundo Mateucci (1992, p.1181), indicava apenas uma posição de proeminência daquele que era superior num sistema hierárquico bem definido, como os barões na sua baronia.

Para Schiera (1992, p.2), os regimes absolutistas têm no princípio de soberania a legitimidade do príncipe no Estado, já que o príncipe não é mais súdito de ninguém e reduziu todos aqueles, que estão debaixo de suas ordens, fossem nobres, clero, burgueses ou camponeses, a súditos. O autor esclarece que o absolutismo é uma forma de governo em que o detentor do poder o exerce sem dependência, ou controle de outros poderes. No entanto, trata-se de um regime político que está sujeito a limites e regras estabelecidos, em que a vontade do monarca não é ilimitada, e, sobretudo, é restrita por tradições seculares e profanas.

Na sua significação moderna, como afirma Mateucci (1992, p.1179-1180), o termo soberania aparece no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar o poder estatal como sujeito único e exclusivo da política. A soberania é um conceito político-jurídico que possibilitou ao Estado moderno impor-se à organização

medieval do poder, baseado, de um lado, nas camadas e nos Estados, como nobreza, clero, camponeses, corporações, e, de outro, no papado e no Império. A finalidade dessa concentração de poder é reunir numa única instância o monopólio da força num determinado território e sobre uma determinada população.

Bobbio (1992, p.349) considera que houve um processo de convergência entre Direito e Estado, quando ocorreu, de um lado, a monopolização da produção jurídica pelo Estado, particularmente através da promulgação de leis a serem obedecidas por todos, e de outro, a apropriação a das instâncias de coação: o exército e o judiciário. Em última instância, o Direito recorre à força física para obter o respeito das normas, para tornar eficaz o ordenamento em seu conjunto. A conexão entre Direito, entendido como ordenamento normativo coativo, e política torna-se assim bastante estreita. Esta conexão leva a considerar o Direito como o principal instrumento através do qual as forças políticas, que têm nas mãos o poder dominante em uma determinada sociedade, exercem o próprio domínio.

A soberania, enquanto poder de mando de última instância, segundo Mateucci (1992, p.1179), se encontra intimamente relacionada com a realidade primordial e essencial da política: a paz e a guerra. Na Idade Moderna, com a formação dos grandes Estados territoriais, baseados na unificação e na concentração do poder, cabe exclusivamente ao soberano, único centro de poder, a tarefa de garantir a paz entre os súditos do seu reino e a de uni-los para a defesa e o ataque contra o inimigo estrangeiro. Somente o soberano pode intervir em todas as questões e não permite que outros decidam.

Assim, a soberania tem uma dupla face, a interna e a externa. No plano interno, o soberano moderno elimina os poderes feudais, privilégios da nobreza e as autonomias das cidades. Ele procura a eliminação dos conflitos internos, mediante a neutralização e a despolitização da sociedade a ser governada por meio de processos administrativos. O objetivo é manter a paz interna, essencial para enfrentar a luta contra outros Estados. No plano externo, cabe ao soberano decidir acerca da guerra e da paz e não reconhece nem o papa nem o imperador como juízes acima de si próprios. O soberano encontra em outros soberanos os seus iguais, numa posição de igualdade, enquanto a nível interno, este se encontra numa posição de absoluta supremacia, uma vez que os súditos estão obrigados à obediência.

Mateucci (1992, p.1180) afirma que, na sociedade feudal, existia uma corrente, que unia em ordem vertical as diferentes camadas ou categorias e as diversas classes, do

rei até o mais humilde súdito, sendo que a cada grau correspondia um conjunto de direitos e deveres que não podia ser violado unilateralmente, porém, o estado soberano quebrou esta longa corrente, deixando um espaço vazio entre o rei e o súdito, preenchido pela administração.

Na formação das grandes monarquias da Europa continental, de acordo com Pastori (1992, p.12), se realiza um tipo de administração que representa a condição necessária para que o poder político possa afirmar-se, estabilizar-se e manter-se. A ação administrativa é orientada para a conquista dos meios indispensáveis à conservação e reforço do poder real. Assim, os primeiros setores a se desenvolverem são o setor militar e o financeiro. A organização do governo régio tende a se difundir por todo o território, através da criação de estruturas administrativas, cujos responsáveis estão vinculados por delegação ou por representação do governo central. A administração pública acaba por se confundir com a atividade e o poder do governo.

A administração desses estados, os quais criam vários cargos e órgãos que cobrem diferentes funções do governo, também se caracteriza pelo segredo, ou seja, pela incomunicabilidade dos documentos.

Situação bastante diferente era apresentada pelas cidades italianas medievais, que eram livres do domínio da Igreja e dos soberanos, nas quais, segundo Lodolini (1993, p.247), o acesso aos cidadãos era aberto para todos os documentos.

Neste sentido, uma norma legislativa da Comuna de Siena, do final do século XIII, dispunha sobre o acesso e uso dos documentos:

[...] cada um pode usar, e seja lícito usar, todos os documentos e escrituras e papéis dos livros da Comuna e do povo de Siena, e as demais escrituras dos notários, mercadores e financistas (CASANOVA, 1928, p.325, tradução nossa).

Com a formação dos principados, de acordo com Lodolini (1993, p.248), o arquivo da Comuna e do povo se transformou em arquivo do príncipe, que o fechou à livre consulta, e admitiu somente alguns eruditos, preferencialmente para que pudessem escrever uma história de glórias e benemerências da dinastia reinante.

Segundo Duranti (1993, p.48, tradução nossa), a inacessibilidade é a principal característica dos documentos da era moderna. A razão da inacessibilidade procedia da ideia de que as ações dos soberanos não poderiam ser controladas e também dos interesses políticos dos governos desse período em manter os documentos em segredo. As mesmas razões que determinaram o segredo dos documentos foram a fundação do

grande poder político e administrativo do chefe das chancelarias reais, o chanceler. As chancelarias emitiam, registravam e arquivavam os documentos, além de deterem o selo real⁸³.

Duranti (2007, p.451, tradução nossa) afirma ainda que, do século XII ao XVII, o número de chaves necessárias para abrir o arquivo e a quantidade de funcionários que tinham sob sua custódia era proporcional à autoridade dada ao material preservado na câmara ou no cofre. A autora compara o acesso dos arquivos do mundo Antigo com os arquivos medievais e do início da Época Moderna. Enquanto na Antiguidade (Atenas e Roma), os arquivos emitiam cópias dos documentos solicitados, no final da Idade Média e durante a Idade Moderna, os documentos, que entravam no arquivo, eram copiados no momento do depósito no *libri iurium* ou *cartularii*, os quais eram mantidos para consulta numa sala dedicada a tal propósito.

Nos séculos XV e XVI, segundo Duchein (1983, p. 2), surgiu ao mesmo tempo a crítica histórica e a curiosidade dos historiadores europeus pelos documentos originais, não se tratando de copiá-los ou de resumi-los, mas de examina-los criticamente. Nos arquivos governamentais, a permissão para pesquisar os documentos se outorgava às vezes a certos historiadores, sendo um privilégio que os príncipes davam ou recusavam segundo a sua vontade, sem justificativa.

Bautier (1968, p.144), ao analisar a organização dos primeiros arquivos de estado, afirma o caráter secreto desses arquivos, como é demonstrado pelo regulamento dos arquivos de Simancas em 1588, no qual o rei Filipe II interditava o acesso e a comunicação a qualquer um que não fosse autorizado pela autoridade régia. O Papa Paulo V, em 1617, condenou um arquivista a pena de prisão por ter permitido a consulta aos registros dos Arquivos vaticanos. Deve-se destacar que o qualificador segredo se tornou parte do nome dos arquivos do papado, com o nome de Arquivo Secreto do Vaticano.

Além disso, os governantes procuravam afirmar os direitos do Estado sobre os papéis públicos, por meio da entrega de documentos particulares de interesse público. Para Bautier (1968, p.144), durante um longo tempo e até os nossos dias, será difícil estabelecer uma nítida distinção entre os papéis públicos, que são assunto do estado, e os papéis suscetíveis de conter os segredos de Estado.

⁸³ Sobre as chancelarias, ver BRENNECKE, A. *Archivistica*. Milano: Giuffrè, 1968, p. 169 e segg.; Silva, Armando M. et al. *Arquivística*. Porto: Afrontamento, 2002, p.76 e segg.; DURANTI, L. *The Odissey of records managers*. Metuchen: SAA, ACA and Scarecrow Press, 1993, p.45-46.

Essa distinção levantada por Bautier nos leva à reflexão do que é público, ou como na Idade Moderna entendia o sentido de “público”.

O significado jurídico do termo “público”, em sentido geral, significa “o que é comum, pertence a todos, é do povo”, se opondo a privado, isto é, que não pertence nem se refere ao indivíduo ou particular. Público, assim, é o que pertence a todo o povo, considerado coletivamente. Na linguagem jurídica, significa que é próprio ou pertinente ao Estado. O conceito de público não se refere apenas à condição de ser coisa de interesse comum ou coletivo, mas à íntima conexão ou à identificação da própria coisa com as finalidades do Estado e os interesses superiores do Estado, pairando acima dos interesses particulares e, mesmo, coletivos (SILVA, 2013, p.1137).

Neste sentido, na Idade Moderna, a convergência do Direito e do Estado também levou à convergência entre o público com o Estado, diversamente do sentido que os romanos atribuíam ao termo “público”, como aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e que era comum a todos os cidadãos.

Segundo Arendt (1983, p.59), público significa dois fenômenos distintos: o primeiro se refere que “tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. O segundo sentido significa o próprio mundo, “na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (ARENDT, 1983, p.62).

Na Idade Moderna, segundo Arendt (1983, p.78), seguindo a fórmula de Bodin, o governo pertence aos soberanos e a propriedade aos súditos e, portanto, cabe ao rei governar no interesse da propriedade dos seus súditos.

O sentido de público, como de interesse de todos, é assumido não mais pelos cidadãos, mas por um poder centralizado e unitário, acima de todos, o soberano. O significado de ser visto e ouvido por todos é apropriado pelo soberano, o único que pode ver e ouvir. A publicidade dos documentos que era a principal característica dos documentos da Antiguidade Clássica (Atenas e Roma) passou a ser uma prerrogativa do príncipe, que pode ou não restringir o acesso aos documentos.

Assim, em linhas gerais, o segredo está relacionado com as razões políticas das monarquias de eliminar a oposição interna, seja da nobreza, do clero, dos camponeses, seja também das cidades livres, as quais tiveram suprimidas as liberdades conquistadas, inclusive o direito de acesso e consulta aos documentos. Além disso, o soberano se apropria do sentido de público, do que é comum a todos, e passa a considerar como público o que é de interesse do Estado. O direito de conhecer os atos e os fatos

registrados nos documentos é de competência exclusiva do soberano e dos seus funcionários.

No plano externo, as monarquias se empenhavam na defesa e luta contra outros estados, que levou, de um lado, ao desenvolvimento do comércio, e, de outro, ao investimento na diplomacia, com o estabelecimento de “instituições de embaixadas recíprocas fixas no estrangeiro, chancelarias permanentes para as relações exteriores e comunicações e relatórios diplomáticos secretos” (ANDERSON, 1984, p.40).

No confronto com outros estados, o soberano, o único que detém o poder de regular o interesse de todos, trava uma luta contínua pelo poder, conquistando ou perdendo, territórios e população, e, por conseguinte, a preparação para a guerra era permanente. Esse estado de beligerância contínua também se traduziu em documentos secretos e, como consequência de guerras e conquista de territórios, resultou também em desmembramento e perda dos arquivos.

A concentração de poder e o crescimento da burocracia também significaram o aumento na produção de documentos. Em meados da Idade Moderna, do século XV ao XVII, essa concentração de poder apareceu em diversas áreas em que o Estado assumiu o controle, como a administração e o judiciário, bem como na organização dos primeiros arquivos centrais do Estado e no desenvolvimento de uma literatura sobre os arquivos.

5 A FORMAÇÃO DOS ARQUIVOS CENTRAIS DE ESTADO E A DICOTOMIA ENTRE ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS E ARQUIVOS HISTÓRICOS

A centralização e concentração de poder do Estado nacional também atingiu o mundo dos arquivos. Em meados do século XVI, ocorreu, em quase toda a Europa, o estabelecimento de um novo sistema administrativo, que provocou a criação dos primeiros arquivos centrais do Estado moderno e o nascimento da Arquivística: “a arquivística nasceu, inicialmente hesitante, enquanto que sucessivamente surgia cada um dos princípios, que irão finalmente constituir nossa arquivística moderna” (BAUTIER, 1968, p.141).

Esse novo sistema administrativo foi o estabelecimento de uma burocracia centralizada, controlada pelas monarquias, que realizou, entre outros empreendimentos, a concentração dos arquivos. O sistema medieval de arquivos descentralizados e dispersos foi substituído por instituições centrais, entendidas como arsenal da autoridade do Estado.

Bautier (1968, p.140) destacou o período, do século XVI ao início do século XIX, como fundamental para a Arquivística, em virtude de dois movimentos: a formação desses arquivos centrais e o surgimento da Arquivística como disciplina autônoma, com a formulação dos primeiros princípios arquivísticos que apresentavam, ainda que de maneira conflitante, o que se tornaria o núcleo da disciplina, a indivisibilidade dos arquivos relacionada à custódia e à jurisdição.

Além disso, outros autores, como Duranti (2007, p.451-454) destacam como fundamental nesse período, o desenvolvimento das ideias em torno do *jus archivale*, o direito de arquivo, para a manutenção das características dos arquivos, como a autenticidade e o vínculo arquivístico, conectadas à custódia.

Ao lado do movimento de concentração de arquivos e dos princípios referentes à territorialidade, num período de guerras e de conflitos entre os estados para deterem mais territórios e população, também surge o início de uma literatura arquivística, elaborada por juristas e profissionais da administração, que se apoiam no Direito Romano e apresentam os fundamentos do *jus archivale*, que dizem respeito às prerrogativas de instituir um arquivo e como os documentos ali reunidos podem ser considerados autênticos. Assim, a custódia, de acordo com essa visão, está estreitamente ligada à função de autenticar os documentos. Com a Revolução Francesa e o desenvolvimento da historiografia voltada para as fontes do passado, os arquivos que

eram estreitamente vinculados à administração estatal, se tornam arquivos históricos e perdem sua função administrativa e legal.

5.1 OS ARQUIVOS CENTRAIS DE ESTADO NA ÉPOCA MODERNA: DO ARQUIVO DE SIMANCAS AO *PUBLIC RECORD OFFICE*

Assim que o Ocidente começou a sua recuperação institucional e econômica, durante o século XII, se abre uma nova fase na história dos arquivos. Nesse período, se reiniciou a elaboração e a conservação dos atos, especialmente dos documentos que constituem os títulos de terras e de direitos.

É o tempo dos “tesouros de cartas”, que os soberanos, príncipes territoriais, senhores eclesiásticos e laicos conservam como seus outros tesouros, acompanhando seus incessantes deslocamentos, ou lhes confiando, para maior segurança, às igrejas ou aos redutos nas torres dos castelos (BAUTIER, 1968, p.140-141, tradução nossa).

Os senhores feudais da Idade Média constituíram *chartriers* (coleções de documentos, *cartulários*) para a conservação dos títulos de seus domínios e a documentação dos seus direitos. Os mais importantes eram os dos reis e dos grandes feudatários, que foram designados como *trésors de chartes*. No caso de aquisição de novos territórios, seja por conquista, tratado, matrimônio ou herança, o *chartrier* do território adquirido era unido ao *trésors de chartes* do soberano, enquanto que, em caso de cessão de territórios, ocorria o contrário (BAUTIER, 1963, p.12 apud LODOLINI, 1993, p.320).

No decorrer dos séculos XII e XIII, conforme a situação de cada Estado, eram feitos registros de documentos, a serem expedidos pelas chancelarias, principalmente relacionados aos domínios, pois o documento e o registro permitiam firmar uma pretensão ou defender um direito. Os arquivistas, em meados do século XIV, estreitamente ligados à chancelaria e às instituições financeiras, passaram a redigir os inventários monumentais de documentos confiados à sua guarda. Cada uma das Cortes e das principais instituições estabeleceu, a seu próprio uso, seu birô onde depositavam os documentos, os *greffes* (BAUTIER, 1968, p.141).

O movimento de concentrar os “tesouros de cartas” dos reis e príncipes já vinha ocorrendo na Espanha, quando foram transportados os arquivos de Fernando e Isabel para a chancelaria de Valodolid, em 1489 e 1509. Também houve uma tentativa

de reunião dos arquivos do Império, pelo imperador Maximiliano, para Innsbruck, em 1509 (BAUTIER, 1968, p.141).

Assim, o conceito de “tesouro de cartas”, formado por documentos soltos, foi sendo substituído pouco a pouco pelo de “arquivo”, orgânico e indivisível (LODOLINI, 1993, p.321).

Com a instituição dos arquivos centrais de Estado, o sistema de arquivos medievais terminou. A partir de então os arquivos são concebidos como um instrumento do príncipe. Essa visão predominou no longo período que vai das monarquias absolutas ou esclarecidas, passa pela Revolução Francesa jacobina e se estende até o Império napoleônico centralizador (BAUTIER, 1968, p.141).

A Espanha, com a implantação do Arquivo de Simancas, foi o primeiro modelo desse tipo de arquivo, que se difundiu do século XVI ao início do século XVII. Um segundo período ocorreu em meados do século XVIII, no qual a Áustria exerce um papel determinante sobre os arquivos da Europa. Com a Revolução Francesa e o Império napoleônico, a França passou a contribuir diretamente para uma terceira onda de criação de depósitos de arquivos (*dépôts d'archives*) (BAUTIER, 1968, p.141).

Quando Carlos V transferiu seu “tesouro de cartas” de Castela para a fortaleza de Simancas, em 1540, não foi um evento novo, pois, esta iniciativa não se distinguia dos outros arquivos reais, já que o número de cofres em Simancas ainda era muito restrito. O fato novo ocorreu, quando Diego Ayala, arquivista nomeado, em 1561, obteve do rei a ordem de concentrar os documentos de todos os conselhos, cortes, chancelarias, tesourarias, secretarias, capelas reais, entre 1567 e 1568 (BAUTIER, 1968, p.141).

De acordo com Silva (2002, p.87), um fator decisivo para a instituição do Arquivo de Simancas, como um arquivo central do Estado, foi o exemplo dado pelo Arquivo da Torre do Tombo. Felipe II, ao visitar Portugal em 1581 e 1583, foi à Torre do Tombo e solicitou relatórios ao escrivão do arquivo, Cristovão Benavente, o qual enumerou as seções do Arquivo e resumiu os critérios de incorporação e de depósito, a organização da *Leitura Nova*⁸⁴, as normas de acessibilidade, o quadro de pessoal e a despesa anual. O rei solicitou que Diego Ayala fosse a Portugal e avaliasse o que seria

⁸⁴ O sítio do Arquivo Nacional Torre do Tombo (2008) informa que, para a organização do Arquivo Real, elaboraram-se cópias dos documentos mais importantes, numa coleção chamada *Leitura Nova*, ordenada por D. Manuel I, e iniciada em 1504, com o objetivo de preservar os documentos, cujo suporte estava demasiado danificado, ou cuja leitura já não era acessível. Disponível em: <<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223191>> . Acesso em: 12 jun.2015.

possível copiar para ser aproveitado na organização de Simancas. Foi formada uma comissão para redigir as primeiras ordenanças do Arquivo de Simancas, tendo participado o próprio Ayala, e, em 1588, foi promulgada a *Instrucción para el Gobierno del Archivo de Simancas*.

Para Silva (2002, p.88), a iniciativa de Felipe II tem um traço de modernidade que a diferencia de outras iniciativas, empreendidas por outros monarcas como Manuel I e João III de Portugal. O que mais se destaca no regimento de Simancas, para este autor,

[...] é a meticulosidade do processo, o cuidado que é posto na pesquisa de um modelo, a análise das especificidades da administração espanhola, a escolha de um conselho de redação, e por fim, a estrutura coerente e o rigor do seu articulado.

Silva (2002, p.89) transcreveu algumas disposições da *Instrucción* do Arquivo de Simancas, de 1588, entre as quais destacamos as seguintes: a elaboração de cópias e que estas fossem encadernadas em livros; a escrita deveria ser em papel de qualidade e com boa letra, fazendo em cada livro uma tabela por ordem alfabética para facilitar a busca; conferência e autenticação do funcionário a fim de dar fé como se fossem os originais; a elaboração de inventários; a manutenção da boa ordem dos documentos.

A concentração material de todos estes fundos, até então distintos, nasceu a fórmula nova dos Arquivos centrais do Estado, que inspirou outros arquivos em diversas partes da Europa (BAUTIER, 1968, p.141-142, tradução nossa).

Neste sentido, é possível afirmar que esta fórmula nova significou que os arquivos foram transferidos de locais e órgãos diferentes para uma instituição central, controlada pelo rei, por meio de um funcionário autorizado por ele. O arquivo agora é um lugar situado numa estrutura administrativa do Estado, organizado e controlado pelo soberano, que delega a um funcionário o serviço de arquivo. Os arquivos centrais de Estado, contudo não são um mero depósito de documentos. Como é possível verificar na regulamentação de Simancas, o arquivo realiza várias atividades, sob a supervisão do arquivista, tais como: escrever as cópias, manter os documentos em ordem, fazer os inventários, cuidar da segurança dos documentos e garantir que o acesso seja feito apenas para aqueles que são autorizados à consulta.

Esse arquivo, porém, não é mais um lugar na pólis, cuja característica principal era a comunicabilidade e a publicidade dos documentos sendo um instrumento do cidadão. Na Idade Moderna, o arquivo é um instrumento do monarca no exercício dos seus poderes, e ocupa um lugar numa estrutura burocrática, controlado por um

funcionário de confiança do soberano, cuja finalidade principal é a garantia dos direitos do soberano sobre o seu território e os seus súditos.

No entanto, se deve observar que, no século XVIII, antes da Revolução, de acordo com Bautier (1968, p.149, tradução nossa), os arquivos já tinham entrado na via da livre comunicação de documentos úteis ao público.

A partir do exemplo da monarquia espanhola, outros estados também dedicaram um cuidado com a gestão do seu patrimônio arquivístico. França efetivou, no final do século XVI, um sistema de conservação da documentação, produzida pelos órgãos do Estado, que foi disciplinado posteriormente por Richelieu. Também na Inglaterra, a rainha Elizabeth fundou o *State Paper Office*, em 1578, e, no Império, as chancelarias organizam seus arquivos, em conformidade com os novos princípios do *Registratur*. A Santa Sé reorganizou o seu tesouro de cartas pontificais no Castelo Sant'Angelo, em 1592, e formou, em 1610, os Arquivos vaticanos e nomeou o primeiro arquivista geral moderno, o *prefectus archivi sanctissimi*, Michele Lonigo (D'ADDARIO, 1990, p.6, tradução nossa).

Esses arquivos centralizados teriam um duplo propósito: proteger os documentos em locais seguros e concentrar em um único lugar os documentos chaves para a administração do Estado (TSCHAN, 2015, p.36, tradução nossa).

A principal finalidade que os soberanos se propõem, portanto, é de dispor de uma documentação útil para afirmação dos direitos das suas coroas e dos seus estados, para o exercício dos seus poderes internos e para as suas relações externas. Não é por acaso que o poder régio conserva ordeiramente, em depósitos seguros e reservados, o conjunto dos documentos, que são o fundamento da sua política fiscal, dos poderes jurisdicionais, que asseguram a continuidade da vida administrativa, bem como a correspondência diplomática. Um exemplo de uso dos documentos para fins políticos de expansão é fornecido por Luís XIV da França, que reivindicou, por meio de documentos, territórios para o seu reino, e conseguiu apreender a cidade de Estrasburgo para os seus domínios (D'ADDARIO, 1990, p.8-9, tradução nossa).

No século XVI, ocorreu uma mudança nos métodos administrativos praticados no período medieval. De acordo com Bautier (1968, p.146, tradução nossa), a ordenação dos documentos durante a Idade Média podia ser feita de três maneiras. A primeira é a classificação sistemática para as peças isoladas dos *chartiers* (tratados, contratos de casamento, testamentos, bulas, aquisições de terras), pelo qual a classificação é feita posteriormente pelos arquivistas. A segunda é a classificação cronológica feita nas

chancelarias, onde se tinha, segundo a ordem de expedição ou de recepção das peças, os registros de transcrição, as minutas, os originais das peças recebidas. O terceiro é a classificação dos notários e dos tribunais, pela qual as peças se relacionam a um negócio judiciário e são conservadas em sacos, ao lado das séries cronológicas das contas ou das sentenças. Os sacos eram postos juntos por ordem de ano nos cofres ou nos armários.

Este sistema mudou a partir de meados do século XVI. As chancelarias deixaram de ter um registro cronológico dos atos, e somente a Inglaterra e a Santa Sé mantiveram essa prática. Nos numerosos serviços das monarquias, as diferentes peças que se ligam a um mesmo negócio (requerimentos, informações, correspondência, decisões) foram classificadas juntas nesses dossiês. Foi na Alemanha que o sistema recebeu um impulso decisivo com a difusão do *Registratur*. No *Registratur*, toda a peça recebida ou expedida, por uma administração na condução de um negócio, é objeto de um registro com a restituição ao dossiê de negócio no qual ele devia estar conservado. Todos os documentos, desde o seu recebimento ou a sua criação, se achavam inseridos em séries metódicas e reunidos materialmente com as outras peças concernentes ao mesmo negócio em um *Faszikel* (fascículo) costurado. O todo era ordenado, segundo um plano de classificação pré-estabelecido, próprio a cada serviço, o *Arktenplan* (BAUTIER, 1968, p.146, tradução nossa).

Além do crescimento da documentação pública, tanto no século XVI como no século XVII, há um crescimento dos documentos das entidades laicas e eclesiásticas, dos hospitais e obras pias, das famílias de origem antiga, das empresas bancárias e comerciais. Nesses arquivos, se buscou conservar os documentos de forma mais segura e também compilar *cartulari* dos documentos mais importantes, que as relações jurídicas e econômicas obrigam frequentemente a buscar e a trazer para fora dos armários, expondo-os aos perigos da dispersão e do desgaste recorrentes nesses casos. Emerge nos detentores desses arquivos a consciência da utilidade dos documentos, não somente limitada ao fato de ser “memória” de interesses e de atividades práticas, mas percebida como testemunho das glórias passadas que o presente se orgulha (D’ADDARIO, 1990, p.8, tradução nossa).

A importância dos arquivos da burguesia mercantil foi observada por Maravall (1972, p.181-184), que ressaltou a importância dos gabinetes e dos escritórios dos mercadores para a direção e desenvolvimento dos negócios. Junto aos poderosos negociantes, aparecem os especialistas em contas, em direito, em notícias de países e mercados. A escrita, como ordenação dos negócios, é um princípio fundamental, pois a

atividade do “copiador de cartas” é essencial em uma oficina mercantil. Assim, a escrita era imprescindível para qualquer empresa a fim de fixar contratos e entabular negociações. A correspondência também era necessária para intercâmbio de notícias econômicas e flutuações da moeda, bem como notícias políticas e militares: “A informação, a escrita, a oficina, o arquivo são peças sem as quais não é possível entender nem a Administração nem o comércio modernos” (MARAVALL, 1972, p.184).

A segunda fase, neste movimento de concentração de arquivos, iniciada com a criação do arquivo de Simancas, ocorreu, em 1749, com a instituição, pela Imperatriz Maria Tereza, de um Arquivo de Estado em Viena, a fim de centralizar os arquivos dispersos de Viena, Innsbruck, Praga, Ratisbona, e outras cidades.

Brennecke (1968, p.189-190, tradução nossa) afirma, porém, que não se tinha intenção de concentrar em Viena todos os fundos documentais, nem de retirar determinados arquivos. Na verdade, eram os interesses políticos-dinásticos que estabeleciam o conteúdo e a seleção. Esse Arquivo em Viena deveria receber três grupos de documentos. O primeiro se refere a todos os atos relativos aos negócios da Casa reinante, isto é, partilhas hereditárias, testamentos, nomes de tutores, contratos matrimoniais; renúncias; o segundo grupo se refere a todos os documentos relativos às conquistas territoriais, alianças, tratados de Estado, conclusões de paz, etc. O terceiro seria constituído de todos os direitos especiais das regiões, suas constituições e privilégios, compromissos, descrições de fronteiras e territórios.

No entanto, o governo do chanceler austríaco Kaunitz, desde 1762, concebeu o depósito de arquivo como um arsenal de armas jurídicas postas à disposição da Coroa. Além disso, estabeleceu um sistema de arquivos, como o de Viena, nomeando um diretor para os arquivos dos Países Baixos, em Bruxelas, e instaurando depósitos de arquivos em Budapeste para a Hungria, em Zagreb e Mântua. Foram instalados também depósitos em Varsóvia e Veneza (BAUTIER, 1968, p.142, tradução nossa).

A finalidade dos arquivos alemães foi, no período do século XVI ao XVIII, servir à administração, à política do país e aos direitos do príncipe. Os diretores dos arquivos alemães eram políticos ou juristas e membros dos órgãos supremos e cargos do Estado, como o Conselho de Estado. No entanto, a importância científica dos arquivos se tornou cada vez mais evidente, recolhendo documentos de personalidades para complementar os fundos custodiados. Além disso, o segredo foi ocasionalmente violado nos séculos XVII e XVIII, pondo o arquivo à disposição da pesquisa histórica. Alguns

empregados dos arquivos se dedicaram aos trabalhos históricos por designação oficial. A autorização para pesquisas científicas privadas, porém, permaneceu um caso excepcional e somente no século XIX os arquivos se abriram à pesquisa em larga escala (BRENNECKE, 1968, p.208).

Segundo Bautier (1968, p.143), os depósitos de arquivos do Estado foram constituídos porque se tinha consciência da importância dos materiais de arquivo para o governo do Estado e a administração das províncias. Em decorrência das guerras, que foram travadas na Europa durante quase toda a Idade Moderna, os soberanos buscavam não deixar os arquivos caírem nas mãos dos inimigos e, por isso, evacuaram e transferiram os arquivos, ou exigiam em tratados a devolução de documentos relativos a territórios: os vitoriosos se esforçavam para que os arquivos seguissem a sorte dos territórios cedidos, enquanto os derrotados faziam todo o possível para retardar as entregas dos arquivos.

De acordo com Lodolini (1993, p.320), em caso de guerra, os documentos poderiam ser capturados e destruídos, ou poderiam ser trasladados como consequência das mudanças territoriais. Na maior parte dos casos, se previa a cessão dos documentos referentes ao território cedido, segundo o princípio de pertinência territorial.

Os tratados dos séculos XVII e XVIII são riquíssimos em cláusulas referentes aos documentos e aos arquivos. Essas cláusulas frequentemente não eram respeitadas ou aplicadas tardiamente, em virtude de diversos obstáculos, inclusive a diversidade de interpretação. De acordo com a situação, eram aplicados dois princípios que se contrapunham entre si (LODOLINI, 1993, p.322).

Um princípio era o de procedência territorial, também chamado de territorialidade, segundo o qual os documentos eram mantidos na sede da administração de origem e em sua unidade orgânica⁸⁵.

O outro princípio era o de pertinência territorial (*pertinenzprinzip*), segundo o qual eram entregues os documentos referentes ao território considerado, qualquer que fosse o lugar de sua conservação anterior e fora do território cedido, o que acarretava o desmembramento dos fundos orgânicos conservados nas sedes originárias.

O conceito de “tesouro de cartas” e a ideia de que os documentos eram um legítimo botim de guerra forneceram a base para as mudanças de local e os

⁸⁵ Lodolini (1993, p.322, nota 9) afirma que o princípio de procedência territorial ou territorialidade é compreendido por autores como Bautier e Casanova, segundo o qual os documentos seguem a sorte dos territórios nos quais foram redigidos, porém outros concebem territorialidade de forma oposta, como pertinência, isto é, os documentos seguem a sorte dos territórios a que se referem.

desmembramentos dos arquivos. No entanto, existem exemplos na Idade Moderna, onde os arquivos conservavam a sua indivisibilidade, porém os dois princípios procedência e pertinência territoriais continuaram disputando durante todo esse período, se estendendo também durante o século XIX (LODOLINI, 1993, p.322).

Além disso, em virtude da proeminência dos direitos do Estado sobre os papéis públicos, os soberanos procuravam recuperar os documentos de seus conselheiros. No regulamento de Simancas se prevê a recuperação dos documentos dos ministros e seus herdeiros.

Com relação ao direito de preempção⁸⁶ - preferência para a compra de documentos - em alguns estados a venda tinha que ser autorizada pelo arquivista e se obter uma licença por escrito. Geralmente, no caso dos documentos públicos, o Estado fazia uma reivindicação pura e simples, e, no caso dos documentos privados, estes poderiam ser submetidos ao direito de preempção (BAUTIER, 1968, p.144, tradução nossa).

Fundamentalmente os princípios arquivísticos referentes à territorialidade dizem respeito às primeiras tentativas de estabelecer a indivisibilidade dos arquivos, ameaçada pelos desmembramentos, destruição e perda. Lodolini (1993, p.322) apresenta vários exemplos de arquivos europeus desmembrados no século XIX, que seguiram a pertinência territorial, os quais só foram devolvidos à sua origem somente no século XX.

O movimento de concentrar os arquivos nos Arquivos do Estado, que se estendeu na Europa, do século XVI ao XIX, em estados tão diversos como Espanha, Vaticano, França, Suécia, o Império (que abrangia os territórios alemães, italianos e da Europa Central) e Rússia, entrou em uma nova fase, quando ocorreu a Revolução Francesa.

Em 5 de outubro de 1789, a população de Paris incendiou o prédio dos arquivos reais, vistos como o último bastião dos privilégios feudais, já que eram esses arquivos que asseguravam a autoridade e poder aos títulos feudais ali depositados. Ninguém pensou em atacar as chancelarias, onde toda a informação era mantida para ação e referência administrativa, porque nada era mais compulsório do que os documentos que estavam no santuário interior dos arquivos (DURANTI, 2007, p.454, tradução nossa).

⁸⁶ No Vocabulário Jurídico De Plácido e Silva (2013, p.1080) preempção significa preferência para a compra.

Além disso, a Revolução teve, por efeito, criar, em torno dos arquivos próprios das assembleias, um depósito dos Arquivos nacionais. Este arquivo foi destinado a reunir o conjunto dos arquivos de todas as instituições centrais do Antigo Regime, os fundos dos mosteiros e igrejas secularizadas da região parisiense e um grande número de outros fundos. Em 1796, uma lei ordenou concentrar nos Arquivos departamentais o conjunto do material arquivístico local do Antigo Regime, formando, pela primeira vez, na Europa, uma rede de arquivos regionais (BAUTIER, 1968, p.142-143, tradução nossa).

A Revolução Francesa, portanto, não foi uma ruptura com o modelo de constituição de Arquivos centrais do Estado, que vinha ocorrendo desde o século XVI. As concepções em matéria de arquivos eram exatamente as mesmas, antes e depois de 1789. Os “*archivaires*” do Antigo Regime foram membros dos birôs de triagem da Revolução e deram aos Arquivos nacionais seus primeiros “*commis*” (avaliadores). São eles que fundaram os Arquivos franceses na mesma linha de suas concepções tradicionais, tais como eram expressas pelos tratados dos teóricos da época (BAUTIER, 1968, p.148, tradução nossa).

A famosa publicidade dos arquivos, que marcaria a verdadeira contribuição da Revolução Francesa no domínio da arquivística, que justificaria a passagem para uma nova fase, Bautier (1968, p. 149, tradução e grifos nossos) a considera um mito:

[...] já antes de 1789, se tinha entrado, [...], na via da livre comunicação dos documentos ‘úteis’ ao público, e a Constituinte ou a Convenção autorizaram de fato um acesso extremamente limitado somente a algumas categorias de documentos. **Foi em meados do século XIX que os Arquivos nacionais admitiram uma sala de consulta**, quando a pesquisa nos arquivos se tornou uma necessidade da ciência histórica.

Com relação à concentração de arquivos dos territórios conquistados por Napoleão, se Bautier (1968, p.144, tradução nossa) considera como uma continuidade do movimento de concentração de arquivos, revelado pela conhecida frase atribuída ao imperador que “Um bom arquivista é mais necessário ao Estado que um bom general de artilharia”, Lodolini (1993, p.323) frisa, por outro lado, que a concentração napoleônica dos arquivos mais importantes de todos os territórios do império constituiu a afirmação do conceito de arquivo como bem cultural, pois os arquivos foram concentrados em Paris, assim como as estátuas, os quadros e as obras de arte em geral.

No entanto, podemos afirmar que a concentração de arquivos e obras de arte era da mesma ordem que o botim de guerra. Ao se conquistar um território e dominar

uma população, se apreendia os seus bens, inclusive aqueles que poderiam proporcionar direitos, imunidades e privilégios, como os arquivos. Retirar os arquivos da custódia original ou desmembrá-los significava principalmente uma perda de poder para a população dominada e a impossibilidade de reivindicar seus direitos como eram dispostos anteriormente.

O sistema francês centralizador foi copiado, sobretudo na Itália, especialmente no reino de Nápoles, e estendido ao conjunto do Império e também aos Países Baixos e Bélgica. A Inglaterra criou, em 1802, uma comissão encarregada de estudar o reagrupamento de seus arquivos públicos. A medida conduziu ao *Public Record Act* de 1838, que formou o *Public Record Office*, na mesma linha de concentração dos arquivos do continente.

Com a criação do Arquivo Público do Reino Unido se encerrou a fase de constituição de depósitos de arquivos de Estado, pois as preocupações historiográficas estavam se tornando predominantes. Neste sentido, a criação de outros depósitos de Arquivos de Estado passou a ter como objetivo facilitar as pesquisas históricas nacionais que estavam se desenvolvendo (BAUTIER, 1968, p.143, tradução nossa).

Desta forma, o movimento de concentração de arquivos de Estado, no período que se estende da regulamentação do Arquivo de Simancas até a criação do *Public Record Office*, é associado à concentração de poder do próprio Estado. Arquivos estavam a serviço do príncipe, e eram considerados como propriedade do Estado, utilizados pela administração e pelos soberanos.

No entanto, percebemos que o momento de ruptura não é consensual entre os estudiosos. Para Bautier (1968, p.149, tradução nossa), a ruptura ocorreu quando a concepção histórica invade os arquivos, a partir de 1830, e estes se tornam “laboratório da história” com a finalidade realizar pesquisas sobre o passado utilizando fontes de órgãos extintos. Duranti (2007, p.454, tradução nossa), porém, irá enfatizar a perda da ligação dos arquivos com a vida do povo, que ocorreu ainda em 1789, quando os arquivos reais são incendiados. Esse tema será tratado na **seção 5.3**.

5.2 A LITERATURA ARQUIVÍSTICA E O *JUS ARCHIVALE*

A literatura arquivística dos séculos XVI ao XVIII foi objeto de análise por parte de diversos autores tais como: Casanova (1928), Sandri (1950; 1968), Bautier (1968), Lodolini (1993) e Duranti (1993; 2007).

Casanova (1928, p.378) fez um levantamento das obras dos tratadistas italianos, alemães e franceses e relacionou a produção dessa literatura arquivística com o estado de desordem dos arquivos: “quanto maior foi a desordem, quanto maiores os danos e escândalos que isso provoca, mais intensa foi a produção de estudos e conselhos para remediá-los”.

No arrolamento dessa literatura arquivística, Casanova fez poucos comentários, exceto para informar sobre determinadas obras que tratam dos problemas de ordenação (*ordinamento*), tais como: a do abade Fortunato Olmo, de 1647, *Direttorio et arte per intender ele pubbliche scritture*; a obra de Fladt que expõe a teoria da formação e manutenção das unidades de registro em *Anleitung zur Registraturwissenschaft und von registratoribus*, de 1764; Pier Camillo Le Moine que publica, em 1765, *Diplomatique pratique ou traité de l'arrangement des archives et trésors d'icelles*, na qual critica o método cronológico de ordenamento, que não distingue nem a matéria nem a natureza dos fatos, e se atém ao ordenamento por classes e por matéria. Casanova também faz referência às obras de Diplomática, como a de Mabillon, *De re diplomática* e de Scipione Maffei, *Istoria Diplomática*, integrando-as à literatura arquivística.

Bautier (1968, p. 147, tradução nossa) também chama o conjunto desses trabalhos de literatura arquivística e obras dos profissionais (*praticiens*). O autor relaciona a aplicação dos novos métodos administrativos com a eclosão dessa literatura.

Ele distingue duas tendências dessa literatura. A primeira é essencialmente alemã. São trabalhos dos profissionais da administração, que se esforçam para facilitar o funcionamento das chancelarias e a organização dos arquivos correntes do *Registratur*. A segunda predomina na França. Ao contrário da tendência alemã, o trabalho dos arquivistas franceses visa, antes de tudo, tornar utilizável a massa dos arquivos acumulados.

É possível afirmar que se trata de duas escolas que se confrontam. Alguns desses autores assumem uma classificação estritamente cronológica como Chevreton, no seu tratado *Le nouvel archiviste* (1775). Outros são partidários de uma classificação metódica, isto é, a classificação alfabética por matérias e a classificação sistemática por tipo de documentos (aquisições, arrendamentos), por lugares concernentes, ou ainda, por classes metódicas. Essa classificação sistemática corresponde ao espírito, que tende a prevalecer em todas as áreas da atividade intelectual no tempo da *Encyclopédie*, sendo Lemoine, autor de *La Diplomatie pratique*, um nome representativo dessa escola.

Com relação à Diplomática, esta teve grande importância para a formação dos arquivistas, por meio das obras de Mabillon, Muratori e dos beneditinos franceses. (BAUTIER, 1968, p.147, tradução nossa).

Resumindo a temática tratada por essa literatura, Bautier (1968, p.147, tradução nossa) afirma que, na Alemanha, tendo em vista a estrutura dos arquivos, os arquivistas se põem principalmente a serviço da chancelaria e na perspectiva jurídica, enquanto que, na França e Itália, os arquivistas serão especialmente historiadores ou, pelo menos, homens que têm preocupações de historiadores. Entre esses arquivistas, se destaca Ilario Corte, arquivista de Milão, que, no século XVIII, adotou um método de classificação pelo qual os documentos eram separados em grandes classes e seções, de forma oposta ao princípio de respeito aos fundos, que se imporá a partir de meados do século XIX.

Enquanto Casanova relaciona a literatura arquivística com o estado de desorganização dos arquivos, e Bautier analisa tendências que se contrapõem, a jurídica e a histórica, Duranti (1993) considera que essa literatura, voltada basicamente para a gestão de documentos, exige um corpo teórico sistemático.

A emergência dessa literatura ocorreu em virtude do crescimento da produção de documentos, decorrente do desenvolvimento das burocracias estatais e também da proliferação de diversas instituições como hospitais, universidades, bancos, instituições de caridade, que também produzem documentos de forma sistemática (DURANTI, 1993, p.48, tradução nossa).

Essas obras eram dirigidas aos produtores de documentos a fim de torná-los sensíveis ao valor dos documentos, bem como propunha métodos de manutenção e descrição, os quais poderiam facilitar a imediata recuperação dos documentos pelo produtor, para suas próprias necessidades, ou para aquelas pessoas, que tinham recebido permissão especial para consultá-los, por razões bem definidas, e sob a supervisão do produtor. Era uma literatura, portanto, sobre gestão de documentos. Enquanto que vários títulos contém o termo “arquivos”, este era usado no sentido europeu, ou seja, todos os documentos arquivísticos desde o momento da sua criação.

A importância dessa literatura, para nós, não está no seu conteúdo, mas o que sua existência revela, isto é, a gestão de documentos era vista como uma função intelectual exigindo o apoio de um corpo sistemático de teoria (DURANTI, 1993, p.49, tradução nossa).

Além disso, Duranti (1993, p.49) também considera a obra de Mabillon, *De re Diplomatica*, de 1681, como uma obra revolucionária, já que expôs os conceitos, a metodologia e aplicação da nova disciplina, a Diplomática, a qual fornece um corpo de conhecimento fundamental para os modernos gestores de documentos, na medida em que analisa a organização, as funções, os procedimentos, a regulamentação das organizações produtoras, bem como os processos de criação de documentos, sua forma externa e interna, além de sua manutenção, recuperação, registro e uso.

Outros autores como Lodolini (1993) e Sandri (1968) ressaltam, nessas obras, a concepção jurídica do arquivo e o *jus archivi* ou *archivale* (direito de arquivo) como importantes para a compreensão de como o conceito de arquivo foi desenvolvido nesse período.

A definição de arquivo, na Idade Média, segundo Lodolini (1993, p.125-126) segue a dos juristas romanos, para os quais o arquivo é o “lugar onde os documentos públicos são conservados” ou o “lugar público no qual os documentos são conservados”, acrescentados com a expressão *ut fidei faciant* (no sentido de que fazem prova confiável), ou como *tabularium publicum et monumentorum repositorium* (no sentido de arquivo público e repositório de documentos).

Assim, o conceito de lugar é sempre fundamental para a existência de um arquivo e para a fé pública dos documentos escritos e isto se aplicava, segundo os juristas romanos, apenas ao arquivo público, ainda que tenham sido criados como arquivos privados (LODOLINI, 1993, p.125).

Lodolini (1993, p.126, nota 3) explica que os documentos dos magistrados romanos eram de caráter privado e, posteriormente, se afirmou o conceito de passagem dos documentos, transformados em *tabulae publicae* de um magistrado a seu sucessor e, mais tarde, aos arquivos públicos, que foram sendo instituídos como *Aerarium* e *Tabularium*.

A partir dessas considerações de Lodolini, é possível afirmar que o Direito Romano previu que, mesmo se um arquivo for criado como privado, ele pode passar a ser público, em virtude da sucessão a um funcionário e a um arquivo público.

Na Idade Moderna, a ideia básica dos juristas romanos do arquivo como lugar permanece com alguns acréscimos ou esclarecimentos, através das obras de diversos tratadistas. Baronio, que escreveu sua obra *Annales ecclesiastici*, em 12 volumes, de 1588 a 1607, afirmou que o arquivo é o “*locus ubi scripture publicae ad perpetuam memoriam asservantur*” (lugar onde as escrituras públicas são conservadas para

memória perpétua), onde se destaca o aspecto da conservação definitiva, utilizando a fórmula usual para os documentos solenes do papado. Já Neveu, em 1668, define o arquivo como “*locus quo publica auctoritate monumenta publica probe et cum cura adservantur, in communem utilitatem et faciliorem rerum probationem*”. Para Giussani (1684), “*archivum est locus ubi acta publica reponuntur*” (arquivo é o lugar onde os atos públicos são conservados) (LODOLINI, 1993, p.126-127).

Sandri (1968, p.108), que examinou a etimologia do termo “arquivo”, onde constatou uma diversidade de opiniões, considera que com relação ao significado, não existem incertezas: o arquivo é o lugar de conservação de documentos públicos.

Nos séculos XVI e XVII se compreende que o elemento lugar era essencial à determinação do conceito de arquivo. A jurisprudência estabeleceu algumas condições para existir um arquivo, o qual, por sua vez, significava somente os arquivos públicos (SANDRI, 1950, p.99).

A primeira condição se referia a quem constituiu o arquivo, isto é, se teria o poder de fazê-lo; era avaliado se a pessoa ou ente, que tinha constituído o arquivo, teria o poder de fazer leis por direito.

A segunda condição diz respeito aos documentos, os quais deveriam estar conservados em um edifício público e num lugar especificamente indicado a custodiar os atos.

A terceira condição se refere à custódia dos documentos, a qual deveria ser confiada a um funcionário público.

Neste sentido, é possível afirmar que, no âmbito das monarquias europeias, em virtude do poder soberano de fazer leis, poucas autoridades poderiam ter um arquivo público, ficando o príncipe como o principal detentor dos arquivos públicos. Além disso, a jurisprudência previu que os documentos deveriam estar em um edifício público, isto é, um edifício que fosse da esfera do estado, indicado especialmente para custodiar os atos, e também confiados a um funcionário público, o qual também pertence aos quadros do estado.

Todas essas disposições diferem da época da República romana, que pretendia fundamentalmente instituir um lugar na cidade para que os cidadãos pudessem ter acesso, ao mesmo tempo em que o arquivo apoiava a administração. O arquivo, portanto, tinha um vínculo estreito com a cidadania. Na Idade Moderna, os arquivos são públicos no sentido de pertencerem à esfera do Estado, o qual é dominado por uma

autoridade soberana. Os súditos, como não são cidadãos, devendo obediência ao poder soberano, não têm direito de consultar e usar livremente os documentos.

De acordo com Sandri (1950, p.99), a regulamentação e utilização dos arquivos, que se tornaram secretos, passaram para as chancelarias reais. A necessidade de ter a documentação a mais completa possível no arquivo, já que era o lugar que conferia autenticidade, levou o príncipe a preencher as lacunas, determinando a entrega de documentos, por parte dos possuidores privados, que poderiam ser considerados de proveniência pública. Além disso, a doutrina jurídica procurava fazer aprovar o princípio que aquelas lacunas podiam ser completadas com os atos conservados nas *bibliothecis*, e nos monastérios, que eram documentos privados. Os príncipes e a Igreja também se esforçam por recolher os documentos dispersos nos vários palácios, onde residiam as cortes, além de restaurar antigos volumes e iniciar a elaboração de índices, que são importantes até hoje.

As categorias de documentos a serem conservados no arquivo, segundo Sandri (1950, p.99), seguiam a doutrina *fidem faciant*, isto é, que proporciona prova confiável, pela qual a fidedignidade permanece inalterada também nos confrontos dos não súditos do príncipe e fora dos limites da sua soberania.

Sandri (1968, p.108) também enfatizou a concepção da jurisprudência, a qual considerava que a autenticidade atribuída aos documentos era decorrente de estarem conservados no arquivo. Assim, todo o material conservado em um arquivo público se tornou autêntico por si mesmo, em virtude da presunção de autenticidade atribuída aos documentos conservados no arquivo.

O valor, que assim vinha a ter essa documentação conservada, foi acrescentado àquela presunção de veracidade que por si mesmos tinham os documentos (*instrumenta*) como títulos probantes de direito. É este o motivo pelo qual a mais antiga documentação conservada é representada pelos títulos de propriedade ou de interesses na dupla significação de morais e materiais. Isto explica porque o documento vem incluído entre as coisas preciosas, daí os adjetivos *sacrum* (sagrado), *sanctum* (santo), com referência aos poderes públicos que podiam ter uma qualificação similar, e o sinônimo *thesaurum* (tesouro) no duplo significado de arquivo em si mesmo ou do lugar de custódia de tais atos. Isto explica porque, dado este valor prático, o arquivo se tornou *secretum* (secreto) com o significado de não acessibilidade da parte de qualquer um que não fosse autorizado, seja para defesa das possíveis alterações dos textos, seja para impedir que

outros pudessem roubar ou se servir dos documentos sem autorização da autoridade cujo arquivo lhe pertencia.

Essa concepção jurídica do arquivo, para Sandri (1968, p.109), é a base da relação arquivo e autoridade estatal e explica algumas situações como o Breve de Paulo V (1612) que estabeleceu que os documentos e registros trazidos do Castelo Sant'Angelo, onde era conservado o arquivo, para serem depositados junto à biblioteca Vaticana, deviam conservar o mesmo valor jurídico como se estivessem estado sempre no Castelo Sant' Angelo.

Duranti (2007, p.448) analisa as ideias do jurista alemão, Fritsch, escritas em 1664, a respeito da autenticidade dos documentos que são transferidos para o arquivo, ou seja, que atravessam o limiar arquivístico. Fritsch considera que os documentos não adquirem autenticidade pelo simples fato de atravessarem o espaço de sua criação para um espaço de preservação. Ele aponta quatro pontos que devem ser considerados. O primeiro diz respeito ao lugar, para o qual eles foram destinados, que deve pertencer a uma autoridade soberana pública. O segundo ao funcionário, que encaminhou os documentos para o arquivo, devendo ser um funcionário público. O terceiro que os documentos fossem colocados, tanto fisicamente (pela localização) como intelectualmente (pela descrição), entre documentos autênticos. O quarto ponto se refere à associação entre os documentos, a qual não podia ser rompida.

Essas ideias de Fritsch apresentam algumas diferenças com relação às apresentadas pelos juristas, como as expostas por Sandri (1950; 1968), mencionadas acima. Em ambas são elencadas as condições do arquivo-lugar, e concordam com a visão de que o arquivo deve pertencer a uma autoridade soberana e que o funcionário responsável seja um funcionário público.

No entanto, na visão de Fritsch são introduzidos dois elementos que dizem respeito à autenticidade e ao inter-relacionamento entre os documentos. Isto significa que não basta depositar os documentos num lugar público, mas que estes devem ser postos numa determinada ordem física e intelectual e entre outros documentos autênticos.

Duranti (2007, p.448, nota 7) explica as ideias de Fritsch:

Para assegurar sua autenticidade, o lugar de custódia dos documentos deve pertencer à autoridade a qual os criadores de documentos devem primeiro prestar contas da sua ação; a transmissão dos documentos para tal lugar deve estar sob a jurisdição de uma terceira parte neutra; os documentos devem adquirir relacionamentos estáveis e imutáveis com documentos já dotados com autenticidade, e esta agregação de

documentos autênticos com todas suas redes de relacionamentos internos devem ser destinados à preservação indefinida (tradução nossa).

De acordo com Tschan (2015, p.37, tradução nossa), os juristas da época Moderna, como Fritsch, compreendiam que o objetivo central dos arquivos era manter e proteger os resíduos documentais das ações, de forma que eles pudessem continuar a funcionar como prova confiável.

Essa visão, que articula o lugar de custódia com a autenticidade e a manutenção do vínculo arquivístico, é central para o pensamento de Duranti, que desenvolverá uma concepção do arquivo como lugar, priorizando as seguintes ideias: a transparência da preservação dos documentos, que envolve a designação de uma entidade ou pessoa como uma terceira parte neutra; a segurança, que garante a autenticidade dos documentos e a ideia de estabilidade, que assegure o vínculo arquivístico.

5.3 A DICOTOMIA ENTRE ARQUIVOS HISTÓRICOS E ARQUIVOS ADMINISTRATIVOS

Vários autores como Bautier (1968, p.141), Duchesne (1992, p.18) e Duranti (1993, p.50; 2007, p.454-456) consideraram que, após as mudanças revolucionárias e pós-revolucionárias do período de 1789 a 1815, houve uma profunda transformação no mundo dos arquivos, ainda que não seja consensual o momento desse rompimento.

Para Bautier (1968, p.149, tradução e grifos nossos), a mudança de fase na história dos arquivos só aconteceu, a partir de 1830, quando se produziu bruscamente o grande movimento de renovação da historiografia, influenciado pelo Romantismo literário e político. O trabalho histórico vai se apoiar sobre os documentos de arquivo e, no desenvolvimento dessa concepção, a *École de Chartes* exerce uma influência considerável.

Entre 1830 e 1850, de arsenal tradicional do poder, **os Arquivos se tornaram os laboratórios da história**, com todas as consequências que isso comporta principalmente a ruptura fundamental (e certamente lamentável) entre os birôs e os arquivos históricos.

Duranti (2007) considera que o momento decisivo na história dos arquivos se refere à destruição dos arquivos reais da monarquia da França, quando foi ao fim a visão dos arquivos como parte integrante da vida presente do cidadão, e a perda da sua função

administrativa-legal. Os arquivos se tornaram históricos, depositários de fontes do passado.

A destruição dos arquivos da monarquia francesa marcou também o fim de uma visão dos arquivos como um componente integral da vida das pessoas. O 25 de julho de 1794 não é uma data totalmente feliz para os arquivos. Os documentos das instituições extintas, concentrados no Arquivo Nacional da França foram declarados patrimônio da nação e tornados acessíveis ao público. Em virtude dessa declaração, o Estado reconheceu sua obrigação em preservar tal patrimônio para as futuras gerações. Entretanto, os documentos criados pelas entidades vivas [...] foram mantidos pelos criadores ou seus sucessores até que numa idade avançada se transformavam em fontes para a história. **Nascia a dicotomia entre arquivos administrativos e históricos** (DURANTI, 2007, p.454-455, tradução e grifos nossos).

À parte as visões diferentes sobre as consequências da Revolução sobre o mundo dos arquivos, é certo que a Revolução Francesa modificou todas as relações jurídicas, econômicas, sociais e políticas existentes, com o fim dos privilégios e de todo o aparato jurídico e administrativo do Antigo Regime.

De acordo com Soboul (1981, p.518-521), com a Revolução, o Estado não constituía mais a propriedade pessoal do príncipe, e emana do povo soberano, estando a serviço dos cidadãos. Além disso, a Revolução impôs o Estado laico, separado da Igreja, substituindo a aliança entre trono e altar. A Revolução também destruiu o direito feudal e o direito canônico. Foram introduzidas novas instituições administrativas, judiciárias e financeiras. Com a ascensão de Bonaparte, foi criado um quadro de altos funcionários de sua nomeação e publicado o Código Civil em 1804.

O Código Civil de 1804, também conhecido como Código napoleônico, unificou o sistema legal francês, que anteriormente era regido pelas disposições do Direito Romano, particularmente no sul da França, e pelo direito comum, costumeiro, vigente especialmente na região norte e em Paris.

De acordo com Stanković (p.310-312, tradução nossa), o Código Civil não é somente produto da Revolução, que aboliu todas as instituições feudais e promoveu novos valores, tais como, a igualdade dos cidadãos, a propriedade privada, a liberdade de contrato, os direitos de herança. O Código contém todos os resultados de um longo desenvolvimento histórico das novas e tradicionais instituições legais francesas, sendo influenciado pelo direito escrito, do sul da França, baseado nas tradições do Direito Romano, e pelo direito costumeiro, o direito comum do norte da França, o qual foi registrado sob a forma escrita em várias disposições dos reis da França. Os reis

franceses, desde o século XVI, protegeram sua própria autoridade, independentemente do Papado e do Império, e os seus juristas foram bastante hábeis em enfatizar que a aceitação do Direito Romano não era uma consequência da autoridade de Roma e de seu estado, mas porque era o costume e em virtude da sua qualidade. Na França, a recepção do Direito Romano foi indireta, graças à competência dos juristas, os quais abrandaram a sua influência, e tentaram preservar aquela parte do direito nacional que eles consideravam importante. Um exemplo se refere às disposições sobre o contrato, pelas quais o Código Civil assumiu que a transferência de propriedade seria feita por meio de contrato em si, como disposto no direito comum, e não por meio da venda, como no Direito Romano.

A Revolução construiu um arcabouço jurídico para os arquivos desde os seus primeiros anos. Com a criação do depósito de arquivos da Assembleia, em 1790, este se tornou um refúgio para enormes quantidades de documentos, destituídos de seus legítimos proprietários pelas leis revolucionárias, de tal forma que a lei de 25 de junho de 1794 declarou os Arquivos nacionais como o depósito central de toda a República (DUCHEIN, 1980-1981, p.127, tradução nossa).

Além disso, a lei de 1794 também previu o direito de acesso público aos documentos custodiados pelos arquivos, já que uma das características dos arquivos centrais do Antigo Regime era o segredo, e o acesso era concedido como um privilégio do príncipe. No entanto, este fato não significou a disseminação e adoção imediata do direito de acesso. No final do século XIX, muitos países europeus ainda careciam de normas estabelecidas para a comunicação dos arquivos. As solicitações para ter acesso aos documentos eram submetidas às autoridades que decidiam, caso a caso, a conveniência de conceder parecer favorável, como ocorria, por exemplo, na Áustria, Baviera, Dinamarca, Prússia, Rússia, Saxônia e Turquia (DUCHEIN, 1983, p.4).

Como consequência do texto legal de 1794, os documentos das entidades extintas, concentrados nos *Archives nationales* da França, foram declarados como patrimônio da nação e se tornaram acessíveis ao público. Desta forma, o Estado reconheceu sua obrigação de preservar esse patrimônio para as futuras gerações. No entanto, os documentos, criados pelas entidades vigentes, foram, pela primeira vez, subtraídos ao procedimento controlado, que objetivava assegurar a fidedignidade de sua criação e a autenticidade de sua transmissão, sendo mantidos pelos produtores ou seus sucessores até o momento em que se transformassem em fontes para a história (DURANTI, 2007, p.454-455, tradução nossa).

Os documentos, ainda ativos, permaneceram nas unidades da nova administração e se mantiveram secretos, enquanto os documentos não correntes foram concentrados nos *Archives nationales* e nos arquivos departamentais (unidades regionais). Este fato determinou a distinção entre arquivos administrativos e históricos, que é ainda presente nos países românicos, correspondendo à distinção germânica entre *registratur* e *archiv*, e nos países anglo-saxões entre *records* e *archives* (DURANTI, 1993, p.50, tradução nossa).

Os arquivos perderam sua função administrativa e legal de reconhecer, declarar e garantir a autenticidade dos documentos sob sua custódia. No entanto, permaneceu sua função simbólica, e passaram a ser vistos como símbolo das novas nações, representando o lugar, onde um passado comum poderia ser encontrado, que justifica um presente compartilhado. Isso ocorreu em cada território tocado pela Revolução Francesa e pela conquista napoleônica (DURANTI, 2007, p.455, tradução nossa).

Os antigos conceitos legais permaneceram particularmente na Itália, onde o Direito Romano era mais forte, mas também em outros países europeus, ao ponto de cada um deles, exceto a França, ao longo do século XIX e no início do século XX, tentarem recuperar o antigo controle sobre a criação, transmissão e preservação de documentos. Os sistemas de registro e classificação, o arranjo e a descrição representaram métodos intelectuais de criar lugares arquivísticos onde os documentos poderiam ser revestidos com fidedignidade e depois com autenticidade. Em muitos casos, o “limiar arquivístico” (a passagem entre as unidades produtoras e os prédios de arquivo), foi feita de forma a coincidir com ações de reconhecimento formal de documentos registrados e classificados, e de confirmação e representação da sua ordem intelectual (seus inter-relacionamentos) por meio de instrumentos de descrição estrutural (DURANTI, 2007, p.455-456, tradução nossa).

Outra inovação relacionada com a separação entre documentos ativos e inativos se refere à reintrodução do conceito de avaliação conduzida por um órgão colegiado externo, que anteriormente tinha sido aplicado nas cidades livres medievais, e o posicionamento da avaliação no momento da transferência dos dossiês inativos para os arquivos históricos (DURANTI, 1993, p.50, tradução nossa).

Ao lado dessas mudanças, outras começaram a ocorrer com relação à organização dos arquivos custodiados e ao papel dos profissionais.

Os materiais, transferidos para os arquivos históricos, foram confiados ao cuidado de pesquisadores, a quem eram atribuídos o título de arquivistas. Esse título,

porém, anteriormente era dado às pessoas encarregadas da administração dos documentos nas unidades administrativas, e foi conferido aos indivíduos, que tratavam o mesmo tipo de material, nos arquivos históricos. Os novos arquivistas achavam-se envolvidos numa esmagadora tarefa de ordenar o material transferido para os arquivos históricos e começaram a trabalhar com base em sistemas de classificação e recuperação, desenvolvidos para os documentos mantidos e usados pelo produtor. A superimposição desses sistemas sobre os documentos inativos, transferidos aos arquivos históricos, só poderia causar danos (DURANTI, 1993, p.51, tradução nosa).

Posner (2013) também considerou a influência dos pesquisadores sobre o trabalho arquivístico e a perda da conexão dos arquivos públicos com as entidades de produção:

Durante as primeiras décadas do século XIX, o erudito penetrou nos arquivos públicos da maioria dos países e começou a tomar o lugar dos primitivos funcionários treinados em trabalhos de redação e registro oficial. [...]. Quando o erudito assumiu a maioria das posições nos novos arquivos gerais, sua atitude em relação aos materiais arquivísticos tinha de ser inteiramente diferente da dos seus antigos guardas. **Os arquivos tornaram-se instituições preponderantemente científicas e perderam de certo modo seu caráter de repartições do governo** (POSNER, 2013, p.279, grifos nossos)

Lodolini (1993, p.120) afirma que o sistema predominante para o arranjo dos arquivos, aplicado aos documentos que formam o “arquivo histórico”, anterior à adoção dos métodos arquivisticamente válidos, foi a ordenação por matérias. Ele foi utilizado amplamente na segunda metade do século XVIII como reflexo da influência dos princípios do Iluminismo e da Enciclopédia.

A ordenação por matérias consiste em dispor todos os documentos de um arquivo (arquivo histórico) segundo a matéria tratada, sobre a base de um quadro de classificação formado pelo arquivista, sem observar a procedência dos documentos. Na França, esse método encontrou sua expressão nos *cadres de classement* com os quais foram classificados e reorganizados os documentos do Arquivo Nacional, sobre a base de seu conteúdo, sem considerar a unidade pela qual foram produzidos. Tratava-se de uma classificação similar a dos livros de uma biblioteca (LODOLINI, 1993, p.120).

Posner (2013, p.279-280), ao examinar a influência da historiografia sobre os arquivos, considerou que os arquivistas devotavam grande parte do seu trabalho a organizar e catalogar documentos medievais, em virtude da enorme massa de diplomas, registros e documentos de conventos e instituições religiosas, trazidos para os arquivos

como consequência da secularização. Os arquivos se desenvolveram, pelo menos até certo ponto, de acordo com as coleções de manuscritos das bibliotecas. As razões apontadas por Posner são duas. A primeira diz respeito à falta de regularidade na transferência dos documentos governamentais, que eram considerados de menor importância, os quais só eram recebidos quando as repartições desejavam se verem livres da massa de documentos. A segunda diz respeito à própria organização dos documentos, os quais eram arranjados de modo a facilitar o uso erudito. Assim, foram constituídas as coleções especiais, como biográficas, militares, eclesiásticas e esquemas artificiais foram inventados, abrangendo todo o conteúdo de arquivo, e os documentos eram encaixados nesses esquemas sem nenhuma consideração com a sua conexão original.

Neste sentido, o exemplo de organização dos documentos dos Arquivos nacionais da França é bastante elucidativo. Os dois primeiros diretores, Armand-Gaston Camus e Pierre Daunou, eram bibliotecários e adotaram o sistema esquemático. Foram estabelecidos grupos chamados séries para os documentos do governo central e esses grupos foram organizados em seções: Legislativa, Administrativa, Histórica, Topográfica, Propriedade e Judicial. Foram também estabelecidos subgrupos, as subséries. Essa organização se baseava em um agrupamento racional e não respeitava a proveniência. “Os documentos do governo central nos *Archives Nationales*, então, foram inicialmente arranjados de acordo com um esquema ‘metódico’, criado arbitrariamente, derivado da experiência biblioteconômica” (SCHELLENBERG, 2006, p.241).

Os historiadores do século XIX consideravam os documentos de arquivo pelo seu valor intrínseco, independentemente do seu contexto, da mesma maneira que nas escavações arqueológicas, em Pompéia ou no Egito, só houve interesse pelos objetos de arte encontrados, como peças de coleção (DUCHEIN, 1986, p.15).

A influência da visão da historiografia sobre os arquivos predominou por um longo período na Europa, e esta orientação permaneceu em alguns casos até a 2ª. Guerra Mundial. Em muitos países, os arquivos nacionais, tidos como históricos, eram devotados quase exclusivamente aos documentos de instituições extintas, e todas as novas transferências eram excluídas. Com o aumento da massa de documentos produzidos, por volta de 1850, muitos arquivos europeus passaram a realizar transferências regulares de documentos de instituições em funcionamento (DUCHEIN, 1992, p.18, tradução nossa).

O desenvolvimento dos princípios arquivísticos, como o princípio de respeito aos fundos, proveniência e ordem original, tem como ideia básica, para orientar o trabalho dos arquivistas, o conceito de fundo e o seu caráter orgânico.

O respeito aos fundos - para adotar aqui sua definição mais simples, deixando de lado todos os problemas de interpretação que abordaremos no decorrer deste trabalho - consiste em **manter grupados, sem misturá-los a outros**, os arquivos (documentos de qualquer natureza) **provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica**: é o que se chama de fundo de arquivos dessa administração, instituição ou pessoa (DUCHEIN, 1986, p.14, grifos nossos).

Sandri (1968, p.109, tradução nossa) considera que a grande quantidade de fundos documentais, que se tornaram arquivos antigos ou mortos, ao saírem da sua sede de origem para se concentrarem nas instituições arquivísticas, levantou o problema da sua organização (*ordinamento*). Como esses arquivos não eram correntes, sua estrutura intrínseca se revelava incompreensível ao arquivista, que os via apenas como documentos antigos sobre os quais tinha que “trabalhar” para atender as finalidades determinadas por um novo tipo de pesquisador, o estudioso livre, e, portanto, não existia uma prática anterior que pudesse servir como parâmetro para resolver o problema.

Assim, Sandri (1968, p.109, tradução nossa) afirma que a antiga concepção jurídica de arquivo não servia mais, até porque a atenção era polarizada sobre os próprios documentos. Neste sentido, se coloca o problema de identificar quando se tem um arquivo e quando um conjunto de documentos constitui um arquivo.

O processo de esclarecimento sobre o conceito de arquivo que se desenvolveu, especialmente no século XX, buscou definir os seus elementos essenciais, isto é, por que um determinado conjunto de documentos pode ser chamado de arquivo e por consequência o que o diferencia de outros materiais similares. A elaboração sucessiva de definições sobre o conceito de arquivo tornou mais precisa a noção de que a proveniência da entidade constitui como um vínculo, que liga os seus documentos, de modo que estes não podem ser considerados autônomos, mas necessariamente coligados uns com os outros, com um lugar determinado na série de documentos produzidos por uma mesma entidade ou pessoa, na dependência da própria atividade (SANDRI, 1968, p.110, tradução nossa).

Ao lado do desenvolvimento de ideias e conceitos arquivísticos, que ocorriam por parte dos arquivistas dos chamados arquivos históricos, os funcionários dos arquivos administrativos europeus mantinham as mesmas práticas anteriores ao período

revolucionário. No início do século XX, esses arquivistas-gestores de documentos começaram a ser e, ainda, são designados somente pela sua habilidade em ler e escrever, e se tornaram uma das categorias mais baixas na hierarquia do serviço público e da atividade privada (DURANTI, 1993, p.52, tradução nossa).

Essa situação só começou a mudar com o desenvolvimento do *records management* norte-americano, que influenciou arquivistas de vários países. Os arquivistas dos arquivos históricos foram impulsionados a voltar a ter uma ligação com as unidades administrativas a fim de receber o material de forma mais organizada, já que massas documentais desordenadas estavam sendo transferidas para os arquivos, e o problema de arranjar, descrever, preservar e tornar disponível passou a ser muito maior do que o arranjo e a descrição de itens de fundos fechados. Ao mesmo tempo, as preocupações nacionais, que tinham sido a tônica durante todo século XIX na Europa, também chegaram aos Estados Unidos, que só implantaram a instituição arquivística nacional em 1933 e precisavam dotar o *National Archives* de um acervo representativo da sua história e capaz de servir à democracia, acervo que se encontrava disperso em bibliotecas, sociedades históricas, depósitos, sem cuidados com sua preservação. De certa forma, a situação dos arquivos americanos determinou a visão sobre a custódia fortemente vinculada à propriedade, como definida no conceito de custódia legal, a fim de proteger os acervos contra a perda, desmembramento e destruição não autorizada, que tanto tinham afetado os arquivos desse país até o início do século XX.

5.4 A CUSTÓDIA EM JENKINSON E SCHELLENBERG

Um dos resultados da visão histórica dos arquivos, além da dicotomia entre arquivos históricos e administrativos, foi que a função de autenticação, que a custódia proporcionava aos documentos conservados no arquivo, teve de ser redescoberta por meio da elaboração da teoria arquivística, particularmente por Jenkinson (TSCHAN, 2015, p.37, tradução nossa).

Jenkinson (1922, p.11-15, tradução nossa) parte da concepção que os arquivos estão sempre em situação de risco. As ameaças aos arquivos não começam no seu uso pelo cidadão ou pelo pesquisador, nem quando são transferidos para uma instituição arquivística, mas desde o momento de sua elaboração. Os documentos, como são produzidos em decorrência das atividades de uma entidade ou pessoa, dependem de procedimentos rigorosos de controle na sua forma, linguagem, registro, tramitação e arquivamento para que se mantenham como documentos. Também é necessário

controlar a atuação dos funcionários. Isto significa que a sua capacidade probatória, que o distingue de outros materiais, deve ser cuidadosamente protegida. Em situações em que não houve controle nos procedimentos e sobre a atuação dos funcionários, a possibilidade dos documentos serem usados no presente e no futuro pode ser questionada ou não ser considerada válida jurídica e administrativamente. Os arquivos, portanto, devem estar sob a guarda de um responsável, o custodiante, o qual deve proteger e assegurar a qualidade dos arquivos. Neste sentido, os arquivistas têm duas obrigações fundamentais: a defesa física e moral dos arquivos.

A defesa física inclui todos os procedimentos de proteção física do repositório, incluindo medidas de segurança, conservação e restauração. A defesa física é principalmente externa, isto é, procede de fontes outras que o próprio arquivista (JENKINSON, 1922, p.45, tradução nossa).

A defesa moral se refere à proibição de adulteração dos documentos, inclusive a mudança na relação de um documento com os demais, por parte dos arquivistas, bem como as regras do arranjo e da descrição.

Os perigos morais para os arquivos, contra os quais nós temos que guardar, são claramente apreendidos, principalmente, a partir do próprio arquivista e uma vez que nós podemos presumivelmente absolvê-lo de qualquer intenção de adulterar deliberadamente seus arquivos, o erro pode não ser intencional (JENKINSON, 1922, p.66, tradução nossa).

Para compreender o pensamento jenkinsoniano, é necessário analisar a sua definição de arquivos. Essa definição foi dividida em duas partes principais. Cada parte da definição corresponde a uma característica dos arquivos.

Assim, Jenkinson (1922, p.12-15, tradução nossa) considera que a primeira característica do documento arquivístico é a imparcialidade, no sentido de que o documento deve manifestar a sua relação com a atividade da entidade ou pessoa e não manifestar os desejos, opiniões, projetos e visões pessoais de quem elabora ou de quem manda elaborar.

Assim, a imparcialidade resulta da primeira parte da definição de arquivos: “Um documento dito como pertencente à classe dos arquivos é aquele elaborado ou usado no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual tomou parte” (JENKINSON, 1922, p.11, tradução nossa).

A imparcialidade significa que os “arquivos desde a sua origem são livres da suspeita ou preconceito com relação aos interesses nos quais nós agora os usamos” (JENKINSON, 1922, p.12, tradução nossa).

Duranti (1994c, p.334-335) esclarece que a imparcialidade é uma característica dos documentos e não dos criadores, os quais são parciais no que diz respeito aos seus próprios interesses. A proteção da imparcialidade significa “proteger a sua [dos documentos] capacidade de revelar os preconceitos e idiossincrasias de seus criadores”.

Em outro artigo, *Registros documentais contemporâneos como provas de ação*, a autora declara que “os documentos também ameaçam revelar fatos e atos que alguns interesses não gostariam de ser revelados” e ressalta que a imparcialidade “não significa que os leitores dos documentos devam crer que eles reproduzem os fatos e atos dos quais são parte e parcela” (DURANTI, 1994a, p.51).

É possível afirmar que os documentos, como são criados no curso das atividades, envolvidos pelo contexto jurídico-administrativo, que obriga, por meio de procedimentos, a registrar as ações e os fatos, cumprem uma finalidade administrativa. O que não significa que o contexto jurídico-administrativo não seja político, no sentido de serem condicionados pelos regimes e formas específicas de governo, mas independentemente de diferentes contextos jurídico-administrativos, várias civilizações e sociedades se regulam por relações jurídicas determinadas. Essa regulação é que origina a necessidade de registrar os atos e os fatos a fim de serem válidos pelo sistema jurídico.

A segunda característica é a autenticidade referida na segunda parte da definição: “e subsequentemente **preservado** sob sua custódia e para a sua própria informação pela pessoa ou pessoas responsáveis por aquela transação e seus legítimos sucessores” (JENKINSON, 1922, p.11, tradução e grifos nossos).

Rondinelli (2013, p.153) considera que, como os documentos são produzidos no curso normal das atividades e com o objetivo de atender à instituição que as desempenha, o fato de não serem produzidos com a intenção de servir à posteridade, eles podem ser usados para quaisquer propósitos de futuro. O fundamento da imparcialidade consiste no exercício da custódia pelo e para produtor de documentos ou seu legítimo sucessor (uma instituição arquivística) que assegura que “são os mesmos desde o início, não sofreram nenhum processo de adulteração e, portanto, são autênticos”. O conceito de *linha idônea de custodiantes responsáveis* significa que a

autenticidade dos documentos “depende da capacidade de se manter uma cadeia ininterrupta de custódia”.

A autenticidade significa que o documento foi conservado ainda pelo produtor e pelos seus sucessores, de maneira que não tenha sofrido qualquer alteração, fraude ou mesmo destruição.

Com relação ao termo “preservado”, Rondinelli (2013, p. 153-154) destaca que a definição de arquivo tanto do Manual dos holandeses como a de Jenkinson se referem à natureza dos documentos arquivísticos, isto é, “de eles se originarem no curso de atividades desempenhadas por pessoas jurídicas”. Essas definições não dependem de questões temporais e de uso e, portanto, o termo “preservado”, utilizado na definição de Jenkinson, não significa perenidade:

[...] a menção à preservação não apresenta necessariamente uma conotação de perenidade. Nesse caso, onde se lê “preservado”, leia-se mantido ou retido para ação ou referência. Com isso queremos enfatizar que o conceito de Jenkinson se aplica ao ente documento arquivístico, independentemente do seu tempo de vida e do tipo de uso (RONDINELLI, 2013, p.154).

Duranti, ao analisar a autenticidade, afirma que os documentos são autênticos

porque são criados tendo-se em mente a necessidade de agir através deles, são mantidos com garantia para futuras ações ou para informação, e ‘são definitivamente separados para preservação tacitamente julgados dignos de serem conservados’ por seu criador ou legítimo sucessor (DURANTI, 1994a, p.51).

E conclui que “os documentos são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados” (DURANTI, 1994a, p.51).

A custódia, portanto, está ligada à preservação da imparcialidade e da autenticidade dos arquivos, já que essas características fazem parte da própria definição. A originalidade do pensamento de Jenkinson no que diz respeito à definição, que não era totalmente nova, foi a de associar cada parte da definição às características dos arquivos – imparcialidade e autenticidade - e relacioná-las com a custódia ininterrupta.

Um problema detectado por Jenkinson é sobre o momento em que o documento pode ser alterado. Esse momento ocorre uma vez que o documento não mais sirva aos propósitos para os quais tinha sido criado. Ainda que o produtor não se baseie nos documentos, ele próprio permanece *accountable* através do documento. Assim, tais documentos devem ser transferidos para um arquivista, o custodiante confiável, e assim

preservados desinteressadamente e para os propósitos mais gerais (TASCH, 2015, p.37, tradução nossa).

Evidentemente o termo “imparcialidade” gerou e continua gerando uma série de controvérsias, na medida em que nenhum produto humano é imparcial *per si*. Jenkinson estava se referindo não aos conceitos e preconceitos seja dos funcionários ou do governo, mas às próprias características dos documentos.

Podemos estabelecer um paralelo entre a visão de imparcialidade do documento com a visão da impessoalidade da administração pública proposta por Weber.

Weber (1971, p.229-231) tratou das características da burocracia moderna e considerou seis características principais. A primeira se refere ao princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com leis ou normas administrativas. A segunda aos princípios da hierarquia dos postos e dos níveis de autoridade, pelo qual oferece a possibilidade dos governados recorrerem de uma decisão de uma autoridade inferior para a sua autoridade superior. A terceira se refere ao fato de que a administração de um cargo moderno se baseia em arquivos, preservados em sua forma original ou em esboço. Os funcionários e os arquivos é que constituem a repartição ou o escritório. A quarta se refere ao treinamento especializado e completo, já que a atividade oficial exige a plena capacidade de trabalho do funcionário. A última característica diz respeito ao desempenho do cargo que segue regras gerais mais ou menos estáveis, e que podem ser aprendidas.

Neste sentido, Weber destaca não só o contexto jurídico-administrativo mais amplo, de leis, regulamentos e jurisdição, mas principalmente o papel do funcionário. Ele pressupõe que a autoridade permanente e pública com jurisdição fixa constitui uma exceção na história e não a norma. A posição do funcionário da administração moderna tem a natureza de um dever, em que a ocupação de um cargo não é considerada como uma fonte de rendas a ser explorada como ocorria na Idade Média e na Idade Moderna. Também não é uma troca habitual de serviços por equivalentes como são os contratos de trabalho. O ingresso num cargo é considerado como a aceitação de uma obrigação específica de administração fiel, em troca de uma existência segura para o funcionário.

É decisivo para a natureza específica da fidelidade moderna ao cargo que, no tipo puro, ele não estabeleça uma relação pessoal, como era o caso da fé que tinha o senhor ou patriarca nas relações feudais ou patrimoniais. **A lealdade moderna é dedicada a finalidades impessoais e funcionais** (WEBER, 2015, p.232, grifos nossos).

A visão de Weber fornece os elementos para compreendermos a visão de Jenkinson sobre as características que devem ter os documentos. A mais óbvia é a identificação de que os órgãos públicos são constituídos de funcionários e de arquivos e não apenas de funcionários e a infraestrutura material. A segunda é a relação impessoal entre o funcionário e administração, pela qual o funcionário não deve lealdade em troca de favores pessoais, mas às funções que ele desempenha.

A ideia de Jenkinson sobre o papel do custodiante, como um responsável pela defesa física e moral, isto é, no sentido de proteger a autenticidade dos documentos, significa que esse custodiante tem um compromisso com os próprios documentos e não com os criadores nem com os usuários. Essa seria a sua finalidade impessoal e funcional.

Independentemente de contextos históricos específicos, os documentos sempre foram produzidos no curso das atividades, e o seu grau de confiança dependia que fossem produzidos e mantidos de acordo com regras específicas, o que podia ocorrer mesmo em situações de fidelidade pessoal, e que a transmissão para outras entidades não significa que a custódia tenha sido interrompida.

Nós temos visto que o **custodiante original dos arquivos é uma pessoa conectada com a administração que os produziu**. [...] que as funções administrativas e os arquivos podem ser transferidos para uma autoridade administrativa totalmente diferente sem que os arquivos tenham perdido sua característica, mais do que isso, **as funções podem caducar e os arquivos serem assumidos por alguma pessoa ou órgão totalmente desconectado com ele e ainda a custódia permanece ininterrupta** (JENKINSON, 1922, p.37-38, tradução e grifos nossos).

Se existem situações, onde a custódia ininterrupta permaneceu, existem ainda outras situações em que isso não ocorre. Jenkinson (1922, p.9) destaca os casos em que muitos documentos, desconectados da sua origem, terem sido trazidos à custódia administrativa e não serem arquivos, como, por exemplo, documentos comprados ou mesmo documentos oficiais que estão com pessoas privadas, ou ainda documentos que foram desmembrados e estão em museus. Esses exemplos demonstraram que a qualidade de ser arquivo depende da possibilidade de provar uma **linha imaculada de custodiantes responsáveis** (JENKINSON, 1922, p.11, tradução e grifos nossos).

A custódia, portanto, diz respeito à transmissão dos arquivos ao longo do tempo, de produtores para outros produtores, de acordo com as mudanças administrativas, até o arquivista. O arquivista faz parte da transmissão da custódia e,

portanto, ao receber os documentos, que serão preservados sob sua guarda, ele mantém essa linha idônea de responsabilidades, porque é um dos seus legítimos sucessores.

Jenkinson (1922, p.39, tradução nossa) em outra passagem define o que é um arquivista:

Até agora temos classificado como arquivista (nos termos de nossa definição de arquivos) tanto a pessoa que assume o controle, ou o seu substituto, como parte de um legado legítimo de um órgão, que atesta os relatos escritos das atividades do órgão no passado, ou, como no caso de um funcionário do *Public Record Office*, a pessoa encarregada do dever de receber de funcionários das (às vezes) instituições extintas a herança de um patrimônio sem herdeiros diretos, um tipo de depositário público.

O papel do arquivista é central e este não se resume apenas ao funcionário da instituição arquivística pública. Jenkinson entende o arquivista como custodiante e, portanto, responsável pela coisa custodiada. Esse responsável aparece no momento em que os arquivos são produzidos e, se há mudanças administrativas, os arquivos seguem essas mudanças e passam para um sucessor legítimo, que assume a custódia. Essa ideia já existia no Direito Romano, quando os magistrados mantinham como privados os documentos e, ao término do seu mandato, os transferiam para o arquivo (*Aerarium* ou *Tabularium*). Essa sucessão é que legitima a transmissão dos arquivos para outro custodiante. Jenkinson está propondo fundamentar, do ponto de vista jurídico e arquivístico, o dever de assumir a custódia, de forma a garantir a integridade do arquivo.

Os documentos devem ser transferidos para um custodiante confiável, que pode preservar para quaisquer tipos de uso e de usuários, sem interesse no conteúdo dos documentos, conteúdo esse que pode revelar ações ou omissões do funcionário e da própria administração produtora. A custódia na visão jenkinsoniana é condição para a manutenção das características dos documentos arquivísticos, especialmente a autenticidade, isto é, que não houve adulteração e perda substantiva do acervo.

Outro autor que refletiu sobre a custódia foi Schellenberg. O pensamento desse autor sobre os arquivos é fortemente marcado pelo potencial uso futuro do documento, ou seja, pelo ponto de vista do usuário. É com o enfoque no usuário futuro, que podemos compreender a diferença que ele estabelece entre *records* (documentos arquivísticos de uso corrente) e *archives* (documentos arquivísticos que foram selecionados para preservação permanente):

Para que os documentos sejam arquivados **devem ser preservados por razões outras** que não apenas aquelas para as quais foram criados

ou acumulados. Essas razões podem ser **oficiais ou culturais** (SCHELLENBERG, 2006, p.38, grifos nossos).

Nesta passagem, o autor afirma que a preservação dos documentos não deve se restringir às razões de sua criação, mas também deve atender a fins de pesquisa. Ele conclui que os documentos, conservados somente em função da finalidade pela qual foi criado, não são necessariamente arquivos: “Para que o sejam faz-se mister uma outra razão – a **ordem cultural**. São **preservados para uso de outros além de seus próprios criadores**” (SCHELLENBERG, 2006, p.38, grifos nossos).

Schellenberg não desconhece a importância da criação, ao contrário ele afirma que o primeiro elemento a ser examinado numa definição de arquivo diz respeito às razões da criação dos documentos.

Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo. Numa repartição do governo, esse objetivo é o **cumprimento de sua finalidade oficial** (SCHELLENBERG, 2006, p.37, grifos nossos).

Neste sentido, o aspecto mais importante se refere a se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, isto é, se foram criados no processo de consecução de uma finalidade administrativa, jurídica, de negócio ou social.

Se as razões de sua criação são internas, pois dizem respeito ao cumprimento da finalidade oficial, as razões de preservação são externas, pois dizem respeito a outros fins diferentes de sua produção. Há aqui um corte entre a razão oficial para produzir um arquivo, e a razão cultural para preservá-lo, expressas nas definições de *records* e *archives*.

Assim, os documentos arquivísticos (*records*) são definidos da seguinte forma:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer **entidade pública ou privada, no exercício de seus encargos legais** ou em função das suas atividades e **preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova** de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, **ou em virtude do valor informacional** dos dados nele contidos (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

A definição de *records*, documentos das entidades produtoras, privilegia fundamentalmente a conexão entre o produtor e a atividade, bem como explicita os valores de prova e de informação que os documentos contêm. Esses valores são

estabelecidos tomando o ponto de vista dos usuários, que os acessam tanto para fins de prova como para fins de pesquisa.

A abordagem schellenberguiana no tocante ao conceito de arquivos, portanto, ao privilegiar esse potencial uso futuro, considera que os documentos “merecem ser preservados” para assegurar tanto o caráter probatório como o valor informativo. A preservação permanente é o resultado de um teste que os documentos precisam passar para que possam ser considerados arquivos.

Os arquivos (*archives*) são definidos como:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, **merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa** e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente (SCHELLENBERG, 2006, p.41).

A definição de arquivos ressalta a origem institucional, que implicitamente significa que foram produzidos para o cumprimento de uma finalidade administrativa, mas só podem entrar nessa categoria aqueles que passarem no teste do valor testemunhal e de pesquisa.

A custódia é essencial para a transmissão dos *records* e a sua passagem para a categoria *archives*, porém não pode ser o critério principal para incluir documentos (*records*) na categoria arquivos.

Os documentos modernos existem em grande volume, são de origem complexa e sua criação, é muitas vezes, casual. A maneira pela qual são produzidos torna infrutífera qualquer tentativa de controlar os documentos de per si, ou, em outras palavras, de seguir ‘linhas imaculadas’ de ‘custódia intacta’ (SCHELLENBERG, 2006, p. 39, grifos nossos).

Nesse trecho, Schellenberg está criticando a visão de Jenkinson a respeito da necessidade da existência de uma cadeia de custódia responsável para determinar se um dado conjunto é arquivístico ou não. O volume e o descontrole nos procedimentos de criação, existentes na administração pública americana, impedem qualquer tentativa de controlar o vínculo entre os documentos, materializado no sistema de registro e arquivamento.

Tradicionalmente, a maneira de se verificar se a cadeia de custódia está intacta é pelo sistema de registro e de arquivos. Como não é possível esse reconhecimento pelo

sistema de registro, já que os Estados Unidos não o utilizam desde 1912⁸⁷, nem pelas características físicas, é necessário estabelecer outras condições para determinar se aqueles documentos são realmente provenientes de uma entidade:

Por conseguinte, se forem oferecidos documentos modernos a um arquivo, **serão aceitos como arquivos**, desde que satisfaçam os outros quesitos essenciais, **na “suposição razoável” de que sejam realmente documentos do órgão que os oferece** (SCHELLENBERG, 2006, p.39, grifos nossos).

Esses quesitos essenciais se referem às seguintes condições que os documentos de um determinado órgão devem possuir:

- a) **devem ser conservados num todo** como documentos desse órgão;
- b) devem ser guardados, tanto quanto possível, **sob o arranjo que lhes foi dado pelo órgão** no curso de suas atividades oficiais; e c) devem ser **guardados na sua totalidade**, sem mutilação, modificação ou destruição não autorizada de uma parte deles (SCHELLENBERG, 2006, p.39-40, grifos nossos).

Por esses pontos, é possível afirmar que Schellenberg compreendeu que a administração produtora, que cria documentos em grande volume, de forma casual e pouco controlada, pode ser um perigo para a preservação e para a integridade dos arquivos em longo prazo.

Todos os três quesitos propostos enfatizam que os órgãos devem guardar e conservar, de acordo com o arranjo dado no curso das atividades e serem mantidos na sua totalidade. A guarda, para Schellenberg, manifesta nos três quesitos, é uma condição para o recolhimento, e a preservação é uma finalidade para a instituição arquivística, de forma a assegurar que os documentos estarão disponíveis para os usuários, principalmente considerando que os documentos nas organizações produtoras, depois de cumprida a sua finalidade administrativa, ficam em situação de risco.

Não é fortuito que a legislação norte-americana, influenciada pelas ideias de Schellenberg, tenha previsto a obrigatoriedade de transmitir os documentos dos produtores para o *National Archives*, após os procedimentos de avaliação e eliminação, que devem ser aprovados pela instituição arquivística, incluindo os documentos presidenciais, nem que tenha imposto disposições legais severas para quem fraudar, ou mutilar ou destruir sem autorização.

⁸⁷ Segundo Schellenberg (2006, p.120), o sistema de registro americano foi eliminado em 1912 como resultado das recomendações da Comissão Taft de Economia e Eficiência, que substituiu os registros em livros por pastas em arquivos verticais.

6 ARQUIVOS SEM MUROS E O ARQUIVO COMO LUGAR

O debate a respeito da custódia e pós-custódia, na década de 1990, teve como cenário a revolução tecnológica e os seus desdobramentos para a administração e o mundo dos arquivos. A informatização dos processos de trabalho, o crescimento massivo de documentos nato-digitais e as necessidades de gestão e preservação colocaram os arquivistas frente a uma série de desafios.

As ameaças referentes à obsolescência tecnológica e os perigos de perda significativa de documentos reativaram o debate sobre o papel dos arquivistas como profissionais capazes de disponibilizarem esse material de forma compreensível em longo prazo e se a custódia ainda se mantinha válida para documentos produzidos em ambientes eletrônicos instáveis e por organizações cuja hierarquia estava sendo esvaziada.

A preservação também levou à discussão a respeito da natureza do documento arquivístico e dos arquivos. Neste sentido, as discussões sobre o documento arquivístico e suas características passaram a ser objeto de análise, principalmente se eram da mesma natureza que aqueles produzidos em ambiente convencional.

Este capítulo pretende apresentar aspectos essenciais na discussão do documento arquivístico digital como o valor de prova e o vínculo arquivístico, bem como algumas características para a compreensão do objeto digital e do documento arquivístico digital, enfatizando as diferenças com os documentos convencionais. Examinamos ainda as linhas gerais da revolução tecnológica e os modelos de interpretação a respeito do papel da tecnologia e como esta afetou o mundo dos arquivos. Também são apresentadas as concepções da mudança de paradigma e a defesa do arquivo como lugar, e as visões acerca da custódia e pós-custódia no campo dos arquivos.

6.1 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO DIGITAL: A PROVA E O VÍNCULO ARQUIVÍSTICO

Duranti (1997, p.213-218, tradução nossa), ao realizar a pesquisa sobre os documentos arquivísticos produzidos em sistemas eletrônicos, se deparou com a questão sobre o que é um documento arquivístico e como nesses sistemas podemos identificá-lo e diferenciá-lo de informações e documentos não arquivísticos, do ponto de vista do

produtor e não do preservador. Desse ponto de vista, a autora adotou as ideias nucleares da Diplomática e da Arquivologia.

A definição tradicional de documento, adotada pela Diplomática, como um testemunho escrito ou prova de fato jurídico, produzido por pessoa natural ou jurídica, no curso de uma atividade prática e administrativa, e guardado para ação ou referência por essa mesma pessoa ou seus legítimos sucessores, não se mostrou útil, de acordo com Duranti (1997, p.214, tradução nossa), quando foi aplicada ao ambiente de produção dos documentos arquivísticos digitais, em virtude da jurisprudência e do direito não considerarem a prova como uma entidade e sim como uma relação.

A jurisprudência e as leis sobre provas (*evidence laws*⁸⁸) consideram que a prova (*evidence*) significa que a relação demonstrada a um juiz, que julga um fato, é “entre o fato a ser provado e o fato que prova”. Essa relação pode ser encontrada em um documento escrito, porém, nos países de direito comum (*common law*), o documento é admissível no tribunal, de acordo com regras de prova de exclusão e de relevância. Já nos países de direito civil⁸⁹, o documento só é admissível se for diretamente relevante para a ação legal.

Assim, em ambos os sistemas jurídicos, **o conceito de prova é muito mais amplo que o de documento arquivístico** - compreende testemunho oral, prova material e documentos escritos, que não são gerados no curso das atividades - **e é muito mais específico**, já que requer uma relação específica (DURANTI, 1997, p.214, tradução e grifos nossos).

Alguns esclarecimentos se fazem necessários sobre o sentido jurídico de prova nos países de direito civil, como no Brasil, e nos países de direito comum, como nos Estados Unidos.

No direito civil brasileiro, que segue a tradição do Direito Romano, a prova, de acordo com o Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva (2013, p.1128, grifos nossos), é

a demonstração, que se faz, pelos meios legais, da existência ou veracidade de um fato material ou de um ato jurídico, em virtude da qual se conclui pela existência do fato ou do ato demonstrado.

88 Nos Estados Unidos se chamam *Federal Evidence Rules*, no Canadá *Evidence Rules*. *Law of evidence* significa “O conjunto de regras e princípios que regulam o ônus da prova, admissibilidade, relevância e peso e suficiência da prova (*evidence*) nos procedimentos legais” (BLACK’S LAW, 1990). Disponível em: <<https://archive.org/stream/BlacksLaw6th/Blacks%20Law%206th#page/n567/mode/2up>>. Acesso em: 14 jul.2015.

89 O Código de Processo Civil brasileiro (Lei nº 5.869, de 11/01/1973), Capítulo VI Das provas, art. 332 a 363, define três tipos de prova: depoimento pessoal, confissão e exibição de documento ou coisa.

A prova consiste, pois, na demonstração da existência ou da veracidade daquilo que se alega como fundamento do direito que se defende ou que se contesta.

[...] **no sentido processual, designa também os meios, indicados em lei, para realização dessa demonstração**, isto é, a soma de meios para constituição da própria prova, ou seja, para conclusão ou produção de certeza.

No caso da prova documental, o Código de Processo Civil dispõe sobre a força probante dos documentos e estabelece, no art. 364:

O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião, ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença (BRASIL, 1973, grifos nossos).

A força probante é a “**expressão alusiva ao valor das provas, medido pela natureza e autenticidade do ato ou do documento**” (SILVA, 2013, p.638, grifos nossos).

Além do direito civil e do direito comum reconhecerem diferentes tipos de prova, como o testemunho, o depoimento, a exibição de documento e coisa, não se reduzindo apenas ao documento arquivístico, a prova exige que tenha sido produzida pelos meios indicados em lei ou não vedados por ela, e depende de cada caso. Na prova documental, o Código afirma que o documento faz prova não só da sua formação, ou seja, da sua produção, mas também dos fatos, ou seja, fazer prova significa que é necessário demonstrar a formação do documento e como ocorreu o fato.

Enquanto que no direito civil não há termos diferentes para prova, no direito comum anglo-saxônico (*common law*) *evidence* se diferencia de *proof*. *Evidence*, de acordo com Black’s Law, é:

Qualquer espécie de prova (*proof*), ou matéria probatória, legalmente apresentada em julgamento de uma ação, pelas partes e por meio de testemunhas, documentos arquivísticos, documentos, exposições, objetos concretos, etc, com o objetivo de induzir a crença nas mentes da corte ou júri como para sua contenção (BLACK’S LAW, 1990, p.555, tradução nossa).

O termo “*proof*” (prova) significa

O efeito da *evidence*, o estabelecimento de um fato pela evidência. [...] *Proof* é o resultado ou o efeito da evidência, enquanto *evidence* é o meio ou os meios, pelos quais um fato é provado ou não provado, mas as palavras “*proof*” e “*evidence*” podem ser usadas indistintamente. ***Proof* é a perfeição da *evidence*, sem evidência não existe prova (*proof*), enquanto pode existir evidência que não constitui prova (*proof*)** (BLACK’S LAW, 1990, p.1215, tradução e grifos nossos).

Duranti (1997, p.214, tradução nossa) afirma que o conceito de documento arquivístico da Diplomática, apesar de considerar o documento como prova (*evidence*) de um fato jurídico, diferentemente do sentido jurídico mais amplo relativo à prova, não significa que o conceito esteja equivocado: “Diplomática foi concebida como objetivo de avaliar a autoridade de antigos documentos seculares para provar a existência de direitos patrimoniais da igreja”.

Nos tribunais, a fidedignidade e a autenticidade de antigos títulos e privilégios, a fim de provar direitos sobre uma jurisdição territorial, eram frequentemente questionadas e a análise diplomática demonstrava que os fatos a serem provados eram claros; os fatos que provam tinham de ser os documentos, em nome dos quais os fatos existiam, e que incluíam a relação necessária para considerá-los como prova (DURANTI, 1997, p.214, tradução nossa). Isto significa que a relação entre o fato a ser provado e o fato que prova estava demonstrada no documento arquivístico.

O documento arquivístico, portanto, era, para os diplomatas, a melhor forma conclusiva da prova de um fato jurídico, quando põe o fato em existência (documentos dispositivos) ou quando constitui a prova exigida do fato (documentos probatórios). Quando a Diplomática passou a ser considerada como ciência auxiliar da história e seu ensino mudou das faculdades de direito para as de artes, a definição original ainda permaneceu verdadeira, mesmo se existisse uma sutil mudança do termo prova (*evidence*) para o termo testemunho. O documento ainda era visto como uma fonte, como prova potencial do fato hipotético que o pesquisador construiu em sua busca por compreender o passado. Na mente do pesquisador, existe uma relação específica entre o que ele tenta descobrir e o documento que revela (DURANTI, 1997, p.214, tradução nossa).

A Arquivologia, como se desenvolveu a partir da Diplomática, compartilhava objetivos similares. As primeiras definições de documentos se referiam a eles como fontes de prova de direitos, e observava os documentos como fontes, retrospectivamente, do ponto de vista do usuário. Desse ponto de vista, é correto defini-los como prova, porque eles são usados como tais para questões específicas de pesquisa, porém é incorreto definir documentos como prova, quando eles não são considerados em relação a uma reivindicação a ser provada (DURANTI, 1997, p.214-215)

Para entender o que é um documento arquivístico em sistemas eletrônicos, o projeto de pesquisa da Universidade de British Columbia, coordenado por Duranti, procurou estabelecer o que é um documento em princípio, independentemente de seus possíveis usuários, de estar completo ou não, fidedigno ou não, autêntico ou não, destinado à preservação por um minuto, um ano ou um século. Assim, a perspectiva, que o projeto assumiu, foi a do produtor e tinha como objetivo estabelecer quando um documento é criado e se muda ao longo do tempo. Essa perspectiva excluía o uso do termo “prova” (*evidence*), que por definição expressa a visão retrospectiva do usuário oposta à visão do produtor, já que o produtor não “cria evidência”, pois nada que é gerado para o único propósito de servir como evidência de alguma coisa é admissível como evidência, a não ser que seja requerido pela lei (DURANTI, 1997, p.215, tradução nossa).

Duranti considerou que seria possível estabelecer o que é um documento arquivístico em princípio, levando em consideração o ambiente eletrônico instável e a sua reprodutibilidade, tomando como ponto de partida as ideias essenciais da Diplomática e da Arquivologia.

Da Diplomática, a autora assumiu a premissa essencial de que o contexto de criação dos documentos se manifesta em sua forma, e que essa forma pode ser separada e examinada independentemente do seu conteúdo. Assim, os documentos podem ser vistos conceitualmente como a corporificação de elementos externos e internos consistindo de: **atos**, que determinam a causa da criação do documento, de **pessoas** que concorrem para sua formação, de **procedimentos**, que são os meios pelos quais os atos são realizados e pela **forma** do documento, que vincula todos os elementos conjuntamente (DURANTI, 1997, p.215, tradução e grifos nossos).

Da Arquivologia, ela considerou o conceito de vínculo arquivístico (*archival bond*), especialmente a partir da formulação de Cencetti, (1970, p.38-46), em *Il fondamento teorico dela dottrina archivistica*, de 1939, que apresentou o conceito de vínculo arquivístico, tomando como base o sistema de registro, e destacou a importância da relação entre os documentos para determinar se um dado conjunto é arquivo ou não, bem como as características principais do vínculo: necessidade e determinação.

O vínculo é definido como: “a rede de relacionamentos que cada documento arquivístico tem com os documentos que pertencem à mesma agregação” (DURANTI, 1997, p. 215-216, tradução nossa).

A agregação comporta vários níveis de um dado conjunto de documentos: fundo, série, grupo e dossiê. O vínculo tem três características: ser originário, necessário e determinado.

A origem se refere ao momento de sua existência:

O vínculo arquivístico é originário, porque **passa a existir quando um documento é criado** (isto é, quando, após ter sido elaborado ou recebido, é retido (*set aside*)) no fundo da pessoa física ou jurídica que elaborou ou recebeu para ação ou referência (DURANTI, 1997, p.216, tradução e grifos nossos).

O vínculo é necessário “porque **existe para cada documento** (isto é, um documento pode ser considerado um documento arquivístico somente se ele adquire um vínculo arquivístico)” (DURANTI, 1997, p.216, tradução e grifos nossos).

O vínculo é determinado “porque é qualificado pela **função do documento na agregação** documental na qual ele pertence” (DURANTI, 1997, p.216, tradução e grifos nossos).

A autora afirma, ainda, que o vínculo arquivístico surge quando um documento arquivístico é retido e, assim, é conectado a outro no curso da ação. Além disso, é incremental, no sentido de que depende de a ação estar completa, e não quando o fundo está fechado.

[O vínculo arquivístico] é incremental, porque, como o tecido conjuntivo, que une um documento a aqueles que o cercam, está em formação contínua e cresce até que a agregação, na qual o documento arquivístico pertence, **não esteja mais sujeita à expansão, isto é, até que a atividade que produz tal agregação esteja completa** (DURANTI, 1995, p.216, tradução e grifos nossos).

Em virtude dessas características, os documentos se tornam arquivísticos somente no momento em que eles adquirem um vínculo com outros documentos que participam da mesma atividade. O vínculo é revelado tanto pela ordem física dos documentos, pelo código de classificação como pelo número de registro (DURANTI, 1997, p.216, tradução nossa).

Nesse aspecto, Duranti ampliou a visão de Cencetti, o qual considerava que o vínculo é estreitamente ligado ao sistema de registro, e a partir dessa ampliação, quaisquer sistemas de registro, planos ou esquemas de classificação e formas de arquivamento podem ser considerados como capazes de revelar o vínculo, e os documentos, assim vinculados, serem considerados documentos arquivísticos.

Duranti também amplia a visão de Lodolini (1993, p.69; 144-145) que considera que os vínculos entre os documentos só cessam no momento em que o fundo estiver fechado, sem receber novos documentos. Para a autora, como o vínculo é incremental, se em um determinado nível, como por exemplo, um grupo de dossiês estiver fechado, a relação está completa e esse grupo não será mais expandido. Assim, não é o fundo que tem que estar fechado, mas cada agregação específica. Isso supõe que o produtor tem que ter clareza da estrutura do fundo e o lugar que cada documento ocupa nessa estrutura.

A partir do conceito de vínculo arquivístico (*archival bond*) e, em virtude dos documentos digitais parecerem idênticos, já que em muitas situações não houve um cuidado com a forma documental nem com os controles sobre a produção e o arquivamento, Durante (1997, p.216) considera que o vínculo é o identificador primário de cada documento, pois se diversos documentos são idênticos, eles podem se tornar distintos após adquirirem o vínculo, especialmente através do número de registro e da aplicação de planos e códigos de classificação.

Essa noção de vínculo arquivístico, formulada por Cencetti e ampliada por Durante, minimiza a diferença entre os conceitos de documentos e arquivos, porque, mesmo no caso de uma entidade individual, esta só é um documento arquivístico se estiver relacionada a outros documentos arquivísticos.

Duranti ressalta ainda que o vínculo arquivístico não deve ser confundido com o contexto.

Contexto por definição está fora do documento, mesmo que condicione seu significado e sua interpretação no tempo, enquanto que *o vínculo arquivístico é uma parte essencial do documento arquivístico*, que não pode existir sem esse vínculo (DURANTI, 1997, p.217, tradução e grifos nossos).

Com esses pressupostos, não existe uma diferença fundamental entre o documento arquivístico digital de qualquer outro tipo de documento, exceto quanto à forma física e o suporte (*medium*).

Assim, a definição de documento arquivístico tomou como base os conceitos da Diplomática e da Arquivologia e o projeto de pesquisa da Universidade de British Columbia o definiu como:

qualquer documento produzido por pessoa física ou jurídica no curso da atividade prática como um instrumento e um subproduto, onde criado significa elaborado ou recebido, e retido (*set aside*) para ação ou referência (DURANTI, 1997, p.216-217, tradução nossa).

Com relação aos termos instrumento e subproduto, o *Archival Legislation Study Report*, de 2005, coordenado por Jim Suderman, Fiorella Foscarini e Erin Coulter, realizado no âmbito do InterPARES 2 Project, coordenado por Duranti, esclarece que o termo “instrumento” refere-se aos procedimentos formais e o termo “subproduto” refere-se aos informais, porém ambos se relacionam com a atividade prática. Também é enfatizado que independentemente da formalidade dos procedimentos de criação, “um documento deve ser retido, isto é, deve ser uma atividade de arquivo (*record-keeping*) conectada à atividade prática” (SUDERMAN et al, 2005, tradução nossa).

Com essa concepção de documento arquivístico orientado para a atividade e dependente do vínculo arquivístico, Duranti prioriza os procedimentos de gestão de documentos, especialmente os sistemas de registro, a classificação e o arquivamento. Esses procedimentos, que se iniciam no momento da produção (seja na elaboração ou recebimento), são condições para que a entidade de preservação os receba no momento em que os documentos serão destinados à custódia definitiva, que pode ser tanto uma instituição arquivística ou um arquivo designado oficialmente como um preservador. Isto quer dizer que o produtor, como propunha Jenkinson, é um custodiante responsável pela produção, arquivamento e manutenção de “bons arquivos”⁹⁰, os quais não serão questionados nem jurídica nem administrativamente.

Além disso, a manutenção do vínculo arquivístico ao longo do tempo é mais do que necessária para os documentos digitais, os quais passarão por técnicas de preservação de longo prazo, como a migração. Assim, cada migração implementada

deve ser capaz de recriar o vínculo; esta recriação deve ser autenticada, e cada migração deve ser de tal forma que o vínculo arquivístico entre os documentos digitais migrados e os documentos não digitais relacionados é mantido intacto. **Se o vínculo arquivístico entre os documentos pertencentes ao mesmo fundo arquivístico é corrompido, sua autenticidade não pode ser verificada e conseqüentemente seu conteúdo não pode ser confiável** (DURANTI, 1997, p.218, tradução e grifos nossos).

6.1.1 Objeto digital e documento arquivístico digital

90 O termo “bons arquivos” foi utilizado por James Rhoads. Ver RHOADS, James. *La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información: estudio del RAMP*. París: UNESCO, 1989, p.42.

Na língua inglesa, o termo mais utilizado é *digital file*, o qual foi traduzido como “arquivo digital” para a língua portuguesa, e, por isso, não aparece nas definições de arquivo, tratadas no capítulo 3, exceto no MAT na versão em língua francesa e no DTA.

Deve ser assinalado que o DTA (2010) define arquivo digital como conjunto de dados relacionados e tratados como uma totalidade, ou seja, a ênfase é no conjunto, na relação e na totalidade. O MAT – francês define como cópia de “*fichiers*” ou cópia de uma base de dados para a salvaguarda. O *Glossary of archival and records terminology* (PEARCE-MOSES, 2005) define *file*, no sentido atribuído à computação, como “*Collections of data stored for use by a computer*”⁹¹ e remete ao termo *data file*. *Data file* é “*A collection of information for use on a computer that is treated as a unit for storage*”⁹².

O Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (2010) define arquivo digital como: “Conjunto de bits que formam uma unidade lógica interpretável por um programa de computador e armazenada em suporte apropriado”.

As definições de “arquivo” ou “*file*”, com o sentido atribuído pela Informática nos dicionários de terminologia arquivística, enfatizam a ideia de conjunto: *collection* ou *fichiers*. O DTA considerou a relação entre os dados e a sua totalidade, isto é, que não são aleatórios, mas tem uma unidade. No MAT – francês os *fichiers* têm o objetivo de assegurar a sua salvaguarda, enquanto o *Glossary* considerou *file* como a unidade de armazenamento. Já o Glossário da CTDE enfatizou o caráter de unidade que precisa ser interpretada e deve estar armazenada.

As definições apresentadas como conjunto, que tem uma unidade, e o armazenamento, como meio de fixação e salvaguarda, fazem parte do repertório dos conceitos arquivísticos e, portanto, ainda que o caráter instável seja uma característica desse tipo de objeto, contrário à natureza do documento, que deve ser estável, o fato de ter que estar em um lugar (computador ou mídia de armazenamento externa) possibilitou o uso de termos consagrados como arquivo para dar conta da realidade digital.

⁹¹ PEARCE-MOSES.R. *Glossary of archival and records terminology*. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/f/file>> . Acesso em: 15 jul.2015

⁹² PEARCE-MOSES.R. *Glossary of archival and records terminology*. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/d/data-file>>. Acesso em: 15jul.2015

Em dicionários específicos de tecnologia, como o *The Tech Terms Computer Dictionary*⁹³, publicado e mantido por Per Christerson, desde 2005, o termo “file” é definido como: “*a collection of data stored in one unit, identified by a filename. It can be a document, picture, audio or video stream, data library, application, or other collection of data*”.

O verbete apresenta também os vários tipos de *file*: documentos podem ser arquivos de textos (*Word*, *RTF*, *PDF*), páginas *WEB*, entre outros; imagens incluem *JPEG*, *GIF*; áudio incluem *MP3*, *WAV*, e diversos outros tipos de arquivos.

Esse dicionário também explicita as características do “arquivo digital” ou “*digital file*” como utilizados pela Informática.

A library file is a unit of data that is referenced by a specific program or the operating system itself. These include plug-ins, components, scripts, and many others. An application is a program, or executable file. Programs such as Microsoft Internet Explorer and Apple iTunes are both applications, but are also files.

Files can be opened, saved, deleted, and moved to different folders. They can also be transferred across network connections or downloaded from the Internet. A file's type can be determined by viewing the file's icon or by reading the file extension. If the file type is associated with a specific application, double-clicking the file will typically open the file within the program.

Os aspectos comuns a arquivo e a arquivo digital, além da ideia de conjunto e armazenamento, também se referem a um objeto identificável, ou seja, que se diferencia de outros, por meio de um nome.

A diferença é que o *digital file* depende de um programa específico ou de um sistema operacional, que inclui vários componentes que são necessários para abrir, compreender e manter o arquivo. Outra diferença importante é a facilidade para editar, apagar e transferir. A transferência pode ser feita para pastas (*folders*) do próprio computador, ou através de conexões de rede ou ainda baixando arquivos pela Internet.

Mesmo considerando essas diferenças, o fato revelador é que a Informática não procurou um termo novo, e adotou o antigo termo que exprime o lugar onde um conjunto identificável possa ser reconhecido e, portanto, ser acessado e utilizado.

Essas definições do ponto de vista da tecnologia são importantes para identificar os objetos digitais existentes no ambiente eletrônico, muitos dos quais terão

93 CHRISTERSON, Per. *The Tech Terms Computer Dictionary*. Disponível em: <<http://techterms.com/definition/file>>. Acesso em: 15jul.2015

que ser preservados, como arquivos de texto, páginas WEB, imagens entre muitos outros.

Para designar os materiais criados e mantidos em formato digital, os especialistas adotam preferencialmente o termo “objeto digital”, como Miguel Ferreira (2006). Esse termo também é usado pelo Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do CONARQ.

A definição abaixo se refere basicamente a uma unidade representada por dígitos binários:

Um objeto digital pode ser definido como todo e qualquer objecto de informação que possa ser representado através de uma sequência de dígitos binários [7]. Esta definição é suficientemente lata para acomodar tanto, informação nascida num contexto tecnológico digital (objectos nado-digitais), como informação digital obtida a partir de suportes analógicos (objetos digitalizados) (FERREIRA, 2006, p.21).

Ferreira (2006, p.22) considera que, em virtude da codificação em dígito binário, o objeto digital não é acessível diretamente à compreensão humana e, por isso, há um conjunto de processos e transformações que necessariamente tem que ocorrer para que ele possa ser compreendido.

Assim, ele faz uma análise, chamada de anatomia do objeto digital, onde apresenta os diferentes níveis desse objeto: físico, lógico, conceitual e experimentado.

Um objeto digital começa por ser físico, ou seja, formado por um conjunto de símbolos ou sinais inscritos num suporte que pode ser um disco rígido ou uma mídia como CD ou DVD. O objeto físico “constitui aquilo que, geralmente, o hardware é capaz de interpretar” (FERREIRA, 2006, p.22).

O hardware transforma os símbolos inscritos no suporte (disco rígido ou CD-ROM, por exemplo) num conjunto de dados que o software irá processar. Esse conjunto de dados está organizado de acordo com as regras estabelecidas pelo software que foi utilizado para produzir o objeto digital. Essas regras são chamadas de estrutura de dados e “constituem aquilo que vulgarmente se designa por formato de um objeto digital” (FERREIRA, 2006, p.22).

Essas estruturas de dados constituem, portanto, o nível lógico, ou sintático do objeto digital. Os sinais digitais processados no interior do computador pelo software são transformados em sinais analógicos, que serão veiculados a um ser humano, por meio de um dispositivo de saída como uma tela de computador.

O objeto conceitual, ou semântico, é a imagem que se forma na mente do receptor. Os objetos conceituais assumem formas ou concepções familiares aos seres humanos, isto é, formas que existem no mundo real e que lhes são conhecidas como livros, filmes ou fotografias. Do ponto de vista do ser humano, o objeto conceitual constitui aquilo que deve ser preservado (FERREIRA, 2006, p.23).

Além de ver ou ler ou ouvir, cada pessoa interpreta esse objeto de maneira diferente. Essa interpretação é chamada de objeto experimentado. A figura 6 ajuda a esclarecer os níveis do objeto digital.

Figura 6: Diferentes níveis de abstração de um objeto digital. (FERREIRA, 2006, p.23)

Essa descrição se baseou no comportamento de uma pessoa como receptora de um objeto digital. No caso de assumir o papel de emissor, esse conjunto de transformações é feito de modo inverso.

O objeto conceitual que se formou no cérebro do emissor é codificado numa linguagem que pode ser comunicada, como por exemplo, a língua portuguesa ou uma linguagem gráfica. Essa linguagem pode ser transmitida ou armazenada em um suporte adequado à sua retenção, passando por um processo de codificação, que transforma a linguagem humana em códigos binários capazes de ser processados pelo computador (FERREIRA, 2006, p.23).

Assim, de acordo com Ferreira (2006, p.24), para que a preservação de um objeto digital seja possível, é necessário assegurar que todos os níveis se encontrem acessíveis e interpretáveis. Se a cadeia de interpretação que permite elevar um objeto digital desde o nível físico até o conceitual for rompida, a comunicação deixa de ser possível e o objeto pode se perder para sempre.

Por outro lado, um mesmo objeto conceitual pode ser representado em diversos formatos lógicos, podendo cada um deles ser apoiado por várias representações físicas, como por exemplo, uma fotografia digital que pode ser codificada em diversos formatos como JPEG, TIFF etc. e cada um desses formatos pode ser inscrito em múltiplos suportes como disco rígido, DVD, pen drive (FERREIRA, 2006, p.25).

Figura 7: Objeto digital observado a diferentes níveis de abstração (FERREIRA, 2006, p.25).

Essa análise do objeto digital é necessária porque as ações de preservação digital mudam o nível físico e lógico para preservar o nível conceitual, aquele que é percebido pelos seres humanos.

A pesquisa que privilegiou a análise do documento arquivístico digital foi realizada no âmbito do InterPARES Project que adotou, ao longo do seu projeto, os pontos de vista do produtor e também do preservador, combinando os conceitos e métodos da Diplomática e da Arquivologia.

A base da análise sobre o documento arquivístico digital são os conceitos de fixidez e estabilidade. Como uma das grandes vantagens que a tecnologia proporciona é a facilidade para editar, revisar e atualizar, um dos problemas detectados diz respeito ao seu conteúdo e a sua forma, isto é, se foram alterados ou perdidos acidental ou intencionalmente e, portanto, comprometem a autenticidade do documento.

De acordo com InterPARES 2 Project ([2011b]), um sistema eletrônico que “contém informações ou dados fluidos em constante mudança não contém documentos

arquivísticos até que alguém decida elaborá-los e salvá-los com forma fixa e conteúdo estável”.

Esta afirmação significa que o nível conceitual do documento tem que ser exibido com a mesma apresentação que tinha na tela do computador, quando foi elaborado e salvo pela primeira vez, como no caso em que um documento é produzido em Word e posteriormente é salvo como PDF. As cadeias de bits e o formato mudaram (nível físico e lógico), mas sua forma documental permaneceu a mesma.

Assim, o InterPARES 2 Project ([2011b]) define conteúdo estável como:

Característica de um documento arquivístico que torna a informação e os dados nele contidos imutáveis e exige que eventuais mudanças sejam feitas por meio do acréscimo de atualizações ou da produção de uma nova versão.

Quanto à forma fixa, esta é definida como “Qualidade de um documento arquivístico que assegura a mesma aparência ou apresentação documental cada vez que o documento é recuperado” (InterPARES 2PROJECT, [2011b]).

Para identificar o documento arquivístico em sistemas eletrônicos, é necessário, além da forma fixa e conteúdo estável, reconhecer os elementos e características básicas de qualquer documento arquivístico e adaptadas à realidade do ambiente eletrônico.

Esses elementos e características são: forma fixa; o conteúdo estável; o vínculo arquivístico, isto é, as relações explícitas com outros documentos dentro ou fora do sistema eletrônico, por meio de código de classificação ou identificador único do documento; o contexto identificável, ou seja, que os elementos dos contextos jurídico-administrativo e procedimental devem aparecer na forma do documento; as pessoas que concorrem para a ação (autor, destinatário e escritor); e a ação, na qual o documento participa, ou que o documento apoia em termos de procedimentos, ou como parte do processo de tomada de decisão (DURANTI, 2005, p.7).

As relações entre os documentos, o vínculo arquivístico, e o contexto, como vimos na seção 6.1 são fundamentais para a própria existência do documento arquivístico e do arquivo.

A ação diz respeito ao elemento atividade, que aparece em todas as definições de arquivo e documento arquivístico. Na análise diplomática, a ação é considerada como o núcleo de cada documento. Uma ação é qualquer exercício da vontade por parte de uma pessoa que visa criar, mudar, manter ou encerrar (DURANTI; MACNEIL, 1996, p.52).

As características e elementos dos documentos arquivísticos, que foram analisados em sistemas eletrônicos, também foram considerados pelo projeto que antecedeu o InterPARES, o Projeto da University of British Columbia, conhecido como UBC-MAS Research Project, desenvolvido entre 1994 e 1997, que analisou diversos desses elementos e características, inclusive o suporte.

O suporte é um elemento essencial dos documentos arquivísticos convencionais, pois é o material que serve para comunicar a mensagem. Os diplomatas analisavam o tipo de material, como papiro, pergaminho, madeira, papel, para desvendar como foi preparado e perceber sua forma, tamanho e as técnicas utilizadas para receber a mensagem, como por exemplo, margem e alinhamento, com o objetivo de datar, estabelecer sua procedência e avaliar sua autenticidade (DURANTI, 1991, p.7).

No caso dos documentos digitais, o suporte é uma parte física separada do documento, que não se destina a transmitir significado, mas cujo objetivo exclusivo é fornecer um meio para a mensagem.

O documento digital como qualquer outro documento precisa do suporte para fixar o conteúdo e a forma, porém não está inextricavelmente ligado à mensagem, e, portanto, não armazena o documento arquivístico como tal, mas sim sua cadeia de bits; sua escolha pelo produtor ou conservador do documento pode ser arbitrária ou baseada mais em razões relacionadas à preservação do que à função do documento arquivístico. O suporte, portanto, não é uma parte constituinte do documento arquivístico digital, mas do seu contexto tecnológico (DURANTI, 2005, p.8).

O contexto tecnológico se refere ao ambiente tecnológico como hardware, software e padrões, que envolve o documento, ou seja, como o suporte faz parte do contexto, ele está fora do documento arquivístico, não fazendo parte dos seus elementos constitutivos.

Essas características do documento arquivístico digital tem importância na discussão sobre a custódia, pois muitos autores, ao constatarem a fluidez dos documentos digitais, a capilaridade dos sistemas, a existência de múltiplos agentes, distribuídos em diferentes lugares, que elaboram, compilam e armazenam documentos, se basearão nessas características para propor a abordagem pós-custodial, enquanto outros autores irão analisar como a custódia é necessária para a sua preservação.

6.2 O MODELO DO IMPACTO TECNOLÓGICO E A CUSTÓDIA

A literatura arquivística tem tratado da temática dos documentos digitais, analisando diferentes tópicos como os princípios de proveniência e ordem original, os desafios da sua gestão e preservação, as características de autenticidade e unicidade dos documentos e a custódia.

No entanto, pensadores da Arquivologia, com exceção de Dollar (1994), não manifestam um posicionamento explícito a respeito de qual modelo interpretativo utilizam para explicar a relação entre a revolução tecnológica e a sociedade e, especificamente, sobre como a tecnologia interage com as organizações e os arquivos. Como documentos arquivísticos são produzidos em grande escala por organizações públicas e privadas, essa relação é importante para esclarecer os problemas que afetam os arquivos na era digital.

Deve-se salientar que Dollar e Duranti atribuíram em títulos dos seus respectivos trabalhos o tema do impacto da tecnologia: *O impacto da tecnologia da informação sobre os princípios e a prática dos arquivos* (1994) e *The impact of technological change on archival theory* (2000). Outros autores, como Ham (1981) utilizaram o termo “impacto” para descrever o quadro de mudanças por que passaram, e continuam passando, a sociedade, as organizações e os arquivos.

Um dos autores mais destacados no estudo acerca da relação entre revolução tecnológica e as transformações históricas do mundo contemporâneo é Manuel Castells, que escreveu um importante trabalho, *A sociedade em rede*, onde são tratadas as interações entre tecnologia, economia, cultura e política.

Os primórdios da revolução da tecnologia da informação teriam ocorrido no período seguinte à Segunda Guerra Mundial, com as invenções do transistor e do circuito integrado e dos primeiros computadores, e cujo ápice pode ser identificado na década de 1970, com o advento do microprocessador, microcomputadores e tecnologias de transmissão. Um traço importante dessa revolução tecnológica é a convergência e o inter-relacionamento de campos diferentes da tecnologia: microeletrônica, computadores e telecomunicações (CASTELLS, 1999, p.57-64).

Castells (1999, p.50) aponta dois aspectos importantes sobre a revolução tecnológica: o conjunto convergente de tecnologias, que possibilitou uma mudança drástica nas bases da economia, da sociedade e da cultura, tendo se difundido mundialmente em apenas duas décadas, da década de 1970 a 1990, ao conectar diferentes regiões do globo por meio da tecnologia da informação; e a expansão

exponencial do processo de transformação tecnológica, que se baseia na criação de uma linguagem comum a todos esses campos tecnológicos, a linguagem digital.

Uma das características da revolução tecnológica se refere ao que ele chama de penetrabilidade, ou seja, todas as revoluções tecnológicas permeiam ou penetram todas as atividades humanas, e, portanto, não se constituem um fator externo à sociedade.

O registro histórico das revoluções tecnológicas, [...], mostra que todas são caracterizadas por sua *penetrabilidade*, ou seja, por sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como fonte exógena de impacto, mas como o tecido em que essa atividade é exercida (CASTELLS, 1999, p.50).

Assim, em diferentes campos e áreas da sociedade, a tecnologia da informação e comunicação se torna parte integrante e essencial da vida humana, ou seja, os processos da vida pessoal e coletiva são moldados pela tecnologia, ainda que não sejam determinados por ela.

Um aspecto importante na análise de Castells (1999, p.25) diz respeito às complexas relações entre tecnologia e sociedade, ao afirmar que não há determinismo tecnológico ou social, pois nem a tecnologia determina a sociedade nem a sociedade pode projetar as transformações tecnológicas, pois o processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais dependem mais de relações de interação entre diferentes fatores que do predomínio de um fator sobre outro.

Por outro lado, esse autor considera que, embora haja interdependência e interação entre sociedade e tecnologia, a sociedade, por meio do Estado, pode criar obstáculos à tecnologia, como ocorreu na China no século XV, ou pode acelerar, por meio do Estado, a modernização tecnológica, como no Japão, durante a restauração Meiji (CASTELLS, 1999, p.26-30).

O autor ilustra, ainda, como a intervenção estatal pode criar obstáculos à atual revolução tecnológica, com o exemplo da União Soviética, que fracassou na transição para as mudanças da tecnologia da informação e comunicação no final do século XX e, inversamente, como a intervenção do Estado foi um fator de promoção da renovação tecnológica no Japão pós-Segunda Guerra Mundial.

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que **o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral**, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados (CASTELLS, 1999, p.30, grifos nossos).

O processo da revolução da tecnologia, desde a 2ª Guerra Mundial, esteve intrinsicamente associado com a economia global e com políticas estatais, que apoiam as pesquisas tecnológicas. Mesmo as iniciativas de desregular e privatizar a atividade econômica estiveram relacionadas com o desenvolvimento de estratégias do Estado a fim de tornar o empresariado mais competitivo em escala global, como por exemplo, a adoção de políticas tecnológicas que aumentem os recursos do país no âmbito da produção informacional.

Rápidas transformações tecnológicas combinam inovações empreendedoras com **estratégias governamentais deliberadas em apoio a pesquisas tecnológicas**. [...]. Assim, a nova economia, baseada em reestruturação socioeconômica e revolução tecnológica, será moldada, até certo ponto, de acordo com os processos políticos desenvolvidos no e pelo Estado (CASTELLS, p.108-109, grifos nossos).

O estado, portanto, ainda é um dos principais atores nesse processo histórico, que vem se desenvolvendo desde a segunda metade do século XX. O estado pode ter privatizado e desregularizado sua participação na esfera econômica, órgãos públicos se tornaram mais ou menos descentralizados, porém a estrutura estatal permanece, e pode favorecer ou dificultar a expansão da tecnologia.

A relação entre tecnologia e sociedade também foi examinada por Daniel Chandler (1995) em *Technological or Media Determinism*, onde apresenta várias correntes do determinismo tecnológico. Para esse autor, o debate a respeito da relação entre tecnologia e sociedade possibilitou a elaboração de teorias fundamentadas na tecnologia (*technologies-led theories*), as quais integram a corrente de pensamento conhecida como determinismo tecnológico. Embora essa corrente compreenda posições muito diferentes entre si, como autores críticos à industrialização e à tecnologia e outros que defendem o progresso tecnológico, todos têm em comum problematizar a relação entre tecnologia e vida social, considerando a tecnologia como o fator preponderante para as mudanças que ocorrem na sociedade.

Deterministas tecnológicos interpretam a tecnologia, em particular, e as tecnologias de comunicação, em geral, como a base da sociedade no passado, no presente e até o futuro. Eles afirmam que tecnologias como a escrita ou a imprensa ou a televisão ou o computador ‘mudaram a sociedade’ (CHANDLER⁹⁴, 1995, tradução nossa).

⁹⁴ CHANDLER, Daniel. Technology led-theories in *Technological or media Determinism*. 1995. Disponível em: <<http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/tecdet/tdet02.html>>. Acesso em: 25 jul.2015.

A controvérsia central sobre as relações entre tecnologia e sociedade, segundo Chandler⁹⁵ (1995), refere-se ao quanto a tecnologia condiciona a mudança social, isto é, até que ponto a tecnologia exerce uma influência decisiva em todas as esferas de atuação humana. Esse autor ressalta que cada autor enfatiza diferentes fatores, sendo que nenhuma explicação sozinha é adequada, e a tarefa de provar, de forma rigorosa, cada ponto de vista é difícil, se não impossível.

O determinismo tecnológico centra-se na causalidade, na relação causa e efeito, sendo “monista” ou mono-causal, onde uma única causa ou uma variável independente explicaria as mudanças e transformações históricas. A concepção determinista é, portanto, reducionista, pois procura reduzir um todo complexo por meio do estudo de suas partes. A explicação reducionista considera que as partes afetam outras partes de uma forma linear ou em sentido único e a interpretação procede das partes para o todo. Assim, o reducionismo se contrapõe à concepção holística que apresenta múltiplas causas (multicausal) e a interação entre causas e efeitos. Em interpretações holísticas não existem causas individuais, independentes. A interpretação holística procede do todo e os relacionamentos são apresentados como não-direcionais ou não-lineares, ou seja, o todo é mais que a soma de suas partes. “Qualquer estudo sobre a tecnologia das comunicações tem de reconhecer a dificuldade de isolar ‘causas’ e ‘efeitos’, ou mesmo em causas distintas de efeitos” (CHANDLER⁹⁶, 1995, tradução nossa).

Na década de 1980 e no início dos anos 1990, alguns arquivistas trataram as mudanças na teoria e na prática arquivísticas de acordo com o modelo do impacto tecnológico e, a partir da constatação de que a tecnologia estava mudando as organizações e os arquivos, iniciaram as discussões sobre se a custódia ainda seria válida para os arquivos e arquivistas nesse novo mundo que estava se formando.

Um dos primeiros arquivistas a considerar o impacto da tecnologia sobre a teoria e a prática arquivísticas e a utilizar o termo pós-custódia foi Gerald Ham (1981, p.207-216), em seu artigo *Archival Strategies for the Post-Custodial Era*. Nesse trabalho ele destacou a revolução que estava ocorrendo, em virtude da adoção da tecnologia da informação e comunicação, no âmbito das organizações e na vida das pessoas.

⁹⁵ CHANDLER, D. Introduction in *Technological or media Determinism*. 1995. Disponível em: <<http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/tecdet/tDET01.html>>. Acesso em: 25 jul.2015.

⁹⁶ CHANDLER, D. Reductionism in *Technological or media Determinism*. 1995. Disponível em: <<http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/tecdet/tDET03.html>>. Acesso em: 25 jul.2015.

O autor pressupõe que o trabalho e o comportamento dos arquivistas são determinados pela natureza do material (papel, digital) que esse profissional trata e também pelo modo como a sociedade registra, armazena, usa e destina a informação:

Nós vemos que a atual revolução no processamento da informação está inexoravelmente mudando nosso mundo e nosso trabalho, pressionando-nos para um novo período da história arquivística, um período que eu chamo de era pós-custodial (HAM, 1981, p.207, tradução nossa).

Assim, é necessária uma mudança de abordagem das instituições arquivísticas para um modelo descentralizado e com ênfase nas atividades de planejamento e articulação entre instituições arquivísticas estaduais e municipais, bem como com entidades que possuíssem acervos arquivísticos: bibliotecas, universidades, centros de pesquisa e museus.

Neste sentido, ele examina as facilidades e oportunidades que estão transformando a paisagem arquivística em virtude da sociedade tecnológica, como o aumento substancial na capacidade de armazenamento da informação; a atualização das informações bibliográficas sobre os conjuntos e a facilidade de distribuição, que aumenta a disponibilidade dos documentos e seu uso. Por outro lado, ele examina algumas dificuldades apresentadas pela tecnologia da informação, como a sobrecarga de informação, decorrente do aumento da massa de informação, acrescida da massa documental em papel; a obsolescência tecnológica que exige que a preservação não seja deixada ao acaso e os problemas de avaliação e destinação no ambiente computacional descentralizado, que obrigaria cada indivíduo a ser o seu próprio gestor de documentos (*records manager*) (HAM, 1981, p.208-209, tradução nossa).

Com relação ao tema da custódia, o artigo problematiza a dificuldade de aplicação dos princípios arquivísticos como o princípio de proveniência e ordem original, a unicidade e a integridade dos documentos, questionando os seguintes aspectos: a validade desses princípios e conceitos em sistemas de gerenciamento de bases de dados⁹⁷, onde a informação é armazenada sem observar o contexto administrativo ou funcional; em documentos armazenados em arquivos digitais⁹⁸ de

⁹⁷ O Glossário da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (2014, p.32) define Sistema Gerenciador de Banco de Dados–SGBD como “software que implementa o banco de dados e permite a realização de operações de manipulação de dados (inclusão, alteração, exclusão, consulta) e administrativas (gestão de usuários, cópia e restauração de dados, alterações no modelo de dados)”.

⁹⁸ Em inglês “digital files”. Sobre *digital files* ver seção 61.1.

acesso aleatório; em situações onde a facilidade de duplicação e reformatação tornariam indistinguíveis cópias dos originais, e ainda a facilidade de manipulação e alteração dos documentos nesses sistemas (HAM, 1981, p.209-210, tradução nossa).

Para Ham (1981, p.210, tradução nossa), a “sociedade tecnológica não é um ambiente apropriado para o arquivista custodial”.

Além disso, o autor constata a tendência das organizações, que anteriormente dependiam de centros arquivísticos apoiados pelo setor público, passarem a manter seus próprios documentos. Outro aspecto destacado é a contínua descentralização dos conjuntos documentais, dispersos em diferentes depósitos, e a proliferação de programas arquivísticos e repositórios assumidos por universidades, instituições de ciência e tecnologia, de artes, grupos étnicos e sociedades históricas (HAM, 1981, p.210-211, tradução nossa).

Essas tendências – impacto da tecnologia da informação sobre os arquivos, manutenção dos próprios acervos pelas organizações, descentralização dos depósitos e proliferação de programas arquivísticos - que já eram detectadas nos Estados Unidos, desde a década de 1960, seriam indícios de que a perspectiva custodial não seria a mais apropriada para esse novo mundo: “Esses dois desenvolvimentos principais, o impacto da tecnologia sobre o documento arquivístico e a proliferação de programas arquivísticos, afetarão cada vez mais o mundo arquivístico na era pós-custodial” (HAM, 1981, p.211, tradução nossa).

Para utilizar o potencial que esses dois desenvolvimentos oferecem, bem como ajudar a resolver os problemas que eles criaram (sobrecarga de informação, obsolescência tecnológica e gestão de documentos), Ham (1981, p.211, tradução nossa) propõe que os arquivistas e suas instituições deveriam estabelecer uma agenda a ser desenvolvida nos Estados Unidos em todos os níveis, nacional, regional e local, e que a atuação dessas instituições deveria ser feita de forma planejada e colaborativa. Entre os pontos propostos, o autor enfatiza a utilização dos benefícios da tecnologia para fornecer acesso fácil e centralizado aos conjuntos descentralizados e complexos e também considerar o impacto da tecnologia sobre a criação de informação e conceber programas para sua preservação e uso.

Desta forma, Ham destaca as tendências que levariam a era pós-custodial, sem examinar o seu significado conceitual nem discutir como esse conceito se relaciona com a história dos arquivos, enfatizando as questões de descentralização dos repositórios e proliferação dos programas arquivísticos em instituições não arquivísticas, que de

alguma forma lidam com acervos a serem preservados e acessados. Também não relacionou o termo pós-custódia com a corrente da pós-modernidade, ainda que tenha sido o primeiro a utilizar a expressão pós-custódia, de acordo com Terry Cook⁹⁹. Com relação à visão do impacto que a tecnologia teria provocado, ele utiliza o termo sem apresentar a discussão já existente sobre o determinismo, procurando destacar os efeitos da tecnologia para os arquivos e para a mudança de mentalidade do arquivista.

A discussão sobre a relação entre tecnologia e arquivos, incluindo a problematização da custódia, foi fundamentalmente desenvolvida por Dollar (1994, p.4-38), que escreveu artigos a respeito do impacto da tecnologia da informação sobre a teoria e prática arquivísticas, tais como *The Impact of Information Technology on Archival Theory and Practice* (1992b), que foi traduzido para o português com o título *O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos* (1994) e *Archival theories and practices and Informatics: some considerations* (1992a). Esses trabalhos apresentam uma diversidade de temas como tecnologia, documento, proveniência, ordem original, custódia e preservação, que apontaram vários caminhos para os autores da Arquivologia contemporânea que discutem a gestão e a preservação dos documentos em formato digital, tais como Luciana Duranti e Terry Cook.

As mudanças, que estariam ocorrendo no mundo e também nos arquivos, são originárias da revolução tecnológica e fundamentam a visão desse autor sobre a necessidade de os arquivistas repensarem a teoria e a prática, revisão que é exigida pela nova realidade dos documentos digitais. Neste sentido, Dollar (1992a) destaca a necessidade de adaptação da Arquivologia frente à inevitabilidade da revolução tecnológica.

Portanto, porque os arquivistas, como outros profissionais, são virtualmente sem poder para alterar substancialmente as tecnologias da informação, nós devemos adaptar a teoria arquivística e transformar a prática arquivística a fim de acomodar à realidade das tecnologias da informação (DOLLAR, 1992a, p.311, tradução nossa).

A revolução da tecnologia da informação exerceu um impacto profundo sobre a teoria e a prática arquivística e, para analisar esse impacto, o autor propõe três generalizações, os imperativos tecnológicos, que seriam: a natureza mutável da documentação, a natureza mutável do trabalho e a o caráter mutável da própria

⁹⁹ Em *Electronic records, paper minds*, Cook fez a seguinte observação: “I might note that the initiator of the explicit post-custodial idea was Gerald Ham in an oft-cited 1981 essay” (COOK, 2007, p.414).

tecnologia. Este autor parte da premissa de que a revolução tecnológica em curso é irreversível e não pode ser detida: “Uso a palavra 'imperativos' para exprimir o sentido de que os impactos da informação são ao mesmo tempo inevitáveis e irrevogáveis” (DOLLAR, 1994, nota 6, p.32).

Assim, Dollar manifesta explicitamente sua adesão a uma das tendências das teorias fundamentadas na tecnologia (*technology-led theories*), o imperativo tecnológico e ao modelo do impacto tecnológico.

De acordo com Chandler¹⁰⁰ (1995, tradução nossa), a concepção do imperativo tecnológico, que faz parte da corrente mais ampla do determinismo, salienta que a nossa tarefa como usuários é aprender a lidar com a tecnologia, que passa a ser um elemento dominante da vida social. A doutrina do imperativo tecnológico significa que, se nós podemos fazer alguma coisa possível tecnicamente, esta ação deveria ser realizada como um imperativo moral, ou deve ser feita como um requisito operacional, ou essa ação se realizará inevitavelmente no tempo. Chandler critica essa concepção, afirmando que a tecnologia é mais promovida do que uma necessidade inevitável, argumentando que nem sempre tecnologias, que são tecnicamente possíveis, são desenvolvidas, ou, se desenvolvidas, podem ser rejeitadas, como é o caso das fontes alternativas de energia.

Dollar (1994), em conformidade com as ideias do poder da tecnologia e especificamente com o postulado do imperativo tecnológico, afirma o caráter irreversível e a inevitabilidade da revolução tecnológica no âmbito dos arquivos e da Arquivologia:

[...] nenhuma tradição cultural ou nacional ficará imune ao difuso poder das tecnologias de informação sobre o próximo século. Em última análise os arquivistas, como outros profissionais, estão na verdade sem poder para resistir ou alterar substancialmente, de qualquer modo, as tecnologias de informação (DOLLAR, 1994, p.4).

A partir da premissa da inevitabilidade da revolução tecnológica, o autor analisa como a tecnologia da informação e comunicação impôs mudanças significativas na forma dos documentos, os quais não podem mais ser identificados e reconhecidos com as mesmas características dos documentos em papel: “Ainda mais relevante é o fato de que o conceito de documento cada vez mais é inadequado para descrever o

¹⁰⁰ CHANDLER, D. The ‘technological imperative’ in *Technological or media determinism*. Disponível em: <<http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/tecdet/tDET07.html>>. Acesso em: 25 jul.2015.

produto de complexos sistemas de informação como o Sistema de Informação Geográfica” (DOLLAR, 1994, p.5).

Dollar explicita que o conceito de documento arquivístico é associado às características de originalidade e autenticidade. Como essas características são identificadas com os atributos físicos, assinaturas e outros sinais que distinguem o original da cópia, o conceito de original se torna extremamente difícil de ser aplicado para o documento digital, já que este não é uma entidade somente física onde conteúdo, forma e suporte são partes indissociáveis. Assim, do ponto de vista arquivístico, o fato crucial seria definir o que constitui o documento arquivístico digital oficial e verificar sua autenticidade. O autor, portanto, preconiza a importância de os arquivistas mudarem a ênfase na definição de documento, ou seja, não considerar somente a forma física e o conteúdo e passar a privilegiar a transação: “[...] qualquer atividade eletrônica que documenta uma transação oficial é um documento arquivístico e é do domínio da política de gestão definir o que é uma transação oficial” (DOLLAR, 1992, p.313, tradução nossa).

Com relação a essa proposição de Dollar, Eastwood (1993, p.284, tradução nossa) considera que não é suficiente aconselhar os arquivistas a definirem os documentos arquivísticos digitais como transações comunicadas e mantidas por meio eletrônico, se o sistema e as pessoas que usam esses sistemas não distinguem o documento arquivístico dos outros tipos de informação registrada. A questão decisiva para Eastwood refere-se a distinguir o documento arquivístico de outros tipos de informação registrada e sobre a possibilidade de extrair um documento a partir dos sistemas que gerenciam informação conectada com os processos da organização.

Além disso, de acordo com Duranti (1997, p.216, tradução nossa), não é possível dizer os documentos são transações¹⁰¹ registradas porque os documentos, que são expressões de uma transação, não são documentos até que eles sejam colocados com outros documentos arquivísticos, ou seja, no momento em que são vinculados aos outros documentos que participam da mesma atividade. Isto significa que para a existência de um documento arquivístico não é suficiente ser uma transação registrada, mas que esteja arquivado junto com outros documentos do mesmo grupo de atividade.

O termo “transação” (*transaction*) tem múltiplos significados em língua inglesa e é utilizado com sentidos diferentes pela diplomática, pelo direito e pela computação.

¹⁰¹ PEARCE-MOSES, R. *Glossary of archival and records and terminology*. 2005. Disponível em: <<http://www2.archivists.org/glossary/terms/t/transaction>>. Acesso em: 18 jul.2015.

O *Glossary of archival and records and terminology* (PEARCE-MOSES, 2005, tradução nossa) apresenta cinco definições.

1. Uma troca entre duas ou mais entidades (indivíduos ou agências). 2. A troca comercial (compra e venda) de bens. 3. DIPLOMÁTICA – Um ato ou diversos atos interconectados, nos quais mais de uma pessoa está envolvida e pelas quais as relações dessas pessoas são alteradas. 4. COMPUTAÇÃO. Dados e operações relacionadas a uma tarefa específica que deve ser processada completamente ou rejeitada. Transações. 5. Um registro de uma atividade realizado em reunião, especialmente documentos publicados de uma conferência; anais.

Os dicionários brasileiros de terminologia arquivística – DTA (2010) e DIBRATE (2005) não apresentam o termo “transação”.

O Vocabulário Jurídico De Plácido e Silva no conceito do Direito Civil define transação como:

[...] a convenção em que, mediante concessões recíprocas, duas ou mais pessoas ajustam certas cláusulas e condições para que previnam litígio, que se possam suscitar entre elas, ou ponham fim a litígio já suscitado. [...] A transação, em princípio somente pode versar sobre direitos de ordem patrimonial (SILVA, 2013, p.1421).

Assim, no campo dos arquivos, não é possível uma tradução literal do termo “*transaction*” para transação. Com o sentido atribuído pela Diplomática, conforme destacado nas definições do *Glossary*, o termo mais aproximado é ato. Silva (2013, p.160) define ato como

toda ação resultante da manifestação da vontade ou promovida pela vontade da pessoa. É tudo que acontece pela vontade de alguém. [...]. Sob o ponto de vista jurídico, considerando ambos [atos e fatos] como acontecimentos em virtude dos quais as relações jurídicas nascem e se extinguem. [...] o ato jurídico revela sempre a manifestação da vontade da pessoa ou de várias pessoas para a consecução de certo fim, ou objetivo, que vem produzir certo efeito de direito. São, assim, ações que se exercem com o fim de adquirir, modificar ou transferir direitos. .

Com relação ao segundo imperativo apresentado por Dollar, o caráter mutável do trabalho, significa que a tecnologia provocou mudanças nos processos de trabalho que modificaram o sentido de tempo e podem transformar as antigas estruturas hierárquicas ao criar uma nova cultura organizacional. O terceiro imperativo trouxe a necessidade imprescindível de se acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas sob pena de cair na obsolescência.

O determinismo tecnológico também influenciou as análises a respeito do papel desempenhado pela tecnologia na mudança do ambiente de empresas e corporações, especialmente a visão de que a tecnologia exerceria um “impacto” sobre a organização do trabalho. Kimble e McLoughlin (1995, p.1-26) em *Computer based information system and manager's work* analisaram dois modelos interpretativos – modelo do impacto tecnológico e modelo de impacto social - examinando as implicações do uso dos sistemas de informação para o trabalho dos gestores, especialmente sobre o papel desempenhado pelos gestores de nível intermediário quando introduzida uma nova tecnologia. Os autores adotaram como metodologia a realização de estudos de caso em indústrias inglesas, para verificar a validade desses modelos explicativos.

De acordo com esses autores, os modelos do impacto se baseiam na ideia de que uma coisa, impactando outra, provocaria as mudanças. O primeiro modelo, impacto tecnológico, seria associado a noções de controle, previsões de desemprego e redução das habilidades dos trabalhadores. Já o segundo modelo, impacto social, é relacionado a previsões de mudanças que refletem os valores sociais dominantes de um grupo, de uma organização ou da sociedade. Esses dois modelos de interpretação foram criticados por não serem capazes de explicar a complexa interação entre valores humanos e sociais, cultura organizacional e tecnologia.

Existe ainda um terceiro modelo explicativo, o modelo integracionista, o qual considera que a tecnologia não exerce impacto sobre a sociedade, nem a sociedade exerce impacto sobre a tecnologia, pois um determinado fator afeta outro ao longo do tempo (KIMBLE; MCLOUGHLIN, 1995, p.5-6, tradução nossa).

Foram identificadas duas características no desenvolvimento dos estudos de caso. A primeira característica é o reconhecimento de que o impacto dos sistemas de informação não apresenta um resultado único e estático, mas é um processo contínuo, que muda e evolui com o tempo; a segunda característica é que os indivíduos e grupos, dentro de uma mesma organização, podem reagir e influenciar os sistemas de diferentes maneiras (KIMBLE; MCLOUGHLIN, 1995, p.22, tradução nossa).

Neste sentido, os autores concluem que

[...] o termo ‘impacto’ só pode ser sensivelmente interpretado dentro da estrutura de um modelo, que reconhece tanto a indeterminação de qualquer resultado particular quanto a capacidade de grupos ou indivíduos em moldarem os seus próprios ‘impactos’ ao longo do tempo (KIMBLE; MCLOUGHLIN, 1995, p.23, tradução nossa).

A concepção de Dollar, em que pese o caráter inicial das suas reflexões, num momento em que os arquivistas, mesmo na América do Norte, ainda estavam começando a desenvolver estudos e pesquisas sobre os documentos em formato digital, é importante ser destacada na nossa pesquisa, em virtude de balizar sua ideia sobre a tecnologia como um fator de impacto para mudanças não só nos documentos, como também nas organizações, inclusive nas instituições arquivísticas.

O autor considera que o impacto da tecnologia e os documentos digitais mudaram o mundo dos arquivos, e, portanto, essa nova realidade representada pelo mundo digital exigiria modificações na teoria e prática arquivísticas. Assim, ele examina a utilidade dos conceitos e práticas em fornecer um guia para lidar com esses novos documentos: “Esta discussão dos imperativos tecnológicos nos dá os fundamentos para um exame de quão úteis são os conceitos e práticas arquivísticos básicos ao nos fornecerem uma orientação para lidar com registros (*records*) eletrônicos” (DOLLAR, 1994, p.7).

Um dos pontos abordados por Dollar, no seu esforço de apresentar os aspectos teóricos que precisavam ser revisados em virtude do impacto da tecnologia, refere-se ao tema da custódia, o qual foi posteriormente problematizado por arquivistas de diferentes tendências.

Dollar (1994, p.11-13) associa a realidade dos documentos em papel à instituição dos arquivos como repositórios centrais dos documentos e conclui que os fatores que levaram à institucionalização dos arquivos como órgãos de custódia dos documentos inativos já não seriam mais válidos para a preservação dos documentos digitais.

Inicialmente, Dollar (1994, p. 11) examina três fatores, que emergiram a partir do mundo dos documentos em papel, os quais ajudaram a alimentar o crescimento dos arquivos centralizados modernos. O primeiro refere-se à integridade dos documentos, já que os arquivos centralizados, ao deterem o controle físico e legal dos documentos, podem assegurar a sua integridade. O segundo diz respeito à relação custo-benefício, sendo mais rentável armazenar os documentos inativos em um repositório central de baixo custo do que manter os documentos nas organizações produtoras. O terceiro refere-se à facilidade proporcionada por esses arquivos para os usuários, sendo mais fácil e menos custoso para eles consultar em um prédio de arquivo centralizado que em diversas organizações, pois essas poderiam misturar documentos ativos com inativos.

Esses três fatores, que ajudaram a disseminação dos arquivos como órgãos centrais de preservação e custódia, não seriam mais válidos no ambiente digital, e as razões apontadas por Dollar (1994, p.11-12) se centram na relação custo-benefício que envolve a preservação dos documentos arquivísticos.

Assim, os documentos arquivísticos digitais seriam mais bem preservados no ambiente da organização produtora do que nas instituições arquivísticas, já que os custos de manutenção de sistemas proprietários diferentes e já obsoletos são insustentáveis para uma instituição arquivística:

A maior parte dos arquivos centralizados provavelmente não terá os recursos para suportar os florescentes custos de transferir através das tecnologias um sempre crescente volume de registros eletrônicos (DOLLAR, 1994, p.11).

É mais provável, portanto, que as organizações, que já têm os equipamentos para manter e fornecer acesso aos documentos ativos, também terão os recursos para fazer sua migração para tecnologias novas e fornecer o acesso aos documentos para os usuários.

Neste sentido, o autor propõe a redefinição do papel dos arquivos centralizados para preservar documentos digitais, apresentando duas possibilidades.

A primeira incluiria o desenvolvimento de programas, ferramentas, diretrizes e regulamentos que facilitem acesso a bases de dados e sistemas de informação discrepantes. A outra possibilidade seria definir a instalação de arquivos centralizados como arquivos de último recurso (*last resort*): “a responsabilidade de um arquivo centralizado aceitar a custódia física de documentos digitais ocorreria **somente** quando a organização produtora não desejasse continuar sua manutenção e migração para novas tecnologias” (DOLLAR, 1994, p.12, grifo nosso).

É importante observar que Dollar, com relação à custódia, avalia sua pertinência tendo em vista os altos custos de preservação dos documentos digitais por parte das instituições arquivísticas. Ele não propõe explicitamente a pós-custódia, ainda que tenha fornecido bases para o desenvolvimento dessa concepção. Por outro lado, como Ham, ele também não examina o conceito de custódia, nem discute como esse conceito se relaciona com a história dos arquivos.

Os arquivistas americanos não discutem a concepção jurídica de arquivo, a formação dos arquivos centrais de Estado, nem a divisão entre *records* e *archives* como um problema. Tampouco a precariedade de procedimentos no momento da produção e

no arquivamento, que teriam influenciado a informalidade nas atividades administrativas e arquivísticas, é discutida.

Ambos consideram que a tecnologia teria provocado um impacto na sociedade e nos arquivos e, portanto, diferentes aspectos da teoria e da prática teriam que ser modificados para acompanhar a revolução tecnológica. O pensamento desses autores transmite a ideia de que a constituição das concepções arquivísticas e suas práticas não tem nenhum valor frente à tecnologia.

Se Ham apresenta diversos problemas, que já estavam ocorrendo no mundo arquivístico norte-americano, o diagnóstico leva em consideração a centralização da custódia, exercida pelo *National Archives and Records Administration*, e a precariedade dos procedimentos nas organizações produtoras que se tornaram mais destacadas quando da adoção da tecnologia.

Os problemas do modelo do NARA dizem respeito à própria concepção de arquivo (divisão entre *records* e *archives*), ao modelo marcadamente centralizador, e ao papel das agências, que ficam numa posição pouco relevante, muito diferente do *registratur*, cujo papel é central para a constituição de arquivos permanentes.

A influência das concepções da biblioteconomia não é sequer mencionada como um problema para a gestão de documentos. O texto de Ham é importante porque apresentou muitos problemas do modelo norte-americano e a saída que ele intui é se centrar no âmbito dos produtores, onde os documentos se originam. Porém, teria que levar a uma discussão sobre o papel do NARA com relação à divisão entre *records* e *archives* e a sua função de guarda de material histórico, que, na prática, se transformou em sinônimo de arquivos (*archives*). A divisão entre arquivos administrativos e históricos não foi superada completamente pelas iniciativas do “*records management*”, já que na visão de apoio à administração, o NARA tem como principal atuação os procedimentos de eliminação e seleção, enquanto que Administrator General Services atua no momento da produção e do arquivamento, cujo foco é a economia e a eficiência¹⁰².

¹⁰² Code of Federal Regulations, Title 41, Subtitle C, Chapter 102, Subchapter G, Part 102-193 prescribes policies and procedures related to the General Service Administration's (GSA) role to provide guidance on economic and effective records management for the creation, maintenance and use of Federal agencies' records. The National Archives and Records Administration Act of 1984 (the Act) (44 U.S.C. chapter 29) amended the records management statutes to divide records management responsibilities between GSA and the National Archives and Records Administration (NARA). Under the Act, GSA is responsible for economy and efficiency in records management and NARA is responsible for adequate documentation and records disposition.

Os problemas arquivísticos nas organizações produtoras tais como, a falta de controle de elaboração, registro, classificação e arquivamento tanto para os documentos convencionais como digitais, levou a uma mudança de posição. Ao invés da custódia física e legal de uma superinstituição central e concentradora, muda-se para o polo da organização produtora. Como a custódia arquivística das agências é pouco relevante no modelo americano, já que é o Administrator que controla vários procedimentos de elaboração do documento, a reivindicação de maior autonomia no âmbito dos produtores foi entendida como pós-custódia, a única capaz de resolver os problemas contemporâneos que os produtores estavam passando, os documentos digitais. A associação foi entre o suporte convencional e a custódia do material histórico pelo arquivo central e no polo oposto entre o digital e a custódia dos *records* pelos produtores. Se, é no âmbito dos produtores que os problemas do documento digital estão ocorrendo, é necessário mais autonomia ou independência frente à custódia física e legal do NARA, e, portanto, denominam essa autonomia como pós-custódia.

Desta forma, eles estabelecem uma associação direta entre os documentos digitais e a pós-custódia, ou, na visão de Dollar, o arquivo como último recurso para a preservação desses documentos.

6.3 MUDANÇA DE PARADIGMA E PÓS-CUSTÓDIA

Ham (1981) e principalmente Dollar (1992; 1994) enfatizaram que a tecnologia foi determinante para as mudanças no mundo arquivístico e, por isso, uma revisão da teoria e prática arquivísticas seria necessária para acompanhar essas transformações e, entre os conceitos a serem revistos, estaria o da custódia.

No entanto, outros arquivistas, como Taylor (1987), Thomassen (1999; 2006; 2007) e Cook (2001a; 2001b; 2007), mesmo considerando a revolução tecnológica, não aderiram ao modelo do impacto tecnológico sobre os arquivos. Thomassen e Cook buscaram analisar essas mudanças com base em outros modelos interpretativos como o pensamento pós-moderno e, no caso específico da discussão a respeito da cientificidade da Arquivologia, esses autores fundamentaram seus argumentos a partir da teoria de Thomas Kuhn (1998) a respeito da mudança de paradigma e revolução científica. O pensamento pós-moderno e o modelo de revolução científica de Kuhn fornecem a base teórica para a discussão sobre a proposta de um novo reposicionamento dos arquivos, a

pós-custódia, que se vincularia ao discurso da pós-modernidade e não ao modelo do impacto tecnológico.

Hugh Taylor (1987, p. 12-28), em seu *artigo Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift*, descreveu as transformações que estariam ocorrendo na cultura e nos arquivos em virtude da emergência da tecnologia da informação e comunicação e da sociedade pós-industrial. No próprio título há a indagação se essas transformações seriam um ajuste tecnológico ou uma mudança de paradigma, indagação que teria como objetivo incitar o leitor à reflexão sobre essas mudanças. Taylor afirma ainda que as transformações são tão profundas que os arquivistas precisam compreender essas transformações e também o novo ambiente que está surgindo, o que significa não pensar os documentos criados pelo computador nos mesmos moldes que os documentos convencionais.

Nós ficaremos anestesiados e paralisados pelos nossos impiedosos meios eletrônicos automatizados, se continuarmos a pensar que tudo o que temos são pedaços de um quebra-cabeça, o mesmo texto antigo e imagem se movendo um pouco mais rápido e ocupando menos espaço, para o qual devemos fazer alguns ajustes tecnológicos para permanecer no negócio. Nós temos que aprender o que está acontecendo, o ambiente e a cultura emergentes, de uma forma completamente nova a fim de nos ajudar a perceber a natureza de nosso velho ambiente (TAYLOR, 1987, p.13-14, tradução nossa).

Com relação aos documentos arquivísticos, Taylor considera que a autoridade de um texto viria da sua publicação e distribuição e não tanto da sua autenticidade e originalidade. Assim, o conceito de original, uma das bases da Arquivologia, perderia a sua importância:

[...] o arquivista experimentará cada vez mais dificuldade em garantir o "original", como na modalidade oral e do escriba, da entrada e manipulação dos terminais de microcomputadores que corroem a santidade do texto canônico autorizado [...] em nosso mundo de incertezas, fluidez e abandono de posições fixas tão prevalentes na era da imprensa, talvez o "original" não seja tão importante como era (TAYLOR, 1987, p.16-17, tradução nossa).

É interessante notar que Taylor assume o ponto de vista de um tipo de usuário, que considera o documento arquivístico como texto canônico autorizado, e não como uma fonte a ser contextualizada, avaliada e interpretada, seja para uso de pesquisa ou de prova. A questão do original diz respeito aos procedimentos de registro nos sistemas eletrônicos, que é o primeiro passo para torná-lo arquivístico. Nessa citação é possível inferir a associação entre o conceito de original com atributos físicos como a assinatura.

No entanto, de acordo com a Diplomática e a Arquivologia, o original é entendido como o primeiro documento completo e efetivo¹⁰³, o que significa, em ambientes eletrônicos, a atribuição consciente do registro e da classificação ao documento que será considerado como original.

Taylor ainda que não afirme explicitamente sua adesão à teoria de Kuhn a respeito da mudança de paradigma e de revolução científica, e não esclareça sua posição a respeito da custódia, é considerado por Thomassen (1999) como o primeiro arquivista a identificar que a tecnologia da informação transformaria a fundamentação da Arquivologia, e que essa transformação é uma mudança de paradigma na disciplina, num momento que muitos consideravam o computador como uma simples ferramenta técnica: “No início dos anos oitenta, o canadense Hugh Taylor foi o primeiro a reconhecer que as mudanças no mundo arquivístico, geradas pela nova tecnologia, não eram meramente técnicas em si” (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

De acordo com Thomassen (1999), Taylor quer nos ensinar que o novo paradigma da Arquivologia não é o antigo paradigma acrescido de um computador, mas sim um novo modelo para a Arquivologia em um novo estágio do seu desenvolvimento científico, no qual se constituiria uma ciência autônoma. Em *The development of archival science and its European dimension*, o autor caracteriza o processo de mudança na Arquivologia, identificando a passagem da Arquivologia clássica ou moderna para a Arquivologia pós-moderna ou pós-custodial, de acordo com o modelo de Kuhn (1998) em *A estrutura das revoluções científicas*.

A teoria de Kuhn comporta determinados conceitos como o de paradigma, anomalia, ciência normal e revolução científica, articulados com a visão de processo histórico da ciência, ou seja, o conhecimento científico não ocorre por meio de descobertas individuais acumulativas e lineares.

Kuhn (1998) justifica que o conceito de paradigma foi o resultado da sua tentativa de pesquisar qual a fonte que diferencia a problematização constante entre os cientistas sociais sobre a natureza dos problemas e métodos científicos e o pouco interesse por parte dos cientistas da natureza de não evocar as controvérsias sobre os fundamentos da ciência. A busca pela fonte dessa diferença o levou à formulação do conceito de paradigmas e discutir qual o papel que este conceito desempenha nas

¹⁰³ O conceito de original é apresentado no *Multilingual (MAT)* no sentido diplomático, arquivístico e do direito. Duranti (1998, p.165) define da seguinte forma: “Um original é o primeiro documento completo e efetivo, isto é, um original deve apresentar as qualidades de ser primitivo, de completude e efetividade”.

pesquisas científicas: “Considero ‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de profissionais de uma ciência” (KUHN, 1998, p.13).

A pesquisa científica se baseia, portanto, em paradigmas compartilhados e no compromisso com as mesmas regras e padrões para desenvolver a prática científica. Este comprometimento e o consenso são pré-requisitos para a formação e a continuação de uma tradição de pesquisa, que Kuhn chama de ciência normal.

Essa ciência normal não se interessa por novidades, pois os pesquisadores aceitam determinados problemas a serem resolvidos e excluem outros. Esse consenso é fundamental para que os praticantes desenvolvam suas pesquisas como um jogo de quebra-cabeças, ou seja, só se detém em problemas que o seu engenho ou habilidade são testados e podem resolvê-los. “O que o incita ao trabalho é a convicção de que, se for suficientemente habilidoso, conseguirá solucionar um quebra-cabeça que ninguém até então resolveu, ou, pelo menos, não resolveu tão bem” (KUHN, 1998, p.61).

No entanto, a ciência normal, mesmo que não se proponha a descobrir grandes novidades, tanto no terreno da teoria quanto no dos fatos, no seu percurso os pesquisadores descobrem novos fenômenos que desafiam o paradigma, isto é, os métodos que governam a ciência normal, e a sua assimilação requer mudanças no conjunto do paradigma. Nesse momento há um reconhecimento ou uma percepção da anomalia, entendida por Kuhn como “um fenômeno para o qual o paradigma não preparou o investigador” (KUHN, 1998, p.84).

Assim, em determinadas circunstâncias, existe um conflito entre o resultado antecipado, ou previsto, da ciência normal e o resultado chocante não previsto no curso da pesquisa. A descoberta das novidades científicas está relacionada com a consciência da anomalia: “Essa consciência da anomalia inaugura um período no qual as categorias conceituais são adaptadas até que o que inicialmente era considerado anômalo se converta no previsto. Nesse momento completa-se a descoberta” (KUHN, 1998, p.91).

Neste sentido, uma nova teoria emerge após o fracasso da ciência normal, isto é, de resolver quebra-cabeças com um resultado antecipado. No entanto, aquela teoria que alcançou o status de paradigma só é invalidada se existe outra teoria para substituí-la:

Decidir rejeitar um paradigma é sempre decidir simultaneamente aceitar outro e o juízo que conduz a essa decisão envolve a comparação de ambos os paradigmas com a natureza, *bem como* sua comparação mútua (KUHN, 1998, p.108).

A emergência de um novo paradigma não é uma articulação, ou um ajuste do antigo paradigma, e sim uma reconstrução da área de conhecimento:

[...] uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações (KUHN, 1998, p.116).

As revoluções científicas são acontecimentos que ocorrem no desenvolvimento não linear e não cumulativo da pesquisa, onde um paradigma é substituído por uma nova teoria, teoria essa que inaugura um novo paradigma:

[...] consideramos revoluções científicas aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior (KUHN, 1999, p.125).

Thomassen (1999) utiliza o modelo explicativo proposto por Kuhn e o aplica à Arquivologia, considerando os conceitos fundamentais de paradigma, ciência normal, anomalia e revolução científica, e identifica os estágios do processo de revolução científica no campo da Arquivologia: estágio do pré-paradigma, o estágio da revolução científica, o estágio da ciência normal e o estágio de uma nova revolução científica. Inicialmente, o autor descreve sua visão sobre o que é ciência e a sua proposta de analisar como se constituiu o paradigma da Arquivologia clássica, analisando seus componentes fundamentais: seu objeto, suas entidades básicas e suas interações; seus objetivos e seus métodos e técnicas.

Ainda de acordo com esse autor, a Arquivologia clássica foi codificada, em 1898, pelo *Manual de arranjo e descrição de arquivos* de Muller, Feith e Fruin (1973), conhecido como *Manual dos holandeses*, o qual identifica como seu objeto o conjunto de documentos arquivísticos criados ou recebidos por uma administração ou por uma unidade administrativa, sendo as entidades básicas o item físico. As interações entre as entidades básicas são consideradas orgânicas em sua natureza.

Com relação aos objetivos da Arquivologia clássica, estes seriam o controle físico e intelectual dos documentos. A metodologia consiste na aplicação do princípio de proveniência e de ordem original e a técnica diz respeito à descrição dos documentos físicos e seu arranjo, de acordo com uma classificação natural, que espelhe a organização dos documentos do produtor (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

Essa descrição do objeto, objetivos, metodologia e técnica é o paradigma da Arquivologia clássica. Esse paradigma se constituiu a partir do Manual dos Holandeses, que marcou o momento em que o processo de revolução científica teria terminado, e introduziu uma nova definição para o seu campo científico: “a publicação do Manual marcou o fim de uma revolução científica, uma revolução que integrou conceitos e técnicas diferentes do século 19, no campo do arranjo e descrição dos arquivos, e que tomou de empréstimo da diplomática e da prática administrativa” (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

Antes do *Manual dos holandeses*, a Arquivologia não se constituía em uma ciência, estaria no estágio do pré-paradigma, em virtude da ambiguidade e da mistura de abordagens da diplomática com a administração. A Diplomática tinha como objeto o diploma, e a segunda o fundo, compreendido como o conjunto de documentos não correntes da comunidade e não de uma única entidade administrativa. Para a Diplomática, o objetivo era a publicação crítica dos documentos a fim de disponibilizá-los para a pesquisa histórica, e, para a administração, o objetivo era facilitar a consulta aos documentos. Com relação aos métodos e técnicas, a Diplomática preconizava uma descrição exaustiva dos documentos e a sua publicação crítica em ordem cronológica, enquanto a abordagem da administração orientava para a descrição de todas as séries e itens do fundo de uma comunidade (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

Com a publicação do *Manual dos holandeses*, segundo Thomassen (1999), há uma mudança de paradigma, uma revolução científica, pois todos os elementos da ciência foram redefinidos e foram atribuídos novos conceitos. Em relação ao objeto, é a maior mudança apresentada pelo novo paradigma do Manual. O fundo e seus componentes é o único objeto da Arquivologia, que não é mais definido como o conjunto de arquivos de uma comunidade, mas os arquivos criados por uma única entidade, que integra a administração de uma comunidade.

Com relação aos componentes básicos do fundo, Thomassen (1999, tradução nossa) explica que se substituiu o diploma pelo item individual, que se refere ao nível de séries de itens do mesmo material, isto é, a relação entre o item e o fundo. Com relação aos objetivos, estes se deslocam da publicação de documentos arquivísticos e ganha prioridade a acessibilidade, isto é, facilitar a consulta aos fundos. No estágio de pré-paradigma, os métodos de arranjo, feitos de acordo com a forma do material e a cronologia, ou ainda se aplicando uma classificação artificial, foram substituídos por um

sistema de arranjo integrado, de acordo com a classificação natural, derivada da própria estrutura do material.

A aplicação do princípio de proveniência aos documentos não correntes de uma determinada administração implica estabelecer a relação entre os fundos e o seu contexto administrativo e não mais ao seu contexto geográfico, como anteriormente, quando o fundo era definido pelos documentos de uma comunidade (uma abrangência geográfica, cidade, região). Uma das consequências da interpretação do princípio de proveniência refere-se à escolha de quais arquivos serão preservados e por qual repositório arquivístico.

As consequências práticas da interpretação do princípio de proveniência administrativa não podem ser discutidas aqui, porém, é claro que, essas consequências foram tremendas: a interpretação do princípio decidia a questão de que arquivos deveriam ser preservados por qual repositório arquivístico (ou cidade, ou província, ou mesmo país!) (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

A partir da década de 1980, o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação possibilitou o surgimento de novas ideias que até certo ponto não podem ser integradas mais na tradição arquivística.

O novo paradigma da Arquivologia é um novo modelo explicativo para o campo científico em uma nova etapa de seu desenvolvimento, um modelo que define os fundamentos da Arquivologia e que só pode fazê-lo na base na reinvenção e numa nova conceituação das noções clássicas (THOMASSEN, 1999, p.5, tradução nossa).

A caracterização do novo paradigma é difícil porque a revolução científica ainda se encontra em curso. No entanto, Thomassen (1999) apresenta o que ele considera como o novo objeto, novos objetivos e nova metodologia.

Com relação ao objeto do novo paradigma da Arquivologia, este não seria mais o fundo de uma entidade administrativa, mas a informação vinculada a processo (*process-bound information*) “informação gerada por processos de negócios e estruturada por esses processos de forma a permitir a recuperação contextual com o contexto desses processos como ponto de partida” (THOMASSEN, 1999, tradução nossa). O autor considera que esse objeto é duplo, pois se refere à informação arquivística e ao seu contexto gerador, isto é, os processos de criação de documentos arquivísticos.

Com relação às entidades básicas, estas também são duplas, o documento arquivístico individual e sua relação com a geração da transação de negócio (*business*

transaction). Já o objetivo é mais do que a acessibilidade do antigo paradigma, é a qualidade arquivística, que representa a transparência, a força e a estabilidade duradoura do vínculo entre a informação e os processos de negócios geradores. Quanto à metodologia, esta consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre os documentos arquivísticos e seu contexto de forma a estabelecer, manter e analisar a autenticidade, fidedignidade e confiabilidade dos documentos arquivísticos. Por último, as técnicas referem-se às técnicas de modelagem e normas de descrição (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

O novo paradigma da Arquivologia não se caracteriza por ser digital em si, mas pela mudança da visão clássica ou moderna para uma Arquivologia pós-custodial ou pós-moderna:

A segunda revolução científica na Arquivologia é mais do que uma mudança do documento em papel para documentos eletrônicos; é uma mudança de uma Arquivologia clássica ou moderna para uma Arquivologia pós-custodial ou, como Terry Cook sugeriu, o paradigma pós-moderno da Arquivologia (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

Thomassen (1999, tradução nossa) considera, ainda, que o novo paradigma não é nem europeu nem americano, mas é um paradigma global e, portanto, a pesquisa arquivística também será global. Ele justifica seu argumento, afirmando que, quando se iniciou a mudança de paradigma, a pesquisa era fundamentalmente americana, pois era onde os sistemas de gestão de documentos digitais foram inventados e onde as implicações teóricas e práticas desses documentos foram primeiramente exploradas. Porém, a tecnologia da informação logo revolucionou a teoria arquivística na Austrália e na Europa, e os tópicos de pesquisa aplicada no campo dos documentos digitais eram os mesmos que na América do Norte. Assim, a pesquisa está se desenvolvendo como uma atividade conduzida internacionalmente e não mais de forma isolada.

Desta forma, é afirmado afirma o caráter internacional do novo paradigma: “Enfrentar os desafios do paradigma pós-moderno da Arquivologia em breve será um empreendimento compartilhado por profissionais, pesquisadores e professores de todos os países do mundo” (THOMASSEN, 1999, tradução nossa).

Neste sentido, o pós-modernismo possibilita que a Arquivologia se torne uma ciência:

Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a Arquivologia está se transformando em ciência real. No seu estágio pré-paradigma, ela não era uma ciência real de todo e em seu estágio clássico não mais que

uma ciência auxiliar da história, porém, agora, **em seu estágio pós-moderno, está adquirindo estatura de ciência**, tão autônoma como as demais ciências da informação e tão autônoma como a história (THOMASSEN, 1999, tradução e grifos nossos).

Assim, a discussão sobre o novo paradigma da ciência, seus novos objetos, objetivos e metodologia, não se restringem à revolução tecnológica nem à mudança do papel dos arquivos centralizados, sendo fundamentalmente uma discussão sobre a possibilidade agora real da Arquivologia se transformar em ciência autônoma. A discussão sobre pós-custódia se insere, portanto, na discussão sobre a revolução científica e a pós-modernidade.

A crítica à concepção moderna do mundo e à teoria arquivística tradicional foi desenvolvida por Terry Cook em diversos trabalhos tais como: *Electronic records, Paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era* (2007, p. 399-443), publicado originalmente em 1994, *Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts* (2001a, p.3-24) e *Fashionable nonsense of Professional rebirth: postmodernism and practice of archives* (2001b, p.14-35).

A visão pós-moderna implica discutir criticamente os fundamentos de diversos campos do conhecimento, como filosofia, história, literatura, antropologia, psicanálise, artes, feminismo e um dos aspectos cruciais para o pensamento pós-moderno é a crítica ao texto, já que este evidenciaria menos um conhecimento objetivo ao revelar relações de poder por trás do discurso científico racional.

O pós-moderno desconfia e se rebela contra o moderno. As noções de verdade universal ou de conhecimento objetivo, baseadas em princípios do racionalismo científico a partir do Iluminismo, ou a partir do emprego do método científico, ou a crítica textual clássica, são rejeitadas como quimeras. Utilizando análise lógica impiedosa, pós-modernistas revelam o ilógico de textos alegadamente racionais (COOK, 2001a, p.7, tradução nossa)

Cook (2001b, p.21-22) assume dois eixos do pensamento pós-moderno para discutir a mudança no pensamento arquivístico. O primeiro seria o da desconstrução, proposta por Derrida, e o segundo se refere às metanarrativas de Lyotard.

As ideias de Derrida sobre os arquivos foram expressas principalmente em *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana* (2001), apresentadas em um colóquio sobre a história da psiquiatria, realizado em 1994 em Londres. Esse trabalho foi publicado em 1995 na França, tendo sido traduzido para diversas línguas e foi objeto de análise por

diversos intérpretes de diferentes áreas do conhecimento, incluindo da Arquivologia. O arquivo, para esse autor, é entendido como um lugar de guarda, o *arkheion*, onde se depositam os documentos para sua segurança e cuja responsabilidade era atribuída aos arcontes, que não seriam meramente guardiões, mas teriam o poder de interpretar os textos. O arquivo assim é um lugar de poder e de legitimação desse poder.

[...] o sentido de “arquivo”, seu único sentido, vem para ele do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Aos cidadãos que detinham e assim denotavam o poder político reconhecia-se o direito de fazer ou de representar a lei. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse lugar que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional), que se depositavam então os documentos oficiais. Os *arcontes* foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de *interpretar* os arquivos. Depositados sob a guarda desses arcontes, estes documentos diziam de fato a lei: eles evocavam a lei e convocavam à lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse *dizer a lei* eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização (DERRIDA, 2001, p.12-13).

De acordo com Heymann (2012, p.25), em um colóquio organizado pelo *Institut Mémoire de L'Édition Contemporaine* em 1999, Derrida retoma o tema do arquivo, considerando-o como um lugar de violência.

Não há arquivo que não implique um poder de destruição, de seleção ou de exclusão. A conservação não ocorre sem uma exclusão; é um poder eminentemente político que se exerce como poder de legitimação. Trata-se não apenas do poder político entendido em sentido estrito – que remete aos documentos propriamente nacionais da ‘*cit*’, mas sobretudo do poder de legitimação de uma obra. (DERRIDA, 2002, p.47 apud HEYMANN, 2012, p.25-26).

As ideias derridadeanas permitem a desconstrução da teoria e prática arquivísticas, conforme o paradigma da Arquivologia clássica e promovem uma ampla discussão a fim de que os arquivistas tragam suas perspectivas específicas para apoiar um discurso comum, orientado pela perspectiva pós-moderna:

Deste modo, pós-modernismo, especialmente a desconstrução, permite a liberação de energias tremendas por varrer o que foi restringido, aquilo com que os arquivistas viveram por hábito ou por decreto profissional. [...] Desconstrução não é sobre destruir por meio de críticas relativistas sem fim, mas sobre construir, sobre ver

novamente e imaginar o que é possível quando os lugares comuns e as ideologias são removidos (COOK, 2001b, p.22).

Ainda que Cook (2001b, p.22) tenha consciência sobre a dificuldade de definir o pós-modernismo, em virtude das diferentes abordagens e de diferentes concepções dentro dessa corrente de pensamento, o autor considera a definição de Lyotard como a mais apropriada: “a incredulidade com respeito às metanarrativas”.

A perspectiva arquivística do pensamento pós-moderno pode ser resumida na seguinte passagem:

Eu caracterizaria o pós-modernismo arquivístico como focalizando o contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam a herança documental, e certamente a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas são mais importantes que o seu objetivo ou o conteúdo. Fatos em textos não podem ser separados da sua interpretação contínua e passada, nem o autor do assunto ou audiência, nem autor da autoria, nem autoria do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é modelado, apresentado, representado, re-presentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo falante, fotógrafo, escritor, com um propósito definido (COOK, 2001b, p.25, tradução nossa).

Cook (2001a, p.4, tradução nossa) indica que a mudança de paradigma está ocorrendo na Arquivologia, pois está se modificando a maneira como os arquivistas pensam sobre a teoria e a prática. As mudanças dizem respeito à compreensão sobre os documentos, sobre o contexto de criação dos documentos e sobre o reposicionamento dos arquivistas.

Os documentos deixam de ser vistos como objetos físicos e estáticos para serem compreendidos como conceitos virtuais e dinâmicos e, também, não são produtos passivos da atividade administrativa ou humana, mas agentes ativos na formação da memória organizacional e humana. Além disso, no mundo pós-moderno muda a visão do contexto de criação dos documentos apoiado em organizações hierárquicas estáveis para situar os documentos arquivísticos em redes horizontais fluidas na funcionalidade dos fluxos de trabalho (COOK, 2001a, p.4, tradução nossa).

Com relação ao papel dos arquivistas, destacou:

[...] para os arquivistas a mudança do paradigma requer a mudança da identificação de si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado para celebrar seu papel em moldar ativamente a memória coletiva (COOK, 2001a, p.4, tradução nossa).

As principais características da mudança de paradigma são sintetizadas nessa passagem:

[...] o discurso teórico arquivístico está mudando do produto para o processo, da estrutura para a função, dos arquivos para o arquivamento, do documento arquivístico para o contexto de registro, de resíduo “natural” ou subproduto passivo da atividade administrativa para ‘arquivização’ da memória social construída conscientemente e mediada ativamente (COOK, 2001a, p.4).

A proposta de uma Arquivologia pós-moderna como uma mudança de paradigma se fundamenta, além do pensamento pós-moderno, na teoria de Kuhn sobre a estrutura das revoluções científicas.

Cook (2001a, p.5, tradução nossa) utiliza a ideia de mudança de paradigma de Kuhn como mudanças radicais, que ocorrem na estrutura interpretativa de uma teoria científica, quando as respostas às questões de pesquisa não explicam suficientemente os fenômenos observados ou quando as metodologias práticas baseadas na teoria não funcionam mais. No caso dos arquivos, o fenômeno a ser observado é a informação registrada e seus criadores, e não os documentos físicos estáticos como no paradigma anterior.

Neste sentido, não há conceitos universalmente válidos, inclusive o de documento, independentemente do tipo, da época ou lugar. Ao contrário, ele compreende que os conceitos, estratégias e métodos arquivísticos estão em contínua mudança, se adaptando às mudanças na natureza dos documentos e nas estruturas criadoras, influenciados por culturas organizacionais, funções sociais, uso desses documentos e pelas tendências mais amplas da cultura, da lei e da tecnologia na sociedade (COOK, 2001a, p.17, tradução nossa).

Com relação à tecnologia, Cook em *Electronic records, Paper minds* (2007, p.401-403) considera que a revolução, que afetou a memória coletiva em razão do uso disseminado do computador, é um elemento central para a reorientação da Arquivologia. Pela primeira vez, não está se produzindo, gerenciando e salvando objetos ou artefatos, mas tentando compreender e preservar padrões lógicos e virtuais que fornecem à informação eletrônica sua estrutura, conteúdo e contexto e a assim seu significado como um documento ou evidência de atos e transações.

Esta situação significa que os arquivistas estão mudando seu foco dos arquivos para o arquivamento. Enquanto na perspectiva custodial, os documentos vistos como coisas são denominados como mapa, carta, memorando, na perspectiva pós-moderna, hoje o importante são os verbos: mapear, arquivar e memorizar: “Por trás do documento existe a necessidade de documentar. Por trás do documento, frequentemente documento

em papel, permanece a ação, o processo, a função mais ampla do produtor de documentos arquivísticos” (COOK, 2007, p.403, tradução nossa).

No entanto, em *Archival science and postmodernism*, o autor ressalta a distinção entre o impacto do pós-modernismo e a revolução do computador sobre os documentos e sobre a Arquivologia, pois as questões da instabilidade do texto e das relações do texto-autor são características duradouras da tradição da escrita e da elaboração de documentos do Ocidente:

[...] a instabilidade do texto e as relações do texto-autor, ou a sombra fantasmagórica do vestígio da atividade do passado, é talvez mais aparente com o meio eletrônico, mas de fato é uma realidade persistente desde que a linguagem e a escrita passaram a ser utilizadas (COOK, 2001a, p.6, tradução nossa).

O pensamento pós-moderno e as mudanças que estão ocorrendo nas finalidades dos arquivos, como instituições, e na natureza dos documentos formam, para Cook (2001a, p.18, tradução nossa), a base de uma nova percepção dos arquivos e da profissão do arquivista na sociedade.

No campo das instituições arquivísticas, Cook considera que existe uma mudança nas razões para a existência dos arquivos, os quais, anteriormente, se baseavam numa justificativa jurídico-administrativa e agora as justificativas são sócio-culturais, fundamentadas em políticas públicas amplas e no uso público dos arquivos.

Os arquivos foram fundados pelo estado, para servir ao estado e integram a sua estrutura administrativa e, por isso, a Arquivologia se legitimou em teorias do estado e no estudo das características de documentos do estado:

Arquivos tradicionalmente foram fundados pelo estado, para servir ao estado, como parte da estrutura hierárquica do estado e sua cultura organizacional. A Arquivologia não surpreendentemente encontrou sua legitimação inicial em teoria e modelos estatistas e do estudo do caráter e das propriedades de antigos documentos do estado. Os conceitos teóricos resultantes foram adotados virtualmente por todo o tipo de instituição arquivística no mundo, incluindo os arquivos privados (COOK, 2001a, p.18, tradução nossa).

Cook (2007, p.418) procurou também destacar que, desde a década de 1980, a partir do trabalho de Ham (1981), diversos autores de diferentes países têm defendido uma abordagem pós-custodial. Essa abordagem significa principalmente que o foco não será mais dirigido para a guarda de objetos físicos, mas será substituída por um foco no

contexto e nas responsabilidades do produtor e no processo de criação dos documentos e, como não se restringe apenas à guarda, o termo mais adequado é pós-custodial.

Cook (2007, p.399-443, tradução nossa) explicita duas razões para a falha da abordagem custodial: o volume de documentos e o ambiente eletrônico.

Os arquivos foram estabelecidos quando o volume de documentos era pequeno e, portanto, não preparados para essa realidade. A falha da abordagem custodial refere-se à quantidade e à diversidade dos documentos contemporâneos que trazem problemas quanto à sua gestão e à sua avaliação. Para o autor, a visão custodial, em virtude da sua mentalidade de guardião passivo de velhos documentos, seria impeditiva para a mudança na atuação dos arquivistas como participantes ativos junto às empresas e aos programas centrais de governo. Essa mudança é necessária para realizar a avaliação dos grandes conjuntos produzidos.

A segunda razão diz respeito ao ambiente eletrônico onde funcionários criam e usam dados e produzem documentos virtuais, sistemas de informação geográfica, bases de dados relacionais, onde dados são combinados eletronicamente a partir de outras fontes como tabelas para produzir um documento. Esse ambiente é fluido e instável não sendo compatível com a ideia de um documento pertencente a um lugar de forma fixa e estática.

Neste ambiente eletrônico fluido, a ideia de um registro fisicamente pertencente a um lugar, ou até mesmo a um sistema, está se deteriorando, antes mesmo dos novos paradigmas conceituais [...]. Para os profissionais de informação, isso sinaliza que a era da custódia está sendo substituída por uma pós-custodial, na qual a curadoria de objetos físicos definirá nossas profissões muito menos que a vontade de compreender inter-relações conceituais ou virtuais entre as estruturas de criação, funções, programas, atividades, sistemas de informação e os documentos arquivísticos resultantes (COOK, 2007, p.423, tradução nossa).

Ele esclarece que pós-custódia não significa a não-custódia:

Eu quero sublinhar que ‘pós-custodial’ não significa ‘não-custodial’. O paradigma pós-custodial é uma mentalidade conceitual abrangente para o arquivista, aplicável se os documentos são transferidos para a custódia de um arquivo ou se deixados por algum tempo em um arranjo distribuído ou não-custodial com seu criador (COOK, 1997, p.62, nota 82, tradução e grifos nossos).

A necessidade de um reposicionamento da profissão de arquivista na era pós-custodial foi enfatizada por Cook (2007, p.429-430) na seguinte passagem:

Tal reposicionamento estratégico da profissão do arquivista pode também remodelar nossos arquivos não como prédios onde antigos documentos arquivísticos são armazenados, mas como *hubs* de acesso (e centros de auditoria) para documentos deixados em seus sistemas de origem. **Nós teremos arquivos virtuais, arquivos sem muros** (COOK, 2007, p.430, tradução e grifos nossos)

Na concepção pós-custodial e pós-moderna, emerge também o usuário como sujeito ativo e também como foco da atividade arquivística. Para Thomassen (2007, p. 11, tradução nossa), no ambiente eletrônico, o arquivista facilita o acesso aos arquivos por meio de uma infraestrutura de rede e na qual os arquivistas compartilham seu conhecimento profissional com os usuários.

A perspectiva pós-custodial também inclui uma reconceituação do documento arquivístico e do ciclo de vida. Thomassen (2006, p.6) o define como informação vinculada a processo (*process-bound information*), isto é, informação gerada, estruturada e registrada por processos de trabalho de forma que possa ser recuperada a partir do contexto desses processos de trabalho.

Com relação ao conceito de ciclo de vida, a perspectiva pós-custodial se aproximou da visão de *records continuum*. De acordo com Bantin (1998, p.7), os arquivistas, que apoiam o modelo de *records continuum*, descreveram sua estratégia com relação à custódia e ao uso como uma abordagem pós-custodial ou custódia distribuída.

Com relação à diferença entre o modelo do ciclo de vida schellenberguiano e o modelo do *records continuum*, Bantin (1998, p.5-6, tradução nossa) considera que o modelo de ciclo de vida propõe uma separação estrita das responsabilidades de gestão de documentos: as organizações produtoras são responsáveis pelo documento desde a criação até o momento da sua destinação, enquanto a instituição arquivística se responsabiliza pelo seu recebimento, custódia, preservação e acesso. Por outro lado, o modelo de *records continuum* tem como base a integração de responsabilidades e prestação de contas associada à gestão de documentos. O *records continuum* não tem por objetivo enfocar o documento e o seu tempo de vida primordialmente, mas pretende tratar do regime de manutenção dos documentos arquivísticos (*recordkeeping*) sob a guarda das organizações produtoras.

Tanto Thomassen como Cook se propõem a analisar criticamente os pressupostos da arquivologia clássica, entendida como positivista, em virtude da sua inserção no discurso da objetividade e universalidade da ciência, traduzido no mundo

arquivístico pela premissa de que os arquivos possuem características gerais e universais, que independem do tempo, do espaço, do tipo, da data, do suporte ou do formato.

Para esses autores, os documentos não são uma prova de transações ou fatos e não existiria uma única narrativa nos fundos arquivísticos. Além disso, a única possibilidade de a Arquivologia se constituir como ciência autônoma é investir nas linhas de discussão teórica e crítica do pós-modernismo. Ambos consideram que o pós-modernismo não é o fim da Arquivologia, mas um novo paradigma, uma nova mudança na sua fundamentação teórica e metodológica. Com a revolução científica que se encontra em curso no âmbito da Arquivologia, novos atores, além dos arquivos, emergem como narradores e interpretadores do conhecimento arquivístico, que devem ser considerados como os mais importantes num mundo pós-moderno: os produtores, os usuários e os próprios arquivistas. Assim, há um deslocamento do papel preponderante que os arquivos desempenham na Arquivologia clássica, para os produtores, usuários e arquivistas, que na Arquivologia pós-moderna assumiriam o principal papel de formulação do conhecimento arquivístico.

6.4 A DEFESA DA CUSTÓDIA: O ARQUIVO COMO LUGAR

A corrente pós-moderna propôs o abandono e a rejeição da custódia a ser exercida por uma instituição arquivística centralizada como condição para fazer face aos desafios dos documentos contemporâneos, considerando as mudanças sociais, políticas, culturais e tecnológicas, bem como os problemas relativos à gestão dos documentos digitais e sua preservação. O papel dos arquivistas seria o de gestores, atuando nas organizações produtoras para assegurar a preservação dos documentos digitais.

Arquivistas como Duranti, Eastwood e MacNeil, professores da Universidade de British Columbia, manifestaram a defesa da custódia como essencial para a proteção dos documentos, incluindo os digitais. Todos eles procuraram fundamentar sua concepção se apoiando em Jenkinson, Cencetti, Lodolini, e passaram a ser chamados pelos pós-modernos como jenkinsonianos, em virtude da adesão a vários pressupostos de Jenkinson (1922), especialmente a custódia. A ideia fundamental desse autor, que foi incorporada, desenvolvida e atualizada por esses arquivistas, diz respeito à defesa física e moral dos arquivos. Com relação à custódia, Jenkinson enfatizou a necessidade de que a transmissão dos arquivos, dos produtores para os seus legítimos sucessores, fosse feita

de forma ininterrupta e responsável a fim de que, ao chegar ao arquivo, fosse possível assegurar que os conjuntos documentais não teriam sofrido alterações que pudessem comprometer sua integridade e autenticidade.

Em 1994, foi publicado o primeiro artigo de Duranti, em língua portuguesa, pela revista Estudos Históricos, com o título *Registros documentais contemporâneos como provas de ação*. Esse trabalho pretende demonstrar que a teoria arquivística clássica, bem com a Diplomática, não são disciplinas obsoletas para enfrentar os documentos contemporâneos, incluindo os digitais. A autora inicialmente discorre sobre as características dos documentos arquivísticos, entendidas como um dos cerne da teoria arquivística:

As características de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade tornam a análise dos registros documentais [*records*] o método básico pelo qual se pode alcançar a compreensão do passado tanto imediato quanto histórico com propósitos administrativos e culturais. A natureza da prova documental é de primordial importância e diz respeito tanto ao direito, que regula a conduta de nossa sociedade, como à história, que a explica (DURANTI, 1994a, p.53).

Duranti (1994a) considera que os documentos arquivísticos¹⁰⁴ representam um tipo de conhecimento único:

[...] são gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, como seus instrumentos e subprodutos, os registros documentais são as provas primordiais para as suposições ou conclusões relativas a essas atividades e às situações que elas contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar. A partir destas provas, as intenções, atos, transações e fatos podem ser comparados, analisados e avaliados, e seu sentido histórico pode ser estabelecido (DURANTI, 1994a, p.50).

Assim, a autora conclui que os documentos arquivísticos são resíduos ou vestígios tangíveis das ações realizadas e possui um caráter eminentemente probatório, em virtude da vinculação com o sistema jurídico-administrativo que permite a criação e a manutenção dos documentos:

[...] os registros são provas confiáveis das ações e devem essa confiabilidade às circunstâncias de sua criação e às necessidades de prestar contas. Entretanto, *prestar contas através dos registros implica prestar contas aos registros*, e aí é que o arquivista é chamado a mudar sua abordagem da preservação de documentos pelas circunstâncias de criação dos registros contemporâneos, sejam elas

104 Em inglês *records*, que foram traduzidos nessa publicação como registros documentais.

sócio-culturais, administrativas ou tecnológicas (DURANTI, 1994a, p.56).

Ainda que mantenha os princípios fundamentais da Arquivologia, como proveniência e ordem original, Duranti (1994a) não os considera suficientes para lidar com as ameaças que atingem os documentos contemporâneos, ou seja, a manutenção da integridade dos fundos arquivísticos, pois essas ameaças decorrem principalmente da ausência de procedimentos de gestão de documentos tanto no momento da produção e arquivamento, quanto no momento da avaliação. Além disso, ela destaca a pouca autoridade dos arquivos frente aos produtores de documentos, responsáveis pela sua criação e manutenção, bem como as regras inconsistentes relativas ao acesso e o uso da tecnologia.

Essas ameaças são decorrentes de uma ausência generalizada de princípios de guarda de registros nas organizações contemporâneas, de uma seleção de registros insuficientemente regulamentada, da pouca autoridade da área arquivística, da interação e coordenação limitadas entre os responsáveis pela gestão de documentos, das regras de acesso e privacidade inconsistentes e das tecnologias eletrônicas (DURANTI, 1994a, p.57).

De acordo com Duranti (1994a, p.57), os esforços de realizar programas de gestão de documentos nas organizações produtoras e orientados pelos arquivos, conforme desenvolvido na América do Norte, a partir dos anos 1950, que tinham como objetivo influenciar os produtores de documentos a atenderem suas próprias necessidades jurídico-administrativas e a refletir valores sociais, como boa administração, dever de prestar contas (*accountability*) e liberdade de pesquisa, não alterou a realidade dos arquivos quanto ao seu controle e gestão.

O problema destacado por Duranti (1994a) diz respeito à situação dos arquivos, no caso dos Estados Unidos, os quais mesmo depois de quatro décadas da implementação de ações e programas de gestão de documentos junto aos produtores, os fundos custodiados pelos arquivos não representam a totalidade do esforço da sociedade. Em outras palavras, os arquivos não estão preservando os documentos que deveriam ser preservados. Além disso, existe outro tipo de dificuldade, os arquivistas não estão cumprindo com suas atividades básicas de proteger os documentos:

[...] os arquivistas têm grande dificuldade em obter mesmo aqueles documentos sobre os quais têm responsabilidade legal; que eles parecem incapazes de limitar e **controlar as distorções das provas documentais causadas pelo processo subjetivo de atribuir valores aos documentos no curso do processo de recolhimento**; que eles

tem problemas em identificar quais documentos foram realmente criados e usados, e em introduzir controles de guarda para assegurar que aqueles que produzem documentos saibam o que irá constituir provas de suas ações quais são seus deveres a respeito; e, por fim, que **a maioria dos arquivistas está completamente mistificada e hipnotizada pelos produtos das novas tecnologias da informação** a ponto de ter grandes problemas não só para distinguir documentos de trabalho, interlocutórios, de documentos oficiais, mas também de simples dados (DURANTI, 1994a, p.58).

Neste sentido, Duranti (1994a) considera que os arquivistas fracassaram na sua tarefa de preservar a integridade dos fundos arquivísticos contemporâneos e uma das razões para esse fracasso se deve à deficiência dos conhecimentos arquivísticos, que se evidenciou com o uso da tecnologia para produzir e manter os documentos.

Acredito firmemente que o fracasso dos arquivistas contemporâneos em enfrentar os registros documentais (*records*) contemporâneos é devido a uma **considerável deficiência no seu conhecimento profissional**, deficiência esta existente há longo tempo, mas que se tornou evidente com as mudanças no mundo arquivístico decorrentes do uso da tecnologia eletrônica na criação, manutenção e preservação dos registros documentais (DURANTI, 1994a, p.58, grifos nossos).

A proposta de Duranti (1994a), portanto, se dirige para um aprofundamento da teoria arquivística no que se refere à natureza específica dos documentos arquivísticos, às suas características, aos conceitos de original e cópia, aos princípios arquivísticos de proveniência e de ordem original. Com relação à identificação do contexto jurídico-administrativo, base dos princípios arquivísticos, não serem suficientes para lidar com as ameaças à integridade dos fundos arquivísticos, a autora considera que, além desse contexto, é necessário identificar a relação entre os documentos e os atos, fatos, procedimentos e processos dos quais resultam:

[...] enquanto nos documentos tradicionais **o contexto administrativo em geral estava inserido nos seus elementos constitutivos externos ou internos e nas suas relações físicas**, e podia ser preservado simplesmente preservando-se fisicamente os registros (*records*), de acordo com a entidade geradora e na ordem manifestada por essas relações físicas, **nos registros eletrônicos (*electronic records*) o contexto revela-se na documentação complementar, que não é inerente aos registros, mas necessita ser cuidadosamente reunida** (DURANTI, 1994a, p.59).

Essa visão acerca do contexto foi posteriormente desenvolvida no projeto de pesquisa, realizado entre 1994 e 1997, no âmbito da University of British Columbia, que resultou em um livro intitulado *The preservation of integrity of electronic records*, organizado por Duranti, Eastwood e MacNeil. Posteriormente, no desenvolvimento do

InterPARES Project, o termo foi melhor explicitado no glossário desse projeto. Para citar a definição do termo contexto, conforme o glossário do InterPARES Project, apresentamos a tradução feita pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2014) que se encontra no seu glossário:

Ambiente em que ocorre a ação registrada no documento. Na análise do contexto de um documento arquivístico, o foco deixa de ser o documento em si e passa a abranger toda a estrutura que o envolve, ou seja, seu contexto documental, jurídico-administrativo, de procedimentos, de proveniência e tecnológico.

Assim, Duranti, Eastwood e MacNeil [2007] desenvolvem uma formulação sobre o ambiente em que ocorre a ação registrada no documento, que pretende não se limitar ao já conhecido contexto jurídico-administrativo, mas compreender todos os tipos de ambiente que influenciam a produção e a manutenção do documento arquivístico. O contexto jurídico-administrativo refere-se a “leis e normas externas à instituição produtora de documentos as quais controlam a condução das atividades dessa mesma instituição” e o contexto de proveniência aos “organogramas, regimentos e regulamentos internos que identificam a instituição produtora de documentos” O contexto de procedimentos são as “normas internas que regulam a produção, tramitação, uso e arquivamento dos documentos da instituição” e o contexto documental ao “código de classificação, guias, índices e outros instrumentos que situam o documento dentro do conjunto a que pertence, ou seja, do fundo”. Todos esses contextos procuram identificar as regras, normas, procedimentos e instrumentos que controlam as atividades, identificam a organização produtora, regulam a gestão dos documentos nessa organização e situam o documento no fundo.

Duranti (1994a, p.59) considera que a evidência do contexto é fundamental para garantir os procedimentos de gestão e a integridade do fundo arquivístico:

Sem a clara evidência do contexto, não existem garantias circunstanciais de fidedignidade, nenhuma possibilidade de autenticação, nenhuma possibilidade de identificação do documento original e nenhuma justificativa para a ausência daquela documentação que deveria existir (DURANTI, 1994a, p.59).

A deficiência em conhecimentos arquivísticos, que impede o arquivista de reconhecer o documento arquivístico enquanto tal, e a associação das características dos documentos com a realidade física dos arquivos determinaram o fracasso dos arquivistas em entenderem os documentos produzidos e mantidos em formato digital.

Os arquivistas, segundo Duranti (1994a, p.58), passaram cada vez mais a associar as características dos documentos, como a autenticidade, unicidade, vínculo arquivístico, naturalidade, com os atributos físicos do suporte, especialmente o papel. Por exemplo, a característica da autenticidade é relacionada à existência de validação do documento por um funcionário, o status de original à presença de uma assinatura, e o conceito de integridade associado à sua preservação física.

Para Duranti (1994a) o esforço teórico a ser empreendido pelos arquivistas deve ter como base a Diplomática, a antiga ciência, que tem como objeto de estudo o documento arquivístico, pois esta estabelece a conexão estreita entre os documentos arquivísticos e o seu contexto:

Nos dias atuais, os conceitos diplomáticos constituem a chave intelectual dos arquivistas para o mundo eletrônico. Se os arquivistas separam os conceitos diplomáticos da sua aplicação histórica aos documentos medievais, podem usá-los para avançar de uma visão física para uma visão intelectual dos arquivos (DURANTI, 1994a, p.61).

A Diplomática é importante para compreender os documentos contemporâneos e efetivar os procedimentos de gestão de documentos, inclusive os digitais, porque esta disciplina esclarece as relações entre os elementos dos documentos e os elementos de uma ação específica, e, ainda, identifica as relações entre os tipos de documentos, os tipos de ação e de procedimentos, mostrando a interação entre pessoas e documentos.

Uma clara compreensão dessas relações e interações capacitaria os arquivistas a recomendar aos autores dos registros a simplificação de funções, dos métodos de trabalho e dos procedimentos de registro, o que é considerado o fundamento básico de toda a atividade de gestão de documentos (DURANTI, 1994a, p.61).

Duranti (1994a, p.62) chama a atenção ainda a respeito do papel dos arquivistas como guardiões de documentos, papel este que é reconhecido por várias leis nacionais sobre os arquivos e a prova documental: “O conceito de custódia arquivística está intrinsecamente ligado à proteção e guarda da prova”.

No artigo *Archives as a Place* (2007, p.445-466), publicado originalmente em 1996 pelo periódico *Archival Science*, Duranti fez a defesa da custódia e considerou-a como condição para a manutenção da autenticidade dos documentos ao longo do tempo.

Duranti (2007, p.459-460, tradução nossa) questionou se seria possível proteger o documento sem a custódia e afirmou que a autenticidade do documento

arquivístico é fornecida por três fatores: transparência da preservação dos documentos, segurança e estabilidade.

Para Duranti (2007, p.460-461, tradução nossa), o fator mais importante é a transparência da preservação de documentos que diz respeito à necessidade de uma terceira parte neutra para preservar a autenticidade dos documentos. Os produtores mantêm os documentos por um período por razões administrativas, fiscais e legais. A autenticidade é garantida pelos procedimentos e requisitos legais, administrativos e técnicos aos quais os produtores estão submetidos e que pertencem as suas obrigações e responsabilidades. A partir do momento em que este período termina, o documento pode ficar em situação de risco, podendo ser subtraído, corrompido ou mesmo destruído, pois pode não fazer parte do mandato nem do interesse do produtor manter os documentos intactos .

[...] a razão de ser do ambiente arquivístico é garantir a autenticidade contínua dos documentos arquivísticos contra alterações propositais ou acidentais e é seu mandato fazê-lo. Este conceito de necessidade de uma terceira parte neutra que é responsável especificamente pela preservação e transparência da autenticidade dos documentos produzidos por outras partes é formalmente reconhecido também na legislação referente aos contratos eletrônicos (DURANTI, 2007, p.461, tradução e grifos nossos).

O segundo fator, para Duranti (2007, p.462, tradução e grifos nossos), diz respeito à segurança, isto é, a certeza de que os documentos não podem ser alterados, o que comprometeria a sua autenticidade, pois esta característica reside mais em garantias circunstanciais do que tecnológicas. Para a autora os documentos arquivísticos “são autênticos porque são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados” (DURANTI, 1994, p.51).

Além disso, de acordo com Duranti (2005, p.11), no ambiente convencional, as organizações recebem uma delegação de poder para realizarem suas atividades e, portanto, todos os documentos produzidos pelo produtor presumem-se autênticos. Já no ambiente digital, em virtude da instabilidade tecnológica, a autenticidade deve ser demonstrada pela evidência de que um documento não foi corrompido ou alterado durante sua transmissão e manutenção. Essa demonstração foi chamada pelo

InterPARES 2 Project de requisitos de autenticidade que avaliam a identidade e a integridade do documento¹⁰⁵.

O terceiro fator é a estabilidade, significando que

[...] o contexto do documento arquivístico é definido e imutável, isto é, que todos os seus relacionamentos são estabelecidos e mantidos intactos, e isto não pode ser garantido sem uma clara demarcação do momento em que a definição do contexto esteja completa, finalizada e capaz de ser autenticada (DURANTI, 2007, p.463, tradução nossa).

Para garantir a transparência da preservação do documento, sua segurança e estabilidade, é necessário que este atravesse o limiar arquivístico, o espaço onde não é possível qualquer alteração, quando o documento é transferido do ambiente do produtor e passa para o ambiente arquivístico:

Atravessar o limiar arquivístico, dessa forma, não mudaria a natureza do documento arquivístico nem o seu valor, mas demarcaria o momento de sua estabilidade e a obtenção da sua capacidade de servir como testemunho da ação. (DURANTI, 2007, p.463-464, tradução nossa).

Com relação à inviolabilidade do documento, a autora considera que o limiar arquivístico e o domínio de armazenamento devem ser colocados sob a jurisdição de uma autoridade independente como uma unidade de arquivo (*archival office*) ou uma instituição, desde que sejam capazes de assegurar transparência e segurança de preservação e de apresentar documentos autênticos (DURANTI, 2007, p.464, tradução nossa).

Para Duranti (2007, p.464, tradução nossa), a jurisdição não requer custódia física. Se os documentos atravessarem o limiar arquivístico para o sistema de arquivos de seu produtor, a sua integridade poderá ser reconhecida legalmente e a responsabilidade pela sua proteção poderá ser concretamente realizada.

Com relação ao papel que a instituição arquivística deve desempenhar na custódia dos documentos digitais, esta deve estabelecer uma arquitetura na qual os documentos de todos os produtores, uma vez recebidos, possam ser colocados em relações estáveis e que estejam claramente definidas, e, ainda, que seu contexto mais amplo possa ser identificado, bem como as associações entre os documentos nunca possam ser rompidas (DURANTI, 2007, p.465, tradução nossa).

¹⁰⁵ Os requisitos para apoiar a presunção de autenticidade integram a publicação Diretrizes do preservador (InterPARES 2 Project, [2011a]).

Por último, Duranti (2007, p.465, tradução nossa) argumenta que a existência de um lugar oficial central de preservação sob uma jurisdição distinta, que pode ser tanto a instituição arquivística ou uma unidade de arquivo, desde que tenham autoridade para isso, assegura a possibilidade de o cidadão exercer o seu direito de escrutínio, isto é, de examinar os documentos.

O que significa arquivo como lugar? É assegurar o lugar do arquivo na vida dos cidadãos. Segundo Duranti (2007, p. 466, tradução nossa), atualmente está se tendo a possibilidade de construir arquivos poderosos e colocá-los no centro do espaço público, fazendo parte do coração da vida cívica, e se constituindo em participantes ativos nas vicissitudes cotidianas dos cidadãos.

O desenvolvimento da pesquisa sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais em sistemas eletrônicos, no âmbito do InterPARES 2 Project, coordenado por Duranti, levou a autora a desenvolver o conceito de custódia para a realidade específica do material em formato digital. O InterPARES 2 Project ([2011a]), na publicação *Diretrizes do preservador*, recomenda que a preservação seja realizada por um custodiador confiável: “um preservador que pode demonstrar que não tem motivos para alterar os documentos preservados e capaz de implementar todos os requisitos para a preservação autêntica dos documentos”.

Assim, uma unidade de arquivo que tem autoridade para receber, preservar e dar acesso aos documentos, e que realize um conjunto de ações gerenciais e técnicas que garantam o acesso e a interpretação de documentos digitais pelo tempo que for necessário, é um custodiador confiável. Com relação à instituição arquivística, esta também tem que demonstrar que é capaz de realizar esse conjunto de ações.

Além disso, esse Projeto ([2011a]) desenvolveu o conceito de Cadeia de Preservação, que se apoia na seguinte visão:

[...] os documentos digitais devem ser geridos cuidadosamente durante toda a sua existência, a fim de garantir a sua acessibilidade e legibilidade ao longo do tempo, mantendo intactos sua forma, seu conteúdo e suas relações (INTERPARES 2 PROJECT, [2011a]).

Assim, todas as atividades para gerenciar os documentos no curso de sua existência como produção, manutenção, avaliação, destinação e preservação de longo prazo, estão ligadas como em uma cadeia e são interdependentes. Isto significa que o não cumprimento de determinadas ações pode comprometer a integridade e colocar a

preservação dos documentos em risco. Custodiar, portanto, significa um compromisso com a preservação por toda a vida do documento.

O modelo de Cadeia de Preservação apresenta os passos sequenciais para a produção, manutenção e preservação, tais como: definição do escopo e dos objetivos; recursos; verificação da autenticidade; desenvolvimento de planos compartilhados de transferência; descrição dos documentos; armazenamento adequado; acesso.

Com esta perspectiva de custódia associada a compromissos com a preservação, o InterPARES 2 Project, ainda que adotando a visão de ciclo de vida, porém de maneira diferente da visão schellenberguiana, também estendeu seu conceito de preservação para o regime de *records continuum*.

Assim, foi desenvolvido um segundo modelo para gerenciar documentos arquivísticos, de acordo com esse regime, chamado de *Business-Driven Recordkeeping (BDR) Model* – Modelo de Manutenção de documentos dirigida a negócios, cujo foco é sobre a organização, abordando seu próprio ‘negócio’ dentro de amplos contextos jurídico, econômicos e culturais, bem como sobre os documentos arquivísticos criados por esse negócio¹⁰⁶.

O conceito de *records continuum* tem uma grande importância nos países de língua inglesa, que adotaram a divisão entre *records* e *archives*, em que os primeiros são os documentos criados pelo produtor para cumprir uma determinada finalidade e o último é sinônimo de documentos selecionados para preservação permanente.

A ideia básica do *records continuum* é não separar os *records* e os *archives* como na abordagem schellenberguiana, nem distinguir valor de prova e de memória. “Os documentos arquivísticos não podem ser categorizados como evidência ou como memória, eles são os dois” (McKEMMISH, 2001, p.335 apud RONDINELLI, 2013, p.190).

Assim, a concepção do *records continuum* vai de encontro às formulações que procuraram reatar a ligação entre os *records* e os *archives* ou o que na Europa e América Latina chamam de “arquivos administrativos” e “arquivos históricos”.

No entanto, enquanto a literatura italiana, posteriormente atualizada por Duranti, se apoiou na concepção do vínculo arquivístico para afirmar a natureza comum dos arquivos e a diferença com outros materiais, bem como a não separação entre administrativo e histórico, a literatura australiana enfocou no termo “transação” e no

¹⁰⁶ InterPARES 2 Project. Business-Driven Recordkeeping (BDR) Model. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/ip2_model_display.cfm?model=bdr>. Acesso em: 22 nov.2014.

contexto de produção e de uso para afirmar a ideia de continuidade dos documentos arquivísticos.

Rondinelli (2013, p.191) resume a concepção de transação na perspectiva do *records continuum*: “o termo ‘transação’ envolve tantos os atos individuais de comunicação (pessoa/máquina) quanto as distintas transações sociais e de negócios”.

Com relação à contextualização,

[...] esta não se apresenta mais de maneira estática, ou seja, não há um contexto para cada documento produzido. Mas é definida a partir de uma realidade que se move constantemente acrescentando ‘novas camadas’ contextuais ao documento arquivístico durante a sua existência, mesmo na fase permanente (McKEMMISH, 2001 apud RONDINELLI, 2013, p.191).

Duranti e o InterPARES Project defendem uma determinada visão sobre ciclo de vida, que envolve responsabilidades e ações tanto pelo produtor como pelo preservador, tendo o limiar arquivístico importância central para demarcar o momento em que os documentos mudam de ambiente. Essa visão foi descrita em *Rumo a uma teoria arquivística da preservação digital*.

De acordo com Duranti (2005, p.16-17), a cadeia de preservação dos documentos eletrônicos deve começar desde o momento da produção e são necessários controles sobre os documentos para que eles possam se manter preserváveis, incluindo os procedimentos de avaliação, pois a avaliação deve ser uma atividade sistemática a ser feita pelo produtor e não deve ser adiada até o momento em que os documentos serão transferidos para a instituição arquivística.

Assim, existe um ciclo de vida que compreende o âmbito do produtor e o âmbito da entidade de preservação. A diferença básica com relação a outras visões de ciclo de vida diz respeito à vida dos documentos e não sobre as atividades realizadas nos documentos, bem como às responsabilidades do produtor e a do preservador.

A equipe do InterPARES decidiu **transferir o conceito de ciclo de vida das atividades realizadas nos documentos para os próprios documentos**, e não somente porque, acima de tudo, é sobre a vida dos documentos que deveríamos estar tratando (DURANTI, 2005, p.16, grifos nossos).

Um fator importante para essa visão é a noção de responsabilidade e autoridade que também compreende o produtor. Os produtores devem ser entidades ativas na preservação e no acesso e não unicamente porque irão transferir documentos para uma instituição arquivística. Vários procedimentos são necessários a fim de manter os

documentos digitais para ação ou referência no âmbito do próprio produtor, em virtude da obsolescência tecnológica e da vulnerabilidade intrínseca desse material.

Se uma determinada organização ou pessoa produz arquivos, os procedimentos de registro, classificação, descrição, armazenamento são em termos genéricos os mesmos que fazem um arquivo, e, portanto, não há uma diferença entre as atividades, mas há uma diferença quanto ao resultado das suas ações.

O InterPARES visualiza o ciclo de vida dos documentos em duas fases. Durante a primeira fase, os documentos podem ser produzidos, reproduzidos, mantidos, recuperados, avaliados, monitorados, migrados, etc. Não importa o que é feito a eles, se for feito durante o curso comum e normal dos negócios e para os propósitos destes, e **se o produtor mantiver o resultado para ação futura ou referência, os documentos resultantes de qualquer um destes processos são os documentos do produtor** (DURANTI, 2005, p.17, grifos nossos).

Para Duranti, existem procedimentos que são feitos de maneira cíclica e repetitiva na cadeia de preservação, mas não significa que são feitas pelas mesmas entidades. Assim, o preservador também terá que realizar várias atividades a fim de manter o acesso e o uso dos documentos, e não simplesmente mantê-los em boas condições de armazenamento, ou na pior das hipóteses deixá-los em sistemas em desuso. Isso porque no caso dos documentos digitais, todos os procedimentos, que envolvem técnicas e estratégias de preservação desse material, resultam em cópias autênticas dos documentos preservados.

Durante a segunda fase, os documentos podem ser reformatados para o ambiente tecnológico do conservador, separados em seus componentes digitais, reunidos, migrados, recuperados, reformatados, tornados disponíveis através do ciberespaço ou em DVD, etc. Não importa o que seja feito a eles, se for feito com propósitos de conservação e disseminação, e **se o conservador o fizer como parte da sua própria competência, em conexão com o interesse do produtor, os documentos envolvidos nestes processos são cópias autênticas dos documentos dos produtores** (DURANTI, 2005, p.17, grifos nossos).

Desta forma, ao atribuir uma participação ativa na preservação por parte do produtor e por indicar a não exclusividade da instituição arquivística com relação à preservação digital, Duranti atualiza o conceito de custódia da formulação jenkinsoniana.

A definição de custodiador confiável do InterPares 2 Project ([2011a]) estabelece que este preferencialmente não tenha “relação com o conteúdo dos documentos ou interesse em permitir que outros os manipulem ou destruam”.

Isto significa que este preservador é alguém que recebe os documentos com autoridade para fazê-lo e que esses mesmos documentos devem atravessar o limiar arquivístico, ainda que seja uma unidade administrativa no âmbito de uma organização produtora, como um arquivo dessa organização. Assim, essa instituição ou pessoa é um sucessor legítimo e pode manter a cadeia ininterrupta de custódia dos documentos.

A principal questão, portanto, diz respeito ao fluxo de documentos entre quem produz e quem preserva e o momento em que ocorre essa passagem, ou seja, o limiar arquivístico, onde os documentos do produtor serão autenticados pelo preservador, que assume a responsabilidade pela sua preservação e o seu acesso.

Enquanto que no âmbito do produtor, em virtude de suas funções e mandato, previstos jurídica e administrativamente, os documentos podem ser produzidos em formatos mais adequados a sua atividade, que nem sempre serão os de preservação, podendo ser migrados para ambientes tecnológicos mais dinâmicos, avaliados, eliminados e destinados, no âmbito do preservador todas as atividades serão realizadas com o objetivo de preservar os documentos autênticos do produtor. Todos os procedimentos necessários à sua preservação, como migrações e reformatações, têm que ser feitos tendo em vista a manutenção da autenticidade dos documentos, que foram recebidos como tais.

Assim, para que o preservador possa realizar todos os procedimentos que assegurem a estabilidade e a segurança, bem como prestar contas de todas as ações desempenhadas, é necessário demarcar o momento temporal e o deslocamento espacial. A transferência não é apenas a passagem entre um espaço e outro, feita de qualquer maneira ou em qualquer ocasião. É um momento de transferência de responsabilidade e de autoridade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi iniciada a partir da crítica dos pós-custodialistas a respeito da validade da custódia para assegurar a preservação dos documentos digitais, principalmente em virtude da revolução tecnológica, que teria mudado a administração e, conseqüentemente, as formas de registrar e documentar as ações e atividades de indivíduos e organizações.

O foco não seria mais centrado nas instituições arquivísticas e sim nos produtores e usuários dos documentos, já que são os produtores que estão usando os processos e serviços tecnológicos mais atualizados e, para preservar e dar acesso, é necessário que os arquivistas estejam mais próximos desses novos documentos. Além disso, os usuários precisariam estar mais familiarizados com o uso de sistemas complexos e o arquivista poderia atuar na intermediação entre produtores e usuários finais. A custódia exercida por um arquivo centralizado poderia ser uma opção, mas não uma obrigatoriedade.

O primeiro passo que nos propusemos foi delimitar o sentido de custódia, já que esta era conceituada como guarda física e propriedade. A origem latina do termo, significando guarda, proteção e conservação, e a definição jurídica, indicando a existência de uma relação entre o material custodiado e o custodiante, juntamente com explicitação de que custódia não implica em propriedade, ofereceram uma nova perspectiva que poderia ser explorada.

Se essencial no conceito de custódia era a relação, teríamos que analisar também as definições de arquivo e verificar a relação entre o conjunto e o lugar de conservação, incluindo o responsável pela custódia. Julgamos que, além de verificar nos dicionários de terminologia arquivística, poderíamos também examinar como as línguas modernas conceituam o arquivo, já que o público em geral tem alguma ideia a respeito desse conceito e os léxicos poderiam fornecer elementos para entendermos a maior ou menor proximidade com as visões dos arquivistas. A grande maioria dos dicionários consultados revelou certa distância daqueles elementos enfatizados pelos arquivistas na definição de arquivo como conjunto: a proveniência e a custódia. Também verificamos que a maioria dos dicionários arquivísticos possui mais definições para lugar do que para conjunto de documentos, sendo que os dicionários jurídicos enfatizam o lugar de conservação como essencial para a definição de arquivo.

A análise etimológica tanto de custódia como de arquivo mostrou uma nova dimensão do problema. Em primeiro lugar, que era impossível a dissociação do termo “custódia” do termo “arquivo”, porque arquivo era concebido essencialmente como um lugar de conservação de documentos com um responsável. A distinção entre os conjuntos e a instituição só ocorreu de fato a partir do século XIX. Neste sentido, procuramos elementos da história dos arquivos que pudessem fornecer subsídios para a compreensão de como a custódia se tornou apenas guarda física e não mais essencial para o conceito de arquivo, e também opcional para a implementação da preservação digital.

Além disso, durante a investigação, verificamos que, em todas as discussões contemporâneas sobre a custódia, a questão central se refere às diferentes visões sobre os conceitos de arquivo e documento arquivístico. Constatamos também nos estudos etimológicos a amplitude das definições de arquivo – conjunto, instituição, lugar, mobiliário – e ao mesmo tempo a sua singularidade, revelada pelos elementos que compõem a sua definição. Ainda que muitos significados atribuídos pelos dicionários arquivísticos não sejam homogêneos e enfatizem alguns elementos em detrimento de outros, todos procuram demonstrar essa singularidade, que distingue o documento de arquivo de outros tipos de material, especialmente sua ligação com a atividade do produtor.

Neste sentido, consideramos que seria relevante apresentar as diferentes concepções de arquivo, utilizando uma abordagem histórica, ou seja, examinar quais foram essas concepções a fim de compreender a polissemia do termo “arquivo”, a relação entre o material e o lugar de conservação, bem como a singularidade desse material.

O estudo das origens do termo “arquivo” na Antiguidade Clássica, quando *archeîon* significava um conjunto de relações - documentos, lugar e pessoa responsável - e a definição de arquivo estabelecida pelo Direito Romano, como lugar público de conservação de documentos, revelaram a persistência dessa concepção, que permaneceu no mundo ocidental, desde a promulgação do Código Justiniano, no século VI, até o século XIX, como uma visão exclusiva sobre os arquivos. Isto explica porque a maioria dos significados atribuídos tanto pelos léxicos como pelos dicionários de terminologia arquivística e jurídica ainda se refere ao arquivo como lugar de conservação, presumindo como autênticos os documentos ali conservados.

A análise histórica possibilitou o conhecimento de uma literatura ainda não muito usual entre os arquivistas brasileiros, como os estudos de Brennecke (1968), Casanova (1928), Sandri (1950; 1968), Bautier (1968) e Duranti (1993; 1994b; 2007).

Nessa análise emergiram várias questões importantes. A primeira se refere à existência de arquivos centrais na pólis ateniense e na *urbs* romana, ou seja, os arquivos centrais não emergiram após a Revolução Francesa, e sua instituição estava estreitamente relacionada a regimes democráticos e não a regimes autoritários. Os arquivos tinham como objetivo apoiar a administração, bem como comunicar e tornar acessíveis os documentos de interesse dos cidadãos.

A segunda diz respeito à transmissão de documentos privados dos magistrados romanos para os arquivos (*Aerarium* e *Tabularium*), os quais, por meio dessa transmissão, se tornavam públicos. A transmissão de documentos para um lugar de conservação, designado oficialmente com um responsável, é importante para o conceito de custódia ininterrupta, conforme formulado por Jenkinson e Duranti.

A terceira se refere ao sistema de registro romano, que se difundiu para os municípios do Império e se disseminou para várias regiões da Europa e são a base do sistema de registro de vários países europeus modernos, que passaram também para a América Latina, e em menor grau para os países anglo-saxões. Esses sistemas evoluíram de maneira bastante diferenciada, recebendo várias influências, e seu estudo ainda é incipiente na comunidade arquivística, mas foi fundamental para a construção do conceito de vínculo arquivístico pela literatura italiana. Nosso trabalho buscou apresentar as linhas gerais do sistema e indicar o seu legado, especialmente a ideia de um arquivo geral para a cidade, que foi absorvida pelas cidades livres medievais.

A quinta se refere ao legado do Direito Romano, que estabeleceu de forma legal a definição de arquivo como lugar público de conservação. Essa definição, ainda que permanecesse a mesma, foi utilizada ao longo do tempo com objetivos bem diferentes. Na República Romana, o *tabularium* significava que ele pertencia ao povo romano. Com as crises da República e a crescente concentração de poder nas mãos do Imperador, o arquivo passou a se tornar mais vinculado à administração imperial.

Na Baixa Idade Média, o Direito Romano, que tinha permanecido em diferentes áreas da Europa durante a Alta Idade Média, é reativado para servir de base fundamental para a solução dos conflitos entre pessoas privadas e como arma nas disputas travadas sobre poder e autoridade entre o Sacro Império e o Papado, e também entre este último e as monarquias medievais.

O Direito Civil, constituído nos países que receberam uma influência mais direta do Direito Romano, também vai estabelecer as bases do “direito de arquivo” (*jus archivale*), pelo qual indicará as condições para instituir o arquivo, relacionando-o à autoridade pública. Essa autoridade pública poderia ser exercida não somente pelo Sacro Império e pela Igreja, mas também pelas cidades autônomas e livres. Os requisitos para instituir um arquivo enfatizavam que esse lugar deveria garantir a segurança, de forma que os documentos pudessem ser considerados autênticos. É nesse período que, junto com a expressão “lugar público de conservação”, são agregadas expressões referentes à fé pública.

Com a emergência das monarquias administrativas ou absolutas da Época Moderna, o poder do soberano captura todas as formas de poder que pudessem estar fora da sua órbita. A visão de Bobbio a respeito da convergência entre Direito e Estado, ocorrida na Idade Moderna, ajuda a compreender como os arquivos se tornaram um serviço do príncipe, em que o soberano concentra em suas mãos tudo que é público, incluindo os arquivos. Para esse tipo de exercício de poder altamente concentrador e centralizador, a dispersão de arquivos e documentos em *chartries*, armários e arcas em vários lugares, bem como a existência de arquivos acessíveis nas cidades livres não eram desejáveis. Assim, a centralização dos documentos da burocracia estatal em depósitos centrais, controlados por um funcionário de confiança do monarca, se difundiu por quase toda a Europa.

Esse quadro geral permite compreender a transversalidade do conceito de custódia e da concepção jurídica do arquivo como lugar. Essa transversalidade sugere diversos caminhos para a pesquisa sobre a relação entre o arquivo e o lugar, como, por exemplo, as discussões sobre os princípios arquivísticos referentes à territorialidade e sobre os sistemas de registro e de arquivo, fundamentais para a elaboração dos conceitos de arquivo e a maior ou menor presença da custódia nessas definições, que foram objeto de reflexão por parte dos arquivistas tanto da Europa como da América, durante todo o século XX.

Essas possibilidades fugiram ao nosso quadro principal, no que diz respeito aos problemas contemporâneos da preservação dos documentos digitais, ainda que sejam basilares para uma pesquisa mais consistente a respeito da situação dos arquivos na atualidade, inclusive os brasileiros.

Nossa opção foi realizar um estudo histórico que indicasse o quadro mais geral em que os arquivos estavam envolvidos, incluindo o pensamento jurídico. Esse quadro

não foi tratado de forma exaustiva porque nosso objetivo era oferecer uma síntese, a fim de ampliar a discussão sobre os arquivos. O aparecimento das primeiras obras a problematizarem os arquivos surgiu, não por acaso, dos juristas que tinham recebido sua formação nas universidades que tinham adotado o Direito Romano não como um estudo erudito, mas como uma necessidade prática para a solução dos dilemas e conflitos impostos pelas situações políticas em que eles estavam envolvidos.

Do mesmo modo, o panorama histórico dos arquivos na Idade Moderna, enfatizando a formação dos arquivos centrais de Estado e a dicotomia entre arquivos administrativos e arquivos históricos, que ocorreu no século XIX, fornece elementos para entendermos como as críticas à custódia frequentemente estão centradas numa fórmula - o arquivo central do Estado moderno. Essa fórmula implantou a concentração de fundos e a centralização de toda a atividade arquivística numa época determinada e por razões de Estado, porém ela não é única, nem exclusiva. Arquivos centrais de uma coletividade podem existir voltados para o exercício da cidadania e não para apoiar o poder do soberano, e, sobretudo, sem que os arquivos fiquem à mercê de interesses diversos e conflitantes, bem como das flutuações econômicas e políticas da administração.

O segredo, característico da Idade Moderna, não foi o único fator que afastou os cidadãos dos arquivos, mas também o fato de terem se tornado instituições que preservam documentos de órgãos extintos, isto é, entidades cuja finalidade principal é a preservação de fontes do passado. Essa mudança no caráter dos arquivos teve origem na concentração de fundos fechados nos arquivos centrais, pela necessidade do Estado, que emergiu da onda revolucionária, no final do século XVIII e início do século XIX, de apresentar uma história comum do povo soberano e pelas correntes da historiografia que valorizaram a pesquisa em documentos medievais.

Embora já existissem iniciativas de transferir e recolher documentos de fundos abertos desde o século XIX, na Europa, isto não significou que os arquivos dos produtores voltassem a ter procedimentos controlados quanto à sua elaboração e arquivamento, exceto nas áreas do *registratur*, ou onde se manteve um sistema de registro e arquivo mais sólido. Os arquivos continuaram recebendo documentos que, pelo fato de serem provenientes dos órgãos públicos, ou de entidades extintas, se presumiam autênticos em razão de seu mandato e de suas funções. Contudo, a autenticidade como característica do documento arquivístico não era problematizada.

No século XX, os profissionais das instituições arquivísticas precisaram formular conceitos mais adequados à realidade de inúmeros fundos custodiados, os quais em muitos lugares tinham sido misturados e organizados de acordo com vários critérios. Além disso, alguns, como Jenkinson, perceberam que os arquivos que permaneciam junto aos produtores, tão logo não servissem mais às finalidades pelas quais tinham sido criados, ficavam em situação de risco, passíveis de alteração, subtração ou desmembramento. A manutenção da autenticidade, portanto, só poderia ser feita por um arquivista que fosse confiável, ou seja, que fosse independente e não tivesse interesse no conteúdo dos documentos.

A corrente pós-custodial considerou que a visão de Jenkinson tinha se tornado obsoleta, em função das especificidades dos documentos digitais, que podem estar replicados ou distribuídos em diversos lugares. Além disso, a ênfase na imparcialidade e na autenticidade foi avaliada como irrelevante, já que a manutenção da autenticidade não é a única razão de ser dos arquivos. As possíveis intervenções também podem ser controladas, por meio da atuação dos arquivistas no âmbito dos produtores, sem necessariamente os documentos passarem para a custódia arquivística.

A defesa do arquivo como lugar considerou a validade da premissa de Jenkinson no que diz respeito às situações de risco a que o documento fica sujeito, tão logo não sirva mais aos propósitos para os quais tenha sido criado. Assim, a preservação é contínua, como também pensam os pós-custodialistas, pois começa no produtor. A diferença reside no fato de que os documentos, para os custodialistas, devem sair do ambiente do produtor, que se torna inseguro, e devem atravessar o limiar arquivístico, onde serão autenticados, e passar para um ambiente de segurança, o do preservador. Este preservador tem que ser uma entidade independente, mas não é uma atribuição exclusiva das instituições arquivísticas públicas. Além disso, a visão de que o vínculo arquivístico, formado no momento da elaboração, também é incremental, pois se relaciona com os níveis do fundo, corrobora igualmente a visão de que esse vínculo pode não ser realizado, especialmente em sistemas eletrônicos, impossibilitando que o documento possa ser identificado como um documento arquivístico, ou o vínculo pode ser rompido, por meio de subtração, desmembramento ou falta de cuidados quanto à integridade, se não for protegido conscientemente.

Enquanto os pós-custodialistas afirmam que a atuação dos arquivistas no ambiente dos produtores é suficiente para assegurar a autenticidade, custodialistas afirmam que histórica e juridicamente é necessário um lugar de conservação, separado

do de produção, onde a preservação possa ser feita, de modo a assegurar aos cidadãos a autenticidade dos documentos.

Ambas as correntes enfatizam o ponto de vista do produtor, mas os pós-custodialistas tendem a considerar os valores culturais que os documentos possuem, enquanto que para os custodialistas esse tipo de valor não é relevante para a sua autenticidade e preservação.

Durante a pesquisa, identificamos, além das divergências entre as correntes, que há diferenças jurídicas importantes quanto à definição de custódia. Nos Estados Unidos o conceito de custódia, para os arquivos, foi considerado de duas formas: custódia física e custódia legal. A primeira diz respeito à guarda física e proteção, e a segunda se refere à propriedade e à política de acesso. Essa noção de custódia como propriedade não existe no nosso direito, nem no de vários países, pois os dicionários arquivísticos e os jurídicos não designam uma custódia específica para os arquivos, como é apresentado na legislação e no dicionário jurídico norte-americanos. O termo “custódia” serve tanto para os arquivos como para objetos e pessoas, e não há separação entre a guarda física e a responsabilidade jurídica. A ideia de que custódia legal é propriedade acabou criando uma situação singular para os arquivos americanos. Os produtores detêm a custódia física, mas a custódia legal, a propriedade, só pode ser exercida pela instituição arquivística e apenas naqueles documentos que foram selecionados para a preservação permanente e destinados à custódia da instituição arquivística. Isto significa que a divisão entre *records* e *archives* não é somente uma opção intelectual, mas ganhou forma legal, na divisão entre custódia física, no caso dos primeiros, e custódia legal, para os *archives*.

Ao lado das questões jurídicas da custódia, identificamos também o destaque dado à tecnologia por vários autores, como se o conhecimento arquivístico fosse dependente das características físicas do suporte e dos aspectos materiais do documento, na perspectiva de uma Arquivologia essencialmente empírica.

Em nossa pesquisa, constatamos que, para os arquivistas, a questão principal não é o domínio exaustivo dos processos e soluções de tecnologia, mas o conhecimento do seu núcleo teórico, especialmente sobre os conceitos de arquivo e documento arquivístico, suas características e métodos arquivísticos. Sem esse núcleo teórico básico, os arquivistas ficarão à mercê de soluções tecnológicas do momento, ou terão que adotar teorias de outras áreas do conhecimento, que podem impossibilitar a preservação dos documentos arquivísticos digitais enquanto tais. Esse núcleo teórico é

traduzido no desenvolvimento dos sistemas, por meio de requisitos e metadados, como por exemplo, o identificador único do documento, a configuração de um plano de classificação e de tabela de temporalidade com os metadados relativos aos códigos de classificação e aos prazos de guarda dos documentos, que serão capazes de manter o vínculo arquivístico, o controle do seu ciclo de vida e a autenticidade ao longo do tempo.

A preservação digital de longo prazo também não pode ser totalmente dependente de soluções tecnológicas de custo mais baixo, ou as mais recentes, ou as mais fáceis. Elas precisam estar combinadas com as exigências de manutenção da autenticidade e do vínculo arquivístico. Além disso, o fato de os documentos digitais estarem replicados e distribuídos em diferentes lugares não significa que não haja um responsável designado oficialmente tanto pela sua produção como pela sua preservação, pois declarar um documento como arquivístico, bem como preservá-lo e torná-lo acessível, são ações realizadas de forma consciente e planejada, e tais ações exigem respaldo jurídico e administrativo para serem cumpridas.

Todas essas questões são fundamentais para os arquivos públicos brasileiros, em virtude da pouca expressividade das instituições arquivísticas, seja no apoio à administração, seja no apoio à pesquisa, principalmente em se tratando de documentos contemporâneos.

Além disso, os arquivos públicos brasileiros costumam recolher os documentos dos produtores quando os órgãos não possuem mais espaço para guarda ou quando são extintos. Esses recolhimentos de fundos fechados, quando ocorrem, são feitos de forma caótica e sem preparação, exceto quando disposições legais estabelecem regras e requisitos para o seu ingresso no arquivo permanente, como impõe a legislação federal. A precariedade dos arquivos públicos estaduais, a ausência de arquivos municipais na grande maioria dos municípios, bem como a falta de políticas públicas para a área, indicam que temos um longo caminho a percorrer. As opções custodiais ou pós-custodiais não devem ser tomadas de forma impensada. Elas devem servir para refletirmos sobre a história dos arquivos brasileiros e da administração pública, e verificarmos quais serão as melhores propostas para o nosso caso presente.

Arquivos estão inseridos no presente e não no passado nem no futuro. É no presente que eles estão sendo produzidos, preservados, acessados e utilizados. Essa dimensão do presente, é essencial para os arquivos, como afirma Menne-Haritz (2001). Essa dimensão coloca os arquivos voltados para a cidadania e não para simplesmente

alimentar o poder da burocracia, atuando contra o cidadão, como tão bem observado por Kafka.

Assim, o maior problema dos arquivos é se atendem ou não às demandas dos cidadãos. Se eles estão voltados para o presente ou se são instituições para o passado e o futuro. Subjacente a toda a discussão sobre os princípios e conceitos de arquivo está o maior ou menor grau em que o exercício da cidadania é compreendido como essencial para a preservação e acesso aos arquivos. Essa compreensão não significa organizar os arquivos para atender interesses individuais deste ou daquele, mas da manutenção das mesmas características que tinham os documentos quando foram produzidos e que devem ser respeitados pelo preservador. O interesse público quanto aos arquivos impõe diretrizes para a sua preservação e também uma conduta ética por parte do arquivista, seja nas organizações produtoras, seja nas instituições arquivísticas.

O documento não fala nem conta uma história, mas ele pode ser usado e interpretado por diferentes pessoas com interesses distintos e com diferentes propósitos, inclusive para contar histórias, sem alteração de sua proveniência, de seu conteúdo e forma.

O lugar não é um depósito qualquer, onde os documentos são meramente armazenados, mas significa a condição de poder manter a sua preservação e o seu acesso. A definição da autoridade e da responsabilidade é requisito para a preservação, mas esta não se reduz apenas à custódia. A preservação de acervos convencionais e digitais envolve também as responsabilidades compartilhadas entre produtores e o preservador, bem como a definição das diferentes ações que precisam ser desempenhadas desde o início do ciclo de vida dos documentos até sua disponibilidade para os usuários finais.

No mundo contemporâneo, a preservação e o acesso se entrecruzam com várias questões, como a revolução tecnológica, a ampliação das reivindicações democráticas por transparência do estado e, portanto, uma maior exigência de acesso e uso dos documentos. A produção massiva de documentos digitais e sua preservação, intrinsicamente vinculada à manutenção da acessibilidade dos objetos digitais, mudaram a maneira de conceber a preservação, que precisa garantir a capacidade de interpretar e compreender tais documentos no presente e no futuro. Em outras palavras, a preservação não se distingue do acesso, pois preservar é garantir que o documento possa ser compreendido.

Além disso, como a preservação digital depende dos procedimentos feitos no momento de produção e manutenção dos documentos arquivísticos, esta situação possibilita que se retorne a ligação com as unidades produtoras, rompida quando os arquivos se tornaram históricos, isto é, voltados basicamente para o passado e pensando no seu uso futuro. A custódia é necessária, em virtude do próprio contexto jurídico-administrativo, que obriga a designar oficialmente uma entidade, que tem autoridade e responsabilidade sobre os documentos, mas ela não é exclusiva da autoridade estatal, já que esse lugar agora deve ser capaz de viabilizar a preservação, de forma que o cidadão e qualquer tipo de usuário possam acessar e usar os documentos. O exercício da cidadania dá um novo direcionamento para a custódia, sem alterar seu significado de responsabilidade pela guarda e proteção.

8 REFERÊNCIAS

ALVES, Ivone et al. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. Tradução de Telma Costa. Porto: Edições Afrontamento, 1984. 641p.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. 2ªed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. 348p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1983. 338p.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. Publicações técnicas, nº51.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 136p.

AYMARD, A; AUBOYER, J. O Oriente e a Grécia: o homem no Oriente Próximo. **História Geral das civilizações**. Tradução de Pedro Moacyr Campos. 4ª ed. Tomo I. v. 2. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1971. 407p.

BANTIN, Philip. Strategies for Managing Electronic Records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? **Archival Issues**, 23:1, p.17–34, 1998.

BARRACLOUGH, Geoffrey. Holy Roman Empire in *Encyclopædia Britannica Online*, 2015. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/269851/Holy-Roman-Empire>>. Acesso em: 3 jun. 2015.

BAUTIER, Robert-Henri. La phase cruciale de l’histoire des archives: la constitution des dépôts d’archives et la naissance de l’archivistique. (XVIe. – début XIXe. Siècle). **Actes du vingtième congrès international des archives** Paris, Archivum, v. XVIII, p.139-149, 1968.

BLACK, Henry Campbell. **Black’s law Dictionary**. 6ª ed. St. Paul, Minn.: West Publishing Co., 1990.

BLUME, Fred H. **Annoted Justinian Code**. Editor: Timothy Kearley. Law Library: University of Wyoming, 2007.

BOBBIO, Norberto. Direito. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luiz G.P. Cacaís e Renzo Dini. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, p. 349-353, 1992.

BONIFACIO, Baldassarre. De archivis liber singularis ad amflissimum senatorem Dominicum Molinmn. Venecia: [s.n.], 1632 in SANDRI, Leopoldo. Il De archivis de Baldassarre Bonifacio. **Notizie degli Archivi di Stato**, X, p.107-111, 1950.

BORN, Lester. Baldassarre Bonifacio and his essay “De archivis”. **The American Archivist**, 4, p. 221-237, 1941.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. **Código de Processo Civil**. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm>. Acesso em: 20 jun.2014.

BRENNECKE, Adolf. **Archivistica**: contributo alla teoria ed alla storia archivística europea. Traduzione italiana de Renato Perrela. Milano: Antonino Giuffré, 1968. 665p.

CALDAS AULETE. Aulete Digital - **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**: Dicionário Caldas Aulete, versão online. Disponível em: <<http://aulete.com.br>> Acesso em: 10 ago.2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. (Versão bolso). São Paulo: Centro de Memória da Educação FEUSP/FAPESP, 2010.

CAMP, John. **The Athenian Agora**: a short guide. 2003. Disponível em: <http://www.agathe.gr/overview/the_archaeological_site.html>. Acesso em: 26 abr.2015.

CASANOVA, Eugenio. **Archivistica**. 2ª. ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928. 533 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p.

CENCETTI, Giorgio. Il fondamento teorico della dottrina archivistica in **Scritti archivistici**. Roma: Il Centro de Ricerca Editore, p.38-46, 1970.

CHANDLER, Daniel. **Technological or media determinism**. 1995. Disponível em: <<http://visual-memory.co.uk/daniel/Documents/tecdet/>>. Acesso em: 25 jul.2015.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Segunda edição adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final

aprovada pelo CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119p. (Publicações Técnicas, 49).

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Glossário**. Versão 6.0. Rio de Janeiro: CONARQ/CTDE, março 2014. 24p.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v.43, Spring, p.17-68, 1997.

COOK, Terry. Archival Science and postmodernism. **Archival Science**, v. 1, p.3-24, 2001.

COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. **Archivaria**, v. 51, Spring 2001b, p.14-35.

COOK, Terry. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era. **Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary research**, v. 1, n. 0, p.399-443, March 2007.

D'ADDARIO, Arnaldo. Lineamenti di storia dell'archivistica (secc. XVI-XIX). **Archivio storico italiano**, fascicolo 543, p.3-35, 1990.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001. 130p.

DICTIONNAIRES DE FRANÇAIS LAROUSSE. Éditions Larousse. Disponível em: <http://www.larousse.fr>. Acesso em: 10 jun. 2015.

DOLLAR, Charles. Archival theory, practices, and informatics: some considerations. In: BUCCI, Oddo (ed.). **Archival science on the threshold of the year 2000**: proceedings of the International Conference (Macerata, 3-8 September 1990). Ancona: Università degli Studi di Macerata, p.311-327, 1992.

DOLLAR, Charles. O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional.v. 7, n. 1-2, Jan./dez. 1994. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, p.3-38, 1994.

DUCHEIN, Michel. Archives in France: the new legislation of 1979. **Archivaria**, n. 11, p.127-133, 1980-1981.

DUCHEIN, Michel. **Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos**: un estudio del RAMP. PGI/UNISIST. París: UNESCO, 1983. 57p.

DUCHEIN, Michel. O princípio de respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14 (1): p.14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DUCHEIN, Michel. The history of European archives and the development of the archival profession in Europe. **American Archivist**, vol. 55, p.14-24, Winter 1992.

DURANTI, Luciana. The Odyssey of Records Managers. **Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance**. NESMITH, Tom and COOK, Terry eds. Metuchen, NJ: SAA, ACA, and Scarecrow Press, 1993, p.29-60 [reprint from the *Records Management Quarterly* 23: 3, 4 (1989): 3-11, 3-11].

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Tradução Adelina Novaes Cruz. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994a.

DURANTI, Luciana. Medieval universities and archives. **Archivaria**, n. 38, p.37-44, Fall 1994b.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and theory archivist. **American Archivist**, v. 57, p.328-334, 1994c.

DURANTI, Luciana. **Ciência Arquivística**. Tradução de Manuel Vázquez. Córdoba, Argentina, 1995.48 p. Versão datilografada.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics**, 11, p.213-218, 1997.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science (Part V). **Archivaria**, n. 32, p.6-24, 1991.

DURANTI, Luciana. **Diplomatics**: new uses for an old science. Society of American Archivists and Association of Canadian Archivists in association with Scarecrow Press: Maryland, 1998. 186 p.

DURANTI, Luciana. The impact of digital technology on archival science. **Archival Science**, n.1, p.39- 55, 2001.

DURANTI, Luciana. Rumo a uma teoria arquivística de preservação digital: as descobertas conceituais do projeto InterPARES. Tradução de Jerusa Gonçalves de Araújo. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.5-18, janeiro-junho 2005.

DURANTI, Luciana. Achives as a place. **Archives & Social Studies: a Journal of Interdisciplinary Research**, v. 1, n. 0, p.445-466, March 2007.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather. The protection of integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. **Archivaria**, n. 42, p.46-67, Fall 1996.

DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MacNeil Heather. **The preservation of integrity of electronic records**, 2007. Disponível em: <www.interpares.org/UBCPPProject/index.htm>. Acesso em 27 jun.2015.

EASTWOOD, Terry. Charles M. Dollar, Archival Theory and Information Technologies: The Impact of Information Technologies on Archival Principles and Methods. **Archivaria** n. 35, p.283-284, Spring 1993.

FARIA, Ernesto (org.). **Dicionário escolar latino-português**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães (Portugal): Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 88 p.

FLETCHER, Banister. **A History of Architecture on the Comparative Method**. Sixth edition, rewritten and enlarged. New York: Charles Scribner's Sons, 1921, p. 105. Provided courtesy of Allan Kohl. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/psulibscollections/5832221541/>>. Acesso em: 26 abr.2015.

GEORGES, Karl Ernst. **Dizionario della lingua latina**. Torino: Rosenberg e Sellier, 1895.

GRANDE DIZIONARIO ITALIANO HOEPLI. Editrice Hoepli. Disponível em: <<http://www.grandidizionari.it/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

HAM, Gerald. Archival Strategies for the Post-Custodial Era. **The American Archivist**, v. 44, n. 3, p.207-216, summer 1981. Disponível em: <<http://www.grandidizionari.it/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

HEYMANN, Luciana Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012. 238 p.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual archival terminology**. Disponível em: <<http://icarchives.webbster.co.uk/14716/methodology/lauching-the-project.html>>. Acesso em: 15 jul.2015.

InterPARES Project. **The long-term preservation of authentic electronic records**: findings of the InterPARES Project. Disponível em: <<http://www.interpares.org/book/index.cfm>>. Acesso em: 10 jul.2015.

InterPARES 2 Project. **Diretrizes do preservador** – A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. Tradução de Câmara de Deputados e Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2011a].

InterPARES 2 Project. **Diretrizes do produtor** – A elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos. Tradução de Câmara de Deputados e Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [2011b].

JENKINSON, Hilary. **A Manual of archive administration including the problems of war archives and archive making**. Oxford: Oxford University, 1922. 243 p.

JOHNSON, Allan; COLEMAN – NORTON, Paul; BOURNE, Frank. **Ancient Roman Statutes**. Austin: University of Texas, 1961. Disponível em: <http://droitromain.upmf-grenoble.fr/Anglica/twelve_Johnson.html>. Acesso em: 01 maio 2015.

KETELAAR, Eric. **Archival and records management legislation and regulations: a RAMP study with guidelines**. PGI/UNISIST. Paris: UNESCO, 1985. 121 p.

KIMBLE, Chris; McLOUGHLIN, Kevin. **Computer based Information Systems and Managers' Work**. 1995. 26 p. Reprint from New Technology, Work and Employment, 10 (1), March, p.56-67, 1995 Disponível em: <<http://www.mendeley.com/profiles/chris-kimble/publications/journal/>> Acesso em: 02 jul. 2015.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Viana Boeira e Nelson Boeira. 5ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. 257 p.

LABRIOLLE, Pierre. **History and Literature of Christianity from Tertullian to Boethius**. Tr. Herbert Wilson. London: Routledge & Kegan Paul, 1924. Disponível em: http://www.tertullian.org/articles/delabriolle_history.htm. Acesso: 08 maio 2015.

LASSARD, Yves; KOPTEV, Aleksander. **The Roman Law**. Disponível em: <<http://webu2.upmf-grenoble.fr/DroitRomain/>>. Acesso em: 8 maio 2015.

LLANSÓ I SANJUAN, Joaquim. **Gestión de documentos: definición y análisis de modelos**. Bergara: IRARGI. Centro de Patrimonio Documental de Euskadi, 1993. 250 p.

LODOLINI, Elio. **Archivística: principios y problemas**. Madrid: Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas, 1993. 358 p.

LÓPEZ YEPES, José. **Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación**. Madrid: Síntesis, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **La condición postmoderna**. Traducción Mariano Antolín Rato. Barcelona: Editorial Planeta-De Agostini, 1993. 137 p.

MARAVALL, José Antonio. **Estado Moderno y mentalidad social**: siglos XV al XVII. Madrid: Revista de Occidente, 1972.

MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luiz G.P. Cacaís e Renzo Dini. 4ª ed..Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.2, p.1107-1109, 1992.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access - the reformulation of the new paradigm. **Archival Science**, n. 1, p.57-82, 2001.

NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION. **Affiliated Archives**. Disponível em: <<http://www.archives.gov/locations/affiliated-archives.html#tex-lib>>. Acesso: 04 jul.2014.

OLIVEIRA, Davidson S. Hannah Arendt: a origem da noção de autoridade. **Revista Ética & Filosofia Política**, v. 9, n. 1, 2006.

OXFORD DICTIONARIES: LANGUAGE MATTERS. Oxford University Press. Disponível em: <http://www.oxforddictionaries.com>. Acesso em: 12 jun.2015.

PASTORI, Giorgio. Administração Pública. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luiz G.P. Cacaís e Renzo Dini. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, p.10-17, 1992.

PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em:<<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>> Acesso em: 12 jul.2015.

POSNER, Ernst. **Archives in the ancient world**. Cambridge: Harvard university press, 1972.

POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da revolução francesa. Tradução de Leda Boechat. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p.273-284, jul. /dez. 2013.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española**. 22ª. ed. Madrid, 2001, versão online. Disponível em: <<http://lema.rae.es>>. Acesso em: 10 jun.2015.

RICUPERATI, Giuseppe. Cosmopolitismo. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luiz G.P. Cacaís e Renzo Dini. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, p.293-301, 1992.

RHOADS, James. **La función de la gestión de documentos y archivos en los sistemas nacionales de información**: estudio del RAMP. PGI/UNISIST. París: UNESCO, 1989. 48 p.

ROBINSON, J. H. **Readings in European History**: a collection of extracts from the sources chosen with the purpose of the illustrating the progress of culture in Western Europe since the German Invasion. Boston: Ginn, v.1, 1905.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante à realidade digital**: uma revisão necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280 p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 160 p.

SANDRI, Leopoldo. Il De archivis de Baldassare Bonifacio. **Notizie degli Archivi di Stato**, X, p.95-111, 1950.

SANDRI, Leopoldo. La storia degli archivi. **Actes du vingtième congrès international des archives**. Paris, Archivum, v. XVIII, p.101-113, 1968.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 6ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 380 p.

SCHIERA, Pierangelo. Absolutismo. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luiz G.P. Cacaís e Renzo Dini. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 1, p.2-9, 1992.

SCOTT, S. **The civil law XVI**. Cincinnati, 1932. Disponível em: <<http://droitromain.upmf-grenoble.fr>>. Acesso em: 10 jun.2015.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 30ª ed. Atualização de Nagib Slaibi Filho e Priscila Pereira Vasques Gomes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 1502 p.

SILVA, Armando M. et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. 2ª ed. Porto: Afrontamento, 2002. 254 p.

SOBOUL, Albert. **História da Revolução francesa**. Tradução de Hélio Pólvora. 3ª ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1981. 549 p.

STANKOVIĆ, Emilija. The influence of Roman law on Napoleon's Code Civil. **Fundamina**: a Journal of Legal History: Essays in Honor of Eric H. Pool, vol. 11, n. 11, p.310-315, 2005.

STAPLETON, Richard. Jenkinson and Schellenberg: a comparison. **Archivaria**, v. 17, p. 75-85, Winter 1983-1984.

SUDERMAN, Jim; FOSCARINI, Fiorella; COULTER Erin. **Archival Legislation Study Report**. InterPARES 2 Project, 2005. Disponível em:

<[http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2\(policy\)archival_legislation_study_report.pdf](http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2(policy)archival_legislation_study_report.pdf)> Acesso em: 20 maio 2015.

TAYLOR, Hugh. Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift. **Archivaria**, n. 25, p.12-28, Winter 1987-1988.

TELLEGEN-COUPERUS, Olga **A short history of Roman Law**. London and New York: Routledge -Taylor &Francis e-library, 1993.

TERTULLIAN. **The Apology of Tertullian**. Translated and annotated by W. Reeve; Griffith, Farran, Okeden & Welsh; London & Sydney [1889]. Disponível em: <http://www.tertullian.org/articles/reeve_apology.htm> Acesso em: 25 maio 2015

THOMASSEN, Theo. **The development of archival science and its European dimension**. In: Seminar for Anna Christina Ulfsparré. Stockolm, Swedish National Archives, February 1999. Disponível em: <<http://daz.hr/zad/arhol/the-development-of-archival-science-and-its-european-dimension/>> Acesso em: 14 jul. 2015.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5-16, jan-jun. 2006.

THOMASSEN, Theo. Turning archival thinking upside down. Archival theory and the use of databases. **Anais do II Encontro de Base de Dados sobre Informações Arquivísticas**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, p. 10-21, 2007.

TSCHAN, Reto. Archival Custody in DURANTI, Luciana; FRANKS, Patricia. **Encyclopedia of archival Science**. Lanham (Maryland): Rowman & Littlefield, p. 35-38, 2015.

UNITED STATES. Government Publishing Office. **Electronic Code of Federal Regulations**. Title 36, Chapter XII, Subchapter B, Part 1220 – Federal Records; General, §1220.18. Disponível em: <http://www.ecfr.gov/cgi-bin/text-idx?SID=60c8e70a10f4f7fd27fb8e2bba096190&node=36:3.0.10.2.10&rgn=div5#se36.3.1220_118>. Acesso em: 10 jul. 2015.

UNIVERSITY OF CALIFORNIA. Los Angeles. **Digital Roman Forum**. Disponível em: <http://dlib.etc.ucla.edu/projects/Forum/reconstructions/Tabularium_1/history> Acesso em: 26 abr. 2015.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Tradução Waltensir Dutra. Revisão técnica Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. 530 p.

WIEACKER, Franz. The importance of Roman law for Western civilization and Western legal thought. **Boston College and Comparative Law Review**, p.257-281, 1981.